

MINISTÉRIO DAS CIDADES

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU



RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2017

Rio de Janeiro, 31 dez 2017

Ministério das Cidades
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa-TCU nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa-TCU nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa-TCU nº 161 de 01 de novembro de 2017, Decisão Normativa-TCU nº 163 de 06 de dezembro de 2017, e das orientações do órgão de controle interno, constantes no sistema e-Contas do TCU e aprovadas pela Portaria-TCU nº 65 de 28 de fevereiro de 2018.

Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
Rio de Janeiro, dez 2017

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

Presidente da República
MICHEL TEMER

Ministro das Cidades
ALEXANDRE BALDY

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO

Conselheiros
JOSÉ MARQUES DE LIMA
MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
ADRIANO DE AQUINO OLIVEIRA E SILVA
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente
JOSÉ ROBERTO GENEROSO

Conselheiros Efetivos
EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOITA
RAMON VICTOR CÉSAR

Suplentes
MARIA BETÂNIA GONÇALVES XAVIER
MÁRCIO OLIVEIRA CAVALCANTE

DIRETORIA

Diretor-Presidente
JOSÉ MARQUES DE LIMA

Diretor Técnico
SERGIO SAMPAIO SESSIM

Diretor de Administração e Finanças
ANTONIO GERALDO BOSSHARD

Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing
JOSÉ MARQUES DE LIMA

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos
ANPTrilhos – Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
ATC – Automatic Train Control
AUDIT – Auditoria Interna
CAD - Certificado de Aceitação Definitiva
CAP – Certificado de Aceitação Provisória
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CECIM – Coordenação Técnica – Contr. Financiamentos
CEPRO – Coordenação Técnica – Programação e Controle Orçamentário
CGORF – Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério das Cidades
CGPLAN – Coordenação Geral de Planejamento – Ministério das Cidades
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAFI – Coordenação Operacional – Administração e Finanças
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COIOM – Coordenação Operacional – Informática e O&M
COLIC – Coordenação Operacional – Licitação e Compras
CONAD – Conselho de Administração
CONFI – Conselho Fiscal
COOPETEC - Fundação Coordenação de Projetos Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CTS – Companhia de Transporte de Salvador
DA – Diretoria de Administração e Finanças da CBTU
DEC – Departamento de Engenharia e Construções do Ministério da Defesa
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DP – Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing da CBTU
DT – Diretoria Técnica da CBTU
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GAFIN – Gerência Geral – Gestão Financeira
GAGOV – Gerência Geral – Governança e Controladoria
GAJUR – Gerência Geral – Gestão Jurídica
GALIC – Gerência Geral – Licitações
GAPLO – Gerência Geral de Planejamento e Orçamento
GAREH – Gerência Geral – Gestão de Recursos Humanos
GASER – Gerência Geral – Administração e Serviços
GATEM – Gerência Geral de Tecnologia da Informação, Expansão e Marketing
GEAPO – Gerência Técnica – Apoio Administrativo
GEARH – Gerência Técnica – Administração de Recursos Humanos
GECIN – Gerência Técnica – Comunicação Institucional
GECOC – Gerência Técnica – Contabilidade
GECOR - Gerência Técnica Controle e Referência de Custos de Engenharia

GEDES – Gerência Técnica – Desenvolvimento de Recursos Humanos
GEFIC – Gerência Técnica – Controle Financeiro de contratos
GEMPO - Gerência Técnica Marketing e Potencialidades Comerciais
GEORC – Gerência Técnica – Orçamento e Gestão
GEPAF – Gerência Técnica – Pensão por Acidente Ferroviário
GEPAT – Gerência Técnica – Patrimônio
GEPLE – Gerência Técnica – Planejamento Empresarial
GESTE – Gerência Técnica – Gestão Estratégica
GETIN – Gerência Técnica – Tecnologia da Informação
GIPEN – Gerência Regional – Planejamento e Engenharia
GIPLA – Gerência Regional - Planejamento
GOJUR – Gerência Operacional - Jurídico
IN – Instrução Normativa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho
MCID – Ministério das Cidades
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
METROFOR – Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
MP – Ministério Público
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
OS – Ordem de Serviço
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAM – Posto de Abastecimento e Manutenção
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PEC – Plano de Emprego Comissionado
PES – Plano de Emprego e Salários
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PN – Passagem de Nível
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROPJUR – Processo de Pagamento de Despesas Jurídicas
RAP – Restos a Pagar
RDA – Resolução de Diretoria de Administração
RDP – Resolução de Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing
RDT – Resolução de Diretoria Técnica
RPR – Resolução de Diretor Presidente
REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
REO – Relatório de Execução Orçamentária
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RH – Recursos Humanos
SECEX – Secretaria de Controle Externo – Tribunal de Contas da União
SEMOB – Secretaria de Nacional de Mobilidade Urbana
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SDI – Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura

SIG – Sistema de Informações Gerenciais
SIGESP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISPAC – Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento
SOF – Secretaria de Orçamento Federal – Ministério do Planejamento
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STU – Superintendência de Trens Urbanos
T&D – Treinamento e Desenvolvimento
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TUE – Trem Unidade Elétrico
UA – Unidade Administrativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ	16
Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	33
Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos	37
Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social	42
Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	50
Quadro A.2.3.1.2 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	65
Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação	92
Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa	93
Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2017	98
Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2017	104
Quadro A.2.5.2 – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos	110
Quadro A.2.5.3 – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos	111
Quadro A.2.5.4.A – Metas do Planejamento Estratégico propostas e realizadas no exercício de 2017	116
Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores	138
Quadro A.3.10.3.1 - Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas.	141
Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)	141
Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região	142
Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa	143
Quadro A.3.10.3.5 - Valores penhorados/bloqueados no exercício x valores recuperados	144
Quadro A.3.10.4 - Movimentação de Processos com posição 31 de Dezembro de 2017	144
Quadro A.3.10.5.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	145
Quadro A.3.10.5.B - Vitórias e Perdas da ADMISTRAÇÃO CENTRAL(SÃO PAULO)	146
Quadro A.3.10.5.C - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE	147
Quadro A.3.10.5.D - Vitórias e Perdas da STU RECIFE	148
Quadro A.3.10.5.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA	149
Quadro A.3.10.5.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ	150
Quadro A.3.10.5.G – Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA)	151
Quadro A.3.10.5.H- Vitórias e Perdas da STU NATAL	152
Quadro A.3.10.5.I - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ)	153
Quadro A.4.1.1.A – Força de Trabalho da UPC	157
Quadro A.4.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva	157
Quadro A.4.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade	158
Quadro A.4.1.1.D – Detalhamento da Escolaridade	159
Quadro A.4.1.1.D.1 – Detalhamento da Escolaridade por Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	159
Quadro A.4.1.1.E – Detalhamento do Efetivo por Faixa Etária	159
Quadro A.4.1.1.F – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	161
Quadro A.4.1.2 – Despesas do pessoal	162
Quadro A.4.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Administração Central	164
Quadro A.4.1.4.1.B - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-BH	165
Quadro A.4.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC	166
Quadro A.4.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT	168
Quadro A.4.1.4.1.E - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – JOP	170
Quadro A.4.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC	171
Quadro A.4.1.4.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários	172
Quadro A.4.1.4.4.1 – Composição do Quadro de Aprendizizes	175
Quadro A.4.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2017	177
Quadro A.4.1.5.3 - Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar	178
Quadro A.4.2.1.5.A – Despesas de manutenção – STU-BH	245
Quadro A.4.2.1.5.B – Despesas de manutenção – STU-REC	247
Quadro A.4.2.1.5.C – Despesas de manutenção – STU-NAT	248
Quadro A.4.2.1.5.D – Despesas de manutenção – STU-JOP	250
Quadro A.4.2.1.5.E – Despesas de manutenção – STU-MAC	251
Quadro A.4.3.1.A - Principais Sistemas de Informação da Administração Central em 2017	254
Quadro A.4.3.1.B - Principais Sistemas de Informação da STU/BH em 2017	256
Quadro A.4.3.1.C - Principais Sistemas de Informação da STU/REC em 2017	256

Quadro A.4.3.1.D - Principais Sistemas de Informação da STU/NAT em 2017	263
Quadro A.4.3.1.E - Principais Sistemas de Informação da STU/JOP em 2017	264
Quadro A.4.3.1.F - Principais Sistemas de Informação da STU/MAC em 2017	264
Quadro A.5.1 – Pedidos de Informações x Recursos apresentados.....	292
Quadro A.6.1.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	309
Quadro A.6.1.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	310
Quadro A.6.1.1.C – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ	311
Quadro A.6.1.1.D - Visão Geral da análise das prestações de contas	312
Quadro A.6.5.1.A – Subsídio - Administração Central.....	341
Quadro A.6.5.1.B – Subsídio - Belo Horizonte.....	342
Quadro A.6.5.1.C – Subsídio - Recife.....	343
Quadro A.6.5.1.D – Subsídio - Natal	344
Quadro A.6.5.1.E – Subsídio - João Pessoa	345
Quadro A.6.5.1.F – Subsídio - Maceió	346
Quadro A.6.5.1.G – Subsídio - Consolidado.....	347

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	14
1.1 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	15
1.2 - NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	16
1.3 - BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	17
1.4 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO	18
1.5 - ORGANOGRAMA	27
1.6 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	36
1.7 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	42
1.8 - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES	42
1.9 - PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO	43
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	44
2.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	45
2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício	45
2.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	47
2.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	47
2.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	48
2.3.1 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	49
2.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	81
2.3.3 – Informações sobre a Realização das Receitas	85
2.3.4 – Informações sobre a Execução das Despesas.....	92
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	96
2.5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	98
2.5.1 – Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional	98
2.5.2 - Evolução dos Acidentes Ferroviários (por regional e consolidado).....	110
2.5.3 - Concessão Judicial de Pensões e Custos nos últimos 5 anos.....	111
2.5.4 - Indicadores de Acompanhamento do Planejamento Estratégico	116
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	119
3.1 - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	120
3.1.1 – Atendimento à Lei das Estatais	127
3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	128
3.3 - POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	129
3.4 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	130
3.5 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	134
3.6 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	135
3.7 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS.....	135
3.7.1 - Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	137
3.7.2 - Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	138
3.7.3 - Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	139
3.8 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.....	140
3.8.1 – Sistemática de contratação	140
3.8.2 – Dados da Empresa Contratada.....	140
3.8.3 – Remuneração pelo Contrato	140

3.8.4 – Serviços Contratados	140
3.9 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	140
3.10 - ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	141
3.10.1 – Medidas Internas Adotadas.....	141
3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras	141
3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados	141
3.10.4 - Número de ações judiciais novas e ações judiciais encerradas	144
3.10.5 - Montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU - valores pagos e os valores economizados	144
3.10.6 - Motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações	154
3.10.7 – Informações sobre os serviços prestados para sua representação judicial e valores pagos	154
3.10.8 – Avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização.....	154
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	156
4.1 – GESTÃO DE PESSOAS	157
4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade.....	157
4.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal	162
4.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	163
4.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários	164
4.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar.....	176
4.1.6 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal.....	206
4.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	224
4.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	224
4.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	253
4.3 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	254
4.3.1 - Principais Sistemas de Informações	254
4.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação	265
4.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas	286
4.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	287
4.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	287
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	291
5.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	292
5.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	301
5.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	301
5.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	305
5.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	306
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	307
6.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	308
6.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	309
6.2 – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	322
6.3 – SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	322
6.4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	324
6.5 – DEMONSTRATIVO ESPECÍFICO SOBRE SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL	340

6.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema.....	340
6.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total).....	347
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	348
7.1 - TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DO TCU	349
7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.....	349
7.2 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	352
7.3 – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO.....	356
7.4 – DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8666/93.....	357
7.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	357
8. ANEXOS E APÊNDICES	359
9. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	361
9.1 – ROL DE RESPONSÁVEIS.....	362
9.2– PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	369
9.3 – PARECER DE COLEGIADO	372
9.4 - RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	374
9.5 – RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	378
9.6 – DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	381
9.6.1 – Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	381
9.6.2 – Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	381

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender ao processo de prestação de contas relativo ao exercício de 2017, de acordo com a Instrução Normativa nº 63 de 01 de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa nº 72 de 15 de maio de 2013), Decisão Normativa-TCU nº 161 de 01 de novembro de 2017, Decisão Normativa-TCU nº 163 de 06 de dezembro de 2017, Portaria-TCU nº 65 de 28 de fevereiro de 2018, atendendo rigidamente à formatação definida e às orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União no Sistema e-Contas.

A estrutura do Relatório de Gestão 2017 busca a apresentação do desempenho desta administração, demonstrando, de forma objetiva, os resultados sociais, econômicos e operacionais atingidos, as dificuldades gerenciais enfrentadas no decorrer do exercício, as soluções implementadas e atos de gestão adotados pela CBTU para a execução das ações sob sua responsabilidade.

Como informações complementares, não previstas nos normativos e instruções vigentes, foram agregados ao Relatório os atendimentos aos seguintes acórdãos:

- 1271/2004 – evolução da quantidade de ações judiciais abertas e acompanhadas e os valores pagos pelos serviços de representação judicial, bem como avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização (itens 3.10.3 – Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados, 3.10.4 - Número de ações judiciais novas e ações judiciais encerradas e 3.10.7 - Informações sobre os serviços prestados para sua representação judicial e valores pagos)
- 1309/2010 – número de acidentes ferroviários por milhão de passageiros transportados; evolução dos acidentes ferroviários, das concessões judiciais de pensões por acidente ferroviário nos últimos cinco anos e dos custos dessas pensões nos últimos cinco anos (item 2.5.2 – Evolução dos Acidentes Ferroviários (por regional e consolidado))
- 1872/2015 – andamento das ações contidas no Plano de Ação Institucional, relativamente ao cadastramento dos imóveis das empresas estatais dependentes do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet (item 4.2.1.3 – Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso especial da União - SPIUnet)
- 2804/2015 – Resultado dos trabalhos realizados pela empresa de consultoria contratada para a revisão de seu Plano de Emprego e Salário, especialmente em relação à questão da superposição de atribuições entre os advogados da CBTU e os advogados do escritório de advocacia contratado (item 4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade);
 - montante da receita operacional bloqueada por força de decisões judiciais no exercício, versus montante da receita operacional recuperada no exercício (item 3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados);
 - número de ações judiciais novas e de ações judiciais encerradas (item 3.10.4 – Número de Ações Judiciais novas e Ações Judiciais Encerradas);
 - montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU, discriminando os valores pagos e os valores economizados (item 3.10.5 - Montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU - valores pagos e os valores economizados);
 - breve relato com a motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações (item 3.10.6 - Motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações)

Também foram acrescentadas informações relativas à Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal (item 4.1.6 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal) e às Transferências de Recursos (item 6.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência).

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 - Finalidade e Competências

A CBTU é gestora da execução de ações de investimentos do Governo Federal em sistemas de trens urbanos, com o objetivo de modernizá-los e viabilizar sua plena inserção nas malhas de transportes das localidades onde opera. É responsável direta pelas ações em curso nas unidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e atua como co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos do Governo Federal alocados na implantação do metrô de Fortaleza, de responsabilidade da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, todos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Em 2010, viabilizou e aplicou recursos para a recuperação e modernização da frota de material rodante de seus sistemas de trens urbanos, adquirindo 8 VLTs para Maceió, além de 15 TUEs e 9 VLTs para Recife, já em operação. Em 2012, foi contratado o fornecimento de nova frota de 12 VLTs e 2 locomotivas para Natal, 8 VLTs para João Pessoa e 10 TUEs para Belo Horizonte. Desta nova encomenda, no ano de 2017 foram entregues 2 VLTs, sendo 1 em Natal e 1 em João Pessoa, totalizando 5 VLTs em cada unidade. Fruto da atuação da Direção da CBTU junto ao Governo Federal, em 2014 as ações de Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Natal, de João Pessoa e de Maceió foram incluídas no PAC – Grandes Cidades, tendo dotação total aprovada de R\$700,98 milhões. Foram empenhados e liquidados R\$84,7 milhões em 2014, R\$33,6 milhões em 2015, R\$94,3 milhões em 2016 e R\$ 37,55 milhões. Em 2017, os recursos do PAC aprovados na LOA totalizaram R\$137,8 milhões, do total aprovado foram disponibilizados, apenas, R\$40,0 milhões de limite orçamentário, tendo sido empenhados R\$37.551.456,63 (94%), do limite disponibilizado. A execução dos investimentos não tem seguido o cronograma planejado no PPA 2016-2019 (4 anos), já estando com seu término postergado para 2023. O fluxo de recursos insuficiente fez reprogramar o cronograma dos projetos.

A prestação de serviço de transporte de passageiros sobre trilhos, desde 2015 apresentou sucessivas quedas nos resultados, motivadas pela crise econômica e desemprego. Contudo a partir de 2017 se observa que o número médio de passageiros transportados nos dias úteis se manteve no mesmo patamar do ano anterior, 562 mil/dia, mostrando um começo de recuperação. A demanda transportada atingiu 169,8 milhões de passageiros, com 290 mil de viagens realizadas, correspondendo a 5,9 milhões de km rodados. A receita própria da Companhia apresentou leve crescimento, apesar da pequena queda na demanda, atingindo R\$168 milhões. O custo total mantém uma tendência ascendente, decorrente do impacto de acordo coletivo de trabalho e ingressos de empregados por concurso ou decisão judicial na rubrica de pessoal. Os reajustes contratuais legais (rubrica serviços) e aumento dos insumos (rubrica materiais) justificam parcela menor de acréscimo nos custos, uma vez que estão limitados ao orçamento aprovado e disponibilizado.

A CBTU, além de operadora de transporte de passageiros sobre trilhos, tem buscado a participação em atividades que possibilitem o desenvolvimento das cidades em articulação com os três níveis de governo, com a iniciativa privada, com organismos internacionais de financiamento e fomento e com a sociedade de maneira geral. Sua atuação visa o alcance da consistência e a sustentabilidade indispensáveis à consolidação do setor de transporte de passageiros sobre trilhos como modo de transporte seguro, confiável, regular, eficaz, eficiente e não poluente, proporcionando melhor qualidade de vida para população e racionalidade econômica na produção de bens e serviços.

Sem prejuízo da obrigação estatutária da prestação de serviços de transporte de passageiros nas cinco regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos das localidades onde opera, tem sido demandada pelo Governo Federal para exercer o acompanhamento e fiscalização das aplicações dos recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios. Por sua experiência e competência já demonstradas, continua atendendo às solicitações que vem recebendo do Governo Federal e de outras instâncias do Estado brasileiro relativamente à elaboração de análises referentes a projetos e ao desenvolvimento do setor metro ferroviário no país. Fonte: GAPLO/DP

1.2 - Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro A.1.2.1 – Identificação da UJ

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa: Companhia Brasileira de Trens Urbanos			
Denominação Abreviada: CBTU			
Código SIORG: 00372		Código LOA: 56202	Código SIAFI: 29214
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			CNPJ: 42.357.483/0001-26
Principal Atividade: Transporte Urbano de Passageiros sobre Trilhos			Código CNAE: 4912-4
Telefones/Fax de contato:	(021) 3733-3399	(021) 3733-3122	(021) 3733-3002
Endereço Eletrônico: dir.p@cbtu.gov.br			
Página na Internet: http://www.cbtu.gov.br			
Endereço Postal: Praça Procópio Ferreira, 86, 2º ao 5º andares – Centro, CEP: 20221-901, Rio de Janeiro - RJ			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Decreto nº 89.396, de 22fev1984; Lei nº 8.693, de 03ago1993; Decreto nº 4.566 de 01jan2003			
OUTRAS NORMAS INFRALÉGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Atos Normativos de Recursos Humanos (Acordo Coletivo, Ingresso e Movimentação do Empregado, Benefícios, Direitos e Vantagens, Saúde e Segurança no Trabalho, Capacitação, Plano de Empregos e Salários, Plano de Emprego Comissionado); Códigos de Ética e de Conduta; Estatuto Social, Resoluções do Conselho de Administração, da Diretoria, do Diretor Presidente, do Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing, do Diretor de Administração e Finanças, do Diretor Técnico e dos Superintendentes Regionais			
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Normas regulamentadoras (EPI, PCMSO, Riscos Ambientais, Atividades Insalubres e Perigosas)			
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
275057		Superintendência Regional de Belo Horizonte	
275058		Superintendência Regional de Recife	
275066		Superintendência Regional de Natal	
275079		Superintendência Regional de João Pessoa	
275078		Superintendência Regional de Maceió	
GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
275059		Companhia Brasileira de Trens Urbanos (UG c/perfil Setorial Orçamentária)	
275068		Administração Central (UG c/perfil Setorial Financeira Contábil)	
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÕES			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275059 275079		275059	
275068 275078		275068	
275057 275058			
275066			
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Código SIAFI		Nome	
Não há		Não há	

FONTE: GAPLO

1.3 - Breve Histórico da Entidade

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi criada a 22 de fevereiro de 1984, pelo Decreto nº 89.396, na forma de uma Sociedade de Economia Mista, subsidiária da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a missão de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos, operando aqueles sob administração do Governo Federal, visando ampliar a mobilidade da população e contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos da sociedade e para melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova redemocratização do país, marcada por ampla abertura da economia brasileira. Verificou-se, então, uma progressiva redução da participação do Governo Federal em vários segmentos, entre eles o setor de transportes, com a descentralização dos sistemas de transporte urbanos de passageiros sobre trilhos.

Com a edição da Lei nº 8.693, de 3 de Agosto de 1993, que dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros da União para os Estados e Municípios, o controle acionário da CBTU foi transferido, em 10 de março de 1994, da RFFSA para a União. Desde então, a CBTU passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes, com sua missão, a partir de então, focada na modernização e expansão dos sistemas que operava, visando a transferência da administração e gestão daqueles sistemas para os governos locais.

Em decorrência dessa nova ordem constitucional, a CBTU já transferiu aos governos locais os sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Fortaleza e de Salvador. Atualmente a estrutura da CBTU é composta de cinco Superintendências de Trens Urbanos, uma Coordenação Técnica e uma Administração Central, sediada na Cidade do Rio de Janeiro.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e a Coordenação Técnica de Apoio Regional está localizada na cidade de São Paulo.

A partir de 01 de janeiro de 2003, com a publicação do Decreto nº 4.566, a CBTU passou a ser vinculada ao Ministério das Cidades, com sua missão focada no atendimento às necessidades de deslocamento da população, integrando o transporte no contexto do desenvolvimento urbano, social e econômico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais, permanecendo as atribuições anteriores.

O Estatuto Social da CBTU teve sua primeira publicação em 14 de agosto de 1984. Sua última alteração foi decorrente de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2018, para tratar da mudança do Estatuto Social e adequação do mesmo referente a Lei 13.303/16.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2015 homologou o aumento do Capital Social para R\$5.404.110.329,15 (cinco bilhões, quatrocentos e quatro milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e nove reais e quinze centavos), representados por 18.645.502.653.478 (dezoito trilhões, seiscentos e quarenta e cinco bilhões, quinhentos e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal, tendo como principal acionista a União, com 99,9% do capital. (fonte: GAGOV/P)

1.4 - Ambiente de Atuação

A Administração Central da CBTU está situada na cidade do Rio de Janeiro. Compreende a Presidência e as três Diretorias – Técnica, de Administração e Finanças e de Planejamento, Expansão e Marketing, com suas Gerências Gerais, Gerências Técnicas e Coordenadorias. À Presidência estão subordinadas a Gerência Geral de Licitação, a Gerência Geral Jurídica, a Gerência Geral de Governança e Controladoria, a Coordenadoria Técnica de Apoio Regional, o Gabinete da Presidência e as Superintendências de Trens Urbanos.

As Superintendências de Trens Urbanos estão localizadas em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió. Mantêm e operam os sistemas de trens urbanos nessas capitais, responsáveis pelo transporte de 169,8 milhões de passageiros no ano de 2017.

Seus principais interlocutores no Governo Federal são os Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil.

É membro de associações e participa de eventos ligados ao setor metro ferroviário, promovidos por entidades da área, tais como ANTP, ANPTripos, ALAMYS, AEAMESP, etc.

Tem como principais concorrentes as empresas de ônibus e o transporte clandestino (ônibus e vans), que captam parcela de sua demanda. A mitigação deste risco é feita através da busca permanente da melhoria da qualidade do serviço prestado, com regularidade, pontualidade e segurança.

Como resultado da renovação da frota de material rodante, iniciada em 2012, já estão em operação 10 VLTs, dos 20 contratados, sendo 5 em João Pessoa e 5 em Natal. Como importante realização em 2017, destaca-se a inauguração da operação do trecho entre Maceió e o porto de Jaraguá, na capital alagoana, em uma extensão de 2,5 km. As próximas etapas a serem conquistadas são a extensão do sistema de Maceió até a região do Shopping Mangabeiras e, em Recife, o projeto da recuperação do trecho entre Cabo de Santo Agostinho e Suape.

O desempenho no exercício é balizado pelo Plano de Ação apresentado por cada unidade, e aprovado pela Diretoria, no início de cada ano. Como maior obstáculo ao atingimento das metas, destaca-se, além da insuficiência dos recursos aprovados na LOA, o contingenciamento de seu orçamento. Em 2017, a LOA foi publicada em 11 de janeiro. Em março de 2017, foi anunciado, pelo Ministério das Cidades, forte contingenciamento de seu orçamento de custeio. O fluxo de recursos mês a mês, a partir de então, foi assegurado através de entendimentos e gestões da Diretoria da CBTU, de forma permanente junto ao Ministério das Cidades, reduzindo o impacto junto às empresas prestadoras de serviços contínuos e essenciais à atividade fim da CBTU.

Em 2017, suas unidades operadoras apresentaram, em seus planos de ação, os seguintes objetivos, diretrizes e metas:

PLANOS DE AÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE TRENS URBANOS
OBJETIVOS, DIRETRIZES E METAS PARA 2017

I - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

1. Objetivo:

AUMENTAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA

2. Diretrizes

2.1 - PERSPECTIVA ACIONISTAS (EFICIÊNCIA E EFICÁCIA)

– Melhorar a taxa de cobertura do sistema (aspecto econômico) e elevar a visibilidade (aspecto social) da empresa.

DIRETRIZ 1: Aumentar a receita com a viabilização junto ao Governo Federal um acréscimo do valor da tarifa unitária para R\$2,50 ou R\$2,00, no pior cenário

DIRETRIZ 2: Reduzir drasticamente os desembolsos com serviços terceirizados, visando adequar o funcionamento do sistema ao montante de créditos aprovados na LOA para 2017.

2.2 - PERSPECTIVA USUÁRIOS/CLIENTES - Proporcionar aos usuários do sistema um transporte de elevado nível de qualidade, principalmente quanto aos aspectos de pontualidade, regularidade, conforto e segurança.

Esta diretriz diz respeito às ações relacionadas diretamente à qualidade do serviço, abrangendo os aspectos focados na oferta, disponibilidade, confiabilidade, conforto, atendimento, segurança e integração intermodal.

DIRETRIZ 1: Adequar os padrões de qualidade nos serviços prestados para um patamar condizente com a nova realidade orçamentária, procurando mantê-los próximos à média observada pelas últimas pesquisas de satisfação, implantando melhorias pontuais, quando possível;

DIRETRIZ 2: Implantar definitiva o acoplamento de TUEs, visando o aumento da percepção de conforto pelo usuário.

2.3 - PERSPECTIVA PROCESSOS - Promover aperfeiçoamentos na organização com a sistematização do trabalho, elevando o nível de qualidade e produtividade.

Estão inseridas nessa diretriz todas as ações que têm ligação com os métodos, processos e padrões de trabalho relacionados à cadeia de produtos internos, relacionando-se direta e indiretamente com a qualidade e produtividade do serviço prestado.

DIRETRIZ 1: Otimizar operacionalmente a aplicação dos serviços de terceiros, evitando a deterioração da qualidade dos serviços.

2.4 - PERSPECTIVA CAPACITAÇÃO E APRENDIZAGEM - Elevar o nível de satisfação e comprometimento com a empresa, das pessoas que a ela se dedicam.

Estão incluídas nesta diretriz as ações relacionadas à manutenção e melhoria do ambiente de trabalho, do quantitativo de pessoal, sistema de remuneração e capacitação de pessoal.

DIRETRIZ 1: Adequar as necessidades de pessoal próprio, revisando os critérios que definem serviços terceirizáveis na Companhia, realizando estudos de casos específicos de atividades que apontam a necessidade de quadro próprio e realizando concurso público para formação do quadro ideal de empregados e o quadro de reserva.

3 - Metas Operacionais Para 2017

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	61.515.784
MDU:	203.930
RECEITA OPERACIONAL:	R\$107.587.877,32
RECEITA TOTAL:	R\$114.119.962,96
CUSTO TOTAL:	R\$254.385.870,00
CUSTO PESSOAL:	R\$152.304.870,00
TAXA DE COBERTURA:	44,86%

II - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

1 - Objetivos

1.1 - PERSPECTIVA DE MERCADO: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO NO STPP

Diretrizes:

- Ampliar interlocução político-institucional com atores de interesse;
- Prospectar novos clientes para desenvolver estudos e projetos de transporte sobre trilhos;
- Desenvolver projetos e operar sistemas com sustentabilidade sócio ambiental.

1.2 - PERSPECTIVA DE EXPANSÃO: MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Diretrizes

- Ampliar a malha ferroviária e a integração com os demais modais;
- Padronizar procedimentos operacionais e administrativos;
- Implantar banco de dados de custos metroviários;
- Garantir a satisfação de passageiros;
- Padronizar estrutura tecnológica de equipamentos e sistemas metro ferroviários;
- Implementar sistemas gerenciais integrados de TICs.

1.3 - PERSPECTIVA DE MELHORIA DO DESEMPENHO EMPRESARIAL:

1.3.1 - AUMENTAR A TAXA DE COBERTURA

Diretrizes

- Aumentar o número de passageiros transportados;
- Elevar as receitas operacionais e extra operacional;
- Otimizar os custos operacional e administrativo;
- Reduzir ações judiciais

1.3.2 - VALORIZAR OS COLABORADORES

Diretrizes

- Implementar gestão de pessoas por competências;
- Implementar gestão do conhecimento;
- Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal.

2 - Metas Operacionais Para 2017

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	103.442.603
MDU:	344.809
RECEITA OPERACIONAL:	R\$61.031.136,00
RECEITA TOTAL:	R\$62.363.136,00
CUSTO TOTAL:	R\$385.338.940,00
CUSTO PESSOAL:	R\$279.411.940,00
TAXA DE COBERTURA:	%16,18

III - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

1 - Objetivos:

1 - ELEVAÇÃO PROGRESSIVA DE SUA RECEITA EXTRA OPERACIONAL, DE MODO A CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE SUBVENÇÃO POR PARTE DO GOVERNO FEDERAL

Diretriz 1:

A STU-NAT utilizará a estrutura já existente, ou a incorporar, para promover, da forma mais eficiente possível, incremento de sua receita não-operacional.

Meta 1: Incrementar, em 30%, sua receita não-operacional, em 2017, se comparado a 2016.

2 - ELEVAÇÃO DO NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS DE FORMA A CONTRIBUIR COM O AUMENTO DA REPRESENTATIVIDADE DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Diretriz 1:

A implementação progressiva do Projeto de Modernização e Ampliação do Sistema de Trens Urbanos de Natal, mais especificamente, neste momento, sua primeira etapa, a de Modernização, contribuirá com o atingimento deste objetivo.

Meta 1: Elevar em 10% o número de passageiros transportados no biênio 2017-2018, se comparado a 2015-2016;

3 - POSSUIR UM QUADRO DE PESSOAL CARACTERIZADO PELA CAPACITAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA E PELA QUALIDADE DE VIDA.

Diretriz 1:

A STU-NAT promoverá investimentos em seu capital intelectual, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados e torná-la mais eficiente.

Meta 1: Qualificar, em 2017, 30% dos funcionários contratados a partir de 2015, em Gestão Pública e 30% dos que apresentarem perfil ou ocuparem cargos de gestão, em Liderança.

Meta 2: Consolidar, em 2017, em 100% as ações do Programa Trocando Idéias, focando a qualidade de vida dos empregados.

Meta 3: Qualificar 30% do quadro de funcionários da COMAN, em Manutenção Ferroviária, em 2017, em relação a 2016.

Meta 4: Redução de 20% dos índices de ocorrência dos acidentes de trabalho, em 2017, em relação a 2016.

Meta 5: Elevar em 20% a quantidade de resíduos destinados à reciclagem em 2017, em relação a 2016.

2 - Metas Operacionais Para 2017

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	3.239.844
MDU:	10.854
RECEITA OPERACIONAL:	R\$1.539.566,00
RECEITA TOTAL:	R\$1.564.182,00
CUSTO TOTAL:	R\$34.190.870,00
CUSTO PESSOAL:	R\$21.257.870,00
TAXA DE COBERTURA:	4,72%

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

1 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PLAN-E)

A STU-JOP adotou como objetivos os 16 objetivos estratégicos definidos pelo Planejamento Estratégico desenvolvido na Administração Central para a empresa no período 2015-2019. São eles:

a) Sociedade:

- 1) Aumentar o número de passageiros transportados,
- 2) Garantir a satisfação de passageiros,
- 3) Prospectar novos clientes para desenvolver estudos e projetos de transportes sobre trilhos,
- 4) Desenvolver projetos e operar sistemas com sustentabilidade socioambiental,
- 5) Ampliar interlocução político-institucional com atores de interesse e,
- 6) Ampliar a malha ferroviária e a integração com os demais modais;

b) Sustentabilidade Financeira:

- 1) Elevar as receitas operacionais e extra operacional,
- 2) Otimizar os custos operacional e administrativo e,
- 3) Reduzir ações judiciais;

c) Processos Internos:

- 1) Padronizar procedimentos operacionais e administrativos e,
- 2) Implantar banco de dados de custos metroferroviários;

d) Aprendizado e Crescimento:

- 1) Padronizar estrutura tecnológica de sistemas e equipamentos metroferroviários,
- 2) Implementar sistemas gerenciais integrados de TICs,
- 3) Implementar gestão de pessoas por competências,
- 4) Implementar gestão do conhecimento e,
- 5) Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal

A esses objetivos foram associadas 72 ações a serem desenvolvidas pelas 14 áreas da unidade, ao longo do exercício de 2017

2 - Metas Operacionais Para 2017

DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.010.906
MDU:	7.256
RECEITA OPERACIONAL:	R\$960.491,00
RECEITA TOTAL:	R\$1.067.067,00
CUSTO TOTAL:	R\$31.492.620,00
CUSTO PESSOAL:	R\$18.761.620,00
TAXA DE COBERTURA:	3,42%

V - SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

1 – Objetivos

1.1 - Objetivo Institucional

VIABILIZAR A EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ, COM A REALIDADE VLT, AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DO TRANSPORTE LOCAL.

DIRETRIZES

- Desenvolver estudos de expansão para regiões que apresentam maior tendência e consolidação das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano, atendendo as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- Integrar-se de forma mais efetiva aos processos de Planejamento da Cidade de Maceió, dos quais a CBTU já vem participando;
- Garantir recursos para estudos e projetos;

META

O crescimento da participação da CBTU no mercado de transporte público da cidade e regiões metropolitanas, no prazo de 4 anos no período de 2016-2019, desde que haja a continuidade dos investimentos pelo Governo Federal, atingindo o número de 40.000 passageiros/dia.

1.2 - Objetivo Financeiro

AUMENTAR A RECEITA TOTAL E REDUZIR AS DESPESAS

DIRETRIZES

- Minimizar o índice de evasão;
- Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos

- Integrar as funções de planejamento, orçamento, execução e avaliação
- Aprimorar sistema de fiscalização própria;
- Implantar política de marketing efetiva;
- Promover campanhas de conscientização de redução de custos.

META

Aumentar o número de passageiros transportados para alavancar as receitas, com o incentivo de conclusão das obras e expansão do sistema

1.3 - Objetivo de Recursos Humanos

PROMOVER A VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES.

DIRETRIZES

- Conscientizar o corpo gerencial da importância da capacitação dos colaboradores vinculados à sua área;
- Criar multiplicadores para promover treinamentos internos;
- Promover política de endomarketing.
- Implantar gestão de transparência com a disseminação dos valores de ética e os conceitos de planejamento estratégico da STU - MAC.
- Motivar o corpo funcional buscando novas ideias, trocando e atualizando conhecimentos para a obtenção de melhores resultados;
- Qualificar e valorizar a equipe através de programas de treinamento e desenvolvimento para que a mesma possa oferecer um serviço mais eficiente e atrativo para os atuais e novos usuários;
- Promover campanhas educativas e preventivas de saúde voltadas para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores;

META

Utilizar em totalidade os recursos disponíveis para capacitação do maior número possível de colaboradores da STU-MAC.

1.4 - Objetivo de Processos, Serviços e Fornecedores

MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO.

DIRETRIZES

Continuar a modernização do sistema com remodelação da via permanente;
 Construção de novas estações atendendo os padrões do Programa de Acessibilidade;
 Conhecer as necessidades do cliente;
 Normatizar procedimentos administrativos e operacionais, buscando a eficiência dos serviços ofertados;
 Realizar a manutenção preventiva e corretiva de material rodante e via permanente.

META

Assegurar a manutenção do número de passageiros transportados evitando a diminuição de grade horária e consequentemente diminuição do número de passageiros transportados.
 Assegurar 100% de Regularidade;

Assegurar 100% de Pontualidade;
Atender o programa Brasil Acessível conforme Decreto 5.296 de Dezembro 2004.

2 - Metas Operacionais Para 2017

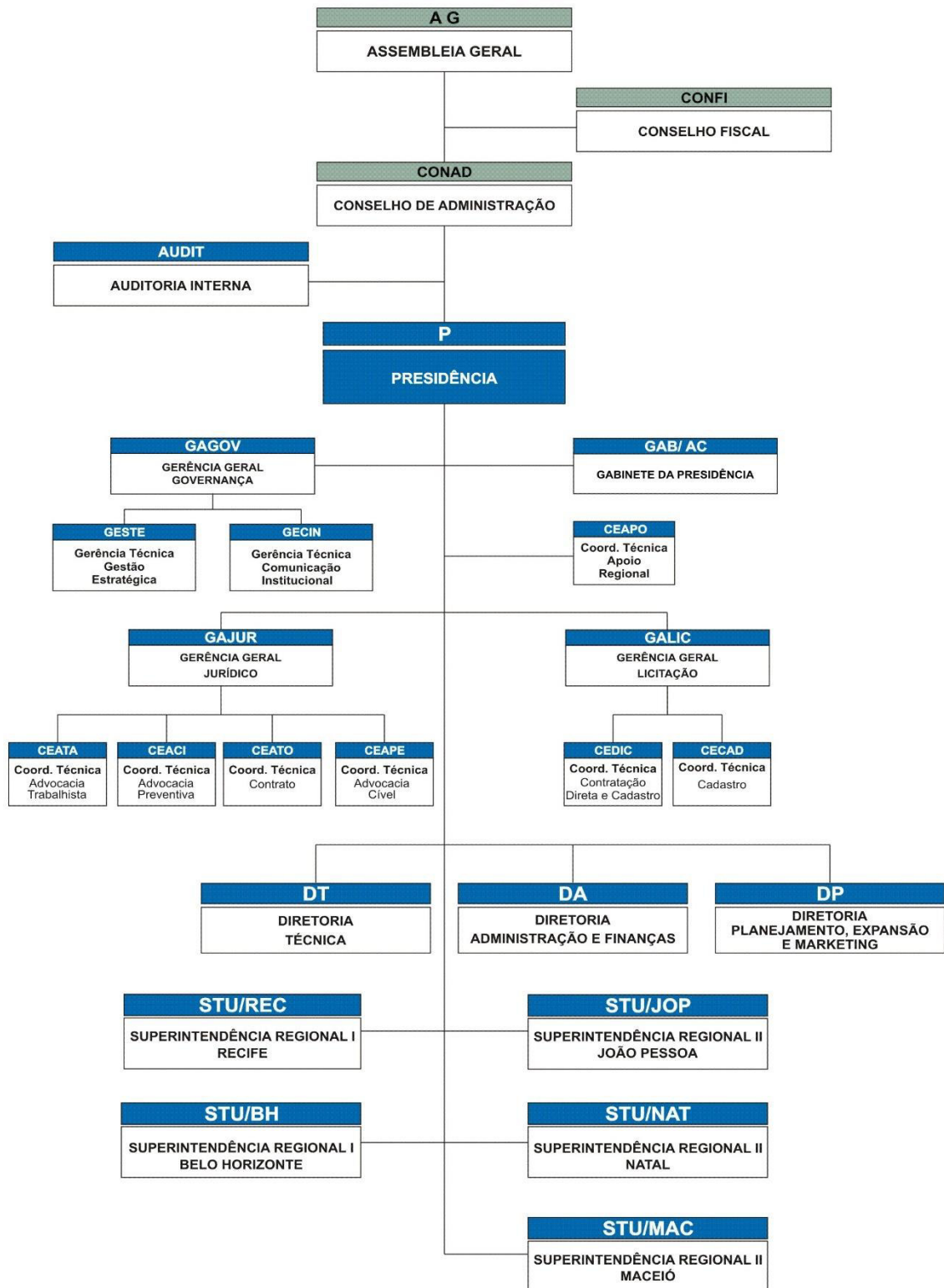
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.302.000
MDU:	9.298
RECEITA OPERACIONAL:	R\$1.081.940,00
RECEITA TOTAL:	R\$1.117.940,00
CUSTO TOTAL:	R\$36.839.870,00
CUSTO PESSOAL:	R\$23.162.870,00
TAXA DE COBERTURA:	3,74%

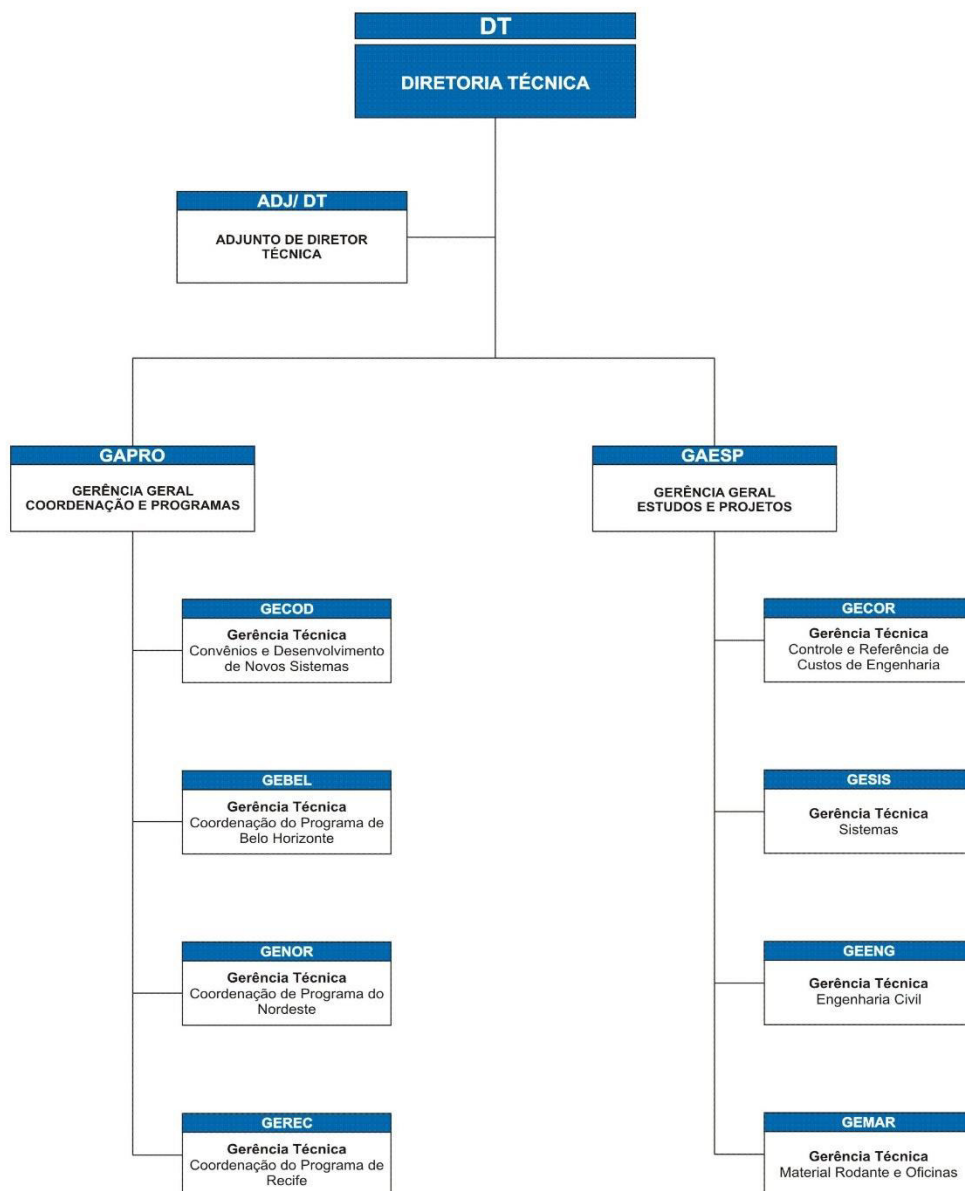
PRINCIPAIS METAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS (CBTU) PARA 2017 E COMPARATIVO ENTRE A EXECUÇÃO EM 2016 E 2017

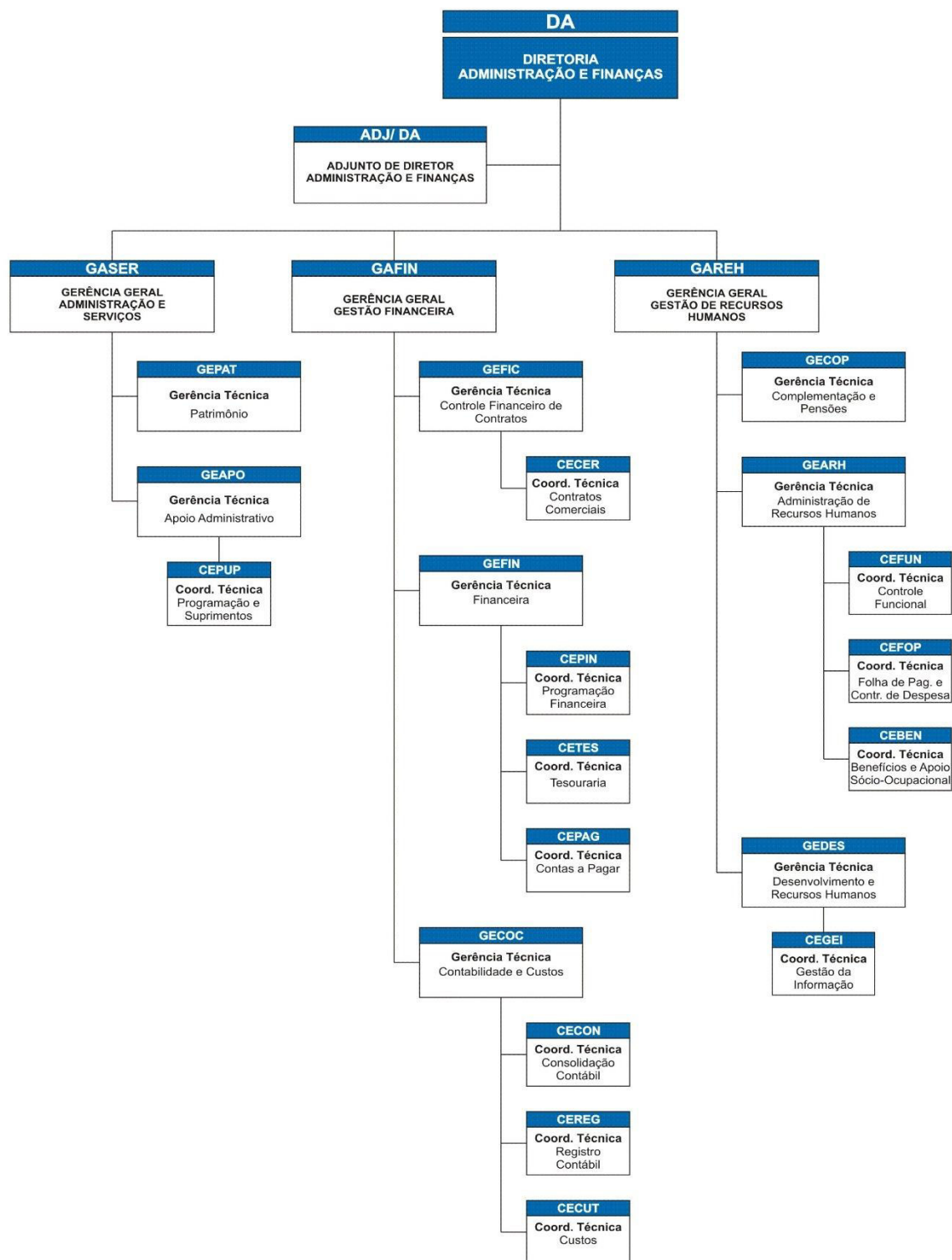
Indicadores	2017	2017	2016	(B)/(A) %	(B)/(C) %
	previsto (A)	realizado (B)	realizado (C)		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	172.485.869	169.773.358	172.901.679	-1,6%	-1,8%
MDU:	576.162	561.843	561.496	-2,5%	0,1%
RECEITA OPERACIONAL:	R\$172.189.285,00	R\$160.124.141,00	R\$157.666.466,00	-7,0%	1,6%
RECEITA TOTAL:	R\$180.221.588,00	R\$167.982.889,00	R\$164.123.596,00	-6,8%	2,4%
CUSTO TOTAL:	R\$742.148.170,00	R\$739.368.358,00	R\$599.606.689,00	-0,4%	23,3%
CUSTO PESSOAL:	R\$494.899.170,00	R\$519.654.905,00	R\$408.287.265,00	5,0%	27,3%
TAXA DE COBERTURA:	24,28%	22,70%	27,30%	-6,5%	-16,8%

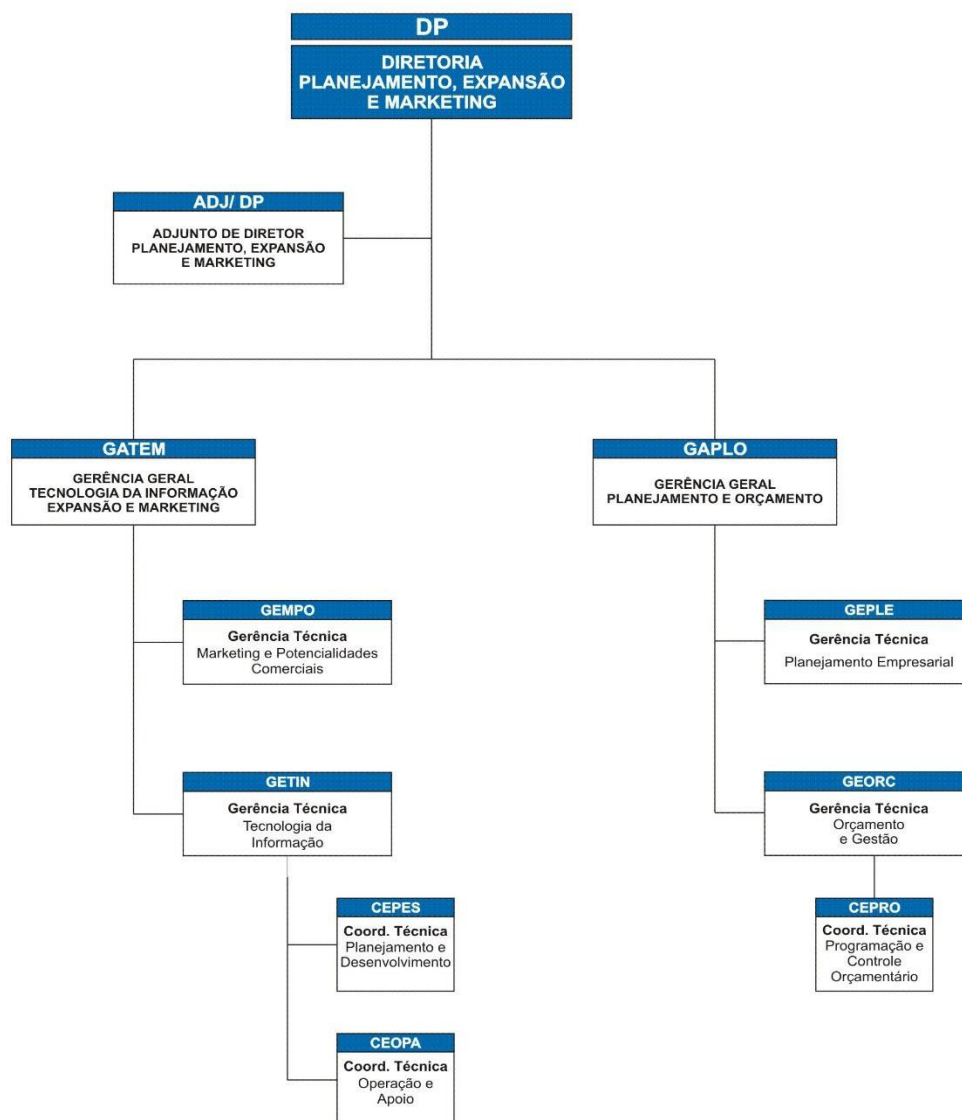
1.5 - Organograma

Com sua vinculação ao Ministério das Cidades em 2003, a CBTU passou a ter o seguinte organograma, definido pela Resolução do Diretor – Presidente nº 0524-2010, de 01 de junho de 2010, alterado na 315ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de julho de 2013 (encerramento das atividades das Coordenadorias Técnicas de Salvador e de Fortaleza), pela Resolução do Diretor Presidente RPR-172-A, de 22 de dezembro de 2014 (criação da Gerência Técnica de Governança e Controladoria), pela Resolução do Diretor Presidente RPR-296-2015, de 23 de dezembro de 2015 (readequação da estrutura organizacional da Administração Central), pela Resolução do Diretor-Presidente nº 135-2017, de 25 de maio de 2017, alterado na 582ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 16 de maio de 2017 (readequação da estrutura organizacional da Administração Central à Lei 13.303/2016) e pela resolução do Diretor Presidente RPR-307-2017, de 28 de novembro de 2017 (ajuste da estrutura organizacional da Administração Central):









Cada Superintendência Regional é estruturada em Gerências Regionais e Coordenações.

A revisão dos documentos institucionais com as definições e atribuições do novo organograma da empresa foi iniciada em 2013, com a criação de Grupo de Trabalho para revisar o Manual de Organização, com atualizando as atribuições e competências de cada área da Companhia. Os trabalhos foram concluídos em 2015.

A CBTU, de acordo com seu Estatuto Social, Cap. II – art. 4º, tem por objeto:

- a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;

- o gerenciamento das participações societárias da União e da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano de pessoas;
- a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

A área estratégica da CBTU é composta por suas Diretorias, na Administração Central, e as Superintendências Regionais, operadoras dos sistemas de trens urbanos.

As informações referentes às competências das áreas estratégicas estão registradas no Quadro A.1.5.1

Quadro A.1.5.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Presidência (P)	José Marques de Lima	Diretor-Presidente	07Jul2016 -	I.Superintender e dirigir os negócios da CBTU, de maneira a assegurar o seu eficiente funcionamento e coordenar as atividades dos demais membros da Diretoria;
				II.Controlar a execução da política econômica e financeira da CBTU;
				III.Representar a CBTU, ativa e passivamente, em juízo ou em suas relações com terceiros, podendo, para tal fim, constituir procuradores, designar e autorizar prepostos;
				IV.Assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria, os atos e contratos que obriguem a CBTU ou exonerem terceiros de responsabilidade para com ela, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				V.Movimentar, em conjunto com outro membro da Diretoria, as contas bancárias da Companhia, podendo delegar tais atribuições a outro membro da Diretoria ou constituir procurador;
				VI.Apresentar o relatório anual dos negócios da CBTU ao Conselho de Administração, para ser submetido à Assembléia Geral Ordinária;
				VII.Submeter à Diretoria, ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral os assuntos que por esses devam ser examinados;
				VIII.Admitir, conceder direitos, promover, transferir, punir e dispensar empregados de qualquer categoria;
				IX.Convocar as Assembléias Gerais em nome da Diretoria, de acordo com as disposições legais pertinentes;
				X.Designar os representantes da CBTU nas hipóteses previstas no item IV do parágrafo 2º, art. 2º, do Decreto nº 89.396 de 22.02.84 e no Decreto nº 1.091, de 21.03.94 e instruí-los sobre o exercício do direito de voto;
				XI.Exercer as atribuições não previstas que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Conselho de Administração;
				XII.Designar os ocupantes de cargos comissionados;
				XIII.Fazer publicar, na forma da lei e do Estatuto Social, as decisões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Diretoria de Administração e Finanças (DA)	Antonio Geraldo Bosshard	Diretor de Administração e Finanças	08jul2016 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas a serem aplicados ao conjunto da CBTU, no que se refere à gestão administrativa, financeira e de recursos humanos;
				II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes às relações da Companhia com os sindicatos e demais órgão externos;
				III. Aprovar as instruções normativas no âmbito da sua Diretoria.
Diretoria Técnica (DT)	Sergio Sampaio Sessim	Diretor Técnico	28ago2014 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das políticas, planos e programas de transporte a serem executados pela Companhia;
				II. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a elaboração de estudos e projetos, de forma a promover a integração do desenvolvimento tecnológico no campo da engenharia dos sistemas de trens urbanos;
				III. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar a execução das obras e montagens referentes à expansão e reformas dos sistemas de trens urbanos;
				IV. Orientar e coordenar as ações da diretoria na elaboração de termos de referências e editais para contratação de obras e serviços de responsabilidade da Diretoria Técnica;
				V. Elaborar normas, procedimentos e padrões técnicos para execução das atividades de desenvolvimento e serviços tecnológicos.
Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing (DP)	José Marques de Lima	Diretor de Planejamento, Expansão e Marketing	30/06/2016 -	I. Dirigir, supervisionar, coordenar e implantar o Planejamento Estratégico, Empresarial, Orçamentário e de Transporte Urbano;
				II. Coordenar a política de marketing e de responsabilidade social da Companhia;
				III. Supervisionar a elaboração e a divulgação do Balanço Social da Companhia;
				IV. Coordenar as ações necessárias para a captação de parcerias no setor privado, público e com organizações não-governamentais para implementação de projetos;
				V. Coordenar a captação de recursos junto a organismos internacionais, instituições de fomento ao comércio exterior e demais fontes de financiamento nacionais e internacionais;
				VI. Coordenar a política tarifária da Companhia.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação	Competências
Superintendência Regional de Belo Horizonte (STU-BH)	Miguel da Silva Marques	Superintendente Regional	03Nov2015 -	I. Executar a política estabelecida pela CBTU para o sistema de trens urbanos local assegurando o cumprimento pleno das finalidades econômicas e sociais a que se destina a STU;
				II. Assegurar o perfeito relacionamento da STU com a Administração Central.
Superintendência Regional de Recife (STU-REC)	Leonardo Villar Beltrão	Superintendente Regional	25mai2016 -	III. Exercer a coordenação geral dos órgãos locais;
				IV. Atuar no planejamento das áreas de interface da STU com o ambiente externo, a comunidade, os usuários e os gestores de transportes públicos de passageiros;
Superintendência Regional de Natal (STU-NAT)	Leonardo Gurgel de Faria Diniz	Superintendente Regional	25Set2015 -	V. Representar a STU, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
				VI. Estabelecer as diretrizes de ação para as atividades da STU;
Superintendência Regional de João Pessoa (STU-JOP)	Paulo José de Mello Barreto	Superintendente Regional	18Set2015 -	VII. Detectar as oportunidades, e preparar a STU para assumir crescente autonomia e maiores responsabilidades técnicas, administrativas e institucionais;
				VIII. Aprovar os planos e programas de trabalho e as propostas orçamentárias;
Superintendência Regional de Maceió (STU-MAC)	Marcelo de Aguiar Gomes	Superintendente Regional	13Mai2011 -	IX. Autorizar a realização de licitações e homologar os respectivos processos, na forma da legislação vigente e normas internas da Companhia;
				X. Aprovar sistemas, métodos e procedimentos visando a racionalização dos processos no âmbito da STU

Fonte: GAPLO/DP-GAGOV/P

1.6 - Macroprocessos Finalísticos

No contexto de seu objeto, são considerados como macroprocessos finalísticos da CBTU todas as ações finalísticas sob sua gestão. Estão incluídas neste conceito as ações do tipo Projeto (implantação, recuperação e/ou modernização de sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos), por estarem diretamente relacionadas à razão de existir da CBTU e a ação de Funcionamento dos Sistemas, por ser imprescindível à prestação de serviço de transporte de passageiros sobre trilhos (negócio da CBTU).

Todas as ações estão associadas ao Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, à exceção da ação de Funcionamento dos Sistemas, que está incluída no Programa 2116 – Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades.

No quadro A.1.6.1, a seguir, encontra-se a relação das ações incluídas na LOA, que compuseram os macroprocessos finalísticos da CBTU em 2017:

Quadro A.1.6.1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PROGRAMA 2048 – MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO				
15.453.2048.10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados. Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.		
		EMENDA DE BANCADA – Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG. (esta ação teve a dotação aprovada cancelada ao longo do exercício, não apresentando execução)	População da região metropolitana de Belo Horizonte	DIRETORIA, STU-BH
		Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa: Construção de 4 novas estações (Tibiri, Baixo Rosa, km 215 e IFPB) e reconstrução de 2 estações (novo posicionamento: Nova	População da região metropolitana de João Pessoa	DIRETORIA, STU-JOP

		Bayeux e Nova Jacaré), reforma e adequação de 9 estações (St. Rita, Várzea Nova, Ilha do Bispo, João Pessoa, Mandacaru, Renascer, Poço, Manguinhos e Cabedelo), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (30 km), construção de terminais de integração, execução de desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 2 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via e automação de 22 passagens de nível.		
		<p>Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal.</p> <p>Consiste nas seguintes intervenções, divididas em duas partes:</p> <p>Parte1- Linha Natal – Extremoz: construção de 6 novas estações (Shopping Norte, Fronteiras, Nova Alecrim, Baldo, BR Norte e Nordeste) e reconstrução(novo posicionamento) de 4 estações (Nova Natal, Quintas, Nova Soledade e Extremoz), reforma e adequação de 4 Estações (Estrela do Mar, Nordelândia, Sta. Catarina e Igapó), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (21,3 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 15</p>	População da região metropolitana de Natal	DIRETORIA, STU-NAT

		<p>passagens de nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p> <p>Parte2- Linha Sul: construção de 1 nova estação (BR Sul), reforma e adequação de 9 Estações (Natal, Padre João Vieira, Bom Pastor, Cidade da Esperança, Pró-Morar, Pitimbu, Cidade Satélite, Jd. Aeroporto e Parnamirim), remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente (17 km), vedação total da faixa de domínio, construção de 3 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações, automação de 13 passagens de nível e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização das vias.</p>		
		<p>Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió.</p> <p>Consiste nas seguintes intervenções: construção de 13 novas estações (Maceió; Mercado; Bom Parto; Mutange; Bebedouro; Flexal; Goiabeira; Fernão Velho; ABC; Rio Novo; Satuba; Utinga e Rio Largo), de terminais de integração, remodelação de toda infra e superestrutura da via permanente, execução de desvios em estações, vedação total da faixa de domínio, construção de 5 viadutos rodoviários para a transposição da ferrovia, fornecimento e instalação dos equipamentos de telecomunicações e fornecimento e instalação dos equipamentos de sinalização de via de 23 passagens de</p>	<p>População da região metropolitana de Maceió</p>	<p>DIRETORIA, STU-MAC</p>

		nível. Desenvolvimento do Projeto Executivo da nova linha Maceió – Mangabeiras com a implantação de 4 estações.		
		<p>Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Recife.</p> <p>O Projeto consiste em intervenções nas linhas Centro e Sul com implantação de tecnologia metroviária, construção de estações e terminais de passageiros, implantação dos sistemas de eletrificação, sinalização, telecomunicações e bilhetagem automática; recuperação de material rodante incluindo a climatização de 25 TUEs antigos. Modernização do sistema existente de Cajueiro Seco e Cabo, com duplicação da via, recuperação da infraestrutura e substituição do material rodante por 9 veículos leves sobre trilhos (VLTs). A intervenção na Linha Sul é complementada com a aquisição de mais 15 TUEs e relocação da linha ferroviária de carga, entre Afogados e Cajueiro Seco, segregando-a do transporte de passageiros. Na Linha Centro, além de melhorias no trecho entre Recife e Rodoviária, consiste em sua expansão compreendendo a implantação de 4,7km de via e a construção de duas novas estações (Cosme e Damião e a Estação Terminal Camaragibe), ligando a Estação Rodoviária (TIP) a Camaragibe (TIMBI).</p>	População da região metropolitana de Recife	DIRETORIA, STU-REC

PROGRAMA 2116 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES				
15.453.2116.2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	<p>Recuperação de vias e material rodante; operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros visando garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, e otimizar o atual padrão de serviço, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.</p> <p>Serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo de estações, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.</p>	Usuários dos sistemas	<p>DIRETORIA, STU-BH STU-REC STU-NAT STU-JOP STU-MAC</p>

Fonte: GAPLO/DP

1.7 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.1.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2016			
Denominação completa			
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS		31/12/2017	31/12/2016
Governo	Tesouro Nacional	99,999	99,999
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	99,999	99,999
Free Float	Pessoas Físicas	0,001	0,001
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Ordinárias (%)		100	100

Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS		31/12/2017	31/12/2016
Governo	Tesouro Nacional		
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo		
Free Float	Pessoas Físicas		
	Pessoas Jurídicas		
	Capital Estrangeiro		
	% free float		
Subtotal Preferenciais (%)			
Total		100%	100%

Fonte: GAFIN/DA

1.8 - Participação em Outras Sociedades

A CBTU não possui investimentos permanentes em outras sociedades

Fonte: GAFIN/DA

1.9 - Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2017, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comercio em 08 de agosto de 2017, foram tratados e votados assuntos comuns na pauta, a saber: pela aprovação das demonstrações financeiras do exercício 2106, deliberação da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal, ratificação da nomeação de membros do Conselho de Administração e eleição de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

E. Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2017, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comercio em 08 de agosto de 2017, foram tratados e votados assuntos comuns na pauta, a saber: mudança do Estatuto social, artigos: 12º, 20º e 23º.

https://www.cbtu.gov.br/images/relatorios/assembleia_geral/2017_04_ordinaria.pdf

https://www.cbtu.gov.br/images/relatorios/assembleia_geral/2017_04_extraordinaria.pdf

https://www.cbtu.gov.br/images/relatorios/assembleia_geral/2018_01_extraordinaria.pdf

Fonte: GAGOV

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 – Planejamento Organizacional

O Plano Estratégico da CBTU foi revisado no ano de 2017, mantendo-se a metodologia Balanced Scorecard (BSC), sob a qual está baseado. O processo de revisão, coordenado pela Administração Central, contou com a participação de representantes de todas as Unidades Administrativas, posteriormente sendo submetido à Diretora Executiva e ao Conselho de Administração para análise e aprovação.

Este processo teve como objetivos alinhar as visões e reforçar a construção de uma ação gerencial comprometida com a busca de mais eficiência e de melhores resultados para a Companhia. Na ocasião, mantiveram-se os direcionadores estratégicos da CBTU (missão, visão e valores), e revisaram-se os objetivos estratégicos, além da carteira de iniciativas estratégicas. O desenvolvimento contemplou, também, a investigação de oportunidades e ameaças, forças e fraquezas (análise SWOT), a análise de sua situação atual, além do levantamento das questões estratégicas da CBTU até 2019.

Plano Estratégico da CBTU está estruturado da seguinte maneira:

Missão: promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

Visão: tornar-se referência no planejamento, projeto, implantação e operação do transporte urbano de pessoas sobre trilhos, propiciando a ampliação da participação deste modal nas cidades e a expansão da malha metroferroviária nacional.

Valores Organizacionais da CBTU

- **Comprometimento** - Identificar-se com a missão da organização.
- **Eficácia** - Fazer as tarefas de forma a atingir os objetivos esperados.
- **Planejamento** - Elaborar planos para evitar improvisação na organização.
- **Probidade** - Administrar de maneira adequada o dinheiro público.
- **Qualidade** - Comprometer-se com o aprimoramento dos produtos e serviços.

Fonte: GESTE

2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

No contexto dos objetivos setoriais e orientações estratégicas do Ministério das Cidades e de acordo com a legislação vigente, a CBTU tem como objetivos estratégicos, externalizados através de suas macro ações ou atividades finalísticas:

- Implantar e modernizar sistemas de trens urbanos;
- Manter e operar os sistemas de trens urbanos sob sua administração;
- Fomentar os sistemas de transporte sobre trilhos no contexto da implantação das políticas da mobilidade e desenvolvimento urbano.

Em 2017, suas ações foram desenvolvidas com foco nestes objetivos estratégicos, visando a continuidade das intervenções nos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, e a recuperação e modernização dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Complementando sua atuação, a operação dos cinco sistemas sob sua gestão, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, viabilizou o transporte de 169,8 milhões de passageiros em 2017, resultado inferior em 1,8% ao obtido em 2016.

Sua estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos compreende o desenvolvimento de suas ações em conformidade com o PLANO PLURIANUAL 2016-2019. A Proposta Orçamentária, elaborada para cada exercício, explicita, para cada uma das ações sob sua gestão, as metas

pretendidas, o avanço físico possível de ser atingido, os benefícios advindos de seu alcance e a dotação orçamentária necessária para sua execução, dentro do exercício. A implementação desta proposta é condicionada ao Orçamento aprovado na LOA e à disponibilização de limites orçamentários para movimentação e empenho. Todo o planejamento de execução das ações no PPA 2016-2019 foi registrado no SIOP - Sistema de Informações de Orçamento e de Planejamento, sendo atualizado e monitorado mensalmente.

Objetivos Estratégicos para o período 2017-2019:

Perspectiva Sociedade:

- **AUMENTAR O NÚMERO DE CLIENTES TRANSPORTADOS:** fortalecer a finalidade precípua da Companhia.
- **AUMENTAR A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES:** transportar passageiros sobre trilhos, assegurando a regularidade, pontualidade e segurança.
- **PROMOVER A CAPTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS EXTERNOS À COMPANHIA PELO CORPO TÉCNICO DA CBTU:** possibilitar a atuação do corpo técnico da CBTU para o desenvolvimento de estudos e projetos externos à Companhia.
- **DESENVOLVER PROJETOS E OPERAR SISTEMAS COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** planejar, executar e operar os sistemas metroferroviários da CBTU com foco na sustentabilidade socioambiental.
- **PROMOVER A IMAGEM INSTITUCIONAL:** buscar o desenvolvimento de ações voltadas às partes interessadas da CBTU, a fim de fortalecer a unidade da Empresa e sua imagem corporativa.

Perspectiva Sustentabilidade Financeira

- **ELEVAR AS RECEITAS OPERACIONAL E EXTRAOPERACIONAL:** criar melhores condições financeiras para a manutenção, operação e investimentos para a Companhia, reduzindo a dependência dos recursos da União.
- **OTIMIZAR OS CUSTOS OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO:** a otimização de custos é uma preocupação constante das empresas de um modo geral, mas especialmente das empresas públicas, a fim de garantir maior eficiência e efetividade na aplicação dos limitados recursos públicos.
- **REDUZIR AÇÕES JUDICIAIS:** as ações judiciais, em especial as trabalhistas, além de representarem uma significativa despesa para a Companhia, impactam de forma negativa o desempenho de seus empregados, dado que decorrem de algum tipo de tensão nas relações de trabalho. Faz-se necessário atuar para reduzir o surgimento de novas ações e articular estratégias que mantenham a taxa de sucesso.

Perspectiva Processos Internos

- **PROMOVER A EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO SISTEMA:** buscar o desenvolvimento de ações internas e externas à CBTU que viabilizem a manutenção da infraestrutura, dos materiais rodantes, de materiais de via, dos sistemas aéreos, e dos sistemas de TICs existentes, assim como na captação, retenção e desenvolvimento técnico do capital humano.
- **PADRONIZAR PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS:** possibilitar a adoção de melhores práticas de gestão, governança e conformidade, tornando padrão processos e procedimentos comuns a toda a CBTU.
- **APERFEIÇOAR A GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS E OS CONTROLES INTERNOS ASSOCIADOS:** implementar a Política e o Plano de Gerenciamento de Riscos da CBTU, cuidando para que os processos de gerenciamento de riscos estejam adequados ao porte da Companhia e coerentes com sua natureza.
- **IMPLANTAR BANCO DE DADOS DE CUSTOS METROFERROVIÁRIOS:** a consolidação de informações sobre os custos metroferroviários em uma única base de dados

propiciará ganhos de economicidade e eficiência para as operações da Companhia; além do efetivo controle de custos operacionais.

Perspectiva Aprendizado e Crescimento

- **PROMOVER A GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA:** consiste em observar, desenvolver e prover pessoas capacitadas para a realização de atividades, detectando as competências necessárias para se exercer bem determinada função.
- **PROMOVER A GESTÃO DO CONHECIMENTO:** preservar o conhecimento acumulado pelo corpo técnico da Companhia, através da busca pela identificação, criação, retenção, disseminação e aplicação dos conhecimentos de cunho estratégico e específicos do segmento metroferroviário.
- **REVISAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O QUADRO DE LOTAÇÃO DE PESSOAL:** para implementar adequadamente a estratégia, a Companhia deve rever sua estrutura organizacional, a fim de facilitar esta tarefa e garantir o dimensionamento e os perfis adequados de sua força de trabalho.
- **PROMOVER E PROVER SOLUÇÕES DE TICs INTEGRADAS E SEGURAS:** garantir a unicidade e integridade dos dados, possibilitando a tomada de decisão gerencial mais efetiva e a racionalização de processos.

FONTE: GAPLO/GAGOV

2.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A CBTU, em 2017, obteve recursos aprovados na LOA para as ações inseridas nos seguintes objetivos do PPA 2016-2019:

PROGRAMA 2048:

Objetivo 0574: Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Este objetivo compreende a ação finalística:

15.453.2048.10SS – Apoio a Sistemas de Transporte Coletivo Urbano, com Planos Orçamentários definidos para Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió, Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Recife e Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte.

Os planos de ação, elaborados pelas Superintendências da CBTU a cada ano, estão alinhados aos objetivos do PPA, buscando a melhoria da qualidade e a ampliação da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos a uma parcela cada vez maior da população das cidades onde está inserida.

FONTE: GAPLO

2.2 – Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Desde 2007, a CBTU tem ações incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, sendo objeto de acompanhamento e monitoramento pelo Ministério do Planejamento. A aplicação de recursos federais em obras e projetos de interesse de Estados e Municípios, através de transferência, é acompanhada e fiscalizada pela CBTU, observando-se o disposto na IN-01/97, de 15 de janeiro de 1997, alterada (INCISOS III E IV DO ART.18) pela IN/STN/01, de 1º de fevereiro de 1999 e alterada

(§ 3º ART. 31) pela IN/STN/01, de 13 de março de 2000, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011 e do Tribunal de Contas da União, mediante determinações emanadas nos acórdãos daquela Corte de Contas.

Mensalmente é acompanhado o avanço físico e financeiro de cada uma das ações, a partir das informações prestadas pelos gestores de cada contrato. Estes resultados são apresentados no Relatório Mensal de Atividades, publicado no portal da Internet. As metas operacionais previstas pelas STU em seus Planos de Ação anuais são acompanhadas e os resultados mensais são informados pelas Superintendências à Administração Central, que mantém um banco de dados dos indicadores operacionais. Mensalmente, estes resultados são apresentados ao Conselho de Administração da CBTU.

Com relação aos Planos Plurianual e à LOA, o monitoramento é feito através do SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, do Ministério do Planejamento, através de atualização de informações obedecendo a calendário determinado pelo Ministério do Planejamento.

A Gerencia Técnica – Gestão Estratégica (GESTE), é o órgão da Administração Central responsável pelo monitoramento e acompanhamento do Planejamento Estratégico da CBTU, juntamente com o Comitê Permanente de Planejamento Estratégico, composto por funcionários das Superintendências de Trens Urbanos e da AC.

O portfólio de ações estratégicas da CBTU baseia-se nas necessidades apresentadas pela Companhia e segue as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

A GESTE acompanha o desenvolvimento de indicadores para mensurar a evolução dos objetivos estratégicos. Ao todo, são 22 indicadores apurados trimestralmente, dos quais 10 são de desempenho operacional, já acompanhados pela Companhia, e 12 específicos do Planejamento Estratégico.

Os indicadores estratégicos são:

- Reclamação por passageiro transportado
- Matérias veiculadas nos veículos de comunicação
- Parcerias e divulgação institucionais realizadas com *stakeholders* do setor metroferroviário
- Campanhas e eventos educativos, culturais voltados aos usuários
- Estoque de ações judiciais
- Novas ações anuais
- Processos administrativos e operacionais mapeados
- Execução do sistema de gestão de custos metroferroviário
- Nível de conformidade com as recomendações do Guia de PDTIC-SISP
- Percentual de ações de desenvolvimento dos sistemas críticos atendidas com o uso do processo de software
- Treinamento por instrutoria interna
- Percentual de áreas com lotação de pessoal revisada

Fonte: GAPLO/GESTE

2.3 – Desempenho Orçamentário

Suas principais ações, no contexto da função de governo 15 - URBANISMO, subfunção 453 - TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, incluídas no Plano Plurianual 2016–2019, no Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, detalham aquelas atividades finalísticas, tendo como público alvo a população, em especial a de baixa renda, dos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas onde atua.

No período de 2008 a 2012, a CBTU aplicou cerca de R\$1,9 bilhão na expansão dos sistemas, aplicados em via permanente, material rodante e obras civis. Somente em 2012, foram investidos R\$461 milhões na compra de novas composições, e R\$193,6 milhões na implantação, modernização e recuperação de seus sistemas. Isso representou a aquisição de 10 novos trens para Belo Horizonte e 20 VLTs para João Pessoa e Natal, além de duas locomotivas para reforço da operação nesta última capital. Para atender à população de Maceió e Recife, a CBTU investiu R\$336,6 milhões em 32 novas composições, cuja entrega foi concluída em 2013.

Em 2014, as obras de Modernização dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió foram incluídas no PAC. Os recursos destinados a esses três sistemas, mais Fortaleza e Recife, totalizaram R\$250.936.486. Em 2015, os recursos de investimento para a CBTU totalizaram apenas R\$33.600.521. No ano de 2016, foram aplicados R\$61.150.000 no sistema de Recife, e R\$33.119.804 em Natal, João Pessoa e Maceió.

O orçamento total aprovado na LOA para as obras do PAC (investimento) em 2017 foi de R\$137.860.000,00. Com as alterações realizadas ao longo do ano, foi reduzido a R\$40.000.000,00, dos quais foram empenhados R\$37.551.456,63. Cabe ressaltar que o sistema de Belo Horizonte foi contemplado com R\$2.396.133 no exercício.

Com relação ao orçamento para as ações de custeio (GND 3), o valor aprovado na LOA em 2017 foi de R\$264.046.771,00, o qual, após as movimentações ao longo do exercício, passou a R\$264.196.771,00, sendo liberados R\$258.289.782,00 de limite orçamentário. As ações amparadas com esta dotação foram: Funcionamento dos Sistemas, Administração da Unidade, Publicidade de Utilidade Pública e Capacitação de Recursos Humanos.

(Fonte: GAPLO)

2.3.1 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Foram incluídas neste item as ações integrantes do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, amparando os investimentos feitos pela Companhia em 2017, 2116 – Gestão e Administração da Unidade, amparando a administração, operação e manutenção dos cinco sistemas de trens urbanos, objeto principal da CBTU, 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, 0905 - Operações Especiais: Serviço Da Dívida Interna (Juros E Amort) e 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

.

2.3.1.1 - Ações do OFSS

2.3.1.1 - Ações do OFSS

Quadro A.2.3.1.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0022		Tipo: Atividade			
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Operações especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
104.000.000	139.590.679,00	137.385.371,76	130.783.044,24	130.782.224,88	7.068,40	4.050,39
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
21.717.484,50	100,00	241.598,15	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	002F Tipo: Atividade					
Título	Cumprimento de Débitos Judiciais Devidas por Empresas Estatais					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
			0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			-	-	-	

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Projeto			
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e Natalidade					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.200,00	46.200,00	18.672,30	18.672,30	18.672,30	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Benefício concedido		R\$	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.000,00	0	0	Trecho implantado	%	3,5	

Identificação da Ação							
Código	0283		Tipo:				
Título	Amortização e encargos de financiamento da dívida contratual						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amort) Código: 0905 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2017							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
10.265.932,00	10.265.932,00	8.197.839,41	8.197.839,41	8.197.839,41			
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
					0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Trecho implantado		%		

Identificação da Ação						
Código	0536 Tipo: Atividade					
Título	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação					
Iniciativa	-					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa- operações especiais: outros encargos especiais Código: 0909 Tipo:					
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.407.840	22.407.840	22.407.840	21.520.083	21.520.083	0	887.757,26
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pensão concedida		R\$	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Trecho implantado	%		

Identificação da Ação								
Código	10SS		Tipo: Projeto					
Título	Apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano							
Iniciativa								
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574							
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU							
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2017								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2017		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados	
137.860.000,00	39.999.999,00	37.551.456,63	16.306.167,29	15.975.787,61		179.530,00	31.420.083,84	
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado		Realizado	
Sistema apoiado			%	9,64	9,63		2,70	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado		Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada
29.046.111,96	14.765.278,04		0	Trecho implantado		%		50,83

Identificação da Ação						
Código	2000Tipo: Atividade					
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.300.795,00	21.300.795,00	14.474.811,33	12.770.766,74	12.389.925,72	247.459,75	2.349.297,98
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
				0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
347.916,89	1.545.896,82	594.068,59	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação								
Código	2004Tipo: Atividade							
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis							
Iniciativa								
Objetivo								
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático							
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2017								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2017		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados	
16.708.488,00	19.479.522,00	19.356.277,39	19.332.667,34	19.332.527,31		1.916,17	176.564,93	
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante			
					Previsto	Reprogramado	Realizado	
Empregado assistido			un		7418	0	7418	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
33.210,44	25.964,26		153.776,70		Empregado assistido		un	

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis Código: 2116 Tipo: Temático					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
799.920,00	1.247.780,00	1.215.236,80	1.215.236,80	1.215.236,80	109,88	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Empregado assistido			un	606	0	606
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
40.073,40		40.073,40	Empregado assistido		un	

Identificação da Ação							
Código	2011Tipo: Atividade						
Título	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2017							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.030.620,00	1.425.596,00	1.425.596,00	1.420.600,40	1.404.708,18	133,00	42.385,45	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Auxílio concedido			empregado	965	0	965	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
18.668,14	10.175,24	28.197,33	Auxílio concedido		empregado		

Identificação da Ação						
Código	2012Tipo: Atividade					
Título	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.500.000,00	45.500.000,00	45.500.000,00	38.932.252,11	38.928.553,75	6.911.444,80	2.487988,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio concedido			empregado	3561	0	3561
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
505.969,91	138.498,64	505.969,91	Auxílio concedido		empregado	

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Ativos Cíveis da União					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.583.661,00	533.157.958,00	530.813.411,62	530.719.833,92	527.738.791,02	4.237.761,11	858.408,65
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
				0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
93.529,87	35.941,27	877.887,38	Sistema modernizado		%	

Identificação da Ação						
Código	4641Tipo: Atividade					
Título	Publicidade de utilidade pública					
Iniciativa	-					
Objetivo	-Código: -					
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
489.444,00	489.444,00	310.892,95	69.842,43	69.842,43	697,05	193.784,67
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
				0	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.004,56	175.610,16	4.508,18				

Identificação da Ação						
Código	5176		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho					
Iniciativa						
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 5754					
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU					
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.000.000,00	722.783,00					0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Trecho implantado			%	0,07	0,07	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
67.831.831,38	0	0	Trecho implantado		%	

Identificação da Ação						
Código	6438					

2.3.1.2 - Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.2.3.1.2 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	10SYTipo: Projeto				
Título	Apoio a Implantação do Trecho Sul – Vila das Flores – João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza				
Iniciativa	Iniciativa 0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e TrânsitoCódigo: 2048Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
13.210.672,19	13.210.672,19	0	Trecho implantado	%	100

Identificação da Ação					
Código	11JD Tipo: Projeto				
Título	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 0574				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			Código: 1295	Tipo:
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
332.135,55	0	0	Trecho implantado	%	0

Identificação da Ação					
Código	142W		Tipo: Projeto		
Título	Modernização dos Sistemas de Trens Urbanos de Passageiros				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
127.637.182,73	4.201.387,20	0	Trecho Modernizado	%	3,29

Identificação da Ação					
Código	14TS		Tipo: Projeto		
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal				
Iniciativa	Iniciativa 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.				
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal. Código: 580				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
27.000,00	27.000,00	140.527,98	Projeto executado	%	100

Identificação da Ação					
Código	14TT Tipo: Projeto				
Título	Modernização e recuperação do sistema de trens urbanos				
Iniciativa	Iniciativa 283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito Código: 2048 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.466.189,59	437.870,66	525.606,32	Projeto executado	%	0

Identificação da Ação					
Código	152S		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.407.301,69	3.383.078,87		Sistema modernizado	%	99,28

Identificação da Ação					
Código	152T		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
12.607.081,58	10.614.020,80	0	Sistema modernizado	%	84,19

Identificação da Ação					
Código	152U		Tipo: Projeto		
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió				
Iniciativa	Iniciativa 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
20.076.186,38	14.816.615,96	0	Sistema modernizado	%	73,80

Identificação da Ação					
Código	2843Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros				
Iniciativa	-				
Objetivo	-Código: -				
Programa	Programa de Manutenção e Gestão do Ministério das Cidades Código: 2116Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.916.411,86	22.668.235,22	4.169.135,79	Média de Passageiro Transportado - MDU	Passageiro Transportado	561.843

Identificação da Ação					
Código	5176		Tipo: Projeto		
Título	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte				
Iniciativa	Iniciativa 027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574				
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
77.719.142,32	0	0	Trecho implantado	%	0

Identificação da Ação					
Código	5754 Tipo: Projeto				
Título	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão, Coqueiral – Rodoviária e Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife.				
Iniciativa					
Objetivo	Código				
Programa	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			Código: 1295	Tipo:
Unidade Orçamentária	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU				
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
70.728.478,50	32.193.499,13	26.196.564,22	Trecho implantado	%	45,52

FONTE: GEORC/GEPL/GAPLO

2.3.1.3 - Ações - Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica à CBTU

2.3.1.4 - Análise Situacional

No exercício de 2017, os macroprocessos finalísticos com recursos aprovados na LOA 2017 e de exercícios anteriores apresentaram a seguinte evolução:

15.453.2048.10SS APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO

Consiste no apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados.

Os projetos apoiados compreendem a infraestrutura e superestrutura de vias, terminais e estações, sinalização, equipamentos e instrumentos de controle, fiscalização.

15.453.2048.10SS - PO 0001 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa:

Na LOA/2017, foi aprovado orçamento de R\$21.930.000,00 e posteriormente limitada à R\$2.028.408,00, com as restrições orçamentárias foram empenhados R\$1.732.016,74. O avanço de 6,2% aquém da meta para o ano, que ficou abaixo da estimado devido a restrições de Limite orçamentário para o exercício de 2017 e pelo remanejamento solicitado, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas. Principais ações no período: Licitado e empenhado em 2017 o Sistema de Radiocomunicação digital. Concluídas as entregas: 4.368 m de dormentes de concreto, 17.391 dormentes de concreto e sobressalentes – sistema de portas, sobressalentes – sistema de freio e o Projeto de Recuperação do Sistema de Trens Urbanos. Continuam em andamento o fornecimento de sobressalentes – sistema de ar condicionado e sistema de tração. Foi entregue 1 VLT, o 5º VLT, referente a contratação realizada através do PAC equipamentos de um total de 8 VLTs para João Pessoa.

15.453.2048.10SS - PO 0002 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal:

Na LOA/2017, foi aprovado orçamento de R\$35.260.000,00 e posteriormente limitada à R\$1.344.930,00, com as restrições orçamentárias foram empenhados R\$1.075.000,00. O avanço de 2,67% aquém da meta para o ano, que ficou abaixo da estimado devido a restrições de Limite Orçamentário para o exercício de 2017 e pelo remanejamento solicitado, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo entregas e retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas. Principais ações no período: Licitado e empenhado em 2017 o Sistema de Radiocomunicação digital. Concluídas: a entrega de 192.244 conjuntos de fixações, 104.000 dormentes de concreto, 52 AMVs, 2.830,1 m de dormentes especiais para AMVs e os Projetos Conceitual e Executivo da Recuperação do Sistema Foi entregue 1 VLT, o 5º VLT, referente a contratação realizada através do PAC equipamentos de um total de 12 VLTs para Natal.

15.453.2048.10SS - PO 0003 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió:

Na LOA/2017, foi aprovado orçamento de R\$35.280.000,00 e posteriormente limitada à R\$6.928.808,00, com as restrições orçamentárias foram empenhados R\$6.395.221,78. O avanço de 3,41% a quem da meta para o ano que ficou abaixo da estimado devido a restrições de Limite Orçamentário para o exercício de 2017 e pelo remanejamento solicitado, refletindo no desempenho do orçamento do ano, retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas. Licitações e empenhos em 2017: Construção de Posto de Abastecimento, Sobressalentes de Material Rodante (polycarbonato, kits de limpeza p/ para-brisas, para-brisas, baterias para VLT e ICMS), Reforço de empenho Contrato de Construção da Estação Mercado, Empenho para reajuste de remodelação de via trecho entre Maceió e Jaraguá e Termo aditivo ao contrato de Construção da Estação de Jaraguá.

15.453.2048.10SS - PO 0004 - Apoio à implantação do trecho Sul – Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza:

A LOA/2017 não previu a disponibilização orçamentária para dar continuidade em mais uma etapa das intervenções previstas na Linha Sul do Metrô de Fortaleza através dos Termos de Compromisso firmados com o Estado do Ceará. Através de gestão da Companhia foram empenhados e pagos R\$9,04 milhões da LOA de 2017 afim de atender o Termo de Compromisso nº 001/2014. Foi ainda pago ao final de 2017 um saldo de R\$13,206 milhões do RAP 2014.

Com as realizações empreendidas o avanço físico desta Ação atingiu em 2017 o total de 96,61%.

15.453.2048.10SS - PO 0005 - Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Recife:

Na LOA/2017, foi aprovado orçamento de R\$48.390.000,00 e posteriormente limitada à R\$12.000.000,00, mas com remanejamentos e com a liberação de valor PAC/PET-REC (Programa de Aceleração do Crescimento/ Programa Emergencial de Trilhos) foram empenhados R\$16.913.084,71. O avanço de 2,056% a quem da meta para o ano que ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Orçamentário para o exercício de 2017, refletindo no desempenho do orçamento do ano, retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas. Principais ações no período: Modernização e ampliação do Sistema de CFTV e vigilância eletrônica, sobressalentes VLT, relógio de ponto biométrico, instalação de elevador na estação Joana Bezerra, drenagem da estação Cosme e Damião, aquisição de software antivírus, aquisição de softwares, aquisição de software e treinamento BI para gerenciamento, recuperação e modernização de 19 elevadores, aquisição de sobressalentes do sistemas de Databus VLTs, aquisição de caminhão ferroviário para manutenção da rede aérea, aquisição de baterias seladas para nobreak, aquisição de isoladores de secção para sistemas de rede aérea, aquisição de resistor de surto - projeto de nacionalização do retificador, aquisição de relés eletrônicos, aquisição de conjunto de cantliver e acessórios para rede aérea da linha centro, aquisição de dois grupos geradores para estação da linha centro e aquisição de 8 nobreaks para estação da linha centro.

15.453.2048.10SS - PO 0006 - Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte:

A LOA/2017 não previu disponibilização orçamentária para dar continuidade a mais uma etapa das intervenções previstas no Sistema de Trens de Belo Horizonte. Contudo através da gestão da Companhia, junto ao Ministério das Cidades e a Sala de Situação, foi disponibilizado em Dezembro

de 2017 orçamento de PAC/PET-BH (Programa de Aceleração do Crescimento/ Programa Emergencial de Trilhos) no total de R\$ 3.000.000,00 dos quais foram empenhados, devido ao resultado das licitações, R\$ 2.396.133,40, não provocando contudo avanço físico. Ficarão inscritos em RAP/2017. Foram licitados e empenhados: Aquisição de sistema de placa roletada para agulhas de aparelho de mudança de via (AMVs), Modernização do SICTE – Sistema Integrado de Controle de Tráfego e Energia e Vídeo Wall do CCO – Software e Hardware, Elaboração de projeto de combate a incêndio das edificações e Revisão e elaboração de projetos de instalações elétricas, comunicação e SPDA das edificações para atendimento à NR 10.

15.453.2116.2843 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Em 2017, foram transportados 169,8 milhões de passageiros nos 5 sistemas operados pela CBTU, apresentando uma pequena redução em relação ao resultado atingido no exercício passado. Contudo cabe observar que houve um aumento da média de passageiros por dia útil, o que demonstra a tendência de recuperação da demanda transportada.

Para amparar as despesas com a manutenção e operação dos 5 sistemas, foram empenhados R\$233.924.551.

A dotação orçamentária inicial disponibilizada para a ação de Funcionamento dos Sistemas aprovada na LOA foi de R\$241,02 milhões, tendo os limites disponibilizados de modo gradativo ao longo do ano. Apenas no final do ano a dotação inicial foi completamente disponibilizada, o que inviabilizou algumas contratações ou a recomposição dos contratos reduzidos em 2015, permanecendo a deficiência, principalmente nos contratos de prestação de serviços (manutenção, vigilância, limpeza). Os gastos com compra de materiais ficaram abaixo do necessário, levando a uma manutenção abaixo do desejado da frota de material rodante.

Repetindo o quadro de 2015, a análise, nos últimos 7 anos e para o quadriênio 2016-2019, dos valores consignados às despesas discricionárias da CBTU, nas quais se insere a ação Funcionamento dos Sistemas, mostra um quadro de estagnação, não havendo evolução compatível nem com os índices inflacionários. Desde 2010 este número oscila a patamares insuficientes ao custeio das despesas, mesmo a CBTU tendo apresentado um crescimento de 44% na demanda transportada e sua frota operacional de material rodante tendo passado de 40 TUEs, 10 locomotivas e 50 carros de passageiros para 66 TUEs, 13 locomotivas, 51 carros de passageiros e 22 VLTs.

Para 2018, o cenário é extremamente preocupante, uma vez que a LOA-2018 prevê uma dotação de R\$132,45 milhões para a ação de funcionamento dos Sistemas, essencial ao objeto da CBTU.

2048.10SZ: APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TRECHO CALÇADA/PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR:

Execução física

Realizado até 2017: 99,00%

Meta para 2018: 0,00%

Realizado em 2017, até dezembro: 0,00% (convênios encerrados)

Restos a Pagar inscritos em 2017: R\$0,00 milhão

Em função desta Ação não estar mais contemplada no PAC a CBTU não apresentou Proposta Orçamentária para 2017 e também não houve proposta para o período do PPA – 2016/2019.

Os Convênios com a CBTU foram encerrados até 2015. Resta apenas a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio nº 003-2010/DT entregue pela CTS em 2016 e em fase final de análise.

2048.10SS (antiga 10SY): APOIO À IMPLANTAÇÃO DO TRECHO SUL - VILA DAS FLORES - JOÃO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA:

Durante o desenvolvimento do Projeto algumas estações tiveram o seu nome alterado, inclusive a estação terminal de Vila das Flores, atual Carlito Benevides. Em função do aumento considerável de demanda projetado para uma estação de transferência entre as Linhas Sul, Oeste e Leste, e do tombamento da estação João Felipe, em seu pátio foi implantada uma nova estação Central - Chico da Silva.

O Projeto para duplicação e eletrificação da Linha Sul do Metrô de Fortaleza foi iniciado em janeiro/1999 por um consórcio liderado pela empresa Queiroz Galvão. Muito longe de atingir a meta inicial, de conclusão do empreendimento em junho/2001, até dezembro/2005 haviam sido aplicados:

- R\$442,642 milhões pela União;
- R\$57,709 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

Por problemas nas inúmeras adaptações de projeto, postergações e descontinuidade no fluxo de recursos da União, a partir de janeiro/2006 tais recursos passaram a ser realizados através do Convênio 007-2005/DT, homologado em 28/12/2005, instrumento operacional do Convênio-mãe 011-2005/P.

O Convênio 007-2005/DT, em seu último TA vigente, previa o repasse de:

- R\$738,005 milhões pela União;
- R\$207,734 milhões pelo Governo do Estado do Ceará.

Entre janeiro/2006 a dezembro/2012, o total repassado pela União foi de R\$661,03 milhões, seguindo o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho de seu TA-04.

Em outubro/2012 foi encaminhado para Brasília o Processo 17.092/2011, visando a homologação do TA 03 ao Convênio Mãe 011-2005/P, que daria respaldo ao TA05 do Convênio 007-2005/DT, de forma a retomar as remessas de recursos e que pressupunha quatro questões fundamentais:

- Prorrogação da data final de 31/12/2012 para 31/12/2014;
- Retirada de atribuição do fornecimento do Material Rodante da empresa Alstom;
- Redistribuição dos recursos da ação Material rodante – R\$76,97 milhões para o ressarcimento das obras civis;
- Transferência do cumprimento do Objeto Material Rodante aos 25 TUEs contratados diretamente pelo Governo do Estado do Ceará junto à empresa Ansaldo Breda – Contrato 016/SEINFRA/CC/2009.

Em 07/12/2012 esse Processo retornou à CBTU através de despacho do Conjur/MCidades/Nº3928/2012, para adequações que visavam tão somente a prorrogação de prazo até dezembro/2014, com a equivocada consideração de “...*exiguidade do prazo para a celebração tempestiva do termo aditivo*...”. Tal pedido era insipiente, até porque a simples prorrogação no prazo interromperia a remessa de recursos, já que os R\$76,97 milhões retidos eram exclusivos ao ressarcimento do Material Rodante da empresa Alstom.

Como o prazo de vigência se esgotava, readequamos o Processo ao pedido, que retornou em 20/12/2012 para o Ministério das Cidades, em Brasília.

Somente em 08/04/2013 recebemos, através do Ofício 136/2013/GAB-MCIDADES de 05/04/2013, a devolução do Processo 17.092/2011, com inclusão da NOTA PGFN/CAF 37/2013, informando

quanto ao “... *sepultamento da possibilidade jurídica de sua reformulação...*” do Convênio 011-2005/P e, por desdobramento, do término prematuro do Convênio Operacional 007-2005/DT.

Com o encerramento do Convênio 007-2005/DT em 08/04/2013, foi efetuada sua Prestação Final de Contas, concluída pela GEFIC em 30/07/2013.

Assim, dos R\$945,74 milhões previstos para o Convênio 007-21005/DT, foram atestadas a utilização, até 31/12/2012, de R\$843,44 milhões, sendo:

- R\$652,32 milhões pela União;
- R\$191,12 milhões pelo Estado do Ceará.

Pela Prestação Final de Contas não foram utilizados R\$94,25 milhões, referentes a:

- Saldo da conta do CV:	R\$8,39 milhões;	} R\$76,97 milhões
- RAP 2012 :	R\$69,15 milhões;	
- LOA 2013	R\$7,12 milhões;	
- Saldo PAC para 2014:	R\$0,70 milhões;	
- Devolução Siemens (NT CGU):	R\$0,33 milhões;	
- Aplicações financeiras:	R\$8,56 milhões.	

Além de R\$16,62 milhões da Contrapartida.

De forma a viabilizar a retomada na transferência de recursos da União para Fortaleza, em 27/06/2013 foi assinado o **Termo de Compromisso (TC) 001/2013**, com validade até 31/12/2015, em regime de transferência obrigatória, tendo a CBTU como Compromissária, a METROFOR como Compromitente e a SEINFRA como Interveniente, com os seguintes valores:

• UNIÃO	R\$94.251.597,53
• METROFOR	R\$5.000.000,00
Total	R\$99.251.597,53

As remessas de recursos, pela União, foram previstas no Plano de Trabalho da seguinte forma:

2013 – R\$33.956.179,92

2014 – R\$60.295.417,61

O recurso programado para 2013, R\$33,956 milhões, compôs-se da LOA/2013, no valor de R\$7,121 milhões, além de Crédito Suplementar de R\$26,835 milhões. Em 2013 foi repassado o valor da LOA e o suplemento, já como RAP/2013, em 21/02/2014.

Inicialmente por atrasos em contratações e posteriormente por contingenciamentos, em janeiro/2015 foi encaminhado mais R\$30 milhões dos R\$60,295 milhões previstos na programação original.

Por novos contingenciamentos ao longo de 2015, todo o recurso encaminhado pela União - R\$63,956 milhões foi utilizado, além dos R\$5,0 milhões da Contrapartida do Governo do Estado do Ceará, além de R\$1,612 milhões das aplicações financeiras, conforme demonstrado na Prestação de Contas 11, até 31/07/2016. Um ofício datado de 26/02/2016 assinalava uma dívida de R\$7,384 milhões com fornecedores e prestadores de serviços que foram pagos com recursos do Estado do Ceará fora do Termo de Compromisso, tendo em vista que o Estado disponibilizou o total previsto para a Contrapartida e os recursos da União repassados foram totalmente empregados, inclusive os decorrentes dos rendimentos das aplicações financeiras.

Em 27/12/2016, quase dois anos após a última remessa, foi repassado ao METROFOR, mais R\$17,089 milhões, do RAP/2014 inscrito em 2016, referente a 3ª. remessa de recursos da União, restando ainda um saldo de R\$13,206 milhões.

Em 26/12/2017, foi repassado o saldo de R\$ 13,206 milhões, que estavam inscritos em RAP. E foi ainda repassado, na mesma data, o montante de R\$ 9,04 milhões da LOA 2017.

Um TA01 ao TC 001/2013 foi assinado em 18/05/2015 e postergou sua data de vigência para 31/12/2016. Face à necessária dilatação do prazo, visto que alguns serviços sequer foram licitados por conta dos contingenciamentos, foi homologado em 15/12/2016 o TA02, prorrogando sua vigência para 31/12/2018.

Execução física

O avanço físico do Projeto Linha Sul do Metrô de Fortaleza, aqui calculado, engloba todos os recursos orçamentários formalizados desde 1998, incluindo os Termos de Compromisso TC 001/2013 e TC 001/2014, além do fornecimento do Material Rodante a cargo da empresa italiana Ansaldo Breda SpA.

Por falta de repasses de recursos da União para a CBTU, de forma a honrar o TC001/2013, o METROFOR conquistou cerca de 10 milhões em recursos do Estado para o pagamento de dívidas em atraso e retomada de parte dos serviços semiparalisados, como a Bilhetagem Eletrônica e as obras do Viaduto da Padre Cícero, no entorno do emboque do túnel, ao lado da Av. José Bastos.

Neste contexto, temos o avanço físico:

Realizado até 2016: 94,72%

Meta para 2017: 1,89%

Realizado em 2017, até dezembro: 1,89%

Restos a Pagar inscritos em 2017: R\$13,21 milhões

Restos a Pagar pagos em 2017: R\$13,21 milhão

LOA 2017 (LOA/2017 - nº 13.414): R\$0,00 milhão

LOA 2017 (limite autorizado): R\$9,04 milhão

LOA 2017 (valor empenhado): R\$9,04 milhão

142W.0101: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – NATAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2016: 33,33 %

Meta física para 2017: 25,0 %

Realizado até dezembro de 2017: 8,33 %

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2017: R\$88,32 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$0,51 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2017 e as dificuldades enfrentadas pela contratada, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2017 são de 2012 no valor de R\$88,32 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº- 019/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica, em bitola métrica, sendo 12(doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. VALOR GLOBAL: R\$173.363.183,40 (cento e setenta

e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio.

Realizado Financeiro Proporcional à Natal de 50,33%.

Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017.

Em dez/2015 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 estendendo o prazo de vigência por mais 21 meses, com término previsto para março/2019, e incluindo novos eventos de pagamento sem, no entanto, alterar o valor total do contrato.

Em 10/01/2017, foi entregue a quinta composição dos 12 VLTs contratados, com CAP emitido em 16/02/2017, e este se encontra em operação.

Contrato nº 025-2012/DT. Objeto: Aquisição de 2 (duas) locomotivas novas, movidas a tração diesel-elétrica, em bitola métrica, com a faixa de potência entre 700HP e 1200HP, destinadas à Superintendência Regional de Natal, cujas especificações técnicas estão descritas no Termo de Referência. Prazo: 31 meses. Data da Assinatura: 19 de dezembro de 2012. Valor: R\$8.793.400,42. Contratada: MGE - Equipamentos e Serviços Ferroviários.

Entregues as duas locomotivas. Realizado Físico/Financeiro: 91,0%.

Foi assinado um termo aditivo de prazo, prorrogando a vigência do contrato até 29/07/16, com o objetivo de abrigar o período de garantia do equipamento.

Em 04/07/2016 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 para adequação do valor do contrato à retirada do ICMS, reduzindo o valor total do Contrato para R\$8.115.121,59.

Em 25/07/2016 foi assinado o Termo Aditivo de prazo nº 02, prorrogando a vigência do contrato de 43 para 55 meses até 30/07/17, com o objetivo de abrigar o período de garantia do equipamento.

A Bom Sinal encontra-se em recuperação judicial e com dificuldades para reativar a sua produção neste momento. No início do mês de dezembro de 2017 (13/12/2017) foi emitido um Termo Aditivo nº 03 ao contrato, suspendendo a vigência do mesmo por três meses, com o objetivo que a CBTU e a Contratada possam levantar a situação presente da fabricação e a possibilidade ou não da continuidade do contrato propondo à Diretoria da CBTU uma solução definitiva para o fornecimento. Os veículos já entregues estão em circulação e com boa aceitação da população, tendo sido elevada a demanda de passageiros pelos VLTs novos.

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0002: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2016: 7,37 %

Meta para 2017: 25,61 %

Realizado até dezembro de 2017: 2,67%

Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2017: R\$32,86 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$12,49 milhões

LOA 2017 (+créditos aprovados): R\$35,26 milhões

LOA 2017 (limite autorizado): R\$1,34 milhões

LOA 2017 (valor empenhado): R\$1,08 milhões

As realizações ficaram aquém da meta devido a restrições de Limite Orçamentário para o exercício, o que impediu contratações previstas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Foram assinadas Ordens de Compra relativas ao Registro de Preço para Pregão Eletrônico realizado em 2013, para fornecimento de equipamentos para via permanente envolvendo fixações, dormentes de concreto, AMVs e dormentes especiais para AMVs. Essas Ordens de Compra foram feitas com base na verba oriunda do PAC, publicado pela D.O.U. de 03 de julho de 2014. Ainda com base na verba do PAC, acima citado, a Administração Central assinou o contrato com a empresa EPC Engenharia para a recuperação do Sistema dos Trens Urbanos de Natal. Até junho/2017 foram entregues 192.244 conjuntos de fixações, 104.000 dormentes de concreto, 52 AMVs, 2.830,1 metros de dormentes especiais para AMVs e o Projeto Conceitual da Recuperação do Sistema. O Projeto Executivo foi concluído no final de outubro de 2017. Continua em andamento o fornecimento de sobressalentes de sistemas de ar condicionado e de sistemas de tração. Licitado e empenhado em 2017 o Sistema de Radiocomunicação digital.

142W.0103: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE PASSAGEIROS SOB GESTÃO DA CBTU – NO ESTADO DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

Evolução física

Data de início da Ação: Out/2012

Realizado até 2016: 50,0 %

Meta para 2017: 25,0 %

Realizado até dezembro de 2017: 12,5%

Restos a Pagar inscritos (- cancelados) em 2017: R\$42,63 milhões

Restos a Pagar pagos: R\$4,57 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Financeiro para o exercício de 2017, e as dificuldades enfrentadas pela contratada, suspendendo entregas, com consequência direta no cumprimento das metas.

Os RAPs existentes até dez/2017 são de 2012 no valor de R\$42,63 milhões. O avanço físico se deve exclusivamente aos RAPs existentes.

Observações:

Principais ações em desenvolvimento:

Contrato Nº- 019/2012, Objeto: Aquisição de 20 (vinte) veículos Leve sobre Trilhos - VLT, cada VLT composto por 03 (três) carros, movidos a tração diesel-hidráulica ou diesel-elétrica, em bitola métrica, sendo 12 (doze) destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Natal (STU/NAT), e 8 (oito) à Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa (STU/JOP), Prazo: 47 (quarenta e sete) meses. Data da Assinatura: 27 de novembro de 2012. Valor Global: R\$173.363.183,40 (cento e setenta e três milhões trezentos e sessenta e três mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos). Contratada: BOM SINAL - Bom Sinal Indústria e Comércio. Realizado Financeiro Proporcional à João Pessoa de 66,25%. Foi assinado no dia 05/12/2014 o termo aditivo nº 01 prorrogando a vigência do contrato de 47 para 56 meses, vencendo em 27/07/2017. Em dez/2015 foi assinado o Termo Aditivo nº 02 estendendo o prazo de vigência por mais 21 meses, com término previsto para março/2019, e incluindo novos eventos de pagamento sem, no entanto, alterar o valor total do contrato. Em 18/03/17, foi entregue a quinta composição dos 8 VLTs contratados, cujo TLI foi emitido em 09/03/17.

A Bom Sinal encontra-se em recuperação judicial e com dificuldades para reativar a sua produção neste momento. No início do mês de dezembro de 2017 (13/12/2017) foi emitido um Termo Aditivo nº 03 ao contrato, suspendendo a vigência do mesmo por três meses, com o objetivo que a CBTU e a Contratada possam levantar a situação presente da fabricação e a possibilidade ou não da continuidade

do contrato propondo à Diretoria da CBTU uma solução definitiva para o fornecimento. Os veículos já entregues estão em circulação e com boa aceitação da população, tendo sido elevada a demanda de passageiros pelos VLTs novos

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0001: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Evolução física

Data de início da Ação: Jan/2014

Realizado até 2016:	9,09%
Meta para 2017:	18,57%
Realizado até dezembro de 2017:	6,20%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2017:	R\$21,34 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$5,31 milhões
LOA 2017 (+créditos aprovados):	R\$21,93 milhões
LOA 2017 (limite autorizado):	R\$2,03 milhões
LOA 2017 (valor empenhado):	R\$1,73 milhões

A licitação para duplicação da via permanente foi revogada por contingenciamento pelo Ministério das Cidades, não permitindo o atingimento da meta previamente estabelecida. Os RAPs existentes até dez/2016 são de 2014 e 2015, no valor total de R\$21,35 milhões, sendo R\$14,35 milhões da antiga Ação 152S de 2014.

Principais ações em desenvolvimento:

- 1 - O contrato com a empresa REMAH OC-002/2015, cujo objeto é a compra de 2.000 unidades de trilhos, por orientação da Diretoria da CBTU, por não cumprimento de cláusulas contratuais foi rescindido;
- 2 - Foi retomada a ordem de compra OC 017/GENOR/2014 referente ao fornecimento de 4.368 metros de dormentes de concreto para AMVs pela empresa Empac Ltda e concluída a sua entrega;
- 3 - Através do Processo 1.016/16 foi efetivada a retomada da ordem de compra OC 018/GENOR/2014, visando a entrega de 17.391 dormentes de concreto pela empresa Comprenor Ltda. Foi aprovado em reunião de Diretoria a prorrogação de prazo ao contrato até 23/03/17, e neste mês de março foi concluída a entrega;
- 4 - A empresa BR Railparts, contratada pela OC 019/GENOR/2014 deu entrada em pedido de realinhamento de preços, que tramita na CBTU através do Processo 9.713/16;
- 5 - A empresa KNORR BREMSE foi contratada para fornecimento de sobressalentes – Sistema de portas, contrato 028-2016/DT Gr.2, prazo de 195 dias, e a entrega foi concluída;
- 6 - A empresa VOITH TURBO foi contratada para fornecimento de sobressalentes – Sistema de Tração, contratos 013,014,015,016,017,018-16/DT, Grs. 2, prazo 24 meses;
- 7 - A empresa KNORR BREMSE foi contratada para fornecimento de sobressalentes – Sistema de Freio, contrato 009-2016/DT Gr 4, prazo 24 meses e a entrega foi concluída; .
- 8 - A empresa RCOM foi contratada para fornecimento de sobressalentes – Sistema de Ar Condicionado, contrato 024-2016/DT Gr2, com prazo de 24 meses;
- 9 - Consórcio Headwayx/ATP cujo objeto é a contratação de Projeto de recuperação do sistema de trens urbanos, foi aprovada em reunião de Diretoria aditivo de prazo ao contrato até 28/11/2017 e o projeto foi concluído;

- 10 - Foi licitado contrato de Radiocomunicação digital, e a empresa vencedora foi a Prisma;
- 11 - Os compromissos financeiros de contratos anteriores a 2017 em andamento são :R\$ 11.490.359,47;
- 12 - Os compromissos financeiros para 2017 dos contratos licitados em 2016 foram revisados para: R\$ 22.180.000,00; • O contrato de remodelação de 30,4 Km de via permanente, foi licitado e revogado;

10SS: APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

PO 0003: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Evolução física

Data de início da Ação: jan/2014

Realizado até 2016:	7,58%
Meta para 2017:	9,0%
Realizado até dezembro de 2017:	3,41%
Restos a Pagar inscritos (-cancelados) em 2017:	R\$44,41 milhões
Restos a Pagar pagos:	R\$32,28 milhões
LOA 2017 (+créditos aprovados):	R\$23,7 milhões
LOA 2017 (limite autorizado):	R\$ 6,93 milhões
LOA 2017 (valor empenhado):	R\$6,40 milhões

A meta ficou abaixo da estimada devido a restrições de Limite Orçamentário para o exercício de 2017, refletindo no desempenho do orçamento do ano, suspendendo/retardando licitações de contratações, com consequência direta no cumprimento das metas.

Principais ações em desenvolvimento:

- Instalado duto espiral flexível singelo PEAD D=75 mm (3”) revestido com PVC com fio guia de aço galvanizado, lançado direto no solo; execução de reboco teto prédio operacional; execução de alvenaria de periferia com bloco estrutural; execução de formas e concretagem do muro; demolição do muro de pedra rachão e escavação com concretagem de base; execução de reboco da plataforma parte frontal.
- Iniciada a aplicação dos tubos PAD do lado esquerdo da plataforma, aplicação dos perfis da cobertura da plataforma; pintura dos pórticos e dos perfis da cobertura da plataforma; recobrimento dos tubos PAD com areia fina; aplicação das formas dos pilares P14 e P15; quebra da PN da estação com retroescavadeira; concretagem da laje do mezanino.
- Iniciada a confecção das caixas de inspeção; aplicação da forma da escada 3; reboco da parte externa do solo técnico; execução da mureta da via; execução da estrutura metálica da cobertura da plataforma; chumbamento da solda dos trilhos da via; execução do alinhamento e nivelamento da via; chapisco da alvenaria da sala técnica.
- Realizados os seguintes serviços: pintura da estrutura metálica da escada do mezanino; aplicação de dormentes na via; escavação na passagem de nível da via férrea; início da aplicação e fixação dos trilhos; mestrimento do contra piso da plataforma; aplicação das telhas metálicas na plataforma e mezanino; concretagem do bloco do reservatório; aplicação dos perfis e telhas metálicas da cobertura do mezanino; aplicação do travamento em X do elevador da plataforma.
- Realizados os serviços de aplicação de granilite da plataforma de embarque; execução do piso cimentado do prédio operacional da área externa; revestimento cerâmico da fachada da sala técnica.

- Execução de nivelamento e alinhamento da via férrea; montagem do caixote do reservatório; solda das grades do muro da via; concretagem do muro; aplicação de cerâmica no piso do mezanino; pintura da estrutura metálica do mezanino, raspagem mecânica do terreno (camada vegetal); fundação e estrutura em concreto; fornecimento, execução e montagem da estrutura metálica da passarela; alvenaria de blocos de concreto estrutural 19x19x39; divisória de blocos de concreto estrutural; painel de abrir em aço galvanizado; conjunto de ferragens cilindro 330/maçaneta tipo alavanca; pintura látex acrílica; telha metálica trapezoidal simples; demolição de telhas cerâmica; elevador elétrico sem casa de máquina; caixa de passagem em alvenaria; tubos de ferro fundido; assentamento simples de tubos de ferro; concreto usinado; caixa sifonada; terminal de ventilação em PVC; quadro de distribuição de energia de embutir; instalação de interruptores; eletrodutos e caixas em aço e pvc; instalação de disjuntores; ponto para dados instalado em condutele ou canaleta evolutiva.
- Assinada ordem de contratação 026/16 do contrato número 0017-2016/-CBTU/STU-MAC com um valor total de R\$ 3.399.915,06, em favor da empresa VALMAR SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA (CNPJ 00.469.393/0001-87), referente à obra de REMODELAÇÃO DA VIA PERMANENTE entre as estacas 3+00 e 116+10 do ramal Maceió - Jaraguá. No mesmo dia foi iniciada a construção do canteiro de obras, a mobilização de equipamentos e trabalhos de Topografia, no trecho. A partir do dia 14/09 foram CBTU dezembro 2017 62 iniciadas a retirada de todos os trilhos e dormentes de madeira, antigos, em toda a extensão da via. A partir do mês subsequente, foram seguidas as seguintes etapas: Retirada uma camada de 10 cm, em média de todo o leito da via, tido como material contaminado, para descarte; Foram escavados o trecho 02, que inicia na rua Mal. Roberto Ferreira e termina na ponte do riacho Salgadinho, em média, 50 cm de profundidade, para a recomposição da base e leito da via; Foram concomitantemente, instalados o BIDIN (manta geotêxtil), pedra rachão e brita graduada, na sequência de conformação da via; Foram distribuídos os novos dormentes de concreto e novos trilhos TR-45, na medida em que as etapas anteriores foram sendo concluídas; As etapas foram sendo seguidas na mesma sequência nos trechos 03 e 04; Atualmente, temos até o trecho 03 e 04 já na fase de desfile dos trilhos. Obra inaugurada em 20/10/2017, em fase de conclusão. Em 30/12/2016 foram contratadas as empresas Knorr, Rcom, e Voith para fornecimento de sobressalentes para os VLTs de Maceió. Esses sobressalentes já estão sendo entregues.

FONTE: GAPLO/DP, GAPRO/DT

2.3.2 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

A execução do orçamento de 2017 foi balizada pelos atos normativos principais:

- Plano Plurianual 2016/2019 nº Lei 13.249, de 13 jan 2016 e retificado em 31.08.2016;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº 13.478, de 26.12.2016; e
- Lei Orçamentária Anual Lei nº 13.414, de 10.01.2017.

Os programas de Governo na qual a CBTU se insere estão definidos e apresentados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP:

1. Programa Temático 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito:

As Ações de Governo constantes neste Programa constituem o orçamento de investimento da CBTU estão inseridas nos objetivos a seguir:

- 0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.
- 0584 - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.

2. Programa 2116 - Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades:

As ações constantes neste Programa constituem o orçamento de custeio da CBTU, ou seja, as despesas obrigatórias, referentes às Ações de Pagamento de Pessoal Ativo da União, Contribuição a Previdência Privada – REFER e Benefícios Assistenciais, bem como as despesas discricionárias, referentes às Ações de Governo: Administração da Unidade, Funcionamento dos Sistemas, Publicidade Utilidade Pública e Capacitação de Recursos Humanos.

3. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais:

As ações constantes neste programa são referentes ao Cumprimento de Sentenças Judiciais devidas por Empresas Estatais, ao Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e ao Pagamento de Depósitos Recursais devidos por Empresas Estatais.

4. Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna:

As ações constantes neste programa são referentes à amortização e encargos de financiamento da dívida contratual interna.

5. Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

A ação constante neste programa referente aos Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.

11/01/2017 – Lei 13.414, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017

16/01/2017 - Decreto nº 8.961, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017 e dá outras providências

24/01/2017 – Decreto 8.970, que delega competência ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei 13.414, de 10/01/2017

02/02/2017 – Portaria MPDG nº 17, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos Financeiros da União e da Reserva de Contingência, crédito suplementar para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Para a CBTU, coube o cancelamento de R\$3,8milhões da ação 5176 do programa 2048 – Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte

17/02/2017 – Portaria MPDG nº 28, que resolve que a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, deverá obedecer os limites estabelecidos em seu Anexo II

20/02/2017 – Portaria MPDG nº 8, que estabelece procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias no exercício de 2017, e dá outras providências.

24/02/2017 – Portaria nº 229, o MCID, estabelecendo os limites orçamentários para as despesas com diárias, passagens e locomoção a serem executados pelas unidades do Ministério

01/03/2017 – republicação da Portaria nº 229, do MCID

03/03/2017 – atualizada a Portaria nº 229 do MCID

27/03/2017 – Suplemento à LOA 2017, demonstrando novos valores para a LOA 2017. A CBTU teve um aumento de R\$15 milhões na LOA

20/04/2017 – Portaria nº 17 da SOF/MPDG, estabelecendo prazos e procedimentos par o envio de informações sobre as dotações orçamentárias que excederem os valores de movimentação e empenho disponibilizados

26/04/2017 – Portaria nº 18 da SOF/MPDG, alterando parte dos prazos para as atividades do processo orçamentário no exercício de 2017

27/04/2017 – Carta 031/2017-P, solicitando ao Ministro das Cidades revisão do contingenciamento orçamentário informado, ressaltando as possíveis consequências aos sistemas metroferroviários da CBTU

03/05/2017 – Recebido Ofício nº 199 do MCID, informando que a despesa com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens para a CBTU está limitada ao valor de R\$115 milhões

10/05/2017 – Portaria nº 112 do MPDG, ampliando os valores de dotação para Capacitação de Recursos Humanos para a CBTU, convênio SESI/SENAI

31/05/2017 - Decreto nº 9.062 do Poder Executivo, de 30.5.17, que altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017.

30/06/2017 - Decreto n.º 9.086 de 30 de Junho de 2017 sobre a realização, no exercício de 2017, de despesas inscritas em restos a pagar não processados. Segundo o artigo 1º do Decreto, está prorrogada para 30 de novembro de 2017 a validade dos restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados, referentes às dotações orçamentárias empenhadas no exercício financeiro de 2015, cujos recursos sejam aplicados de forma indireta, mediante transferências aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às instituições privadas sem fins lucrativos, ou decorrentes de emendas individuais discriminadas com identificador de resultado primário 6

07/07/2017 - Lei nº 13.463 de 6 de Julho de 2017 dispondo sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. Segundo o Artigo 2º da Lei, ficam cancelados os precatórios e as RPV federais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial

11/07/2017 - Portaria nº 27 da Secretaria de Orçamento Federal, de 10 de Julho de 2017, alterando parte dos prazos para as atividades do processo orçamentário federal no exercício de 2017

28/07/2017 - Decreto nº 9.112 do Poder Executivo, de 28.7.17, que altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017.

01/08/2017 - CRT/059-2017/P, respondendo a solicitação do Ministério das Cidades relacionada ao Programa Emergencial Trilhos (PET) o qual visa promover a segurança dos sistemas da rede da CBTU. Assim sendo, o Ministério das Cidades solicitou à CBTU uma nota técnica sobre o estado de conservação das Superintendências e do prédio atual da Administração Central. Nessa solicitação foi

apontada a necessidade inicial de R\$208,15 milhões para a CBTU, sendo R\$130 milhões para Recife, R\$70 milhões para Belo Horizonte e R\$8,15 milhões para a Administração Central.

09/08/2017 - Lei nº 13.473, de 8.8.2017, dispondo sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018.

14/08/2017 - Portaria MPOG nº 265, de 11.8.2017, que amplia os valores de dotação para Sentenças pagas pela CBTU na fonte 100.

15/08/2017 - Decreto nº 9.126 do Poder Executivo, de 14.8.17, que altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017.

16/08/2017 - Portaria do Ministério do Planejamento nº 271, de 15.8.2017, que amplia os valores de dotação para a Assistência Pré-Escolar.

21/08/2017 - CRT/067-2017/P para o Ministério das Cidades apresentando a Proposta Orçamentária da CBTU para o exercício de 2018. Esta proposta demonstra a necessidade orçamentária de R\$6.383.400.625,00, sendo deste valor R\$3.120.650.625,00 referentes à dívida com a REFER.

24/08/2017 - CRT/07-2017/DP, encaminhando para o Ministério das Cidades solicitação sobre a ampliação orçamentária das despesas previstas pela Portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017, do Ministério do Planejamento de R\$115 para R\$135 milhões. Além disso, solicitou-se a revisão dos valores destinados à CBTU com relação às despesas com viagens para o valor de R\$1.097.000,00.

13/09/2017 - Portaria nº 543 do MCID, de 12 de setembro de 2017, a qual altera o limite para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção da CBTU para R\$1.050.000.

14/09/2017 - Lei nº 13.480, de 13 de Setembro de 2017, alterando o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018.

26/09/2017 - Disponibilizada no SIAFI, a descentralização de crédito no valor de R\$ 59.540,64, proveniente da VALEC, referente ao Termo de Execução Descentralizada, entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

05/10/2017 - Portaria nº 315 do Ministério do Planejamento, de 4.10.17, alterando o Plano Plurianual de 2016 a 2019.

20/10/2017 - Portaria MPOG nº 321, de 18.10.2017, alterando os valores para sentenças, pensões e pessoal.

09/11/2017 - Decisão Normativa nº 161, de 1º de novembro de 2017, pelo Tribunal de Contas da União contendo informações referentes à prestação de contas do exercício de 2017 através do relatório de gestão, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação.

27/11/2017 - Decreto nº 9.205 do Poder Executivo, de 24.11.17, que altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017.

27/11/2017 - Decreto nº 9.112 do Poder Executivo, de 28.7.17, que altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para 2017.

29/11/2017 - Portaria nº 403, de 28.11.2017, do Ministério do Planejamento, suplementando a ação orçamentária da CBTU - SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS e cancelando parcela da ação orçamentária BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS

01/12/2017 - processadas as Fitas SOF ESB 0IK5 e 0IK6 referentes à Lei n.º 13.528, de 29 de novembro 2017, cancelando R\$ 4.860.001 da Ação Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano e R\$ 12.735.728 da Ação Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte. Também foram processadas as fitas SOF ESB 0IK3 e 0IK4 referentes ao pedido SIOP 100669 desbloqueando R\$ 3.000.000 para a Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió e R\$ 4.000.000 para a Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Recife.

04/12/2017 - processada a Fita SOF ESB 0IMG referente ao Pedido n.º 100669 para a Ação de Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Recife no valor de R\$ 4.000.000.

05/12/2017 - processada a Fita SOF ESB 0IVR referente ao Pedido n.º 104964 para a Ação de Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Maceió no valor de R\$ 3.000.000.

12/12/2017 - Portaria n.º 428, de 12.12.2017, alterando dotação para o Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito para a CBTU, cancelando R\$143,0 milhões da ação 15.453.2048.10SS.

18/12/2017 - Portaria n.º 448 do Ministério do Planejamento, de 14.12.2017, alterando dotação para o Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito para a CBTU, cancelando R\$9,3 milhões da ação 15.453.2048.10SS

20/12/2017 - processada Fita SOF referente ao Pedido de remanejamento de valores do PAC para Fortaleza no valor de R\$ 9.040.000. Também foi processada Fita SOF referente ao Pedido de remanejamento de valores do PAC para Fortaleza no valor de R\$ 9.040.000

22/12/2017 - Portaria n.º 463 do Ministério do Planejamento, de 20.12.2017, alterando dotação para os seguintes programas da CBTU, cancelando R\$8,0 milhões da ação 15.122.2116.20TP, suplementando R\$789.518,00 na ação 15.301.2116.2004 e R\$34.976,00 na ação 15.311.2116.2004

28/12/2017 - Portaria n.º 476 do Ministério do Planejamento, de 27.12.2017, alterando dotação para os seguintes programas da CBTU: 28.846.0901.0022 (suplementação de R\$8,59 milhões), 15.301.2116.2004 (suplementação de R\$31.000,00) e 15.122.2116.20TP (suplementação de R\$5,00 milhões)

FONTE: GEORC/GAPLO

2.3.3 – Informações sobre a Realização das Receitas

Os quadros a seguir mostram informações sobre a receita da CBTU, por cada Superintendência de Trens Urbanos e consolidada.

STU BELO HORIZONTE

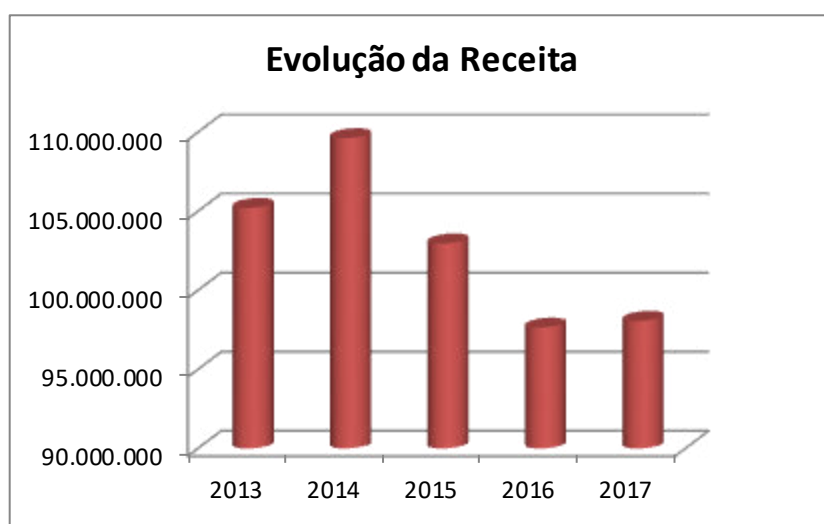
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	107.587.877	91.505.795
OUTRAS RECEITAS	6.532.086	6.558.924
TOTAL	114.119.964	98.064.719

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	105.211.430
2014	109.621.745
2015	102.968.328
2016	97.638.924
2017	98.064.719



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2017 totalizou R\$ 374.893.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 6.184.030.

STU RECIFE

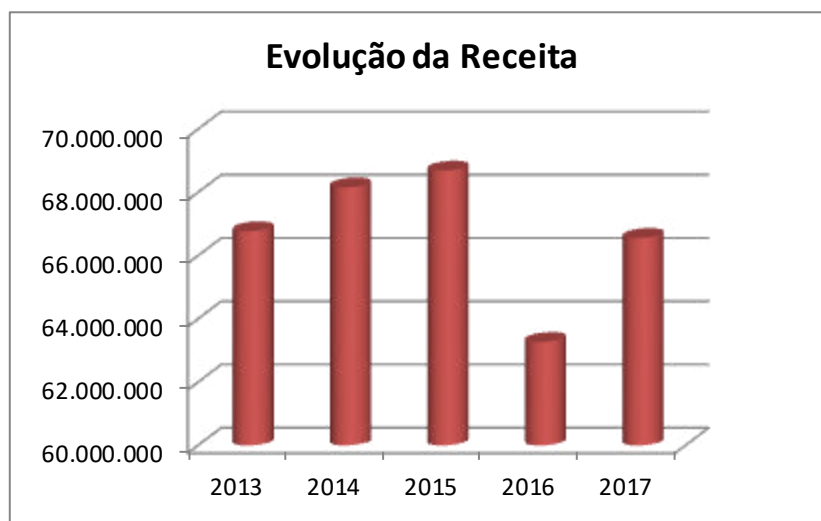
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	61.031.136	65.425.357
OUTRAS RECEITAS	1.332.000	1.131.193
TOTAL	62.363.136	66.556.550

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	66.771.358
2014	68.157.475
2015	68.687.762
2016	63.269.962
2017	66.556.550



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2017 totalizou R\$ 313.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 1.130.880.

STU NATAL

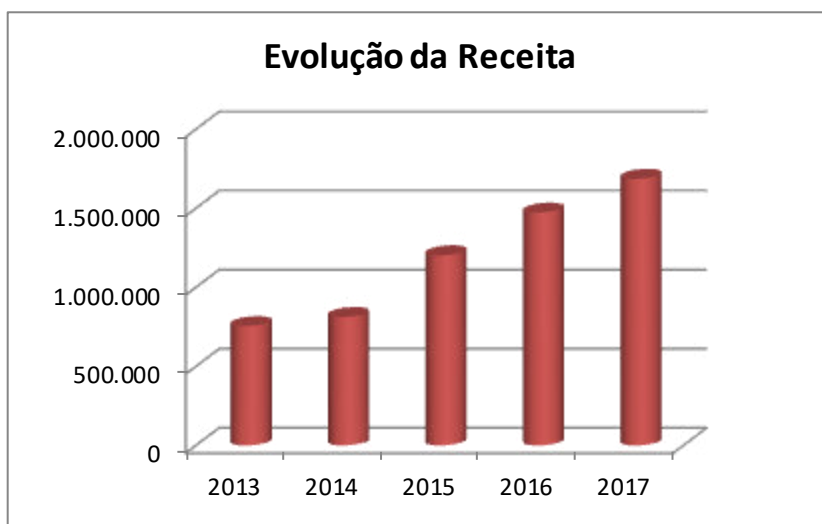
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.527.841	1.651.667
OUTRAS RECEITAS	25.641	34.590
TOTAL	1.553.482	1.686.257

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	754.387
2014	812.433
2015	1.202.777
2016	1.471.903
2017	1.686.257



OBSERVAÇÕES:

- (2) A Receita Financeira arrecadada em 2017 totalizou R\$ 14.402.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 20.188.

A chegada e entrada em operação dos novos VLT proporcionou aumento considerável na demanda, devido à regularidade e pontualidade verificadas. Também houve o aumento de viagens na grade horária, ao final do ano.

STU JOÃO PESSOA

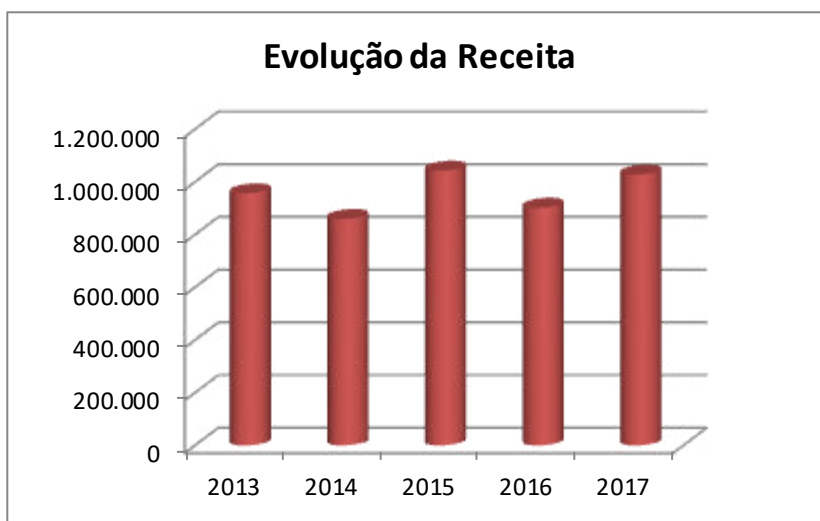
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	960.492	946.553
OUTRAS RECEITAS	106.575	81.338
TOTAL	1.067.067	1.027.890

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	956.262
2014	859.635
2015	1.042.740
2016	901.917
2017	1.027.890



OBSERVAÇÕES:

- (1) Não foi arrecada Receita financeira em 2017.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 81.338.

STU MACEIÓ

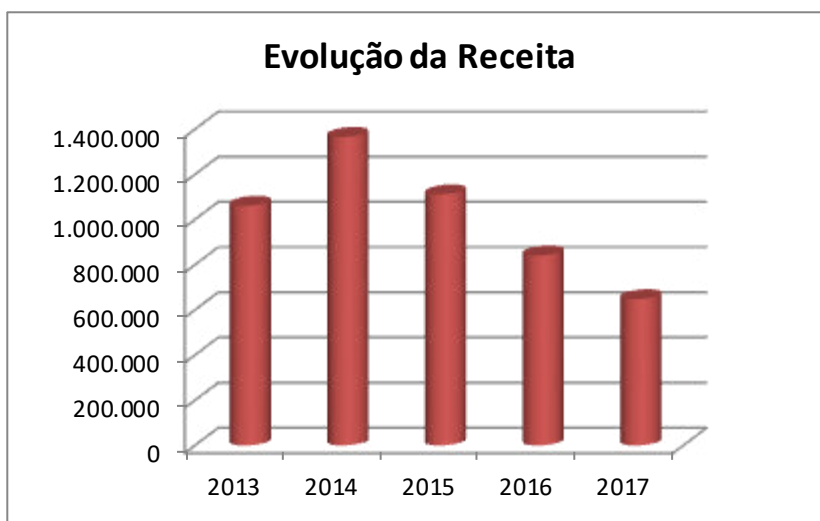
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	1.081.940	594.770
OUTRAS RECEITAS	36.000	52.703
TOTAL	1.117.940	647.473

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	1.060.591
2014	1.365.780
2015	1.111.162
2016	840.890
2017	647.473



OBSERVAÇÕES:

- (1) Não foi arrecada Receita financeira em 2017.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 52.703.

A execução das obras na região das estações de Maceió e Mercado (duas estações com maior número de passageiros) e chuvas torrenciais que caíram na região, praticamente paralisando a operação nos meses de junho e julho provocou a queda da demanda transportada.

CBTU TOTAL

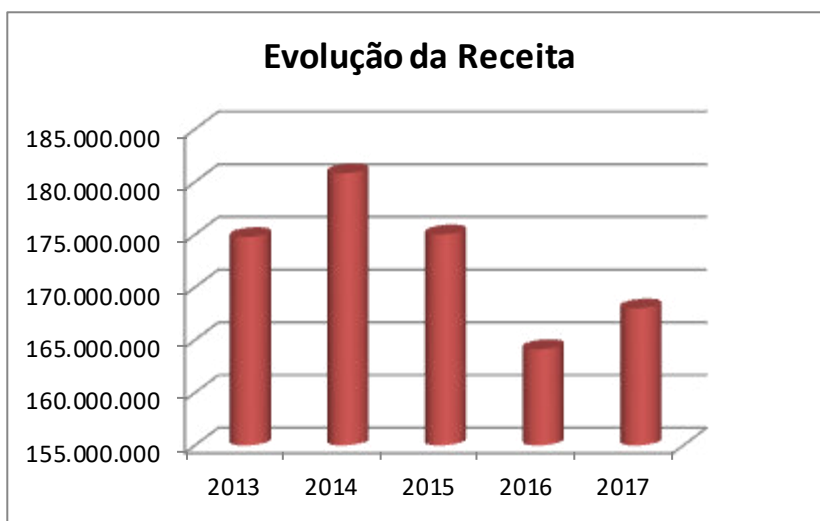
EXERCÍCIO: 2017

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	META	REALIZADO
RECEITA OPERACIONAL	172.189.286	160.124.141
OUTRAS RECEITAS	8.032.302	7.858.748
TOTAL	180.221.589	167.982.889

R\$ 1,00

RECEITAS TOTAIS	
EXERCÍCIO	VALORES
2013	174.754.029
2014	180.817.069
2015	175.012.768
2016	164.123.596
2017	167.982.889



OBSERVAÇÕES:

- (1) A Receita financeira arrecadada em 2017 totalizou R\$ 389.608.
- (2) A Receita Patrimonial arrecadada em 2017 totalizou R\$ 7.469.139.

OBSERVAÇÕES:

A receita prevista e arrecadada está separada por receita operacional e outras (incluindo financeira e patrimonial).

A receita operacional é oriunda da prestação do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos nos cinco sistemas operados. A receita não operacional compreende a receita financeira e patrimonial.

A arrecadação de receitas patrimoniais se constitui em somente 4,5% da receita total da CBTU, estando concentrada nos sistemas de Belo Horizonte e de Recife

FONTE: GEPL/GAPLO

2.3.4 – Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro A.2.3.4.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: CBTU		Código UO: 56202		UGO:275059
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	141.676.914,78	106.701.253,05	140.510.786,87	105.467.749,15
a) Convite	11.948,35		11.948,35	
b) Tomada de Preços	541.492,46	288.173,53	541.492,46	288.173,53
c) Concorrência	15.589.749,21	12.005.598,46	15.589.749,21	12.005.598,46
d) Pregão	122.946.786,66	94.031.573,47	121.780.658,75	92.798.069,57
e) Concurso	75,00	375.907,59	75,00	375.907,59
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.586.863,10		2.586.863,10	
2. Contratações Diretas (h+i)	63.939.226,70	76.497.923,63	63.841.225,88	76.155.858,60
h) Dispensa	12.438.301,03	21.309.721,89	12.376.454,53	21.216.511,97
i) Inexigibilidade	51.500.925,67	55.188.201,74	51.464.771,35	54.939.346,63
3. Regime de Execução Especial	141.708,70	84.992,11	141.708,70	84.992,11
j) Suprimento de Fundos	141.708,70	84.992,11	141.708,70	84.992,11
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	625.983.230,66	592.413.494,56	623.001.689,30	588.176.108,25
k) Pagamento em Folha	625.701.882,83	592.208.152,75	622.720.839,93	587.971.535,94
l) Diárias	281.347,83	205.341,81	280.849,37	204.572,31
5. Outros	150.803.027,85	168.999.748,68	150.632.388,88	161.858.959,88
6. Total (1+2+3+4+5)	982.544.108,69	944.697.412,03	978.127.799,63	931.743.667,99

2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CBTU					Código UO: 56202		UGO: 275059	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	629.374.155,54	593.236.205,67	625.701.882,83	592.374.209,02	3.672.272,71	861.996,65	622.720.839,93	588.137.592,21
Vencimento e Vantagens Fixas	410.787.115,71	376.494.559,86	410.776.302,95	376.188.951,16	10.812,76	305.608,70	408.548.949,53	373.237.712,35
Sentenças Judiciais	98.560.743,92	104.915.151,78	94.982.048,91	104.911.563,78	3.578.695,01	3.588,00	94.982.048,91	104.911.563,78
Obrigações Patronais	77.778.445,71	71.573.420,18	77.719.664,28	71.039.573,60	58.781,43	533.846,58	76.980.156,00	69.759.333,84
Outras Despesas Variáveis	27.274.448,64	24.721.645,82	27.274.121,45	24.721.645,82	327,19	0	27.259.940,25	24.716.507,58
Contribuição Entidade Fechada Previdência	14.749.969,61	15.259.428,03	14.726.313,29	15.259.428,03	23.656,32	0	14.726.313,29	15.259.428,03
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	223.431,95	272.000,00	223.431,95	253.046,63	0	18.953,37	223.431,95	253.046,63
2. Juros e Encargos da Dívida	8.197.839,41	8.285.419,61	8.197.839,41	8.285.419,61	0,00	0,00	8.197.839,41	8.285.419,61
Juros sobre a Dívida por Contrato	7.842.997,51	7.904.890,97	7.842.997,51	7.904.890,97			7.842.997,51	7.904.890,97
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	354.841,90	380.528,64	354.841,90	380.528,64			354.841,90	380.528,64

Unidade Orçamentária: CBTU					Código UO: 56202		UGO: 275059	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
3. Outras Despesas Correntes	381.433.527,18	369.400.548,87	332.034.491,26	342.276.004,54	49.395.035,92	27.124.544,33	330.956.245,43	333.751.825,31
Outros Serviços de Terceiros PJ – PJ-OP.IN.ORC.	217.180.820,25	195.744.339,14	192.389.287,56	180.248.647,38	24.791.532,69	15.495.691,76	191.534.498,78	178.941.019,10
Sentenças Judiciais	38.829.627,84	60.622.115,42	35.805.995,33	60.621.653,03	3.023.632,51	462,39	35.800.175,97	60.619.379,60
Auxílio Alimentação	45.500.000,00	45.039.560,00	38.932.252,11	42.551.651,93	6.567.747,89	2.487.908,07	38.928.553,75	35.640.207,13
Material de Consumo	23.825.651,74	15.505.981,94	12.347.255,49	8.939.106,98	11.478.396,25	6.566.874,96	12.197.684,52	8.646.027,49
Pensões Especiais	23.387.700,00	22.407.840,00	21.809.558,39	21.520.082,74	1.578.141,61	887.757,26	21.809.558,39	21.520.082,74
Indenizações e Restituições	19.097.237,22	17.466.318,26	19.093.477,91	17.466.225,99	3.759,31	92,27	19.093.337,88	17.465.009,82
Locação de Mão de Obra	5.102.984,28	4.269.365,26	4.526.098,66	3.927.897,82	576.885,62	341.467,44	4.526.098,66	3.927.897,82
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	382.855,77	852.023,30	274.430,31	852.023,30	104.425,46	0	278.430,31	851.923,30
Passagens e Despesas com Locomoção	2.354.332,96	2.309.172,99	2.180.478,75	2.071.682,64	173.854,21	237.490,35	2.133.152,75	2.067.979,94
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.966.322,60	2.340.747,81	1.124.107,33	1.278.038,69	842.215,27	1.062.709,12	1.122.158,18	1.276.164,71
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.230.174,64	1.135.115,80	1.230.174,64	1.135.115,80		0	1.230.174,64	1.135.005,92
Auxílio Transporte	1.422.599,42	910.484,38	1.417.603,82	868.098,93	4.995,60	42.385,45	1.401.711,60	867.965,93
Serviços de Consultoria	475.240,26	276.905,71	333.992,82	276.417,55	141.247,44	488,16	331.430,32	274.569,55
Diárias – Pessoal Civil	285.124,43	206.719,46	281.347,83	205.502,36	3.776,60	1.217,10	280.849,37	204.732,86
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	382.855,77	298.859,40	278.430,31	298.859,40	104.425,46	0	278.430,31	298.859,40
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	10.000,00	15.000,00	10.000,00	15.000,00		0	10.000,00	15.000,00
Demais elementos do grupo		0		0		0		0

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	38.996.860,95	99.656.497,47	16.884.325,50	1.761.778,86	22.112.535,45	97.894.718,61	16.531.305,17	1.568.830,86
Obras e Instalações	31.908.084,54	72.540.164,72	14.806.874,61	1.630.959,84	17.101.209,93	70.909.204,88	14.490.961,84	1.456.879,84
Equipamento e Material Permanente	6.796.589,98	26.986.747,99	1.924.262,65	130.819,02	4.872.327,33	26.855.928,97	1.887.155,09	111.951,02
Outros Serviços de Terceiros PJ	292.186,43	129.584,76	153.188,24	0	138.998,19	129.584,76	153.188,24	0
Locação de Mão de Obra		0		0		0		0
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Principal Corrigido da Dívida Contratual								
Principal da Dívida Contratual								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

FONTE: GEORC/GAPLO

2.3.4.3 – Análise crítica da realização da despesa

Fatores que implicaram nas variações da execução orçamentária entre 2016 e 2017

1. Despesas de Pessoal:
 - Ingresso de Pessoal por reposição e admissões judiciais;
 - Reajuste de 8,28% (ACT) em 2016, ou seja, em 4 meses de 2016 a base salarial era menor do que 2017;
 - Crescimento Vegetativo;
 - Consequente reflexo desses aumentos nos Encargos Sociais.
2. Juros e Encargos da Dívida: Redução do dolar americano (US\$), o que reajustou o valor de pagamento da dívida para menor.
3. Outras Despesas Correntes: Repactuação de contratos.

FONTE: GEORC/GAPLO

2.4 – Desempenho Operacional

No exercício de 2017 ainda foram sentidos os efeitos da crise econômica e do desemprego, fatores que impactaram a demanda de passageiros transportados. O número de passageiros transportados atingiu 169.773.358, com uma média dia útil de 561.843. O total de passageiros foi inferior em 1,8% ao alcançado em 2016.

No sentido oposto do resultado da Companhia, o sistema de Natal apresentou crescimento significativo em seus números, batendo sucessivos recordes no número de passageiros transportados. No ano, foram 3.489.317 usuários atendidos, com uma média por dia útil de 12.556. Este resultado foi cerca de 13,1% superior ao de 2016. Com este resultado, a receita total subiu 14,6%, atingindo R\$1.686.257. No mês de DEZEMBRO foi batido o recorde diário de passageiros transportados, com 14.983 usuários.

O sistema de Maceió, que a partir de março apresentou recuperação em relação ao baixo resultado alcançado em 2016 (devido as obras na via permanente), foi novamente afetado pelas chuvas torrenciais que caíram na região, praticamente paralisando a operação nos meses de junho e julho. Com isso, no ano foram transportados 1.258.572 passageiros, com uma média dia útil de 4.508 usuários. A demanda total foi inferior em 27,1% à alcançada em 2016.

Recife praticamente repetiu o resultado de 2016, com uma demanda total de 104.239.600 passageiros (inferior em 2,6% à do ano anterior). Em Belo Horizonte os números também foram praticamente iguais aos de 2016, com variação negativa de 0,9% na demanda total.

João Pessoa ainda não pode aumentar a oferta de viagens, por restrições na via permanente. Mesmo assim, com uma maior regularidade e pontualidade, apresentou um resultado positivo, com 1.991.387 passageiros transportados, valor este superior em 14,8% ao de 2016.

Com relação ao custo, este é afetado diretamente pelo aumento na rubrica de pessoal (impacto de acordo coletivo, admissões de concursados e admissões por decisão judicial). O orçamento de custeio, que atende às rubricas de materiais e serviços, é limitado à dotação aprovada e disponibilizada na LOA. Como este valor se mantém no mesmo patamar a quase uma década, os contratos de prestação de serviços vêm sendo reduzidos e a aquisição de materiais vem sendo executada em patamares muito aquém do desejado.

A receita não apresenta evolução desejada, uma vez que as tarifas continuam sem reajuste. Em 2017, a receita total da CBTU, considerando seus cinco sistemas, apresentou leve crescimento de 2,4% em relação ao resultado de 2016, o que representa praticamente os mesmos resultados do ano anterior.

A ação de Funcionamento dos sistemas, nos últimos 5 anos, apresentou aumento na dotação autorizada incompatível com o crescimento verificado na prestação de serviço de transporte metro-ferroviário urbano de passageiros. No quadro a seguir são mostrados alguns índices a respeito:

	2013	2014	2015	2016	2017
DEMANDA TRANSPORTADA	170.335.300	180.458.674	179.891.822	172.901.679	169.773.358
VIAGENS REALIZADAS	293.579	307.339	312.594	303.699	290.247
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA	6.005.341	6.267.476	6.378.926	6.130.191	5.943.085
FROTA OPERACIONAL (TUE + CARROS + V	46+45+8	52+46+11	57+48+14	65+47+14	57+46+18
ORÇAMENTO CUSTEIO*	178.562.104	186.767.630	214.675.295	208.018.708	235.306.589

*Despesa Orçamentária do exercício para a ação Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano -

(Investimento – reaparelhamento + Despesas Correntes)

Com esta restrição, agregada à estagnação dos orçamentos anuais aprovados, há um passivo crescente na área de manutenção envolvendo instalações prediais, via permanente, material rodante e sistemas fixos. Anualmente, é demonstrado, na proposta orçamentária da CBTU, a estimativa necessária para suprir todas estas carências.

FONTE: GEPL/GEPL/GEPL

2.5 – Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

2.5.1 – Informações e Indicadores sobre o Desempenho Operacional

Como consequência da recomendação da CGU em seu relatório 20137554, em 2014 foi constituído Grupo de Trabalho para estabelecer metas e reformular os indicadores de desempenho. Em seu relatório final, foi estabelecida uma relação de 14 indicadores, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

A Resolução da Diretoria de Planejamento, Expansão e Marketing nº 005, de 26 de março de 2015, determinou “A IMEDIATA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES PROPOSTOS PELO GRUPO DE TRABALHO NOS RELATÓRIOS DA EMPRESA, SEM DEIXAR DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS DEMAIS INDICADORES JÁ UTILIZADOS”.

As principais metas propostas pelas Superintendências em seus planos de ação para o exercício de 2017 e os resultados alcançados estão relacionados abaixo. A análise destes resultados está apresentada no item 2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL.

Quadro A.2.5.1.A – Metas Operacionais propostas e realizadas no exercício de 2017

2017	METAS PLANOS DE AÇÃO	REALIZADO
BELO HORIZONTE		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	61.515.784	58.794.482
MDU:	203.930	199.877
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 107.587.877	R\$ 91.505.795
RECEITA TOTAL:	R\$ 114.119.964	R\$ 98.064.719
CUSTO TOTAL	R\$ 254.385.870	R\$ 261.015.602
CUSTO PESSOAL	R\$ 152.304.870	R\$ 167.946.085
TAXA DE COBERTURA PLENA:	44,9%	37,9%
RECIFE		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	103.442.602	104.239.600
MDU:	344.809	337.367
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 61.031.136	R\$ 65.425.357
RECEITA TOTAL:	R\$ 62.363.136	R\$ 66.556.550
CUSTO TOTAL	R\$ 385.338.940	R\$ 379.445.718
CUSTO PESSOAL	279.411.940	R\$ 282.419.608
TAXA DE COBERTURA PLENA:	16,2%	17,8%
NATAL		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	3.214.576	3.489.317
MDU:	10.869	12.563
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 1.527.841	R\$ 1.651.667
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.553.482	R\$ 1.686.257
CUSTO TOTAL	R\$ 34.190.870	R\$ 34.077.654
CUSTO PESSOAL	R\$ 21.257.870	R\$ 23.547.011
TAXA DE COBERTURA PLENA:	4,7%	5,0%

JOÃO PESSOA		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.010.905	1.991.387
MDU:	7.256	7.296
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 960.492	R\$ 946.553
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.067.067	R\$ 1.027.890
CUSTO TOTAL	R\$ 31.309.620	R\$ 28.864.560
CUSTO PESSOAL	R\$ 18.761.620	R\$ 20.991.098
TAXA DE COBERTURA PLENA:	4,4%	3,58%

MACEIÓ		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	2.302.000	1.258.572
MDU:	9.298	4.741
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 1.081.940	R\$ 594.770
RECEITA TOTAL:	R\$ 1.117.940	R\$ 647.473
CUSTO TOTAL	R\$ 36.839.870	R\$ 35.964.824
CUSTO PESSOAL	R\$ 23.162.870	R\$ 24.751.104
TAXA DE COBERTURA PLENA:	3,0%	1,79%

Consolidando os cinco sistemas:

CBTU		
DEMANDA TOTAL TRANSPORTADA:	172.485.867	169.773.358
MDU:	576.914	561.843
RECEITA OPERACIONAL:	R\$ 172.189.286	R\$ 160.124.141
RECEITA TOTAL:	R\$ 180.221.589	R\$ 167.982.889
CUSTO TOTAL	R\$ 742.065.170	R\$ 739.368.358
CUSTO PESSOAL	R\$ 494.899.170	R\$ 519.654.905
TAXA DE COBERTURA PLENA:	24,3%	23,0%

Fonte: GAPLO

A seguir estão relacionados os conceitos e formulações dos indicadores apresentados mensalmente ao Conselho de Administração, definidos por Grupo de Trabalho específico, contemplando os atributos de eficácia, eficiência e qualidade.

INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

DESCRIPTIVO DOS INDICADORES

EFICÁCIA

1. Passageiros Transportados

Sigla: NPT

Unidade: Un

Descrição: Quantifica o número de passageiros transportados por mês.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados).

Métrica (fórmula): não há

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

2. Média de Passageiros Transportados Dias Úteis

Sigla: MDU

Unidade: Un

Descrição: Quantifica o número médio de passageiros transportados nos dias úteis típicos.

Objetivo Empresarial: Apresentar o grau de eficácia da empresa (volume de passageiros transportados) nos dias úteis típicos.

Métrica (fórmula): N° de Passageiros Transportados nos Dias Úteis/ N° de Dias Úteis Típicos

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

3. Índice de Visibilidade

Sigla: IVT

Unidade: %

Descrição: Apresenta o volume percentual de passageiros transportados pelo sistema em relação aos demais modais de transporte.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de inserção do sistema na matriz de transportes urbanos/metropolitanos.

Métrica (fórmula): (N° de Passageiros Transportados/N° de Passageiros Transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) Local)*100

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

4. Índice de Passageiro por Quilômetro

Sigla: IPK

Unidade: Un

Descrição: Mede o número médio de passageiros transportados por quilômetro rodado da frota.

Objetivo Empresarial: Indicar o grau de carregamento médio do sistema.

Métrica (fórmula): N° de Passageiros Transportados/ Quilometragem da Frota

Sentido: Depende dos objetivos da empresa

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

EFICIÊNCIA

5. Taxa de Cobertura Plena

Sigla: TCP

Unidade: %

Descrição: Demonstra a relação da soma da receita operacional e receita patrimonial com a despesa total.

Objetivo Empresarial: Indicar o nível de lucratividade do sistema.

Métrica (fórmula): [(Receita Operacional + Receita Patrimonial)/Despesas Totais]*100

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

6. Custo por passageiro

Sigla: CPP

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e o número de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir o custo unitário (por passageiro transportado) do sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Nº de Passageiros Transportados

Sentido: Menor, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

7. Custo por Quilômetro

Sigla: CPK

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a despesa total e a quilometragem percorrida.

Objetivo Empresarial: Medir o custo por quilômetro percorrido no sistema.

Métrica (fórmula): Despesas Totais/Quilometragem da Frota

Sentido: Menor, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

8. Tarifa Efetiva Média

Sigla: TEM

Unidade: R\$

Descrição: Indica a relação entre a receita de transporte e o número total de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a tarifa efetiva auferida pelo sistema, dadas as características da integração tarifária e gratuidades.

Métrica (fórmula): Receita de Transporte/Nº de Passageiros Transportados

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

9. Índice de Integração Tarifária

Sigla: IIT

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre os passageiros integrados (pagantes e não pagantes) e o número total de passageiros.

Objetivo Empresarial: Medir o grau de integração do sistema com outros modais de transporte.

Métrica (fórmula): (Nº Passageiros Integrados/Nº Passageiros Transportados)*100

Sentido: Depende dos objetivos da empresa

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

10. Índice de Receita Extraoperacional

Sigla: IRE

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre a receita obtida por outras fontes distintas da tarifa e a receita total.

Objetivo Empresarial: Medir a eficiência da empresa em auferir receitas com negócios que não o transporte de passageiros.

Métrica (fórmula): $[(\text{Receita Extraoperacional} - \text{Receita Financeira}) / \text{Receita Total}] * 100$

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

QUALIDADE

11. Índice de Regularidade

Sigla: IRS

Unidade: %

Descrição: Indica a proporção percentual entre viagens realizadas e programadas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade da programação de viagens, ou seja, se o número de viagens programado está sendo efetivamente entregue (realizado) para os passageiros.

Métrica (fórmula): $[\text{Viagens Realizadas} / (\text{Viagens Programadas} + \text{Viagens Extras})] * 100$

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

12. Índice de Pontualidade

Sigla: IPS

Unidade: %

Descrição: Indica a relação entre as viagens realizadas no horário e o total de viagens realizadas. Não inclui viagens canceladas.

Objetivo Empresarial: Medir a capacidade do sistema em oferecer viagens com pontualidade para os passageiros.

Métrica (fórmula): $(\text{Viagens no Horário} / \text{Viagens Realizadas}) * 100$

Sentido: Maior, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

13. Índice de Segurança do Passageiro

Sigla: ISP

Unidade: %

Descrição: Indica o número de ocorrências de passageiros acidentados por milhão de passageiros transportados.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos de segurança para o passageiro.

Métrica (fórmula): $[(\text{Passageiros Acidentados} * 106) / \text{Passageiros Transportados}] * 100$

Sentido: Menor, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

14. Índice de Confiabilidade do Sistema

Sigla: ICS (MKBF)

Unidade: Un

Descrição: Indica a confiabilidade do sistema operacional, traduzido pela quilometragem média que cada composição percorre sem falhas.

Objetivo Empresarial: Medir a qualidade do serviço prestado em termos da segurança e manutenção do sistema operacional.

Métrica (fórmula): Quilometragem Percorrida pela Frota/Falhas no Sistema Operacional

Sentido: Menor, Melhor

Periodicidade: Mensal

Área Responsável: Planejamento (Operadoras)

MÉTRICAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES		UNIDADE	MÉTRICAS
EFICÁCIA	Passageiros transportados	Mil	Dado fornecido
	Passageiros por dia útil	Mil	nº de passageiros transportados nos dias úteis / nº de dias úteis típicos no mês
	Índice de Visibilidade	%	(nº de passageiros Transportados / nº de passageiros transportados no Sistema de Transporte Público de Passageiros (STPP) local)*100
	Índice de passageiro por Km	Un	nº de passageiros transportados / quilometragem percorrida
EFICIÊNCIA	Taxa de Cobertura Plena	%	$[(\text{receita operacional} + \text{receita patrimonial}) / \text{custo total}] * 100$
	Custo por Passageiro	R\$	custo total / nº de passageiros transportados
	Custo por Km	R\$	custo total / quilometragem percorrida
	Tarifa Efetiva Média	R\$	receita de transporte / nº de passageiros transportados
	Índice de Integração Tarifária	%	$(\text{nº de passageiros integrados} / \text{nº de passageiros transportados}) * 100$
	Índice de Receita extraoperacional	%	$[(\text{receita extraoperacional} - \text{receita financeira}) / \text{receita total}] * 100$
QUALIDADE	Regularidade	%	$[\text{viagens realizadas} / (\text{viagens programadas} + \text{viagens extras})] * 100$
	Pontualidade	%	$(\text{viagens no horário} / \text{viagens realizadas}) * 100$
	Índice de Segurança do Passageiro	por milhão	$[(\text{passageiros acidentados} * 10^6) / \text{passageiros transportados}]$
	Índice de Confiabilidade do Sistema	Un	quilometragem percorrida / falhas no sistema operacional

Quadro A.2.5.1.B – Indicadores operacionais - série histórica e exercício de 2017

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	64.985	64.438	61.138	59.345	61.516	58.794	-0,9
	Passageiros por dia útil (mil)	221,5	216,5	202,2	198,0	203,9	199,6	0,8
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	8,3	8,3	11,0	15,6	7,3 p.p.
	Índice de passageiro por Km	25,3	24,4	23,5	22,9	24,2	22,6	-1,6
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	60,4	60,3	49,0	48,0	44,9	37,4	-10,6 p.p.
	Custo por passageiro	2,7	2,8	3,4	3,4	4,1	4,4	29,7
	Custo por Km	67,6	67,5	80,0	78,5	100,1	100,2	27,7
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,55	1,59	1,59	1,55	1,75	1,56	0,2
	Índice de integração Tarifária(%)	33,7	29,4	31,2	31,0	31,2	29,0	-2 p.p.
	Índice de receita extraoperacional(%)	4,3	4,9	5,4	5,5	5,7	6,3	0,9 p.p.
QUALIDADE	Regularidade (%)	98,6	99,1	98,3	98,9	99,5	98,1	-0,8 p.p.
	Pontualidade (%)	97,7	98,2	96,8	98,2	99,0	96,8	-1,4 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	1,35	0,69	1,23	1,50	0,0	1,29	-13,8
	Índice de Confiabilidade do Sistema	7.378	8.379	7.221	7.435	8.465	7.591	2,1

*p.p : variação em pontos percentuais

Observação:

A redução do nível da atividade econômica e, consequentemente, do emprego e da renda afetaram direta e sensivelmente o desempenho da STU-BH, o que não foi um acontecimento isolado. A unidade manteve-se nos patamares de 2016, não conseguindo alcançar o aumento vegetativo esperado para o ano.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE
INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	99.775	110.157	112.246	107.009	103.443	104.240	-2,6
	Passageiros por dia útil (mil)	322,9	358,7	367,5	340,1	344,8	337,1	-0,9
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	20,2	20,2	20,0	28,6	8,4 p.p.
	Índice de passageiro por Km	34,5	36,2	35,7	35,7	33,6	37,1	3,9
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	26,1	25,0	23,3	20,3	16,2	17,5	-2,8 p.p.
	Custo por passageiro	2,6	2,5	2,6	2,9	3,7	3,6	25,2
	Custo por Km	88,5	88,7	93,3	103,7	125,1	134,9	30,1
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,66	0,60	0,60	0,58	0,6	0,63	7,6
	Índice de integração Tarifária(%)	65,0	65,0	65,0	65,0	-	54,2	-10,8 p.p.
	Índice de receita extraoperacional(%)	1,8	1,9	1,5	1,3	2,1	1,7	0,4 p.p.
QUALIDADE - Linha Elétrica	Regularidade (%)	93,9	93,0	93,8	90,4	99,0	89,5	-0,9 p.p.
	Pontualidade (%)	85,6	84,7	78,0	81,4	99,0	79,6	-1,9 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	2,9	2,0	1,5	1,1	0,0	1,6	39,7
	Índice de Confiabilidade do Sistema	746	639	911	755	1.750	803	6,3
QUALIDADE - Linha Diesel	Regularidade (%)	96,4	99,5	96,9	93,7	99,0	96,2	2,6 p.p.
	Pontualidade (%)	99,0	99,8	98,8	99,2	99,0	99,3	0,1 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	3,7	0,8	1,0	6,9	0,0	3,5	-49,9
	Índice de Confiabilidade do Sistema	4.708	6.968	1.750	881	1.750	1.291	46,5

*p.p : variação em pontos percentuais

Observações:

- 1) A Meta do índice de integração tarifária para 2017 não foi informada pela Unidade, mas já foi incluída nas metas para 2018.
- 2) Problemas na economia do país, com reflexos no estado de Pernambuco, causaram a queda no quantitativo de passageiros transportados a partir de 2016 e consequentemente a redução no ingresso de passageiros. Este fato foi previsto na meta para o ano, que se mostrou semelhante ao realizado.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	1.545	1.541	2.390	3.086	3.215	3.489	13,1
	Passageiros por dia útil (mil)	5,8	6,0	8,5	10,3	10,9	12,6	21,4
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro por Km	9,4	9,7	13,1	14,6	-	16,1	10,1
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	3,7	3,6	4,4	4,8	4,7	4,9	0,1 p.p.
	Custo por passageiro	13,2	13,6	11,4	10,0	12,9	9,8	-1,9
	Custo por Km	124,2	131,2	149,3	145,3	158,7	157,0	8,0
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,49	0,49	0,47	0,5	0,47	-0,1
	Índice de integração Tarifária(%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional(%)	2,1	6,6	2,7	0,7	2,1	1,2	0,5 p.p.
QUALIDADE	Regularidade (%)	88,5	86,9	99,1	98,8	99,3	98,3	-0,5 p.p.
	Pontualidade (%)	66,2	71,9	93,8	93,3	93,7	97,3	4,1 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	0,00	0,00	0,42	0,00	-	0,00	0,0
	Índice de Confiabilidade do Sistema	211	296	1.210	866	-	1.856	114,2

*p.p : variação em pontos percentuais

Observações:

- 1) A Unidade ainda não conseguiu informar o “índice de visibilidade” por depender de informações de outros modais, provenientes das prefeituras. Foi reiterada a solicitação para que incluam isso em seus procedimentos.
- 2) As Metas dos índices “Passageiro por Km”, “Segurança do Passageiro” e “Confiabilidade do Sistema” para 2017 não foram informadas pela Unidade, mas já foram incluídas nas metas para 2018.
- 3) A Unidade não possui integração.
- 4) A partir de janeiro de 2015 o sistema passou a operar em um maior número de viagens com os VLTs 01, 02 e 03 em substituição das locomotivas nas linhas Norte e Sul, gerando um aumento na demanda de passageiros devido a melhorias na qualidade do transporte, na regularidade e pontualidade. Esses indicadores são ligados diretamente a satisfação e confiança do passageiro no sistema.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	1.818	1.643	1.950	1.735	2.011	1.991	14,8
	Passageiros por dia útil (mil)	6,5	5,6	7,0	6,5	7,3	7,3	12,4
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	2,2	2,4	2,7	0,6 p.p.
	Índice de passageiro por Km	8,8	7,7	9,0	9,2	-	10,7	15,8
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	5,3	5,0	4,9	3,8	3,8	3,6	-0,2 p.p.
	Custo por passageiro	10,0	10,5	11,0	13,7	13,7	14,5	5,9
	Custo por Km	88,4	81,0	99,2	125,9	113,4	154,4	22,7
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,46	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,1
	Índice de integração Tarifária(%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional(%)	11,6	8,9	10,7	8,6	11,5	7,9	-0,7 p.p.
QUALIDADE	Regularidade (%)	90,1	95,8	98,3	98,7	98,7	99,6	0,9 p.p.
	Pontualidade (%)	55,5	54,7	86,5	90,4	90,4	91,2	0,8 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	3,00	1,83	0,00	0,58	0,0	0,00	-100,0
	Índice de Confiabilidade do Sistema	78	81	169	54	180,1	41	-23,7

*p.p : variação em pontos percentuais

Observações:

- 1) As Metas dos índices “Passageiro por Km”, “Segurança do Passageiro” e “Confiabilidade do Sistema” para 2017 não foram informadas pela Unidade, mas já foram incluídas nas metas para 2018.
- 2) Em 2017 não ocorreu nenhuma interrupção significativa fazendo com que o sistema praticamente atingisse e a meta esperada para o ano.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ
INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	2.212	2.679	2.169	1.727	2.302	1.259	-27,1
	Passageiros por dia útil (mil)	7,9	9,5	8,0	6,2	9,3	4,7	-23,9
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	2,1	2,1	-	-	-
	Índice de passageiro por Km	12,9	13,1	9,5	12,2	-	10,2	-16,2
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	4,4	5,7	4,0	2,7	3,0	1,8	-0,9 p.p.
	Custo por passageiro	10,8	8,9	12,7	18,0	20,5	29,7	65,4
	Custo por Km	139,0	116,8	120,8	218,5	-	302,9	38,6
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,46	0,48	0,47	0,47	0,47	0,47	0,9
	Índice de integração Tarifária(%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de receita extraoperacional(%)	4,4	6,3	8,7	3,8	-	8,1	4,3 p.p.
QUALIDADE	Regularidade (%)	96,5	96,2	93,6	94,1	100,0	85,7	-8,4 p.p.
	Pontualidade (%)	73,4	94,0	94,9	82,7	100,0	73,4	-9,3 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	0,49	0,00	0,46	2,32	-	0,00	-100,0
	Índice de Confiabilidade do Sistema	246	456	787	163	-	105	-35,6

*p.p : variação em pontos percentuais

Observações:

- 1) A Unidade ainda não conseguiu informar o “índice de visibilidade” por depender de informações de outros modais, provenientes das prefeituras. Foi reiterada a solicitação para que incluam isso em seus procedimentos.
- 2) Metas dos índices “Passageiro por Km”, “Custo por KM”, “Receita Extra operacional” “Segurança do Passageiro” e “Confiabilidade do Sistema” para 2017 não foram informadas pela Unidade, mas já foi solicitado que sejam incluídas nas metas para 2018.
- 3) A Unidade não possui integração.
- 4) A redução dos passageiros transportados deve- se ao fato do sistema ter permanecido com o trecho de maior arrecadação interrompido (Maceió até o Bom Parto) de setembro de 2016 a março de 2017. E posteriormente em junho e julho foi afetado novamente pelas chuvas, praticamente paralisando sua operação, o que fez o realizado ficar muito abaixo do esperado para o ano.

CBTU TOTAL

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

INDICADORES		Anos Anteriores				Meta 2017	2017	Variação(%) 2016/2017
		2013	2014	2015	2016			
EFICÁCIA	Passageiros transportados (mil)	170.335	180.459	179.892	172.902	172.486	169.773	-1,8
	Passageiros por dia útil (mil)	565	596	593	561,2	576	561,3	0,0
	Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-	-
	Índice de passageiro por Km	28,4	28,8	28,2	28,2	-	28,6	1,3
EFICIÊNCIA	Taxa de cobertura plena (%)	35,4	34,9	30,1	27,3	24,3	22,7	-4,7 p.p.
	Custo por passageiro	2,9	2,8	3,2	3,5	4,3	4,4	25,6
	Custo por Km	28,4	28,8	28,2	28,2	-	28,6	1,3
	Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,99	0,95	0,93	0,91	0,8	0,94	3,4
	Índice de integração Tarifária(%)	0,5	0,5	0,5	0,5	-	0,5	-0,1 p.p.
	Índice de receita extraoperacional (%)	3,4	3,8	3,9	3,8	-	4,4	0,6 p.p.
QUALIDADE	Regularidade (%)	95,3	95,0	95,4	93,4	99,2	92,7	-0,7 p.p.
	Pontualidade (%)	88,7	88,6	85,3	87,7	96,7	86,5	-1,2 p.p.
	Índice de Segurança do Passageiro	2,2	1,5	1,4	1,267	0,0	1,425	12,5
	Índice de Confiabilidade do Sistema	670	733	1.006	657	-	597	-9,2

*p.p : variação em pontos percentuais

A situação econômica do país fez com que as metas previstas fossem inferiores aos resultados alcançados em anos anteriores. Ainda assim, algumas destas não foram alcançadas. De modo geral, o desempenho operacional não apresentou melhora, com uma pequena queda no número de passageiros transportados, que não se reflete na média dos passageiros nos dias úteis - MDU. Isto nos mostra que continuamos pouco aquém do patamar de 2016 na MDU, não tendo o aumento vegetativo esperado para o ano.

Fonte: GEPL/GEPL/DP

2.5.2 - Evolução dos Acidentes Ferroviários (por regional e consolidado)

Quadro A.2.5.2 – Evolução dos acidentes ferroviários nos últimos 5 anos

UNIDADES	ANO	TOTAL DE ACIDENTES	ACIDENTES/MILHÃO DE PASS. TRANSPORTADOS
CBTU TOTAL	2013	105	0,62
	2014	90	0,50
	2015	66	0,37
	2016	55	0,32
	2017	46	0,27
STU/REC	2013	10	0,10
	2014	8	0,07
	2015	0	0,00
	2016	0	0,00
	2017	0	0,00
STU/BH	2013	0	0,00
	2014	0	0,00
	2015	0	0,00
	2016	0	0,00
	2017	0	0,00
STU/NAT	2013	47	30,32
	2014	35	23,33
	2015	30	12,55
	2016	29	9,40
	2017	19	5,45
STU/JOP	2013	23	12,63
	2014	29	18,12
	2015	14	7,18
	2016	10	5,76
	2017	9	4,52
STU/MAC	2013	25	11,31
	2014	18	6,66
	2015	22	10,15
	2016	16	9,27
	2017	17	14,04

A unidade de Belo Horizonte não tem registro de acidentes ferroviários desde o exercício de 2010

2.5.3 - Concessão Judicial de Pensões e Custos nos últimos 5 anos

Quadro A.2.5.3 – Concessão Judicial de Pensões e Custos nos Últimos 5 Anos

	2013												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.019,49	6.468,33	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	5.743,91	68.926,92
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.037,67	12.290,15	12.290,15	12.290,15	12.290,15	145.461,96
número de pensões	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	40.680,00
número de pensões	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.049.035,91	1.029.271,27	1.038.560,99	1.080.083,71	1.068.838,60	1.057.899,22	1.026.706,15	1.064.235,14	1.040.367,35	1.070.961,14	1.044.420,91	1.056.195,90	12.626.576,29
número de pensões	2097	2079	2074	2078	2078	2069	2040	2054	2045	2055	2035	2018	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	429.498,39	427.687,04	430.056,99	449.306,02	432.136,84	431.212,66	456.592,33	454.260,67	437.523,79	438.609,83	440.872,53	424.476,38	5.252.233,47
número de pensões	577	579	580	583	580	573	566	569	566	570	571	559	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	339,00	4.068,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	678,00	8.136,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	1.356,00	4.131,79	2.373,00	2.373,00	3.075,18	22.800,97
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.502.756,88	1.481.180,89	1.492.840,56	1.552.887,89	1.525.922,44	1.513.334,46	1.507.521,06	1.542.718,39	1.505.141,99	1.535.063,03	1.510.785,50	1.506.866,52	18.177.019,61
número de pensões	2.698	2.682	2.678	2.684	2.682	2.666	2.630	2.647	2.638	2.652	2.633	2.605	2.658
FONTE: GEPAF/GAREH/DA													

2014

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
BELO HORIZONTE													
valor pago (R\$)	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	6.000,19	5.586,16	15.498,68	6.532,75	6.532,75	82.151,86
número de pensões	8	8	8	7	8	8	8	8	7	8	8	8	
FORTALEZA													
valor pago (R\$)	12.575,73	12.625,73	12.625,73	13.229,06	12.505,06	12.505,06	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	12.643,22	151.925,69
número de pensões	10	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11	11	
NATAL													
valor pago (R\$)	3.506,20	3.520,63	3.520,63	3.520,63	1.785,87	724,00	724,00	724,00	724,00	370,04	603,33	603,33	20.326,66
número de pensões	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	
RIO DE JANEIRO													
valor pago (R\$)	1.120.420,77	1.081.680,24	1.076.762,94	1.222.052,23	1.071.127,80	1.055.063,18	1.113.852,50	1.050.760,00	1.044.365,94	1.103.887,72	1.044.826,87	1.035.873,55	13.020.673,74
número de pensões	2008	1996	1997	1985	1987	1968	1961	1962	1947	1950	1931	1905	
SÃO PAULO													
valor pago (R\$)	467.876,63	446.746,49	446.807,90	443.751,13	438.570,14	455.331,47	445.887,58	471.725,55	441.104,36	438.603,56	460.264,03	429.914,81	5.386.583,65
número de pensões	569	567	562	561	558	549	548	553	553	536	548	532	
SALVADOR													
valor pago (R\$)	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	362,00	4.344,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
RECIFE													
valor pago (R\$)	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	724,00	8.688,00
número de pensões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
MACEIÓ													
valor pago (R\$)	543,00	905,00	724,00	724,00	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	1.025,66	724,00	1.327,33	1.025,66	11.101,29
número de pensões	1	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	
JOÃO PESSOA													
valor pago (R\$)	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	3.077,00	2.715,00	2.715,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	31.675,00
número de pensões	4	4	4	4	5	5	5	4	4	4	4	4	
TOTAL													
valor pago (R\$)	1.614.723,52	1.555.279,28	1.550.061,39	1.692.897,24	1.535.177,72	1.534.450,56	1.583.934,15	1.546.498,62	1.509.069,34	1.575.347,22	1.529.817,53	1.490.213,32	18.717.469,89
número de pensões	2.605	2.592	2.588	2.574	2.576	2.547	2.540	2.545	2.529	2.516	2.509	2.467	2.549

FONTE: GEPAF/GAREH/DA

QUADRO COMPARATIVO

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Valor folha de pagamento (R\$)	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.717.469,89
Nº médio de pensionistas anuais	2.787,92	2.851,25	2761	2658	2549
Valor do salário mínimo	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00
Folha em SM	29.415	28.496	27.419	26.810	25.853

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2015														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS DAS UAs
RJ	EM R\$	1.223.725,46	1.180.847,80	1.188.352,87	1.159.254,66	1.154.527,70	1.139.556,99	1.190.174,24	1.140.262,97	1.147.496,51	1.117.895,68	1.198.403,20	1.160.912,49	14.001.410,57
	QTD.	1.553	1.918	1.922	1.911	1.928	1.885	1.888	1.888	1.874	1.878	1.871	1.852	1.864
SP	EM R\$	491.654,63	476.118,20	492.990,07	481.620,78	484.006,89	492.614,93	499.272,97	493.093,60	479.925,62	487.677,24	497.878,66	580.307,56	5.957.161,15
	QTD.	543	538	543	539	541	538	542	535	532	536	540	532	538
BH	EM R\$	6.889,32	6.889,32	6.889,32	6.164,90	6.164,90	6.164,90	9.062,58	8.600,98	6.510,39	6.510,39	5.870,51	7.150,27	82.867,78
	QTD.	8	8	8	7	7	7	8	8	7	7	6	7	7
FZ	EM R\$	14.021,45	14.021,45	14.021,45	15.072,12	13.990,68	13.990,68	13.859,35	13.859,35	13.990,68	10.600,25	9.821,62	7.378,00	154.627,08
	QTD.	10	10	10	11	10	10	9	9	9	8	9	9	10
JP	EM R\$	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	2.758,00	33.096,00
	QTD.	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
MC	EM R\$	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	1.116,33	13.395,96
	QTD.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
NT	EM R\$	656,67	1.050,67	5.788,67	1.050,67	1.050,67	1.050,67	1.313,33	1.575,99	1.313,33	1.313,33	1.313,33	1.313,33	18.790,66
	QTD.	2	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	3
RE	EM R\$	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	788,00	9.456,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	394,00	4.728,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAIS GERAL	EM R\$	1.742.003,86	1.683.983,77	1.713.098,71	1.668.219,46	1.664.797,17	1.658.434,50	1.718.738,80	1.662.449,22	1.654.292,86	1.629.053,22	1.718.343,65	1.762.117,98	20.275.533,20
	QTD.	2.125	2.486	2.495	2.480	2.498	2.452	2.460	2.453	2.435	2.442	2.439	2.413	2.432

ANÁLISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor folha de pagamento (R\$)	11.326.398,06	11.876.217,96	12.403.548,44	14.212.705,42	15.001.421,64	15.530.047,96	17.054.885,13	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20
Nº médio de pensionistas anual	2844	2804	2641	2790	2788	2852	2761	2659	2549	2463
Valor do salário mínimo	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00	788,00
Folha em SM	32,361	31,253	29,888	30,565	29,415	28,496	27,419	26,810	26,215	25,730

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2016														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL UA's
RJ	EM R\$	1.263.079,57	1.261.958,85	1.237.730,75	1.264.540,06	1.392.483,91	1.190.291,93	1.200.380,68	1.201.664,48	1.189.020,20	1.200.358,70	1.202.183,60	1.165.120,58	14.768.813,31
	QTD.	1.859	1.846	1.837	1.826	1.814	1.801	1.786	1.783	1.774	1.762	1.752	1.731	1.798
SP	EM R\$	534.463,11	540.781,22	532.784,14	540.890,66	521.607,66	559.687,44	564.993,62	536.331,84	529.763,70	524.140,44	549.424,16	524.942,66	6.459.810,65
	QTD.	532	530	533	531	528	522	522	525	528	526	527	523	527
BH	EM R\$	7.022,97	7.022,97	7.022,97	7.022,97	8.196,29	7.609,63	7.609,63	7.609,63	7.609,63	7.609,63	6.729,63	7.892,41	88.958,36
	QTD.	7	7	7	7	8	8	8	8	8	8	7	8	8
FZ	EM R\$	8.122,05	8.122,05	8.122,05	8.122,05	6.047,70	12.836,47	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	9.002,05	105.384,67
	QTD.	8	8	8	8	7	9	9	9	9	9	9	9	9
JP	EM R\$	3.080,00	3.080,00	2.200,00	3.080,00	11.328,00	3.080,00	3.960,00	3.300,00	3.300,00	3.960,00	3.520,00	3.520,00	47.408,00
	QTD.	4	4	3	4	4	4	6	6	6	7	7	7	5
MC	EM R\$	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	1.026,66	660,00	1.975,14	1.047,20	12.922,28
	QTD.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2
NT	EM R\$	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.173,33	1.759,99	4.225,53	2.053,33	2.053,33	1.173,33	1.173,33	20.945,47
	QTD.	4	4	4	4	4	3	4	5	5	5	3	3	4
RE	EM R\$	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	880,00	10.560,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	440,00	5.280,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	EM R\$	1.819.581,02	1.824.778,41	1.791.673,23	1.827.469,06	1.943.476,88	1.777.025,46	1.790.052,63	1.764.480,19	1.743.095,57	1.749.104,15	1.775.327,91	1.714.018,23	21.520.082,74
GERAL	QTD.	2.418	2.403	2.396	2.384	2.369	2.351	2.339	2.340	2.334	2.320	2.309	2.285	2.354

ANALISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE COMPETÊNCIA	2012	2013	2014	2015	2016
Valor folha de pagamento (R\$)	17.054.885,13	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20	21.520.082,74
Nº médio de pensionistas anual	2761	2659	2549	2463	2354
Valor do salário mínimo	622,00	678,00	724,00	788,00	880,00
Folha em SM	27.419	26.810	26.215	25.730	24.455

Fonte: GECOP/GAREH/DA

CONTROLE DAS PENSÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2017														
UA	VALOR / PENSÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS DAS UA's
RJ	EM R\$	1.339.843,85	1.316.508,77	1.285.311,62	1.415.740,36	1.292.227,29	1.222.248,92	1.240.671,43	1.215.942,90	1.256.371,80	1.208.902,05	1.202.288,12	1.214.100,97	15.210.158,08
	QTD.	1.751	1.740	1.740	1.712	1.689	1.690	1.680	1.676	1.671	1.670	1.651	1.633	1.692
SP	EM R\$	522.689,74	528.615,61	536.017,83	519.801,47	520.720,03	533.326,14	517.053,66	515.462,46	518.523,39	511.741,51	519.534,83	515.326,46	6.258.813,13
	QTD.	520	521	521	506	505	503	502	499	500	495	496	492	505
BH	EM R\$	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	7.325,31	87.903,72
	QTD.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
FZ	EM R\$	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	9.564,54	114.774,48
	QTD.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
JP	EM R\$	3.748,00	3.513,75	937,00	6.585,85	3.748,00	3.748,00	3.748,00	3.748,00	3.748,00	3.748,00	3.748,00	3.748,00	44.768,60
	QTD.	7	6	4	7	7	7	8	8	8	8	8	8	7
MC	EM R\$	1.115,03	1.115,03	4.311,17	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	1.349,28	18.684,75
	QTD.	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
NT	EM R\$	3.946,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	2.186,33	27.995,96
	QTD.	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
RE	EM R\$	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	11.244,00
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SV	EM R\$	468,50	468,50	468,50	468,50	468,50	468,50	468,50	468,50	1.405,46	780,82	780,82	780,82	7.495,92
	QTD.	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	2
TOTAIS GERAL	EM R\$	1.889.638,30	1.870.234,84	1.847.059,30	1.963.958,64	1.838.526,28	1.781.154,02	1.783.304,05	1.756.984,32	1.801.411,11	1.746.534,84	1.747.714,23	1.755.318,71	21.781.838,64
	QTD.	2.303	2.292	2.291	2.251	2.227	2.226	2.216	2.209	2.207	2.201	2.183	2.161	2.231

ANÁLISE DAS DESPESAS COMPARANDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ANO DE COMPETÊNCIA	2013	2014	2015	2016	2017
Valor folha	18.177.019,61	18.979.491,28	20.275.533,20	21.520.082,74	21.781.838,64
Nº médio de pensionistas	2659	2549	2463	2354	2231
Valor do salário mínimo	678	724	788	880	937
Folha em SM	26.810	26.215	25.730	24.455	23.246

2.5.4 - Indicadores de Acompanhamento do Planejamento Estratégico

Os indicadores do planejamento estratégico passaram por uma grande reformulação após a revisão de 2017. Os indicadores apresentados em 2016 não estavam sendo efetivos em representar a empresa nem auxiliando a alta administração na gestão da Companhia.

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração deram as diretrizes sobre quais indicadores deveriam ser acompanhados no planejamento estratégico. O comitê responsável pela revisão do Planejamento Estratégico, alinhado com as diretrizes da alta direção, elaborou junto com as áreas indicadores que fossem mais representativos.

Com esse conceito foram definidos 12 indicadores não operacionais do Planejamento Estratégico, monitorados para auxiliar na gestão da Empresa, descritos a seguir:

Quadro A.2.5.4.A – Metas do Planejamento Estratégico propostas e realizadas no exercício de 2017

Dimensão	Indicador	Meta 2017	Resultado 2017
Sociedade	Reclamação por passageiro transportado	1260	1699
	Matérias veiculadas nos veículos de comunicação	60	547
	Parcerias e divulgação institucionais realizadas com <i>stakeholders</i> do setor metroferroviário	4	6
	Campanhas e eventos educativos, culturais voltados aos usuários	20	95
Sustentabilidade e Financeira	Estoque de novas ações judiciais	8489	8634
	Novas ações anuais	2500	3959
Processos internos	Processos administrativos e operacionais mapeados	10%	7%
	Execução do sistema de gestão de custos metroferroviário	42%	57%
Aprendizado e crescimento	Nível de conformidade com as recomendações do Guia de PDTIC-SISP	30%	27%
	Percentual de ações de desenvolvimento dos sistemas críticos atendidas com o uso do processo de software	0%	0%
	Treinamento por instrutoria interna	7320	8616
	Percentual de áreas com lotação de pessoal revisada	10%	7%

A seguir estão relacionados os conceitos e formulações dos indicadores apresentados mensalmente ao Conselho de Administração, definidos pelo Grupo de Trabalho que revisou o planejamento estratégico e aprovado pela Diretoria e o Conselho de Administração.

DESCRIPTIVO DOS INDICADORES

1. Reclamação por passageiro transportado

Descrição: Índice de reclamação por milhão de passageiros transportados.

Objetivo Estratégico: Aumentar a satisfação dos clientes.

Métrica (fórmula): $(\text{Número de reclamações registradas} \times 1.000.000 / \text{total de passageiros transportados}) \times 100$.

Periodicidade: Trimestral

2. Matérias veiculadas nos veículos de comunicação

Descrição: Número de inserções positivas.

Objetivo Estratégico: Promover a imagem institucional.

Métrica (fórmula): Somatório do número de notícias positivas

Periodicidade: Trimestral

3. Parcerias e divulgação institucionais realizadas com *stakeholders* do setor metroferroviário

Descrição: Número de parcerias/divulgações.

Objetivo Estratégico: Promover a imagem institucional.

Métrica (fórmula): Somatório do número de parcerias e divulgações realizadas

Periodicidade: Trimestral

4. Campanhas e eventos educativos, culturais voltados aos usuários

Descrição: Número de participações em eventos.

Objetivo Estratégico: Promover a imagem institucional.

Métrica (fórmula): Somatório do número de eventos promovidos

Periodicidade: Trimestral

5. Estoque de ações judiciais

Descrição: Número total de ações judiciais ao ano.

Objetivo Estratégico: Reduzir ações judiciais.

Métrica (fórmula): Somatório do número de ações judiciais

Periodicidade: Trimestral

6. Novas ações anuais

Descrição: Número de ações judiciais que tiveram entrada no ano.

Objetivo Estratégico: Reduzir ações judiciais.

Métrica (fórmula): Número de novas ações no ano

Periodicidade: Trimestral

7. Processos administrativos e operacionais mapeados

Descrição: Porcentagem de processos administrativos e operacionais que foram mapeados pelas áreas.

Objetivo Estratégico: Padronizar procedimentos operacionais e administrativos.

Métrica (fórmula): $(\text{Quantidade de áreas mapeadas} / \text{total de áreas da Companhia}) \times 100$.

Periodicidade: Anual

8. Execução do sistema de gestão de custos metroferroviário

Descrição: Execução do sistema de gestão de custos metroferroviários.

Objetivo Estratégico: Implantar banco de dados de custos metroferroviários.

Métrica (fórmula): Percentual de execução.

Periodicidade: Anual

9. Nível de conformidade com as recomendações do Guia de PDTIC-SISP

Descrição: Utilização do Guia de PDTIC-SISP para adequar a CBTU as boas práticas.

Objetivo Estratégico: Promover a gestão eficiente através de soluções integradas de TICs.

Métrica (fórmula): Utilização do Instrumento de Verificação do PDTIC.

Periodicidade: Semestral

10. Percentual de ações de desenvolvimento dos sistemas críticos atendidas com o uso do processo de software

Descrição: Quantidade de sistemas críticos que são atendidos pelo processo de software.

Objetivo Estratégico: Promover a gestão eficiente através de soluções integradas de TICs.

Métrica (fórmula): n° de ações realizadas com o uso da metodologia de desenvolvimento / n° total de solicitações.

Periodicidade: Trimestral

11. Treinamento por instrutoria interna

Descrição: Quantidade de empregados treinamentos por instrutoria interna.

Objetivo Estratégico: Promover a gestão do conhecimento.

Métrica (fórmula): n° total de matrículas em treinamentos internos.

Periodicidade: Anual

12. Percentual de áreas com lotação de pessoal revisada

Descrição: Porcentagem de áreas que passaram por revisão de quadro de lotação de pessoal.

Objetivo Empresarial: Revisar estrutura organizacional e quadro de lotação de pessoal.

Métrica (fórmula): $(\text{Quantidade de áreas revisadas} / \text{total de áreas}) \times 100$

Periodicidade: Anual

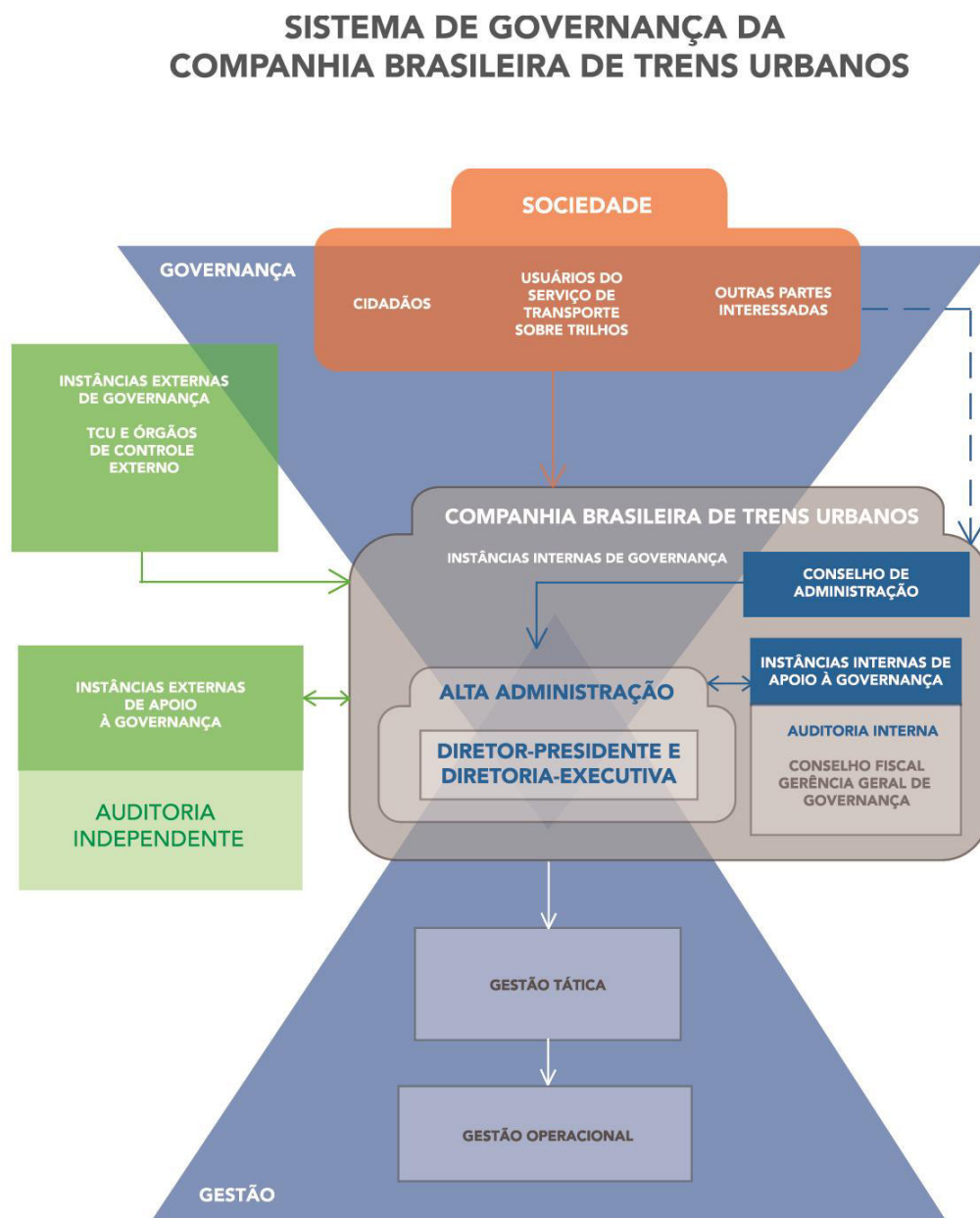
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNS

3.1 - Descrição das Estruturas de Governança

Sistema de Governança da CBTU

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

Para o estabelecimento de sua estrutura, foi adotado o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas).



Instâncias do Sistema de Governança da CBTU:

a) Instâncias Internas de Governança

As Instâncias Internas de Governança são responsáveis pela definição e condução da estratégia da Companhia, de forma a melhor atender ao interesse público. Para a gestão da estratégia, seu monitoramento e controle, estes órgãos possuem as competências elencadas a seguir.

Conselho de Administração

Conforme definido no Estatuto Social da CBTU é de competência do **Conselho de Administração**, além das atribuições previstas em Lei:

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da CBTU;
- II. eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições;
- III. fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV. manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;
- V. aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";
- VI. convocar a Assembleia Geral;
- VII. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;
- VIII. manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;
- IX. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- X. autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;
- XI. aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos, bem como outras políticas gerais da Companhia;
- XII. aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;
- XIII. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela CBTU, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;
- XIV. determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa estatal, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- XV. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;
- XVI. identificar a existência de ativos não de uso próprio da Companhia e avaliar a necessidade de mantê-los;
- XVII. deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da CBTU, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- XVIII. aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINTE, sem a presença do Presidente da CBTU;
- XIX. criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

- XX. eleger e destituir os membros de comitês de suporte ao Conselho de Administração;
- XXI. atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;
- XXII. solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da CBTU;
- XXIII. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;
- XXIV. nomear e destituir os titulares da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União;
- XXV. conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente da CBTU, inclusive a título de férias;
- XXVI. aprovar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade da CBTU;
- XXVII. aprovar o Regulamento de Licitações;
- XXVIII. aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral;
- XXIX. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Conduta e Integridade dos agentes;
- XXX. subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;
- XXXI. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;
- XXXII. avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 30 de junho de 16, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do comitê de elegibilidade;
- XXXIII. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;
- XXXIV. promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas.
- XXXV. manifestar sobre remuneração dos membros da Diretoria-Executiva;
- XXXVI. autorizar a constituição de subsidiárias, bem assim a aquisição de participação minoritária em empresa; No caso da CBTU, há autorização na Lei nº 3.115/57;
- XXXVII. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;
- XXXVIII. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;
- XXXIX. aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar; e
- XL. manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar.

Parágrafo único - excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXIV as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da CBTU.

Diretoria Executiva

À **Diretoria Executiva**, conforme definido no Estatuto Social, compete:

Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- I. gerir as atividades da CBTU e avaliar os seus resultados;
- II. monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;
- III. elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia e acompanhar sua execução;
- IV. definir a estrutura organizacional da empresa e a distribuição interna das atividades administrativas;
- V. aprovar as normas internas de funcionamento da CBTU;
- VI. promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- VII. autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;
- VIII. submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;
- IX. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;
- X. colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;
- XI. aprovar o seu Regimento Interno;
- XII. deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;
- XIII. apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e
- XIV. propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da empresa.

b) Instâncias Internas de Apoio à Governança

Contribuem para a boa governança na organização, promovendo a comunicação entre as partes interessadas, monitorando e interagindo junto às áreas responsáveis quanto a possíveis riscos e disfunções observadas no âmbito da gestão da Companhia, considerados relevantes em nível estratégico. Para tal, atuam na CBTU a Auditoria Interna, o Conselho Fiscal e a Gerência Geral de Governança.

Conselho Fiscal

Ao **Conselho Fiscal**, conforme definido no Estatuto Social, sem exclusão de outros casos previstos em lei compete:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social; manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social,
- III. emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;
- V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;
- VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
- VII. exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Companhia;
- VIII. examinar o RAINTE e PAINT;
- IX. assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;
- X. aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;
- XI. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;
- XII. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna encontra-se estruturalmente vinculada ao Conselho de Administração (Decreto 3.591/2000 – Art. 15 Parágrafos 3º e 4º, alterada pelo Decreto nº 4.304, Artigos 4º e 5º e Decreto nº 4.400/2002), devendo ainda viabilizar adequado relacionamento institucional e apoio técnico ao Órgão de Controle do Poder Executivo Federal (Controladoria Geral da União) e ao Tribunal de Contas da União.

Constituem atribuições essenciais de Auditoria Interna:

- Orientar subsidiariamente a Direção da Companhia quanto aos princípios e as normas de controle interno;
- Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- Elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração e pela CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, a ser encaminhado à Controladoria Geral da União – RJ, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação vigente;
- Assessorar o Conselho Fiscal no desempenho de suas atribuições;
- Assessorar o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- Atender aos Órgãos de Controle (CGU e TCU) quando de suas atuações na CBTU.
- A Auditoria Interna possui, ainda, a responsabilidade de realizar, no âmbito da CBTU, auditorias contábil, financeira, tributária, operacional, administrativa, patrimonial e nos sistemas informatizados, além de auditorias especiais, mediante exame e avaliação da

adequação, legalidade, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade e do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia.

À Auditoria Interna compete:

- I. executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;
- II. propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;
- III. verificar o cumprimento e a implementação pela empresa das recomendações ou determinações do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Conselho Fiscal;
- IV. aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras; e
- V. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna.

Ouvidoria

A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

À Ouvidoria compete:

- I. receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da empresa em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;
- II. receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Companhia; e

Outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

- A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

Gerência Geral de Governança

Instituída na estrutura organizacional da Administração Central da CBTU para apoiar os órgãos colegiados em sua gestão e também para aprimorar e consolidar boas práticas de governança corporativa no âmbito da Companhia, a Gerência Geral de Governança possui as seguintes atribuições, em processo de atualização do Manual de Organização:

- I. Apoiar a Alta Administração da CBTU no monitoramento dos processos que sejam considerados estratégicos;
- II. Assessorar os processos da governança, auxiliando, administrativamente, os Órgãos Colegiados e a Diretoria da Companhia;
- III. Garantir a transparência das decisões tomadas pela gestão da Companhia, promovendo sua divulgação;
- IV. Assessorar a Alta Administração da CBTU na divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados e na verificação dos resultados obtidos.

- V. Receber, processar e gerenciar os pedidos de informações realizados com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011);
- VI. Receber, examinar e encaminhar às Unidades Administrativas da CBTU as manifestações dos cidadãos e outras partes interessadas realizadas à Ouvidoria, a respeito da atuação da Companhia;
- VII. Realizar a mediação administrativa, junto às UAs da CBTU com vistas à correta, objetiva e ágil instrução das demandas apresentadas pelos cidadãos à Ouvidoria, bem como a sua conclusão dentro do prazo estabelecido, para resposta ao demandante;
- VIII. Suplementar a Gestão Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares (GESPAD), no âmbito de toda Companhia e centralizar as informações relacionadas à área disciplinar;
- IX. Supervisionar o desenvolvimento das atividades inerentes ao Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos e Desenvolvimento Organizacional da CBTU;
- X. Supervisionar e orientar, no nível tático, o desenvolvimento das atividades de Comunicação Institucional da Companhia;

Instâncias Externas de Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, e possuem atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo sobre a administração da CBTU.

Instâncias Externas de Apoio à Governança

Correspondem aos órgãos responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente, e, em casos de disfunções identificadas, são responsáveis pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança da Companhia. Na CBTU é identificada pela atuação da auditoria independente

Auditoria Independente

A contratada London Blounquist tem atuado como auditoria independente da Companhia desde 2003, conforme preconiza a legislação societária brasileira. Suas principais atribuições são:

- I. subsidiar a Diretoria da Empresa, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro e o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- II. elaborar parecer sobre as demonstrações financeiras anuais da CBTU;
- III. subsidiar o Conselho Fiscal com a emissão de relatórios com indicação de deficiências dos sistemas administrativos da CBTU, envolvendo os sistemas de pessoal, material, patrimônio, financeiro e contábil, com as recomendações para correção das deficiências apontadas visando obter maior eficiência.

Considerações gerais

Compete ainda, à **Assembleia Geral de Acionistas**, conforme Estatuto Social da CBTU, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

A Assembleia geral, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

- I. alterar o capital social, observado o disposto no art. 5º;
- II. alterar o capital social, observado o disposto no art. 5º;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, e respectivos suplentes;
- V. fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria;
- VI. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VII. deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação;
- VIII. fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria;
- IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- X. deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação;

Fontes: GAGOV

3.1.1 – Atendimento à Lei das Estatais

Tendo em vista a sanção da Lei 13.303/2016 de 30 de junho de 2016 e do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, que dispõe e regulamenta sobre o estatuto jurídico das empresas públicas de sociedade e economia mista e das suas subsidiárias, a companhia tomou providências para o atendimento ao disposto da lei.

Com o intuito de adaptar-se a referida Lei, o Estatuto Social da CBTU, foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de janeiro de 2017 sendo promovida as alterações necessárias no mesmo.

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/estatutosocial2018consolidado.pdf>

A fim de fortalecer as práticas de Gestão de Riscos, a CBTU promoveu ajuste na estrutura organizacional da Administração Central a fim de atribuir à Gerência-Técnica – Gestão Estratégica responsabilidades pela verificação de cumprimento de obrigações da Companhia em gestão de riscos. Assim, esse órgão foi realocado sob a Gerência Geral – Governança, ligada diretamente ao Diretor-Presidente.

Além disso, foi instituído um Grupo de Trabalho composto por integrantes de todas as Unidades Administrativas da CBTU, cuja atribuição foi a de realizar estudos e propor uma Política de Gerenciamento de Riscos para a Companhia, trabalho esse finalizado com êxito. A minuta dessa Política foi analisada e aprovada pela Diretoria Executiva e encontra-se sob análise e deliberação do Conselho de Administração, devendo ser aprovada no primeiro trimestre de 2018.

Fonte: GAGOV

3.2 - Informações sobre Dirigentes e Colegiados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Órgãos Colegiados e a Diretoria da CBTU possuem a seguinte composição:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CBTU é composto de 07 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão de 2 (três) anos, permitida a recondução por três vezes consecutivas. O Conselho de Administração será composto de 07 (sete) membros, a saber:

- I. 3 (três) indicados pelo Ministério das Cidades, sendo que um deles deve atender os requisitos de conselheiro independente;
- II. 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- III. O Diretor-Presidente da Companhia;
- IV. 1 (um) representante dos empregados, na forma da Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010;
- V. 1 (um) representante dos acionistas minoritários, eleito na forma da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que deve atender os requisitos de conselheiro independente.

Os membros do Conselho de Administração, à exceção do representante ou dos representantes que, por força de Lei, devam ser eleitos pelos acionistas minoritários, serão indicados pelo Ministro das Cidades, dentre brasileiros de notório conhecimento e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, cabendo a um deles a Presidência do Colegiado.

Integrarão também o Conselho de Administração o Diretor-Presidente da Sociedade, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um empregado do quadro efetivo da Companhia, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. Funcionará com a presença da maioria de seus membros em exercício e deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente, também, o voto de qualidade.

Os papéis e as competências do Conselho de Administração encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Conselho Fiscal

. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;

um indicado pelo Ministério das Cidades; e

um representante dos acionistas minoritários.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral de acionistas.

§ 2º - Não havendo a indicação prevista no Inciso III deste artigo, caberá ao Ministério das Cidades a indicação de mais um membro.

Os papéis e as competências do Conselho Fiscal encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Diretoria

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Companhia. A Diretoria Executiva é composta por 4 (quatro) membros, um Diretor-Presidente e 3 (três) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - É condição para investidura em cargo de Diretoria da CBTU a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções seguidas.

No prazo do artigo anterior serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da CBTU.

Atingido o limite a que se refere os artigos anteriores, o retorno de membro da diretoria executiva para a mesma função só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

- O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Os papéis e as competências da Diretoria encontram-se elencados no item 3.1 – Descrição das Estruturas de Governança.

Considerações gerais

Em todos os casos, o processo de escolha de dirigentes e conselheiros seguirá as disposições contidas no Decreto nº 757, de 19 de dezembro de 1993, em especial o que dispõe o § 4º do Art. 1º, que “em qualquer hipótese, quando a indicação de membro da Diretoria, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal couber à União, inclusive quando a iniciativa couber a Ministro de Estado, será o nome submetido à prévia aprovação do Presidente da República.”

Fonte: GAGOV

3.3 - Política de Designação de Representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

A CBTU não participa de qualquer entidade, seja como coligada ou controladora de empresas ou quaisquer sociedades de propósito específico. Logo, não há que se falar em política de escolha e designação de representantes de tais entidades.

Fonte: GAGOV

3.4 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Indicação do estatuto e normas que regulam a atuação da auditoria interna.

Os Dispositivos legais e normativos a seguir descritos nortearam a atuação da auditoria interna da CBTU no exercício de 2017:

- Decreto 3.591/2000 de 06/09/2000 – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.
- Lei 10.180, de 06/02/2001 – Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar 108/2001, Lei Complementar 109/2001 - § 2º Artigo 41 e- Decreto nº 4.942/03, de 30/12/2003, quanto à responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades das suas entidades de Previdência Complementar.
- Instrução Normativa nº 24/2015 da Controladoria-Geral da União;
- Instrução Normativa conjunta Ministério do Planejamento, Orçamento e a CGU, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Resoluções da CGPAR de 02 à 20 – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – Estabelece adoção de regulamento próprio para o corpo de auditoria interna das empresas estatais e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 8 do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, de 6 de dezembro de 2017, que aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, estabelecendo procedimentos para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal.
- Estatuto Social, Capítulo 10, artigos 115 à 118. Disponível na Internet. Caminho para acesso: www.cbtu.gov.br

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), Decreto 3.591/2000 – art. 15 §§ 3º, 4º e 5º.

Conforme descrito no item 3.1, item "b", subitem "2", e alinhado à resolução nº 02/2010 da CGPAR, a Auditoria Interna encontra-se subordinada ao Conselho de Administração, estando sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Federal.

Conduzimos nossas auditorias no exercício de 2017 em conformidade com as normas e diretrizes, baseadas nos normativos que regulam a atuação da auditoria interna indicados no item "a" deste capítulo do relatório de gestão, cujas diretrizes para o estabelecimento dos objetivos, áreas de atuação e competência dos auditores, efetivamente cumprem, em nosso entendimento integralmente, todos os princípios éticos e profissionais requeridos para a realização dos trabalhos de auditoria com independência e objetividade.

A nomeação e destituição do titular da Auditoria interna, após aprovação pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União compete ao Conselho de Administração da empresa, de acordo com o descrito no art. 65 do Estatuto Social.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas:

A CBTU é composta de uma Administração Central (RJ), local de lotação da Auditoria Interna e de cinco unidades operacionais localizadas nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió.

A Auditoria Interna tem a responsabilidade de desenvolver suas tarefas, estrategicamente, em função da relevância dos riscos potenciais, em todas as Unidades Administrativas da CBTU e na REFER. Sendo assim, o planejamento dos programas de auditoria a serem executados envolvem a análise de todos os macroprocessos, atividades da companhia, nível de controle existente e riscos atribuídos.

Devido ao grau de descentralização da empresa, inúmeros são os programas de auditoria que englobam atividades realizadas em sua quase totalidade nas unidades operacionais. O planejamento estratégico para execução desses trabalhos envolve o deslocamento de auditores para essas áreas por alguns dias realizando procedimentos de auditoria como observação, indagação e inspeção física.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de contas (UPC).

Recursos Humanos

A Unidade de Auditoria Interna da CBTU é atualmente composta por 09 (nove) profissionais, conforme demonstrado a seguir:

CARGO	FORMAÇÃO	QUANT.
Chefe de Auditoria	Administrador	1
Auditores	Administrador	2
	Contador	2
	Advogado	2
Assistentes Executivos	Nível Médio	2
TOTAL		9

O Plano de Emprego Comissionado da CBTU, em conjunto com a Resolução nº 009-2015 do Conselho de Administração definem que o cargo de auditor pode ser ocupado por profissionais com formação em nível superior em Administração, Contabilidade, Economia, Engenharia ou Direito. De acordo com o quadro quantitativo de cargos de confiança, função de confiança e função gratificada da companhia, aprovado em 28 de novembro de 2017, através da resolução nº 007-2017 o número máximo de auditores poderá ser de 7 indivíduos.

Como é feita a escolha do titular

A competência para nomear e destituir o titular da Unidade de Auditoria Interna é do Conselho de Administração, após aprovação pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Constituem pré-requisitos para investidura do cargo de Chefe de Auditoria:

- 1- Formação de Nível Superior;

- 2- Registro no Conselho Profissional;
- 3- Experiência mínima de 5 (cinco) anos na área de atuação;
- 4- Experiência em Administração Financeira, Orçamentária, Contabilidade e/ou auditoria Interna/externa.

Constituem pré-requisitos para investidura para o cargo de Auditor:

- 1- Formação de Nível Superior nos cursos supracitados;
- 2- Registro no Conselho Profissional;
- 3- Experiência mínima de 2 (dois) anos na área de atuação;

Por se tratar de cargo comissionado há previsão de livre provimento, podendo a vaga ser ocupada por empregados provenientes do próprio quadro de empregados da CBTU ou contratados para o exercício do cargo de confiança.

Posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de contas (UPC).

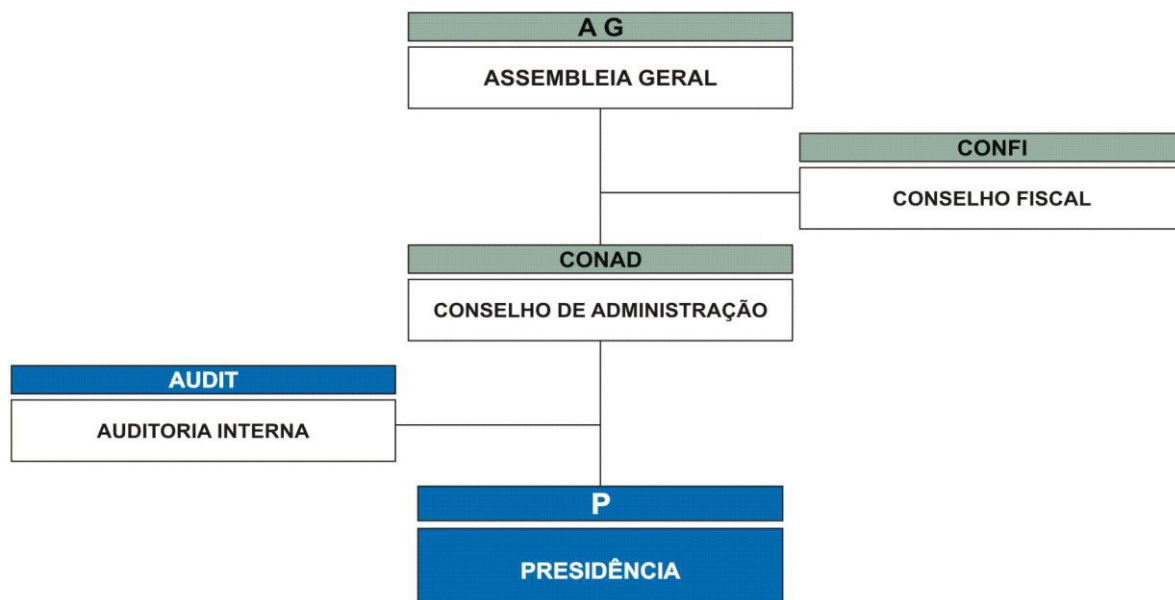
A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, empresa de serviços de transportes metro-ferroviário de passageiros, ligada ao Ministério das Cidades, possui uma grande estrutura organizacional, parte dela encontra-se a seguir e o demais poderá ser consultado através do endereço: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/organograma/administracao-central>



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



As estruturas organizacionais das Unidades Operadoras de Transporte permanecem regularmente divulgadas no site oficial da CBTU na Internet.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Os resultados, opinamentos e manifestações da Auditoria Interna da CBTU são regularmente formalizados através dos instrumentos a seguir descritos, que consideramos suficientes:

Relatório de Auditoria

Para cada trabalho de Auditoria Interna previsto no PAINT é elaborado um Relatório de Auditoria escrito de forma clara e concisa, contendo os objetivos da auditoria, o escopo do trabalho, critérios de análise utilizados, as causas e as consequências, acompanhadas das recomendações visando o aprimoramento dos controles avaliados, além da conclusão dos trabalhos, com base nos achados de auditoria.

O relatório e as recomendações nele constantes são encaminhados para o Presidente, que por sua vez os distribui para o corpo gerencial da empresa que foi alvo da auditoria, para manifestações complementares e ações diversas. O controle acerca da aderência das gerências sobre as recomendações realizadas é feita pela Auditoria Interna nos termos do artigo 17 da Instrução Normativa nº 24 da CGU.

Reunião de Encerramento do trabalho de campo

A Reunião de Encerramento tem por finalidade apresentar ao auditado informações prévias acerca do conteúdo do Relatório de Auditoria Interna, a fim de colher eventual justificativa e esclarecimentos ainda necessários, que o auditado entenda cabíveis, considerando a necessidade de assegurar, em tempo hábil, o pleno exercício do direito de defesa do gestor público.

Além disso, o Conselho de Administração, bem como o Conselho Fiscal em suas reuniões ordinárias, mantém como rotina a leitura dos Relatórios de Auditoria, onde são analisados os pontos abordados, os consequentes riscos envolvidos e o andamento de cada uma das recomendações feitas pela Auditoria Interna.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.

Ante o não atendimento das recomendações, a auditoria interna realiza a análise de risco das impropriedades expressamente apontadas nos Relatórios, mediante três classificações (Alto, Moderado e Baixo), priorizando a cobrança regular dos motivos/justificativas pela não implementação das ações corretivas e, solicitando formalmente, através de memorandos internos, o posicionamento das áreas responsáveis, fixando prazo para contestação ou aderência às recomendações exaradas pela AUDIT, cabendo o registro de que, no caso de aderência, as áreas responsáveis deverão ainda apresentar plano de ação para saneamento das não conformidades apontadas.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Não houve.

Fonte: AUDIT

3.5 - Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Os ilícitos administrativos, no âmbito da CBTU, são apurados por meio de procedimentos administrativos previstos em Manual Disciplinar próprio.

Dentre os instrumentos previstos, usualmente são utilizados os processos administrativos disciplinares (autoria conhecida) e as sindicâncias (apura fatos e aponta autoria).

A Companhia possui um Gestor Nacional de procedimentos administrativos disciplinares e cinco gestores regionais, cada um em exercício em uma Superintendência.

Tais gestores exercem verdadeiramente o múnus de corregedores, na medida em que fiscalizam os atos das comissões disciplinares, verificam o andamento dos feitos e atestam em parecer se os atos procedimentais estão em consonância ao previsto no Manual, principalmente no que tange às nulidades.

Quanto ao cadastro no sistema CGUPAD, a CBTU procede adequadamente ao cadastro e criará rotina para cumprimento do prazo de 30 dias da ocorrência do fato.

A previsão em Manual dos procedimentos pelos quais serão exercidos o poder disciplinar da Companhia tem sido uma prática entre as Estatais Federais, a qual certamente colabora para a melhor organização da atividade, previsibilidade das ações e padronização dos procedimentos. Atenta a isso, a CBTU implementou o Manual Disciplinar CBTU, pela Resolução do Conselho de Administração nº 002-2015, de 24 de fevereiro de 2015, após ter sido submetido ao Ministério das Cidades.

Foi criada a figura do Gestor Nacional dos Procedimentos Administrativos Disciplinares, que possui a incumbência de, entre outras coisas, centralizar as informações relacionadas à área disciplinar, orientar tecnicamente as Comissões disciplinares em curso, sobretudo no que tange à correta aplicação das regras contidas no Manual Disciplinar e demais normas administrativas, monitorar as Comissões para que seus trabalhos sejam concluídos dentro do prazo e emitir pareceres técnicos a fim de subsidiar a decisão das autoridades no que tange à instauração de procedimentos disciplinares e à eventual aplicação de penalidade em algum funcionário da Companhia. Aquele Gestor Nacional atua em conjunto aos cinco Gestores Regionais (cada Superintendência conta com um), que desempenham atribuições pertinentes em âmbito regional.

Iniciou-se um trabalho de atualização de normativos necessários à organização da área disciplinar, seu funcionamento, controle e acompanhamento de procedimentos administrativos.

Todo o arquivo de processos disciplinares está sendo reestruturado, de modo a facilitar as consultas e possibilitar uma catalogação digital.

Após orientação da CGU para aderência ao sistema CGU/PAD, houve a capacitação necessária e tão logo foi iniciado o cadastramento dos processos disciplinares no referido sistema governamental. Dessa forma, já está sendo efetuado o cadastro de todas as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares instaurados desde 2015.

Além disso, será avaliada a viabilidade de indicação de empregados a participarem do Treinamento em Processo Administrativo Disciplinar – Formação para membros de Comissões, da Controladoria Geral da União em parceria com a Escola de Administração Fazendária, a fim de propiciar a formação de empregados aptos a desempenhar atividades disciplinares.

Em paralelo, o Manual Disciplinar será revisado para que sejam feitas as compatibilizações necessárias a doutrina e jurisprudência e a modernização dos procedimentos.

No ano de 2017, foram instaurados aproximadamente 81 procedimentos, dentre Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares e demais instrumentos.

3.6 - Gestão de Riscos e Controles Internos

Apesar de os processos de gerenciamento de risco da CBTU como um todo não estarem completamente estruturados, tem-se empreendido esforços na consolidação da Gestão de Riscos na Companhia.

Com a revisão do Planejamento Estratégico institucional, ocorrido no primeiro semestre de 2017, criou-se o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a Gestão de Riscos Corporativos e os Controles Internos Associados”, o que permitirá que a CBTU consolide diferentes ações necessárias ao estabelecimento da Gestão de Riscos.

O desdobramento mais importante desse objetivo estratégico foi a proposta de uma Política de Gestão de Riscos para a CBTU, em aprovação pelo Conselho de Administração. Passos posteriores, a serem desenvolvidos durante o ano de 2018, incluem a proposta e aprovação de um Plano Integrado de Gerenciamento de Riscos, o mapeamento e tratamento de riscos-chave, criação de normas, manuais ou outras ferramentas que fortaleçam os controles internos de gestão.

Fonte: GESTE

3.7 - Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A remuneração de dirigentes e conselheiros é praticada conforme os seguintes dispositivos:

- Lei 6.404/76, art. 152: Remuneração de Diretor S/A é definida em Assembleia;
- Lei 13.303, art. 8 III: Práticas de Governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração
- Decreto 8.945, art. 13, III: Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, de políticas e práticas de Governança Corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Voto da União em Assembleia sobre remuneração de diretor é definido pelo DEST;
- Decreto 89.039/84, art. 4º, I.a: Assunto já estava previamente delegado à SEST nas empresas com Assembleia.
- Decreto* de Estatuto Social: nas empresas públicas sem Assembleia, seus estatutos, aprovados por Decreto, delegam o assunto para o Ministro Supervisor – MS;
- Decreto* nº 3.735/01, art. 1º, III: Amplia atuação da SEST para todas as estatais, inclusive empresas públicas sem Assembleia, *ouvido sempre o MS*;
- Portaria MP nº 250/05: MP subdelegou para a SEST;

- Decreto 9.035 de 20/04/2017, art. 41: compete à SEST manifestar-se sobre remuneração dos administradores, dos liquidantes e dos Conselheiros e participação dos dirigentes nos lucros ou nos resultados das empresas; instruir o voto da União em assembleia geral sobre a fixação da remuneração dos diretores das empresas estatais federais, inclusive dos honorários mensais, dos benefícios e da remuneração variável, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as diretrizes da CGPAR.

A remuneração é composta por: Honorários, Adicional de Férias, Auxílio Alimentação e Auxílio Saúde.

Faz parte ainda dos custos com dirigentes, o pagamento de FGTS e INSS sobre os vencimentos.

Atuação da SEST:

A partir do ano de 2005, no voto da remuneração de dirigentes, iniciou a política de desvincular remuneração de diretor e empregado. A primeira orientação, própria para diretor, o reajuste deve ser \leq IPCA.

Remuneração de Conselheiros

Lei 6.404/76: CF \geq 10% da média da remuneração de diretores

Lei 9.292/96: CF e CA \leq 10% da média da remuneração de diretores

A SEST fixa honorário dos dois conselhos em exatamente 10% da remuneração de diretores.

Estão incluídos na base de cálculo da remuneração anual média dos diretores apenas honorários e gratificação natalina.

Remuneração de Diretores e Conselheiros

Regras diferentes:

Diretor é estatutário e não tem subordinação da relação de emprego

Diretor é demissível *ad nutum*

Diretor é responsável legal pela gestão, civil e criminalmente*

* Empregado não pode assumir condição de estatutário, mesmo que temporariamente

Leis diferentes: Diretor = Lei 6.404 e Empregado = CLT

Instrumentos diferentes: Diretor = Assembleia e Empregado = ACT

Conflito de interesse: Diretor negocia remuneração dos empregados

DL 200/67, art. 27, § único, e CF, art. 173, §1º, I: estatal segue regime privado

- Inclusive em relação ao tratamento diferenciado de Diretor e empregado

Política deliberada do SEST iniciada em 2008

- O Diretor pode ter benefício de mesmo nome que o de empregado, mas valor, sistemática, “data-base” e fundamento legal são sempre diferentes.

Teto constitucional para honorário

Apenas os honorários estão sujeitas ao teto, inclusive o honorário mensal do Diretor-Presidente, acumulado com seu honorário de Conselheiro de Administração.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.1 - Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.7.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$1,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CONSELHEIRO	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total do Exercício
Joaquim Francisco de Freitas Cavalcante	24/08/2016	30/11/2017	2.512,26	27.634,86
Pedro Augusto Cunto de A Machado	-	-	2.512,26	30.147,12
Adriano de Aquino Oliviera e Silva	-	-	2.512,26	30.147,12
José Marques de Lima	-	-	2.512,26	20.098,08
Marco Aurélio de Queiroz Campos	-	-	2.512,26	30.147,12
Cirano Lopes de Oliveira	23/05/2017	22/05/2020	2.512,26	17.585,82

CONSELHO FISCAL

NOME DO CONSELHEIRO	Período do Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total do Exercício
ALFONSO ORLANDI NETO	08/04/2016	30/01/2017	2.512,26	5.024,52
ELIAS JACÓ DOS SANTOS	31/05/2012	31/03/2017	2.512,26	10.049,04
EVANIR VALENTIM DE MELO DA MOTTA	11/04/2017	10/04/2019	2.512,26	22.610,34
JOSE ROBERTO GENEROSO	11/04/2017	10/04/2019	2.512,26	22.610,34
MARCIO OLIVEIRA CAVALCANTE	31/07/2013	31/03/2017	2.512,26	10.049,04
MARIA BETANIA GONÇALVES XAVIER - SUPLENTE	11/04/2017	10/04/2019	2.512,26	5.024,52
RAMON VICTOR CESAR	11/04/2017	10/04/2019	2.512,26	22.610,34

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.2 - Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.7.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de Membros	3	4
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	939.030,18	592.281,50
b) benefícios diretos e indiretos	87.530,40	38.907,34
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)	71.983,73	72.430,25
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.098.544,31	703.619,09
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Conselho de Administração

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de Membros	6	6
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	155.760,12	170.833,68
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)		
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	155.760,12	170.833,68
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: GEARH/GAREH/DA

Conselho Fiscal

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de Membros	7	6
I – Remuneração Fixa		
a) salário ou pró-labore	97.978,14	92.953,60
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (13º)		
II – Remuneração Variável		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	97.978,14	92.953,60
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

*3 Membros titulares e 3 suplentes.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.7.3 - Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à CBTU, tendo em vista tratar-se de Sociedade de Economia Mista e ser dependente dos recursos da União.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

3.8 - Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

3.8.1 – Sistemática de contratação

Licitação - Modalidade: Concorrência Pública

Contrato nº 007/2015 - DA

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.2 – Dados da Empresa Contratada

Empresa: LOUDON BLOMQUIST - AUDITORES INDEPENDENTES,

CNPJ-MF: 33.179.672/0004

Endereço: Av. Presidente Vargas, 509-3º Andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20.071-003

Representante: Sócio Jorge Luiz Ferreira Moraes

Carteira de Identidade nº 043.479/O-2 – CRC

CPF/MF nº 337.135.537-34

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.3 – Remuneração pelo Contrato

Valor Total do Contrato: R\$684.600,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais), pelo prazo de 36 meses contados a partir da data de assinatura (17 de julho de 2015)

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.8.4 – Serviços Contratados

Prestação de Serviços de Auditoria Externa, objetivando atender as necessidades da CBTU, compreendendo a Administração Central, as Superintendências de Trens Urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió, e ainda atender às exigências dos órgãos externos federais. Os trabalhos são referentes aos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017 e deverão:

- a) realizar todos os procedimentos de auditoria externa independente;
- b) subsidiar a Diretoria da CBTU, mediante a análise dos procedimentos relacionados com o desempenho econômico-financeiro da Companhia e com o aperfeiçoamento dos seus controles internos;
- c) assessorar o Conselho-Fiscal da CBTU, acompanhando a situação econômico-financeiro da CIA com emissão de relatórios.

Fonte: GECOC/GAFIN/DA

3.9 - Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

Não se aplica à CBTU

Fonte: GAFIN/DA

3.10 - Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

Estão sendo adotadas, continuamente, medidas internas tendentes a otimizar o controle e acompanhamento dos processos judiciais em que a CBTU seja parte interessada e/ou esteja na qualidade de autora ou ré. Parte integrante dessas medidas foi a lotação de advogados, contador e técnico de gestão admitidos no último concurso público, realizado em 2014.

Fonte: GAJUR/P

3.10.1 – Medidas Internas Adotadas

(i) Efetiva fiscalização e monitoramento do escritório especializado contratado para a prática da advocacia contenciosa utilizando, inclusive, o SISTEMA PROCESS para o controle não só dos processos de pagamento de despesas judiciais, mas, também, para o acesso a versão digitalizada das peças processuais produzidas e dos principais documentos/certidões acostados nos autos judiciais.

(ii) A Gerência Geral Judicia e a Gerência Geral de Recursos Humanos estabeleceram como prioritário o mapeamento e a redução das demandas trabalhistas por meio de melhores práticas na área de Recurso Humanos associadas ao exercício da advocacia preventiva.

Fonte: GAJUR/P

3.10.2 – Avaliação dos Riscos de Prescrição e Ações Mitigadoras

A prescrição é um instituto que, de maneira quase unânime, tem estado a favor da CBTU especialmente porque, via de regra, somos demandados. Todavia, nos raros casos onde somos demandantes, a área jurídica tem se mantido vigilante para evitar perdas de prazos e, com isso, a ocorrência de prescrição.

Fonte: GAJUR/P

3.10.3 - Demonstrativo de Ações Judiciais e Penhoras/Valores Bloqueados

Atendimento ao acórdão 2804/2015 – PLENÁRIO, item 1.7.1.2

Posição 31 de dezembro

Quadro A.3.10.3.1 - Quantitativo de Processos Cíveis e Trabalhistas.

ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2013	2.426	5.155	792	8.373
2014	1.977	5.091	1300	8.368
2015	1.307	6.389	911	8.607
2016	1.532	6.120	914	8.606
2017	1.517	6.733	384	8.634

Quadro A.3.10.3.2 - Valores empenhados por tipo de ação (R\$)

ANO	CÍVEIS*	TRABALHISTAS
2013	22.320.475,28	76.300.465,00

2014	68.359.990,32	80.008.769,05
2015	41.685.097,03	150.556.369,42
2016	60.209.295,58	94.378.735,26
2017	35.243.816,92	92.012.944,12

* incluído ações fiscais

Quadro A.3.10.3.3 – Quantitativo de Ações Judiciais por tipo e região

Localidade	Cível	Trabalhista	Fiscal	Total
São Paulo	207	48	41	296
Rio de Janeiro	394	2.495	147	3.036
Alagoas	54	235	7	296
Paraíba	42	102	1	145
Minas Gerais	156	1.839	145	2.140
Pernambuco	427	1.850	34	2.311
Ceará	36	4	5	45
Rio Grande do Norte	83	132	1	216
Bahia	118	28	3	149
TOTAL	1.517	6.733	384	8.634

Obs.: O quadro não apresenta valores por ação, pois são valores históricos, informados pelas partes autoras das ações, apenas para fins de pagamento das custas processuais, e que não correspondem à realidade na eventualidade de condenação da CBTU.

Fonte: GAJUR/P

Quadro A.3.10.3.4 – Valores pagos no exercício por tipo e por unidade administrativa

Sentenças Trabalhistas, Depósitos Recursais e Custas	Limite Orçamentário	Empenhos Emitidos	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
BELO HORIZONTE					
Sentenças Trabalhistas	19.750.006,54	19.750.006,54	19.737.979,82	19.737.979,82	0,00
Depósitos Recursais e Custas	2.663.899,81	2.663.899,81	2.663.899,81	2.663.899,81	0,00
RECIFE					
Sentenças Trabalhistas	52.554.876,28	52.554.876,28	49.061.052,63	49.061.052,63	0,00
Depósitos Recursais e Custas	2.640.824,84	2.640.824,84	2.640.824,84	2.640.824,84	0,00
NATAL					
Sentenças Trabalhistas	2.346.898,33	2.346.898,33	2.346.898,33	2.346.898,33	0,00
Depósitos Recursais e Custas	235.284,42	235.284,42	235.284,42	235.284,42	0,00
JOÃO PESSOA					
Sentenças Trabalhistas	6.237.617,52	6.237.617,52	6.237.617,52	6.237.617,52	0,00
Depósitos Recursais e Custas	193.700,10	193.700,10	193.700,10	193.700,10	0,00
MACEIÓ					
Sentenças Trabalhistas	4.729.606,69	4.729.606,69	4.729.606,69	4.729.606,69	0,00
Depósitos Recursais e Custas	261.628,62	261.628,62	261.628,62	261.628,62	0,00
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Sentenças Trabalhistas	6.394.266,05	6.393.938,76	6.321.494,12	6.321.494,12	0,00
Depósitos Recursais e Custas	552.462,01	552.462,01	552.462,01	552.462,01	0,00
TOTAL					
Sentenças Trabalhistas	92.013.271,41	92.012.944,12	88.434.649,11	88.434.649,11	0,00
Depósitos Recursais e Custas	6.547.799,80	6.547.799,80	6.547.799,80	6.547.799,80	0,00
Sentenças Cíveis, Depósitos Recursais e Custas					
BELO HORIZONTE					
Sentenças Cíveis	5.232.805,71	5.232.805,71	5.232.805,71	5.232.805,71	0,00
Depósitos Recursais e Custas	2.522.492,46	2.522.492,46	2.522.492,46	2.521.673,10	0,00
RECIFE					
Sentenças Trabalhistas	2.681.823,57	2.681.823,57	1.515.931,89	1.515.931,89	0,00
Depósitos Recursais e Custas	765.167,03	765.167,03	764.718,40	764.718,40	100,00
NATAL					
Sentenças Cíveis	965.288,92	965.288,92	965.288,92	965.288,92	0,00
Depósitos Recursais e Custas	7.109,70	7.109,70	7.109,70	7.109,70	0,00
JOÃO PESSOA					
Sentenças Cíveis	640.759,80	640.759,80	640.759,80	640.759,80	0,00
Depósitos Recursais e Custas	1.468,43	1.468,43	1.468,43	1.468,43	0,00
MACEIÓ					
Sentenças Cíveis	301.986,16	301.986,16	301.986,16	301.986,16	0,00
Depósitos Recursais e Custas	44.253,72	44.253,72	44.253,72	44.253,72	0,00
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
Sentenças Cíveis	25.421.235,72	25.421.152,76	23.563.860,56	23.563.860,56	0,00
Depósitos Recursais e Custas	240.319,58	240.319,58	240.319,58	240.319,58	444,80
TOTAL					
Sentenças Cíveis	35.243.899,88	35.243.816,92	32.220.633,04	32.220.633,04	0,00

Depósitos Recursais e Custas	3.580.810,92	3.580.810,92	3.580.362,29	3.579.542,93	544,80
------------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------

Fonte: GAJUR/P

Quadro A.3.10.3.5 - Valores penhorados/bloqueados no exercício x valores recuperados

RECURSOS APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - BASE DEZEMBRO DE 2017

UG / CONTAS	1133510800			
	EXERC. ANTERIOR	EXERC. ATUAL	VALORES RECUPERADOS	TOTAL
MAC/AL	2.500,00	-	-	2.500,00
JOP/PB	342.103,84	283.965,95	-	626.069,79
REC/PE	61.441.553,02	23.400.000,00	1.619.496,85	83.222.056,17
BH/MG	138.564.293,72	69.265.938,19	24.374.302,09	183.455.929,82
NAT/RN	254.051,62	-	205.683,21	48.368,41
AC/RJ	4.039.983,23	-	-	4.039.983,23
TOTAL	204.644.485,43	92.949.904,14	26.199.482,15	271.394.907,42

Fonte: SIAFI GERENCIAL – GEFIN/GAFIN/DA

3.10.4 - Número de ações judiciais novas e ações judiciais encerradas

Em atendimento ao acórdão 2804/2015 – PLENÁRIO, item 1.7.1.3

Quadro A.3.10.4 - Movimentação de Processos com posição 31 de Dezembro de 2017

ENTRADAS				
ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2013	870	1.627	527	3.024
2014	340	1.608	675	2.623
2015	434	2.439	149	3.022
2016	447	2.145	20	2.612
2017	631	3.243	85	3.959
BAIXAS				
ANO	CÍVEL	TRABALHISTA	FISCAL	TOTAL
2013	564	963	07	1.534
2014	789	1.672	167	2.628
2015	1.104	1.141	538	2.783
2016	219	2.362	17	2.598
2017	655	2.709	499	3.863

3.10.5 - Montante financeiro das perdas e vitórias judiciais da CBTU - valores pagos e os valores economizados

Em atendimento ao acórdão 2804/2015 – PLENÁRIO, item 1.7.1.4

Quadro A.3.10.5.A - Vitórias e Perdas da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA (R\$)	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R\$)
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	1	1.158.196,80
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	8	80.927,85	2	1.000,00
MAIO	6	164.200,00	1	20.000,00
JUNHO	2	70.149,03	1	53.000,00
JULHO	1	120.000,00	1	1.000,00
AGOSTO	4	196.300,00	1	14.000,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	21	631.576,88	7	1.247.196,80

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	3	150.000,00	1	100,00
FEVEREIRO	27	1.386.000,00	4	132.100,00
MARÇO	23	1.135.000,00	0	0,00
ABRIL	25	1.160.100,00	1	100,00
MAIO	25	1.028.700,00	3	29.345,13
JUNHO	30	1.813.200,00	0	0,00
JULHO	27	1.350.000,00	7	250.300,00
AGOSTO	45	2.793.500,00	9	147.500,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	205	10.816.500,00	25	559.445,13

Quadro A.3.10.5.B - Vitórias e Perdas da ADMISTRAÇÃO CENTRAL(SÃO PAULO)

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL - SÃO PAULO / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	1	250.000,00
FEVEREIRO	0	0,00	5	804.207,00
MARÇO	2	427.000,00	4	52.126,37
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2	427.000,00	10	1.106.333,37

ACUMULADO / ADMISTRAÇÃO CENTRAL - SÃO PAULO / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	699.936,31	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	1	20.000,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2	719.936,31	0	0,00

Quadro A.3.10.5.C - Vitórias e Perdas da STU BELO HORIZONTE

ACUMULADO / STU - BELO HORIZONTE / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	0	0,00	0	0,00

ACUMULADO / BELO HORIZONTE / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	0	0,00	0	0,00

Quadro A.3.10.5.D - Vitórias e Perdas da STU RECIFE

ACUMULADO / STU - RECIFE / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	6	84.960,00	11	266.920,00
FEVEREIRO	14	35.000,00	8	1.000,00
MARÇO	7	154.787,01	1	20.000,00
ABRIL	29	507.546,22	15	316.556,96
MAIO	17	1.085.038,75	12	431.920,00
JUNHO	3	128.000,00	2	85.280,00
JULHO	6	252.151,51	6	202.260,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	82	2.247.483,49	55	1.323.936,96

ACUMULADO / STU - RECIFE / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	11	448.000,00	32	900.000,00
FEVEREIRO	16	622.000,00	11	308.000,00
MARÇO	24	901.000,00	7	292.512,46
ABRIL	16	547.356,18	12	433.201,20
MAIO	25	1.135.507,37	3	121.613,50
JUNHO	15	675.325,16	8	180.267,03
JULHO	18	1.138.000,00	4	120.000,00
AGOSTO	38	1347.900,48	9	376,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	163	6.815.089,19	86	2.355.970,19

Quadro A.3.10.5.E - Vitórias e Perdas da STU JOÃO PESSOA

ACUMULADO / STU - JOÃO PESSOA / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	1	100.000,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1	100.000,00	0	0,00

ACUMULADO / STU - JOÃO PESSOA / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	150.000,00	0	0,00
FEVEREIRO	2	125.000,00	2	40.955,21
MARÇO	1	35.000,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	1	39.000,00	1	2.000,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	5	349.000,00	3	42.955,21

Quadro A.3.10.5.F - Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ

ACUMULADO / STU - MACEIÓ / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	1	50.000,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	2	10.880,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	3	60.880,00	0	0,00

ACUMULADO / STU - MACEIÓ / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	2	50.000,00
FEVEREIRO	0	0,00	3	105.000,00
MARÇO	1	45.000,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	2	6.204,21	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	3	51.204,21	5	155.000,00

Quadro A.3.10.5.G – Vitórias e Perdas da STU MACEIÓ (BAHIA)

ACUMULADO /STU - MACEIÓ (BAHIA) / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	0	0,00	0	0,00

ACUMULADO / STU - MACEIÓ (BAHIA) / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	1	30.000,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	1	3.000,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2	33.000,00	0	0,00

Quadro A.3.10.5.H- Vitórias e Perdas da STU NATAL

ACUMULADO / STU - NATAL / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	1	10.000,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1	10.000,00	0	0,00

ACUMULADO / STU - NATAL / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	1	35.500,00	0	0,00
MARÇO	1	32.000,00	1	11.779,02
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2	67.500,00	0	11.779,02

Quadro A.3.10.5.I - Vitórias e Perdas da STU NATAL (CEARÁ)

ACUMULADO / STU - NATAL (CEARÁ) / CÍVEL 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	0	0,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	2	234.800,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2	234.800,00	0	0,00

ACUMULADO / STU - NATAL (CEARÁ) / TRABALHISTA 2017				
VITÓRIAS			PERDAS	
MÊS	QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
JANEIRO	0	0,00	2	40.000,00
FEVEREIRO	0	0,00	0	0,00
MARÇO	0	0,00	0	0,00
ABRIL	0	0,00	0	0,00
MAIO	0	0,00	0	0,00
JUNHO	0	0,00	0	0,00
JULHO	0	0,00	0	0,00
AGOSTO	0	0,00	0	0,00
SETEMBRO	0	0,00	0	0,00
OUTUBRO	0	0,00	0	0,00
NOVEMBRO	0	0,00	0	0,00
DEZEMBRO	0	0,00	0	0,00
TOTAL	0	0,00	2	40.000,00

Quadro Síntese Vitórias e Perdas 2017

CÍVEL			
VITÓRIAS		PERDAS	
QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
122	3.711.740,37	72	3.677.467,13
TRABALHISTA			
VITÓRIAS		PERDAS	
QUANTIDADE	ECONOMIA R\$	QUANTIDADE	VALOR PAGO R\$
382	18.852.229,71	122	3.165.149,55

3.10.6 - Motivação e as razões que levaram ao êxito ou à perda das ações

Em atendimento ao acórdão 2804/2015 – PLENÁRIO, item 1.7.1.5, conforme se verifica no quadro “Movimentação de Processos”, no exercício de 2017, pertinente às áreas civil, fiscal e trabalhista, houve **3.863** baixas/encerramento de processos, relativamente ao quantitativo de **8.634** ações em curso no mencionado exercício, incluído nesse montante a entrada de **3.959** novas ações.

Tais êxitos (baixas processuais) se devem não somente pela atuação proativa na fiscalização dos processos junto ao Escritório Terceirizado, mas também pelo fato de ser reconhecida judicialmente a prescrição nos casos de responsabilidade civil por acidente ferroviário e reconhecimento de tese favorável à Companhia pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Não obstante as perdas quanto ao mérito das causas, importante ressaltar que a CBTU obteve êxitos expressivos na fase de execução de sentença, tendo em vista os excessos de execução constatados e reconhecidos em Juízo, trazendo, assim, economia ao erário, uma vez que a CBTU é dependente do orçamento da União.

Cabe mencionar que no ano de 2017 foram propostas 3.243 ações trabalhistas, sendo 1.242 na Administra Central/RJ, das quais 1.175 relacionadas a pedidos de reintegração dos empregados oriundos da Flumitrens (Administração Pública Estadual – RJ). Durante todo o ano de 2017, não houve nenhuma condenação definitiva contra a CBTU. Nesse ponto, a tese da CBTU, que sustenta a legalidade da cessão de empregados da CBTU para a Flumitrens, quando da transferência do sistema ferroviário da Administração Federal para a Estadual tem sido acolhida pelo Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região – TRT/RJ, resultando, portanto, no êxito da Companhia em todas as demandas trabalhistas propostas.

3.10.7 – Informações sobre os serviços prestados para sua representação judicial e valores pagos

O objeto do contrato abrange a defesa dos direitos e interesses da CBTU e patrocínio das demandas em que a mesma integrar o polo ativo ou passivo, ou ainda como parte interessada, nos processos judiciais principais, acessórios, preventivos e incidentais, de natureza cível, fiscal, trabalhista e criminal, esta quando envolver empregado da CBTU no desempenho de suas atividades funcionais ou naquelas em que a CBTU for parte, em todas as fases e instâncias, inclusive na Comarca de Brasília (DF), nos Tribunais Superiores, sendo Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Recurso de Revista, incluindo sustentação oral, quando for o caso, até final da tramitação, compreendendo-se, portanto, qualquer causa em andamento ou que vier a ser ajuizada na vigência do contrato; Defesa dos interesses da CBTU na formulação de acordos judiciais, em conformidade com a norma específica denominada Norma Técnica para Encerramento de Processos Judiciais, mediante Acordo instituído através da Resolução de Diretoria nº. 008/2006, de 14 de junho de 2006 ou outra que venha a substituí-la; Defesa dos interesses da CBTU nos processos administrativos, incluindo a elaboração de pareceres quando solicitados.

No exercício de 2017 a despesa efetuada com o Escritório na prestação dos serviços totalizou em R\$ 3.258.609,94.

FONTE: SIAFI 2017 / GAJUR

3.10.8 – Avaliação da satisfação em relação ao desempenho do contratado, de modo a justificar a manutenção da terceirização

Os serviços do escritório contratado Nelson Willians & Advogados Associados vêm sendo prestados conforme previsto no Contrato Nº. 012-2013/P, estando a CBTU atendida em suas necessidades.

Ressaltamos a consistência técnica e a interação com a fiscalização, seja para o levantamento de dados, documentos e informações, seja para solicitar manifestações técnicas a respeito de peça processual ou sistemática a ser adotada.

FONTE: GAJUR

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 – Gestão de Pessoas

4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro A.4.1.1.A – Força de Trabalho da UPC

Posição: Dezembro/2017

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	3977	4005	690	108
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	3977	3894	671	89
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)		111	19	18
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos		0	0	1
2. Empregados Anistiados ¹	585	583	2	6
3. Empregado Reintegrado ²	258	256	8	15
4. Total de Empregados (1+2+3)	4820	4844	700	129

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* PORTARIA Nº29, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

¹ Houve o reingresso do empregado anistiado ANIBAL RAMOS DA SILVA em maio/2017, porém com data retroativa a 01/03/2010.

² Houve o reingresso do empregado reintegrado ANTONIO VIEIRA FONTES em fevereiro/2017, porém com data retroativa a 15/12/2016.

Quadro A.4.1.1.B – Distribuição da Lotação Efetiva

Situação apurada em 31/12/2017

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva*	
	Área Meio	Área Fim
1. Empregado Próprio (1.1+1.2+1.3)	914	3.065
1.1. Empregado de carreira vinculada ao órgão (Empregado Efetivo)	809	3059
1.2. Empregado não vinculado ao órgão (Empregado Comissionado - Cargo de Confiança)	105	6
1.3. Empregados requisitados de outros órgãos	0	0
2. Empregados Anistiados	104	168
3. Empregado Reintegrado	11	245
4. Total de Empregados (1+2+3)	1.029	3.478

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* EXCLUÍDO OS EMPREGADOS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS.

Quadro A.4.1.1.C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Unidade

Situação apurada em 31/12/2017

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos Estruturais	207	206	67	69
Função de Confiança	207	164	54	53
Cargo de Confiança		42	13	16
2. Cargos Não-Estruturais	170	163	64	66
Função de Confiança	170	94	43	44
Cargo de Confiança		69	21	22
3. Função Gratificada	268	265	46	20
4. Total de Servidores (1+2+3)	645	634	177	155

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

1) Os Cargos Estruturais são: Adjunto de Diretor, Chefe de Gabinete - Presidência, Chefe de Auditoria, Superintendente Regional I, Superintendente Regional II, Gerente Geral, Gerente Regional I, Gerente Regional II, Chefe de Gabinete Regional I, Chefe de Gabinete Regional II, Gerente Técnico, Gerente Operacional, Coordenador Técnico, Coordenador Operacional, Supervisor.

2) Os Cargos Não-Estruturais são: Assessor da Presidência, Auditor, Assistente Executivo I, Assistente Executivo II, Assistente Executivo III, Assistente Executivo IV e Assistente de Serviços.

Análise Crítica:

O quantitativo de pessoal da CBTU é regulado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão este vinculado ao Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Balizada pela Portaria nº 29/2017, de 06/12/2017, a Companhia encerrou o ano de 2017 com um quantitativo de 4.844 empregados ativos, sendo 12,04% anistiados, 5,28% reintegrados e 82,68% empregados do quadro próprio. Comparativamente, ao ano de 2016, houve um aumento de quinhentos e setenta (571) empregados no quantitativo de pessoal da Companhia, representados por 700 ingressos e 129 egressos no exercício.

Para esse aumento do quantitativo ressaltam-se o volume de admissões judiciais para atender a determinações judiciais de substituição de contratos de prestação de serviço, bem como as contratações do Concurso Público Edital 001-2016 da STU Belo Horizonte. Ainda com relação ao quantitativo de pessoal, resta pendente a admissão de 179 aprovados no Concurso Público Edital 001-2014.

No que tange as movimentações internas decorrente de reestruturação interna, houve uma menor rotatividade nas designações e dispensas em cargos e funções comissionadas em relação ao ano anterior, bem como um aumento nos ingressos em funções gratificadas.

Adicionalmente, nota-se um quantitativo expressivo de empregados acima da faixa de 51 anos, que representa 52,27% do pessoal, além de um acréscimo no número de empregados aposentados que passou de 15,25% em 2016 para 17,57% em 2017. Sob este ponto, também é importante registrar que a grande maioria dos empregados (aproximadamente 40%) possui mais de 24 anos de tempo de companhia e que tem sido tímida a evolução da escolaridade por cargo efetivo.

Diante deste cenário e por orientação da SEST, atualmente a Companhia estuda novas diretrizes para promover a adequação do quadro de pessoal e trabalha para implementar um plano de desligamento voluntário que permita a otimização dos custos e racionalização na gestão de pessoas.

Fonte: GAREH/DA

Quadro A.4.1.1.D – Detalhamento da Escolaridade

Posição: Dezembro/2017

Escolaridade*	Efetivo	%
Sem escolaridade formal	2	0,04%
Ensino fundamental incompleto	224	4,62%
Ensino fundamental completo	231	4,77%
Ensino médio incompleto	171	3,53%
Ensino médio completo	2336	48,22%
Superior incompleto	465	9,60%
Superior completo	1406	29,03%
Mestrado completo	9	0,19%
Total Geral	4844	100,00%

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* COM BASE NO DOCUMENTO ENTREGUE PELO EMPREGADO.

Quadro A.4.1.1.D.1 – Detalhamento da Escolaridade por Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Posição: Dezembro/2016

Escolaridade por cargo*	Efetivo	%
Nível Superior	434	9,17%
Nível Médio	3421	72,28%
Nível Técnico	876	18,51%
Nível Fundamental	2	0,04%
Total Geral	4733	100,00%

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

* EXCLUÍDO OS CARGOS DE CONFIANÇA.

Quadro A.4.1.1.E – Detalhamento do Efetivo por Faixa Etária

Posição: Dezembro/2017

Faixa etária	Efetivo	%
Até 25 anos	225	4,64%
De 26 a 30 anos	379	7,82%
De 31 a 35 anos	554	11,44%
De 36 a 40 anos	479	9,89%
De 41 a 45 anos	329	6,79%
De 46 a 50 anos	346	7,14%
De 51 a 55 anos	1119	23,10%
De 56 a 60 anos	832	17,18%
A partir de 61 anos	581	11,99%
TOTAL	4844	100,00%

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quadro A.4.1.1.F – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos
Posição: Dezembro/2016

ACIDENTE DE TRABALHO E AUXÍLIO DOENÇA

Unidade	Acidente de Trabalho	Auxílio Doença	Total
Administração Cental	3	24	27
Belo Horizonte	15	68	83
João Pessoa	1	11	12
Maceió	1	7	8
Natal	0	7	7
Recife	11	67	78
TOTAL	31	184	215

Fonte: CEFUN/GEARH/GAREH

Quantitativo exposto por empregado.

Absenteísmo - 2017	3,82%
Fórmula de Cálculo: $(N^{\circ} \text{ de pessoas} / \text{dias de trabalho perdido por ausência no ano}) / (N^{\circ} \text{ médio de empregados} / N^{\circ} \text{ de dias trabalhados no ano})$	

Rotatividade - 2017	8,56%
Fórmula de Cálculo: $(\text{Entradas} + \text{Saídas}) / \text{Total de Empregados}$	
Rotatividade - 2016	2,73%
Rotatividade - 2015	7,51%
Rotatividade - 2014	4,00%
Rotatividade - 2013	5,46%

4.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro A.4.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017										
	2016										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	264.494.636			113.920.741	44.751.460	18.566.464	27.852.408			469.585.709
	2016	243.065.297			101.018.202	39.386.055	16.259.290	24.218.254			423.560.707
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	345.158				11.739	4.388				361.285
	2016	370.265				11.739	4.388				386.391
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	6.673.602				1.127.972	467.960				8.269.534
	2016	6.331.003				1.027.366	422.001				7.780.370
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	19.900.561			8.349.815	3.363.591	1.395.449				33.009.416
	2016	19.558.277			8.128.441	3.173.828	1.303.682				32.164.228
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017										
	2016										
Fonte: CEFOP/GEARH/GAREH											
OBS:	Incluimos o pessoal contratado para cargo de confiança no item: Servidores sem vínculo.										
OBS2:	Alguns valores estão aproximados (média) por falta de relatórios detalhados. A parametrização dos relatórios ainda está em desenvolvimento, sendo necessária a aproximação de alguns valores, não comprometendo, no entanto, a fidelidade das informações, a nível de gestão.										

Fonte: GEARH/GAREH

4.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

O quantitativo de pessoal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos é gerenciado a partir do quadro de vagas aprovado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Em 2016 a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais estabeleceu um novo quantitativo de empregados, reduzindo o número máximo do quadro de pessoal. Este limite, juntamente com o cenário de contingenciamento orçamentário, impactou na convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001-2014 ao longo do ano de 2017. Tendo como data-corte o dia 16.09.2018, ainda está pendente a admissão de 179 aprovados dentro do número de vagas previstas no edital.

Além disso, cerca de 52,27% dos empregados estão acima da faixa de 51 anos e que aproximadamente 40,00% possuem mais de 24 anos de tempo de companhia.

Assim, considerando ainda que cerca de 17,50% são empregados aposentados e mais aproximadamente 30% já reúne condições de aposentadoria em até 5 anos, a empresa já apresentou um estudo de plano de desligamento voluntário (PDV) cujo principal desafio será promover a adequação do quadro de pessoal de forma programada com um efetivo repasse do conhecimento e sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços ou perda de qualidade.

A implementação prática de um plano programado visando à adequação do quadro de pessoal, estruturado através de um PDV permitirá a modernização da CBTU com uma gestão pública voltada para resultados, elevação da qualidade dos serviços de caráter social ofertados à sociedade, além de inserir a Companhia em um estágio dinâmico de gestão, condizente com os programas governamentais em desenvolvimento com vistas à implementação de um transporte público qualificado e universal. Este plano já está em desenvolvimento pela Gerência Geral de Recursos Humanos da CBTU e em negociação na SEST para aprovação.

Fonte: GEARH/GAREH/DA

4.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Abaixo estão relacionados os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva e, logo a seguir, os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Em alguns casos, por facilidade de apuração das informações, manteve-se a estrutura de apresentação dos anos anteriores (uma planilha para contratos de limpeza e vigilância e outra para contratos de locação de mão de obra).

Quadro A.4.1.4.1.A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Administração Central

Unidade Contratante:							
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	VALOR ANUAL (\$)	Período Contratual de Execução de Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início	Fim		
2013	Serviço de Vigilância Patrimonial	31.376.361/0001-60	1.263.055,00	13/06/2013	13/06/2018	Ensino Médio	P
2013	Serviço de Agenciamento de Viagem	06.064.175/0001-49	demanda	21/06/2013	21/06/2018	Ensino Médio	P
2013	Manutenção de Elevadores	00.802.610/0001-09	166.920,00	21/08/2013	21/08/2018	Ensino Médio	P
2014	Serviço de Copeiragem, garçom e telefonista	12.313.874/0001-88	134.000,00	01/08/2014	01/08/2018	Ensino Médio	P
2015	Serviço de transporte	04.071.991/0001-54	457.094,00	02/07/2015	02/04/2018	Ensino Médio	P
2016	Manutenção de sistema de climatização	13.352.707/0001-09	162.000,00	25/11/2016	25/11/2018	Ensino Médio	P
2017	Serviço de Limpeza e conservação	12.313.874/0001-88	514.000,00	06/03/2017	06/03/2019	Ensino Fundamental	P

Legenda: Sit. = Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E). Fonte: GEAPO/GASER/DA

Quadro A.4.1.4.1.B - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-BH

Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU						
UG/Gestão: STU-BH						
Informações sobre os Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada CNPJ	Período Contratual de Execução de Atividades contatadas		Nível de escolaridade mínimo exigido aos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Serviço de faxina, copeira, jardinagem e recepção	18.074.999/0001-89	01/08/2017	01/08/2018	Ensino Fundamental/Médio	A
2017	Serviço de transporte de pequenos valores	22.187.975/0001-03	08/12/2017	08/12/2018	Ensino Médio	A
2013	Serviço de limpeza e lavagem de TUE	11.312.296/0001-00	01/11/2013	30/04/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviço de limpeza e conservação (sede)	18.074.999/0001-89	01/08/2017	01/08/2018	Ensino Fundamental	A
2013	Serviço de carregamento e descarregamento	11.312.296/0001-00	09/09/2013	08/09/2018	Ensino Fundamental	P
2014	Serviço de adolescentes trabalhadores	33.583.592/0046-72	03/02/2014	02/02/2018	Ensino Fundamental	P
2016	Serviço de desratização e dedetização	26.269.309/0001-20	01/03/2016	28/02/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviço de limpeza e conservação	04.791.213/0001-30	31/08/2017	31/08/2018	Ensino Fundamental	A
2016	Serviço de apoio administrativo	12.423.368/0001-41	01/07/2016	30/06/2017	Ensino Médio	E
2016	Serviço de limpeza e conservação (São Gabriel)	08.605.317/0001.63	21/11/2016	06/03/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Serviço de portaria	18.074.999.0001/89	24/03/2017	23/03/2017	Ensino Médio	A
2012	Serviços de motorista	02.812.740/0001.58	01/11/2012	31/10/2017	Ensino Médio	E

Fonte: STU-BH

Quadro A.4.1.4.1.C - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-REC

UNIDADE CONTRATANTE						
Nome: Superintendência de Trens Urbanos do Recife – STU/REC						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	Situação do Contrato
			Início	Fim		
2012	Vigilância desarmada 002/2012-BBC Serviços de Vigilância Ltda.	03.401.987/0001-44	01/02/12	26/01/18	Médio	P
2012	Vigilância armada 051/2012-BBC Serviços de Vigilância Ltda.	03.401.987/0001-44	26/11/12	01/12/18	Médio	P
2012	Limpeza e conservação de trens 064/2012-Limperv Terceirização em Serviços de Limpeza Ltda.	14.725.599/0001-61	17/12/12	16/06/18	Fundamental	E
2013	Limpeza e conservação, jardinagem e copeiragem no EOA 045/2013-A&D Soluções em Manutenção e Comércio Ltda.	09.181.545/0001-16	02/12/13	01/12/18	Fundamental	P
2013	Limpeza, jardinagem, lavagem de veículos e fossos no CMC 050/2013-Proservil serviços técnicos Ltda.	08.584.379/0001-36	02/12/13	10/12/17	Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação de estações – Lote II 086/2016-A&D Soluções em manutenção e comércio Ltda.	09.181.545/0001-16	31/12/16	30/12/18	Fundamental	P
2016	Limpeza e conservação de estações – Lote I 087/2016-Argus indústria, comércio e serviços gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	31/12/16	28/02/18	Fundamental	P
2012	Serv. manutenção prev. e corretiva na central de ar-condicionado 031/2012-Active engenharia Ltda	68.287.143/0001-60	24/09/12	23/09/17	Médio	E
2012	Serviços de manutenção da infraestrutura da via permanente 062/2012-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	01/01/13	31/12/18	Fundamental	P
2012	Serv. manutenção da distribuição de drenagem da via permanente 063/2012-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	01/01/13	31/12/18	Fundamental	P
2014	Manutenção de superestrutura da via permanente 017/2014-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	02/04/14	01/04/18	Fundamental	P
2014	Comercialização e troca de bilhetes – Lote I 020/2014-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	29/04/14	28/04/17	Médio	P
2015	Serviços noturnos de conservação de trilhos, dormentes e lastros na superestrutura de via permanente elétrica. 001/2015-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda	04.791.213/0001-30	01/02/15	31/01/19	Fundamental	P

2015	Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas edif. prediais 005/2015-Serval Serviços Auxiliares Ltda.	03.822.268/0001-05	28/01/15	27/01/19	Médio	P
2015	Serviço de transporte rodoviário para empregados 013/2015-Auto viação globo Ltda.	02.076.111/0001-07	15/05/15	14/05/17	Fundamental	E
2015	Serviços de motoristas categoria “D” 057/2015-Mega Service terceirização de serviços Ltda.	03.651.527/0001-01	06/10/15	05/10/18	Médio	P
2016	Controle de passagem e acesso de pessoas e veículos –Linha Diesel 002/2016-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	13/01/16	13/01/18	Médio	P
2016	Comercialização e troca de bilhetes - Lote II 029/2016-Argus Indústria, Comércio e Serviços Gerais Ltda.	04.791.213/0001-30	02/10/16	01/10/18	Médio	P
2017	Serviço de transporte rodoviário para empregados 027/2017-Capibaribe Viagens Turismo e Locadora Ltda.	07.639.645/0001-18	16/10/17	16/10/18	Fundamental	A

Situação do Contrato pode ser: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Quadro A.4.1.4.1.D - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – NAT

Unidade Contratante						
Nome: Superintendência de Trens Urbanos de Natal						
UG/Gestão: 275066			CNPJ: 42.357.483/0009-83			
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis da STU-NAT	10.992.653/0001-58	30/05/2016	29/05/2017	Fundamental	E
2017	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis da STU-NAT	03.116.703/0001-01	01/06/2017	29/08/2017	Fundamental	E
2017	Serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis da STU-NAT	03.116.703/0001-01	30/08/2017	29/08/2018	Fundamental	A
2015	Segurança patrimonial armada, em prédios, materiais rodantes e trecho ferroviário da Superintendência de Trens Urbanos de Natal.	13.624.969/0001-85	30/12/2015	29/12/2018	Fundamental	P
2013	Serviço de condução de veículos rodoviários da CBTU/STU-NAT.	02.567.270/0001-04	22/04/2013	21/04/2018	Fundamental	P
2016	Serviço continuado de apoio as atividades administrativas de secretário executivo na CBTU/STU-NAT.	07.442.731/0001-36	02/05/2016	01/05/2018	Superior	P
2013	Serviço de copeiragem da CBTU/STU-NAT.	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2017	Fundamental	E
2017	Serviço de copeiragem da CBTU/STU-NAT.	03.867.672/0001-97	15/05/2017	14/05/2018	Fundamental	A
2013	Serviço de recepção da CBTU/STU-NAT.	06.982.630/0001-95	25/04/2013	24/04/2017	Médio	E
2017	Serviço de recepção da CBTU/STU-NAT.	03.867.672/0001-97	15/05/2017	14/05/2018	Médio	A
2017	Serviço de instituição empregadora e capacitadora para operacionalização do programa jovem aprendiz da CBTU/STU-NAT	61.600.839/0001-55	28/04/2017	27/04/2019	Fundamental	A
2014	Serviço de operacionalização de cancelas e portões do sistema de trens urbanos da STU-NAT.	13.305.089/0001-46	31/12/2014	30/12/2018	Fundamental	P
2013	Serviço de cobrança de passagens, venda de bilhetes, recolhimento de malotes, conferência e depósito bancário das rendas das estações da CBTU/STU-NAT.	07.442.731/0001-36	30/12/2013	29/12/2017	Médio	E
2017	Serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho	11.505.498/0001-60	04/10/2012	03/10/2017	Superior	E

2017	Serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho, saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho	11.505.498/0001-60	29/12/2017	28/12/2018	Superior	A
2015	Serviços de telefonistas para a Superintendência de Trens Urbanos de Natal - STU-NAT.	13.312.604/0001-15	21/07/2015	20/07/2018	Médio	P

Fonte: STU-NAT

Quadro A.4.1.4.1.E - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – JOP

Unidade Contratante									
Nome:COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU									
UG/Gestão: STU-JOP				CNPJ: 42.357.483/0010-17					
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Objeto	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Número de funcionários contratados	Situação ⁴	Valor Global do Contrato
			(CNPJ)						
				Início	Fim				
2017	Manut. Predial	CTR 006/2017	20.298.792/0001-30	31/10/2017	18/04/2018	N/A ¹	9	A	R\$ 94.045,06
2017	Manut. VLT's	CTR 005/2017	09.320.530/0001-91	20/09/2017	20/10/2018	N/A ¹	4 ⁶	A	R\$ 101.940,00
2017	Limpeza	CTR 001/2017	15.309.324/0001-83	24/01/2017	23/01/2019	N/A ¹	18	P	R\$ 1.423.516,80
2016	Bilheteria	CTR 003/2016	04.791.213/0001-30	05/11/2016	04/11/2018	N/A ¹	26	P	R\$ 1.653.908,69
2015	Portaria e Recepção	CTR 005/2015	09.611.589/0001-39	19/10/2015	18/10/2018	N/A ¹	6	P	R\$ 521.368,06
2015	Transp. Servidor	CTR 002/2015	02.212.119/0001-53	11/06/2015	10/06/2018	N/A ¹	4	P	R\$ 610.776,00
2014	Manut. Via Permanente	CTR 001/2014	09.347.462/0001-54	07/01/2014	06/01/2018	N/A ¹	13 ²	E	R\$ 3.833.656,58
2013	Manut. Material Rodante	CTR 014/2013	10.264.684/0001-92	12/12/2013	28/02/2018	Técnico profissionalizante	10 ²	P	R\$ 3.584.157,35
2013	Vigilância	CTR 007/2013	09.222.175/0001-18	16/06/2013	15/10/2017	N/A ¹	9	E	R\$ 4.471.535,04
2013	Operação de PN's	CTR 001/2013	10.339.944/0001-41	23/01/2013	22/01/2018	N/A ¹	8	P	R\$ 1.191.517,83
2011	Limpeza	CTR 015/2011	10.339.944/0001-41	24/11/2011	23/01/2017	N/A ¹	18	E	R\$ 2.649.980,43
2017	Estagiários	CTR 001/2015	05.342.580/0001-19	02/03/2015	01/03/2017	N/A ¹	6 ³	E	R\$ 10.252,60
2017	Aprendizes	CVN 001/2013	61.600.839/0001-55	01/03/2013	31/05/2017	N/A ¹	4 ⁵	E	R\$ 27.042,95
2017	Estagiários	CTR 003/2017	61.600.839/0001-55	06/03/2017	05/03/2018	N/A ¹	5 ³	A	R\$ 50.982,70
Observações:									
1 - N/A - Não foi exigido no contrato a escolaridade dos empregados;									
2 - Contratos sem dedicação exclusiva de mão-de-obra;									
3 - Vínculos ativos em 31/12/2017. Está previsto em contrato a admissão de até 30 estagiários;									
4 - Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
5 - Vínculos ativos em 31/05/2017. Está previsto em lei, de acordo com o número de empregados, a admissão mínima de 4 aprendizes, e o máximo de 11;									
6 - Apenas para serviços de polimento, pois quando são serviços de fibra, o material é feito fora.									

Fonte: STU/JOP.

Quadro A.4.1.4.1.F - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – STU-MAC

UNIDADE CONTRATANTE						
NOME: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS SUPERINTENDÊNCIA DE MACEIÓ/AL						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
ANO DO CONTRATO	OBJETO	Empresa contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores	Sit.
			Início	Fim		
2013	Manutenção de Veículos Leve sobre Trilhos.	09.259.936/0001-06	22/07/2013	22/07/2018	Nível Médio	P
2013	Prestação de serviço de manutenção em locomotivas, carros de passageiros, gôndolas e plataformas	09.259.936/0001-06	10/12/2013	10/12/2018	Nível Médio	P
2014	Prestação de serviço de manutenção nas edificações da STU-MAC	17.746.646/0001-15	13/01/2015	13/01/2018	Nível Médio	E
2014	Serviços continuados de transporte, com locação de veículos/motos, incluindo motoristas, destinados ao transporte de empregados em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas da CBTU-STU/MAC.	04.750.478/0001-90	25/12/2014	24/01/2018	Nível Médio	E
2015	Prestação de serviços de comercialização de bilhetes nas estações e paradas da STU-MAC.	04.791.213/0001-30	11/09/2015	10/09/2018	Nível Médio	P
2015	Limpeza e conservação da via permanente da STU-MAC	04.791.213/0001-30	31/12/2015	31/12/2018	Nível Médio	P
2016	Manutenção e conservação da via permanente STU-MAC	04.791.213/0001-30	30/03/2016	30/03/2018	Nível Médio	P
2016	Serviços de Segurança e Vigilância Armada na CBTU/ SR-II/ MAC	11.179.264/0007-66	05/04/2016	05/04/2018	Nível Médio	P
2016	Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, copeiragem e jardinagem.	13.493.557/0001-53	14/07/2016	14/07/2018	Ensino Fundamental	P
2017	Contratação de serviços de portaria e recepcionista nas dependências da STU-MAC.	14.346.629/0001-00	19/01/2017	19/01/2019	Nível Médio	P

Fonte: STU/MAC

4.1.4.2 – Contratação de Estagiários

O Quadro A.4.1.4.2.1 abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.4.1.4.2.1 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro A.4.1.4.2.1 – Composição do Quadro de Estagiários

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Obs.: Em função de limitações orçamentárias, o programa de estágio da Administração Central foi encerrado em Novembro/2015.

STU BH Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Trimestre				Despesa no exercício (em R\$)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível Superior					621.802,13
1.1 Área Fim	14	14	16	19	
1.2 Área Meio	19	30	31	32	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	3	3	4	4	
2.2 Área Meio	6	5	5	5	
3. Total (1+2)	42	52	56	60	

STU/REC

Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Trimestre				Despesa no exercício (em R\$)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível Superior					538.041,82
1.1 Área Fim	08	10	10	13	
1.2 Área Meio	24	27	36	43	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	03	01	02	03	
2.2 Área Meio	01	02	02	02	
3. Total (1+2)	36	40	50	61	

STU NAT

Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Trimestre				Despesa no exercício (em R\$)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível Superior					182.979,08
1.1 Área Fim	00	00	00	00	
1.2 Área Meio	14	15	13	10	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	03	03	03	03	
3. Total (1+2)	17	18	16	13	

STU JOP
Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Trimestre				Despesa no exercício (em R\$)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível Superior					61.235,30
1.1 Área Fim	00	00	00	00	
1.2 Área Meio	06	05	05	05	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	06	05	05	05	
3. Total (1+2)	12	10	10	10	

STU MAC
Quantitativo de contratos de estágio vigentes

Nível de escolaridade	Trimestre				Despesa no exercício (em R\$)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível Superior					110.115,49
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	5	6	10	10	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	1	1	1	1	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	6	7	11	11	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Nível de Escolaridade: O nível de escolaridade se divide em superior, equivalente a formação acadêmica de 3º grau, e nível médio, correspondente à formação acadêmica de 2º grau;

Área Fim: Área de atividades da UJ correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos;

Área Meio: Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas;

Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes: A UJ deve informar a quantidade de contratos de estágio que se encontravam vigentes no final de cada trimestre do exercício de referência;

Despesa no Exercício: Gastos incorridos no exercício com o pagamento de estagiários;

Análise Crítica – A UJ deverá dispor em linhas gerais sobre a política de contratação de estagiários adotada e os resultados observados para áreas meio e fim.

4.1.4.3- Contratação de Aprendizizes

Aprendizes auxiliam nas atividades administrativas da empresa, contribuindo para melhor efetividade na execução destas. Em contrapartida, a CBTU lhes oferece a oportunidade de contato com ambiente de trabalho para seu amadurecimento pessoal e futuramente profissional.

O Quadro A.4.1.4.3.1 abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de aprendizes da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de aprendizes. O Quadro A.4.1.4.4.1 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de aprendizagem vigentes.

Quadro A.4.1.4.4.1 – Composição do Quadro de Aprendizizes

Administração Central

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
27	27	22	24	R\$424.330,42

STU/BH

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
40	40	40	38	R\$485.184,00

STU/REC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
216	206	204	202	R\$ 747.754,94

STU/NAT

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
10	10	10	10	R\$82.671,21

STU/JOP

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
04	04	00	00	R\$27.042,95

OBS. STU/JOP: Desde o terceiro trimestre estamos sem aprendizes, pois o contrato de aprendizagem com a instituição empregadora e capacitadora foi concluído. Entretanto, estamos com dificuldade na contratação de nova empresa para prestação do serviço. Foram realizados 04 pregões, três destes foram fracassados, pois as empresas não atendiam aos requisitos do Edital/Termo de Referência e o último pregão realizado recentemente foi deserto.

STU/MAC

Quantitativo de Contratos de Aprendizagem Vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
6	6	6	6	R\$86.596,97

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:

Área Fim: Área de atividades da UJ correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos;

Área Meio: Área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas;

Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes: A UJ deve informar a quantidade de contratos de aprendizagem que se encontravam vigentes no final de cada trimestre do exercício de referência;

Despesa no Exercício: Gastos incorridos no exercício com o pagamento de aprendizes;

Análise Crítica – A UJ deverá dispor em linhas gerais sobre a política de contratação de aprendizes adotada, configuração do programa e os resultados observados para áreas meio e fim.

4.1.5 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

4.1.5.1 – Identificação da entidade fechada de previdência

NOME: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER

CNPJ: 30.277.685/0001-89

Fonte: GEARH/GAREH/DA

4.1.5.2 – Visão Gerencial dos Valores envolvidos

4.1.5.2.1 - quantidade de servidores contemplados

posição: dezembro 2017	
UNIDADE	QUANTIDADE
Administração Central	204
Belo Horizonte	1268
Recife	466
Natal	78
João Pessoa	98
Maceió	94
TOTAL	2.208

4.1.5.2.2 - valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora;

VER QUADRO A.4.1.5.2

Quadro A.4.1.5.2 - Contribuições para a REFER referentes ao ano de 2017

ANEXO I												
MÊS	TOTAL VALOR BASE (A)	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS - 2017						CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR - 2017				TOTAL GERAL
		CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOS (B)	RELAÇÃO % (B/A)	REFER SEGURO DE VIDA	AMORTIZAÇÃO EMPRESTIMO	DÉBITOS REFER / RESTITUIÇÕES	TOTAL EMPREGADOS	CONTRIBUIÇÕES EMPREGADOR (C)	RELAÇÃO % (C/A)	OUTROS VALORES	TOTAL	
											EMPREGADOR	
JANEIRO	20.406.452,90	1.398.359,27	6,85%		52.630,59		1.450.989,86	1.281.007,84	6,28%		1.281.007,84	2.731.997,70
FEVEREIRO	19.073.565,96	1.282.535,66	6,72%		49.916,16		1.332.451,82	1.182.266,81	6,20%		1.182.266,81	2.514.718,63
MARÇO	19.189.579,06	1.289.448,80	6,72%		48.536,24		1.337.985,04	1.190.577,97	6,20%		1.190.577,97	2.528.563,01
ABRIL	18.790.154,38	1.157.002,15	6,16%		50.677,92		1.207.680,07	1.057.087,55	5,63%		1.057.087,55	2.264.767,62
MAIO	19.340.571,47	1.204.468,86	6,23%		49.526,75		1.253.995,61	1.097.493,90	5,67%		1.097.493,90	2.351.489,51
JUNHO	19.449.789,50	1.188.393,46	6,11%		51.670,25		1.240.063,71	1.089.363,41	5,60%		1.089.363,41	2.329.427,12
JULHO	19.238.367,92	1.169.744,20	6,08%		57.096,78		1.226.840,98	1.074.027,64	5,58%		1.074.027,64	2.300.868,62
AGOSTO	19.296.588,07	1.172.552,75	6,08%		52.697,83		1.225.250,58	1.078.098,99	5,59%		1.078.098,99	2.303.349,57
SETEMBRO	19.661.208,49	1.197.633,30	6,09%		54.057,01		1.251.690,31	1.097.467,05	5,58%		1.097.467,05	2.349.157,36
OUTUBRO	22.114.011,66	1.242.230,19	5,62%		51.226,79		1.293.456,98	1.138.537,72	5,15%		1.138.537,72	2.431.994,70
NOVEMBRO	21.549.823,85	1.278.958,98	5,93%		54.547,49		1.333.506,47	2.135.034,01	9,91%		2.135.034,01	3.468.540,48
DEZEMBRO	22.290.498,66	1.355.567,20	6,08%		52.748,06		1.408.315,26	1.232.613,67	5,53%		1.232.613,67	2.640.928,93
TOTAL	240.400.611,92	14.936.894,82			625.331,87		15.562.226,69	14.653.576,56			14.653.576,56	30.215.803,25

TOTAL DE EMPREGADOS PARTICIPANTE

2.347 (Dez/17)

Fonte: CEFOP/GEARH/GAREH/DA

4.1.5.2.3 - Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Não há

Fonte: GAFIN/DA

4.1.5.3 – Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Trabalhos de fiscalização com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001 no exercício de 2017

Quadro A.4.1.5.3 - Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

OFÍCIO	SID	ASSUNTOS ANALISADOS	RESPOSTAS A PREVIC
040/ERRJ/PREVIC, de 29/03/2016	1	Planos de Benefícios	CRT 059 e 060-16/DIPRE
	2	Planos de Benefícios	CRT 080-16/DIPRE
	3	Planos de Benefícios	emails dia 03/10/2016 as 16:54 e 16:55hs
	4	FIDC MASTER II	email dia 03/10/2016 as 16horas
	5	RECOI	emails dia 05/07/2026 as 16:41hs e dia 07/07/2016 as 10:11hs
	6	INFO CODEL e Estatuto	emails dia 10/10/2016 as 17:34hs e dia 04/07/2016 as 13:45
	7	Planos de Benefícios	email dia 01/11/2016 as 10:27hs
	8	FLAQ FIC de FIM, AZ QUEST AÇÕES FIC FIA e FIP GAMMA	email dia 18/11/2016 as 11 horas
	9	Risco de Liquidez	email dia 03/04/2017 as 15 horas + CRT 030-17/DIPRE
	10	Planos de Benefícios	CRT 041-17/DIPRE
	11	Planos de Benefícios	emails dia 02/06/2017 as 15:35hs e dia 22/06/2017 as 16:59hs
	12	Planos de Benefícios	CRT 096-17/DIPRE
	13	Provisão de Perdas	CRT 0149-17/DIPRE
	14	Atas de Reuniões dos Comitês	emails dia 27/12 as 12:14hs (2), as 12:15 (3) e 12:16hs (1)
	15	Venda Shopping Barra Salvador e Norte Shopping	CRT 0163-17/DIPRE e email dia 24/10/2017 as 18:15hs
3436/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 07/11/2016	1	CCI STIEBLER	CRT 022, 023 e 024-17/DIPRE
		CCI DOMUS	
	2	CCI CONSPAR	CRT 026 e 027-17/DIPRE
		CCI POTY e RENNO	
	3	CCI STIEBLER	CRT 043-17/DIPRE
	4	CCI CONSPAR	CRT 046-17/DIPRE
		FIDC BBIF	
	5	CCI POTY e RENNO	CRT 069, 082 e 091-17/DIPRE
	6	CCI STIEBLER	CRT 086 e 091-17/DIPRE
		CCI POTY e RENNO	
	7	CCI POTY e RENNO	CRT 087-17/DIPRE
	8	CCI POTY e RENNO	CRT 088 e 092-17/DIPRE
		CCI CONSPAR	
		CCI POTY e RENNO	
		CCI STIEBLER	
	9	PI 2010	CRT 089, 095 e 0107-17/DIPRE
		FIDC BBIF	
	10	FIP GAMMA	CRT 0131 E 0135-17/DIPRE
	11	Informações sobre o CODEL	CRT 0136-17/DIPRE
	12	FIP GAMMA	CRT 0130-17/DIPRE
	13	FIP GAMMA	CRT 0151-17/DIPRE
	14	FIP GAMMA e CCI CONSPAR	CRT 0164-17/DIPRE
	15	FIP GAMMA	CRT 0169-17/DIPRE
	16	FIP GAMMA e CCI CESTO	CRT 0182 e 0208-17/DIPRE
656/2017/PREVIC, de 31/03/2017	1	FIP MULTINER	CRT 047 e 060-17/DIPRE
	2		CRT 090-17/DIPRE
	3		CRT 093-17/DIPRE
	4		CRT 150 e 167-17/DIPRE
181/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 15/08/2017	1	FIDC MASTER I, FIDC MASTER III e FIDC ITÁLIA	CRT 0133-17/DIPRE
		FIDC ITÁLIA	CRT 0138-17/DIPRE
		FIDC MASTER I	CRT 0139-17/DIPRE
		FIDC MASTER III	CRT 0140-17/DIPRE
	2	FIDC MASTER I, FIDC MASTER III e FIDC ITÁLIA	CRT 0137-17/DIPRE

FONTE: REFER

4.1.5.4 – Conclusões do Relatório de auditoria independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores, Patrocinadoras e Participantes da
FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL - REFER
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, de acordo com a Resolução CNPC nº 08//2011) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER** (“Fundação”) e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.4 estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de investimento

derivado do Banco BVA, em falência, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.

- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.2, letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.4 item 4.4.1 dívidas contratadas não repassadas pela patrocinadora CBTU, impactando nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item 4.4.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pela patrocinadora CBTU, impactando nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, impactando o resultado do consolidado do exercício no valor de R\$ 3.591.441 mil e déficits nos respectivos planos e o consequente desequilíbrio atuarial, cujo o montante consolidado, em 31/12/2017, é de R\$ 1.026.455 mil, incluindo o déficit do plano Riolitros, no valor de R\$ 14.041 mil. A Administração da REFER vem diligenciando junto à patrocinadora e órgãos governamentais para solucionar tal pendência, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.
- c) Conforme descrito na nota explicativa nº 4.4.1.2, letra (a), em 22/11/2017, a dívida da RFFSA/UNIÃO foi quitada com recebimento de títulos (NTN-B), redundando em equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano RFFSA.
- d) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (item 5.4.3) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. Em 31 de dezembro de 2017, a aplicação no fundo FIP Multiner apresentou redução do valor em custódia, na ordem de R\$ 30.000 mil. Tal fato ocorreu basicamente, dado a existência de pendências do contrato de reorganização societária, aonde as obrigações não foram totalmente implementadas pelas partes. Adicionalmente, os cotistas deliberaram em Assembleia Geral, pela prorrogação do prazo de duração do Fundo para 31 de dezembro de 2018. Os impactos contábeis na Fundação, provenientes do prazo de duração do Fundo, não puderam ser quantificados.
- e) Conforme nota explicativa nº 5 (item 5.5.4), exceção dos planos RFFSA e Central, os demais planos de benefícios encontram-se desenquadrados no segmento de imóveis (desenquadramento passivo), sendo que a Administração vem adotando as providências cabíveis para o enquadramento, conforme programa de desmobilização e proposta de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, e nosso relatório, datado de 18 de abril de 2017, conteve os seguintes parágrafos de ênfase:

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação em um único fundo de investimento derivado do Banco BVA, em falência, encontra-se sob ação judicial, ajuizada para proteção dos interesses da Fundação.
- b) Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.2 letras (a), (b) e (c) encargos financeiros sobre contribuições normais em atraso, não repassados pelas patrocinadoras mencionadas na referida nota explicativa e nº 4.4 item 4.4.1 dívidas contratadas não repassadas pelas patrocinadoras RFFSA, cuja sucessora é a União Federal e CBTU, sendo esta que impacta nos planos Central, CPTM, CTS e Metrofor e ainda sobre as contribuições extraordinárias que em 2013 foram reclassificadas para a rubrica Serviço Passado Contratado em Atraso (item 4.4.2), proveniente também do não repasse nos prazos contratuais, pelas patrocinadoras RFFSA e CBTU, sendo esta que impacta nos planos CTS e Metrofor, ocasionando a obrigação da contabilização de provisão para crédito de liquidação duvidosa, gerando, reduções no resultado do exercício de R\$ 1.125.495 mil, déficits nos respectivos planos e o consequente desequilíbrio atuarial. A Administração da REFER vem diligenciando junto às patrocinadoras e órgãos governamentais para solucionar tais pendências, objetivando normalizar o fluxo de recursos, cujo resultado é fundamental para o equilíbrio atuarial e econômico-financeiro dos respectivos planos.
- c) Conforme descrito na nota explicativa nº 5 (item 5.4.4) estão demonstradas as aplicações em fundos de investimentos em diversas instituições. A aplicação especificamente no fundo FIP Multiner apresentou redução do valor em custódia de R\$ 119.444 mil. Tal fato ocorreu em função de mudança de critério contábil na precificação do fundo conforme Laudo de Avaliação elaborado por outros auditores independentes. Em razão da constatação de

diversos pontos não considerados no Laudo de Avaliação, os cotistas decidiram em Assembleia realizada em 28/11/2016 solicitar nova avaliação.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2018.

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0

Paulo Buzzi Filho
Contador- CRC-RJ 071.138/O-5

4.1.5.5. – Conclusões do último estudo atuarial

Parecer Atuarial de 31/12/2017

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL – REFER

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos administrados pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, apresentamos o nosso parecer atuarial sobre a posição das Provisões Matemáticas e Fundos dos Planos administrados pela Fundação, em 31/12/2017, segregados entre o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS.

Os valores apresentados a seguir foram obtidos considerando-se:

- Os Regulamentos do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS, do Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA, do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR e do Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS, Planos estes que se encontram em manutenção;
- Os dados individuais, posicionados em 31/07/2017, dos Participantes e beneficiários dos Planos, fornecidos pela REFER à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Fundação, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela REFER à Mercer, bem como o valor dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de Participantes e o Regulamento dos Planos;
- Os valores totais dos saldos de conta e dos Fundos de Reversão relativos aos planos de contribuição variável informados pela REFER, posicionados em 31/12/2017.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social dos Planos de Benefícios ora avaliados e nem sobre a forma de apuração ou sobre a qualidade dos saldos de conta totais, tendo se baseado na informação fornecida pela REFER, incluindo os valores dos Fundos Administrativo e de Investimentos e a inexistência do Fundo Assistencial em 31/12/2017.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS

Nome	R\$
Patrimônio Social	301.484.370,06
Patrimônio para Cobertura do Plano	246.749.755,77
Provisões Matemáticas	260.791.030,08
Benefícios Concedidos	171.101.804,04
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	171.101.804,04
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	125.457.419,67
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	45.644.384,37
Benefícios a Conceder	89.689.226,04
Contribuição Definida	87.518.182,69
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	62.950.601,99
- Saldo de contas - Parcela Participantes	24.567.580,70
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.170.800,41
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.170.800,41
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	242,94
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	242,94
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(14.041.274,31)
Resultados Realizados	(14.041.274,31)
Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva para Revisão do Plano	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	14.041.274,31
Resultados a Realizar	-
Fundos	54.734.614,29
Fundo Previdencial	3.755.608,81
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	3.755.608,81
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	50.979.005,48
Fundo dos Investimentos	-

Após a formalização do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À ADESÃO AO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL” formalizado entre a REFER, a RIOTRILHOS e o METRÔ em Liquidação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS apresentou uma situação superavitária.

No exercício de 2013 o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu no encerramento do exercício de 2014 em um déficit em função da alteração da taxa real de juros e da rentabilidade não ter superado a meta atuarial no exercício de 2014. Em 2015, a situação deficitária permaneceu em patamares superiores ao do exercício anterior e em 2016, a situação deficitária reduziu em relação ao exercício de 2015.

No encerramento do exercício de 2017, a situação deficitária apresentou patamares superiores ao do exercício de 2016 devido principalmente à rentabilidade do plano não ter superado a meta atuarial no exercício de 2017.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RIOTRILHOS em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	14.041.274,31
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	173.272.847,39
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	8,1 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	7.104.186,74
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	6.937.087,57
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	6.937.087,57

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que o há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Plano de Benefício Definido da Patrocinadora Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Nome	R\$
Patrimônio Social	559.304.058,34
Patrimônio para Cobertura do Plano	525.218.841,70
Provisões Matemáticas	1.114.659.649,92
Benefícios Concedidos	625.525.591,44
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	625.525.591,44
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	499.843.342,43
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	125.682.249,01
Benefícios a Conceder	490.103.461,96
Contribuição Definida	-
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	-
- Saldo de contas - Parcela Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	472.942.071,95
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	476.263.193,89
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	1.660.560,97
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	1.660.560,97
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	17.161.390,01
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	17.281.878,39
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	60.244,19
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	60.244,19
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	969.403,48
Serviço Passado (-)	969.403,48
- Patrocinador (-)	969.403,48
Déficit Equacionado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
- Participante (-)	-
- Assistido (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(589.440.808,22)
Resultados Realizados	(589.440.808,22)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	589.440.808,22
Resultados a Realizar	-
Fundos	34.085.216,64
Fundo Previdencial	-
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	-

Nome	R\$
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	33.746.704,13
Fundo dos Investimentos	338.512,51

O Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM encontra-se com um déficit técnico correspondente a 52,88% do Total das Provisões Matemáticas.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	589.440.808,22
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	1.114.659.649,92
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	11,67 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	85.494.395,15
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	503.946.413,07
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	503.946.413,07

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que este déficit técnico acumulado é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2017, corresponde a R\$ 862.917.289,40.

Por meio da correspondência CRT/959-17/DISEG, de 31/10/2017, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente à Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro;
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Cabe ainda registrar que no exercício de 2012, a Patrocinadora CPTM e a REFER elaboraram e submeteram a apreciação da PREVIC proposta para reestabelecimento do equilíbrio do Plano. A proposta foi inicialmente negada pela PREVIC por meio do Ofício nº 172/CGTR/DITEC/PREVIC.

Em face da negativa da PREVIC, a CPTM ajuizou Ação Cominatória com Pedido de Antecipação da Tutela Jurisdicional requerendo da PREVIC autorização para a transformação do Plano com o objetivo de preservá-lo, ação esta que foi indeferida.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida da Patrocinadora CBTU, o Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER

Nome	R\$
Patrimônio Social	64.665.908,17
Patrimônio para Cobertura do Plano	61.633.589,82
Provisões Matemáticas	52.419.515,33
Benefícios Concedidos	29.939.171,26
Contribuição Definida	-
- Saldo de conta dos Assistidos	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	29.939.171,26
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	23.323.100,54
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	6.616.070,72
Benefícios a Conceder	22.480.344,07
Contribuição Definida	18.531.595,20
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	8.737.833,37
- Saldo de contas - Parcela Participantes	9.793.761,83
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.615.315,85
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.615.315,85
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.333.433,02
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.333.433,02
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	9.214.074,49
Resultados Realizados	9.214.074,49
Superávit Técnico Acumulado	9.214.074,49
Reserva de Contingência	7.282.514,04
Reserva para Revisão do Plano	1.931.560,45
Déficit Técnico Acumulado (-)	-
Resultados a Realizar	-
Fundos	3.032.318,35
Fundo Previdencial	885.202,94
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	885.202,94
- Revisão do Plano	-
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-

Nome	R\$
Fundo Administrativo	1.751.743,31
Fundo dos Investimentos	395.372,10

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora REFER está superavitário, dependendo do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras para manter esta situação.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, constituída conforme o disposto no Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte formula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática de Benefício Definido, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	R\$
a) Superávit Técnico Acumulado	9.214.074,49
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	33.887.920,13
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	11,49 anos
d) Limite da Reserva de Contingência <i>Mínimo</i> $\{25\%; [10\% + (1\% \times c)] \times b\}$	7.282.514,04
e) Reserva para Revisão do Plano <i>Máximo</i> $(a - d; 0)$	1.931.560,45

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, em atendimento ao §2º Art. 9 da Resolução CGPC

nº 26/2008, foi registrado o segundo ano de Reserva Especial para a Revisão do Plano no montante de R\$ 1.931.560,45.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU

Nome	R\$
Patrimônio Social	490.922.600,70
Patrimônio para Cobertura do Plano	447.087.443,72
Provisões Matemáticas	887.513.633,61
Benefícios Concedidos	352.010.515,30
Contribuição Definida	351.645,02
- Saldo de conta dos Assistidos	351.645,02
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	351.658.870,28
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	262.211.262,88
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	89.447.607,40
Benefícios a Conceder	535.503.118,31
Contribuição Definida	468.436.223,77
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	274.775.445,55
- Saldo de contas - Parcela Participantes	193.660.778,22
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	42.727.140,68
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	54.519.144,98
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	5.896.002,15
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	5.896.002,15
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	24.339.753,86

Nome	R\$
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	24.408.485,06
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	34.365,60
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	34.365,60
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(440.426.189,89)
Resultados Realizados	(440.426.189,89)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	440.426.189,89
Resultados a Realizar	-
Fundos	43.835.156,98
Fundo Previdencial	903.009,73
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	903.009,73
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	41.888.806,23
Fundo dos Investimentos	1.043.341,02

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU encontra-se com um déficit correspondente a 105,18% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	440.426.189,89
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	418.725.764,82
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,22 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	26.044.742,57
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	414.381.447,32
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	414.381.447,32

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU, que, em 31/12/2017, corresponde a R\$ 967.579.564,45.

Por meio da correspondência CRT/959-17/DISEG, de 31/10/2017, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU, considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente à Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro;
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pela CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL

Nome	R\$
Patrimônio Social	104.180.971,60
Patrimônio para Cobertura do Plano	97.080.109,73
Provisões Matemáticas	485.980.765,29
Benefícios Concedidos	360.654.714,66
Contribuição Definida	761.472,62
- Saldo de conta dos Assistidos	761.472,62
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	359.893.242,04
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	277.211.412,87
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	82.681.829,17
Benefícios a Conceder	125.326.050,63
Contribuição Definida	105.282.250,33
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	61.213.231,05
- Saldo de contas - Parcela Participantes	44.069.019,28
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.961.917,04
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.961.917,04
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	18.081.883,26
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	18.081.883,26
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(388.900.655,56)
Resultados Realizados	(388.900.655,56)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	388.900.655,56
Resultados a Realizar	-
Fundos	7.100.861,87
Fundo Previdencial	6.817.309,54
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	6.817.309,54
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	214.418,86
Fundo dos Investimentos	69.133,47

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL encontra-se com um déficit correspondente a 102,36% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	388.900.655,56
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	379.937.042,34
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	9,33 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	20.250.644,36
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	368.650.011,20
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	368.650.011,20

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2017, corresponde a R\$ 940.682.755,43.

Por meio da correspondência CRT/959-17/DISEG, de 31/10/2017, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro;
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano CENTRAL será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução

CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA

Nome	R\$
Patrimônio Social	3.671.384.961,04
Patrimônio para Cobertura do Plano	3.522.651.989,49
Provisões Matemáticas	3.097.113.377,42
Benefícios Concedidos	2.622.698.690,96
Contribuição Definida	15.822.599,63
- Saldo de conta dos Assistidos	15.822.599,63
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.606.876.091,33
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.646.716.201,75
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	960.159.889,58
Benefícios a Conceder	474.414.686,46
Contribuição Definida	271.125.488,13
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	192.469.435,18
- Saldo de contas - Parcela Participantes	78.656.052,95
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.343.262,58
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.343.262,58
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	197.945.935,75
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	197.945.935,75
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	-
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	-
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	425.538.612,07
Resultados Realizados	425.538.612,07
Superávit Técnico Acumulado	425.538.612,07
Reserva de Contingência	425.538.612,07
Déficit Técnico Acumulado (-)	-
Resultados a Realizar	-
Fundos	148.732.971,55
Fundo Previdencial	668.463,14
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	668.463,14
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	148.064.508,41
Fundo dos Investimentos	-

No encerramento do exercício de 2016 o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA encontrava-se deficitário decorrente do não pagamento dos contratos de dívida pela Patrocinadora. No entanto, em 2017, o Plano passou a apresentar situação superavitária em função do pagamento da dívida com a patrocinadora, mediante a celebração de Contrato de Assunção Legal com Reconhecimento de Dívida com a União, cujo pagamento se deu através da emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

Sendo assim, para manter tal situação, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora RFFSA depende do pagamento das contribuições normais definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, constituída conforme o disposto no Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte formula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática de Benefício Definido, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	R\$
a) Superávit Técnico Acumulado	425.538.612,07
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	2.810.165.289,66
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	7,82 anos
d) Limite da Reserva de Contingência <i>Mínimo</i> $\{25\%; [10\% + (1\% \times c)] \times b\}$	500.771.454,62
e) Reserva para Revisão do Plano <i>Máximo</i> $(a - d; 0)$	0,00

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que o Superávit Técnico existente não é superior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, não foi registrado valor em Reserva Especial para a Revisão do Plano.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR

Nome	R\$
Patrimônio Social	41.734.280,74
Patrimônio para Cobertura do Plano	39.468.138,77
Provisões Matemáticas	54.233.504,55
Benefícios Concedidos	11.963.075,48
Contribuição Definida	190.051,60
- Saldo de conta dos Assistidos	190.051,60
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11.773.023,88
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	9.712.860,43
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.060.163,45
Benefícios a Conceder	42.270.429,07
Contribuição Definida	36.182.273,50
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	21.522.214,52
- Saldo de contas - Parcela Participantes	14.660.058,98
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.805.925,47
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.824.253,39
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	509.163,96
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	509.163,96
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.282.230,10
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.283.355,20
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	562,55
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	562,55
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(14.765.365,78)
Resultados Realizados	(14.765.365,78)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	14.765.365,78
Resultados a Realizar	-
Fundos	2.266.141,97
Fundo Previdencial	149.786,78
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	149.786,78
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	1.824.188,46
Fundo dos Investimentos	292.166,73

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR encontra-se com um déficit correspondente a 82,67% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	14.765.365,78
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	17.861.179,45
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,49 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	1.516.414,14
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	13.248.951,64
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	13.248.951,64

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2017, corresponde a R\$ 33.071.862,61.

Por meio da correspondência CRT/959-17/DISEG, de 31/10/2017, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro;
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União – PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para

pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS

Nome	R\$
Patrimônio Social	16.375.654,67
Patrimônio para Cobertura do Plano	15.028.334,86
Provisões Matemáticas	28.661.802,07
Benefícios Concedidos	10.033.857,26
Contribuição Definida	314.965,93
- Saldo de conta dos Assistidos	314.965,93
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	9.718.891,33
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	6.943.080,90
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	2.775.810,43
Benefícios a Conceder	18.627.944,81
Contribuição Definida	16.699.843,81
- Saldo de contas - Parcela Patrocinadora	9.519.300,41
- Saldo de contas - Parcela Participantes	7.180.543,40
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.287.903,77
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.410.073,09
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	61.084,66
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	61.084,66
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	640.197,23
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	640.585,39
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores (-)	194,08
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes (-)	194,08
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	-
Serviço Passado (-)	-
- Patrocinador (-)	-
Déficit Equacionado (-)	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	(13.633.467,21)
Resultados Realizados	(13.633.467,21)
Superávit Técnico Acumulado	-
Déficit Técnico Acumulado (-)	13.633.467,21
Resultados a Realizar	-
Fundos	1.347.319,81
Fundo Previdencial	219.835,85
- Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	219.835,85
- Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-
Fundo Administrativo	1.039.456,30
Fundo dos Investimentos	88.027,66

O Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS encontra-se com um déficit correspondente a 117,06% do Total das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, verificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS em 31/12/2017 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, observando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas, conforme segue:

Do Equacionamento do Déficit	R\$
a) Déficit Técnico Acumulado	13.633.467,21
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	11.646.992,33
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,15 anos
d) Limite de Déficit Técnico Acumulado $1\% \times ((c-4) \times b)$	949.229,87
e) Déficit Remanescente <i>Máximo (a - d; 0)</i>	12.684.237,34
f) Ajuste de Precificação	0,00
g) Déficit a Equacionar no exercício de 2018	12.684.237,34

(1) Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 80/2018.

Considerando que há déficit a equacionar, a Fundação deverá elaborar e aprovar o seu plano de equacionamento até o final do exercício de 2018. Em conformidade com o § 4º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, após aprovado, o plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos, patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

Cabe registrar que tal déficit técnico é decorrente do total das parcelas vencidas e não pagas dos contratos de dívida já lançadas como perdas relativas aos compromissos contratados pela Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), que, em 31/12/2017, corresponde a R\$ 22.375.714,39.

Por meio da correspondência CRT/959-17/DISEG, de 31/10/2017, a Fundação REFER apresentou a situação da negociação do pagamento dessa dívida da Patrocinadora CBTU (antiga empregadora dos Participantes do Plano), considerando as seguintes ações que vêm sendo adotadas pela Fundação:

- **Em 2004:** Execução Judicial da Dívida - autos do processo nº 0009659-44-2012.4.02.5101, em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro;
- **Em 2006:** Penhora no total de 5% na renda da CBTU;
- **Em 2007:** Execução Judicial da Dívida referente a Provisão a Constituir - autos do processo nº 2007.001.120653-9, em trâmite perante a 22ª Vara Cível do Rio de Janeiro;
- **Em 2010:** Majoração da Penhora na renda da CBTU para 12%;
- **Em 2015:** Nova Majoração da Penhora na renda da CBTU para um valor fixo mensal correspondente a R\$ 6.745.201,23.

Adicionalmente, a Fundação REFER apresentou proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida em questão, que foi aceita pelo Patrocinador CBTU, conforme audiência judicial realizada e designada para esse fim e encontra-se atualmente sob análise da Procuradoria Geral da União - PGU/AGU, para manifestação sobre sua concordância ou não da proposta do acordo.

Isto posto, a Fundação REFER aguarda posicionamento da PGU/AGU para confirmar que o déficit técnico total deste Patrocinador com o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS será equacionado por meio de novo contrato de dívida com o Patrocinador CBTU. Cabe registrar que caso não haja aprovação da proposta de acordo judicial para o equacionamento da dívida do Patrocinador CBTU, seria necessário implantar contribuições extraordinárias paritárias para pagamento da dívida na forma prevista na Resolução CNPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, o que levaria a uma redução significativa no benefício dos Participantes Assistidos.

Se considerarmos a regularização dos pagamentos da dívida do Patrocinador CBTU, por meio do refinanciamento do contrato de dívida, o Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS estaria superavitário.

Além do pagamento da dívida, deve-se efetuar o pagamento das contribuições definidas no Regulamento do Plano e devidas por Participantes e Patrocinadoras.

* * *

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Monica T. de Andrade Mesquita
M.I.B.A. nº 1.117

4.1.5.6 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício (Lei Complementar 108/2001)

Ações de fiscalização

No período de 12/06 a 04/07/2017 procedemos à auditoria na Fundação REFER objetivando certificar o cumprimento do Estatuto Social e a Legislação pertinente às Entidades de Previdência Privada Fechadas, relacionado ao Plano de Previdência Complementar dos empregados da CBTU.

O programa consta do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, aprovado pelo CONAD e pela CGU-RJ (atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União), para aplicação no exercício de 2017, visando atender o disposto no Artigo 25 da Lei Complementar 108/2001 e § 2º do Artigo 41 da Lei Complementar 109/2001 quanto à responsabilidade das Patrocinadoras pela supervisão e fiscalização das atividades da sua Entidade de Previdência Complementar, além de determinação oriunda da Resolução CGPAR nº 9 de 10/03/2016.

Para consecução de nossos objetivos tomamos por base dados disponibilizados e relatórios periodicamente divulgados pela Fundação REFER mediante aplicação de testes e comprovações usuais de auditoria, efetuados na extensão e detalhamento que julgamos adequados em função de nossa proposta de trabalho, orientados pelas seguintes verificações:

- Análise da evolução das despesas administrativas de 2012 a 2016, além da observância ao limite de recursos destinados à cobertura das despesas administrativas nos exercícios de 2016 e 2017.
- Apuração do Fluxo Financeiro do Plano CBTU no período de janeiro a março /2017;
- Exame das contribuições correntes da Patrocinadora CBTU, certificando a contabilização dos valores repassados em favor da REFER, no período de janeiro a maio/2017;
- Exame das contribuições dos Participantes do Plano CBTU, certificando suas contabilizações, no período de janeiro a maio/2017;
- Exame das providências adotadas pela REFER referentes às dívidas da Patrocinadora CBTU, base maio/2017;
- Análise das Contingências/Provisões existentes, relativas a demandas judiciais.
- Exame de eventuais contribuições correntes em atraso do Plano CBTU, no período de janeiro a maio/2017;
- Exame das Atas das Reuniões dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva (DIREX), relativas ao período de janeiro a maio/2017;
- Exame do Relatório de Controles Internos e a Manifestação do Conselho Fiscal da REFER referente ao 1º semestre de 2016;
- Análise dos procedimentos adotados relativos à atualização do cadastro dos Beneficiários e Assistidos da Fundação REFER;
- Processos de Concessão de benefícios;
- Procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade;
- Estrutura de governança e de controles internos da entidade;

Principais constatações e providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas

Destaca-se como ação judicial de maior relevância, inerentes aos processos judiciais propostos pela Fundação REFER contra a Patrocinadora CBTU, a que trata do passivo previdenciário, cujo valor em 31/05/2017 era da ordem de R\$ 2.829.769.599,69. A REFER e a patrocinadora tem demonstrado todos os esforços que vem sendo envidados visando a resolução desse problema por ambas as partes, sendo que o assunto aguarda posicionamento jurídico e administrativo de órgãos superiores. Em 31/12/2017 o valor atualizado da dívida totalizava o montante de R\$ 3.019.684.718,14.

A carteira de Investimentos da Fundação REFER continua em desacordo com os limites legais de alocação no segmento imobiliário, em que pese altamente afetada pelo não equacionamento da dívida da RFFSA e pela não quitação das parcelas contratadas da dívida da CBTU, sendo que, concomitantemente, as medidas de equacionamento dos referidos passivos adota procedimentos de desmobilização de ativos.

A Diretoria Executiva vem adotando os procedimentos judiciais e administrativos visando o equacionamento da dívida e o enquadramento da carteira de investimentos, através da venda de imóveis e fatia dos investimentos alocados em renda variável.

A ausência de equacionamento do passivo previdenciário da CBTU com a Fundação REFER deixa a Patrocinadora em risco, na medida em que o referido passivo vem sendo objeto de execução judicial.

A situação atuarial da patrocinada, afetada em grande parte pela dívida, levou a PREVIC a cobrar da REFER um plano de equacionamento de dívida, sendo assim houveram recomendações no relatório com o intuito de garantir que tal exigência da PREVIC fosse resolvida, até o momento a REFER tem adotado providências no sentido de demonstrar aos órgãos competentes a inaplicabilidade das resoluções do Conselho de Gestão da Previdência Complementar que obrigam a EFPC a apresentar tal plano.

Também em relação ao impacto dessa dívida sobre as contas do fundo de pensão, a entidade vem apresentando inobservância em relação ao limite anual de recursos destinados ao plano de gestão administrativa. A AUDIT esta acompanhando o andamento desse índice para que, ao final do exercício, possa ser avaliado se a empresa obedeceu a legislação.

Ao final de nossos trabalhos, as situações consideradas de maior relevância e registradas neste Relatório, foram comunicadas ao Diretor Financeiro e ao Chefe de Auditoria da REFER, para dar ciência e celeridade na adoção das providências que se afigurarem cabíveis.

Na oportunidade, informamos também que esta AUDIT, em cumprimento ao estabelecido no § 2º do Artigo 17 da Instrução Normativa CGU nº 24/2015, manterá controle acerca da aderência ou não às recomendações constantes do presente Relatório de Auditoria Interna, devendo ser indicado o prazo de atendimento, bem como apresentadas formalmente justificativas para aquelas não implementadas ou implementadas parcialmente.

FONTE: AUDIT

4.1.6 – Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

A Capacitação na CBTU é executada localmente nas suas 6 (seis) Unidades. As iniciativas são planejadas a partir da elaboração da Programação Anual de Treinamento e Desenvolvimento e são regidas pelas Diretrizes de Treinamento e Desenvolvimento.

Dentre os diversos treinamentos realizados na CBTU, podemos destacar o de “Gestão de Riscos e Controle Interno”, em parceria com o Ministério das Cidades e CGU, realizado em todas as Unidades

Administrativas, com objetivo de auxiliar a Companhia na implantação de políticas adequadas e eficientes, que estejam ligadas ao gerenciamento de riscos e governança, controles internos, transparência, estratégia e planejamento.

Administração Central

O curso “Novo Estatuto Jurídico das Estatais – Lei 13.303/2016” contribuiu para explicitar a aplicação da nova lei e seus desdobramentos. Todos os avanços, inovações e vantagens foram tratados no treinamento, capacitando 21 empregados.

O curso “Desenvolvimento WEB com PHP e MySQL” foi oferecido para 12 profissionais de TI. A linguagem de programação PHP é adequada ao desenvolvimento ágil sobre plataforma web e sem custos de licenciamento para sua implantação. Ministrado do básico ao avançado, objetivou o desenvolvimento de sistemas e soluções de tecnologia da informação, visando atender exigências e os preceitos estabelecidos na resolução nº11 de 2016 da CGPAR.

O curso de Atualização em Língua Portuguesa, teve como premissa avaliar e atualizar os conhecimentos gramaticais, desenvolver habilidades e atitudes indispensáveis à aquisição de uma competência linguística e valorizar a linguagem como instrumento de *marketing* pessoal e profissional. Contou com a participação de 20 empregados

Considerando a implantação e importância do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-social), a CBTU- AC promoveu em suas instalações o treinamento com Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho. Possibilitou capacitar 23 empregados no novo sistema de registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas aos trabalhadores. De forma padronizada e simplificada, o novo E-social empresarial vai reduzir custos e tempo da área contábil das empresas na hora de executar 15 obrigações fiscais e previdenciárias e trabalhistas.

STU/BH

O Programa de Mentoring desenvolvido em 2017, foi dividido em 4 fases e envolveu cerca de 140 empregados de diversas áreas.

1ª fase: Desenvolvimento do Projeto (CODES e a Empresa Contratada);

2ª fase: Escolha/indicação dos participantes e Sensibilização por grupos: Gestores, Mentores e Mentorados;

3ª fase: Treinamento por grupos: Mentores e Mentorados;

4ª fase: Prática: Encontros entre os pares para haver a troca de conhecimento.

O objetivo foi estimular a cultura de compartilhar conhecimentos, criar parcerias, trocar experiência e aprendizado. Potencializar os talentos dos nossos Profissionais (Mentores e Mentorados) através do repasse do conhecimento tácito é importante e essencial para que nossa Empresa prossiga em sua trajetória mantendo o mesmo *know how* adquirido ao longo desses 34 anos já trilhados.

STU/REC

Entre os 385 (trezentos e oitenta e cinco) treinamentos realizados atendendo as áreas administrativa, operacional e de manutenção, podemos destacar 04 (quatro) treinamentos de extrema relevância pelo conteúdo diferenciado e exclusivo que contribuíram para o desenvolvimento e qualificação dos empregados da STU/REC.

No SEMINÁRIO DE GESTÃO – UM MAR DE OPORTUNIDADES, em parceria com a FIEPE estiveram presentes 37 (trinta e sete) empregados das áreas administrativa, operacional e de manutenção em cargos estratégicos, de liderança e operacionais discutindo as novas realidades em gestão do país, aprendendo um pouco mais sobre carreira, gestão com pessoas e administração de empresas, contando com a presença de nosso superintendente e que obteve grande repercussão e aprovação dos empregados envolvidos.

No ENCONTRO DE NOTÁVEIS - LIDERANÇA, CARREIRA E ATITUDE estiveram presentes 36 (trinta e seis) empregados das áreas administrativa, operacional e de manutenção em cargos estratégicos, de liderança e operacionais discutindo e analisando a vida profissional na contemporaneidade, liderança, carreira e atitude.

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR foi um treinamento voltado exclusivamente para capacitar os empregados que atuam na Gerência de Processo Administrativo Disciplinar – GESPAD. Este treinamento foi criado exclusivamente para atender as demandas internas em relação aos processos da Companhia e contou com a presença de 18 empregados que foram qualificados para atuação nestes processos.

JUNTOS PODEMOS MAIS, RUMO A VITÓRIA, treinamento motivacional direcionado para os empregados vinculados a Gerência de Manutenção que contou com a presença de 66 (sessenta e seis) destes que receberam instruções de comportamento, atitude e motivação voltados para a qualidade e desenvolvimento profissional e pessoal, conscientizando a importância da atuação destes empregados para a companhia, obtendo grande aprovação e repercussão interna.

STU/NAT

O Curso de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Sistemas Elétrico e Mecânico dos Geradores dos VLT's foi ministrado para 10 treinandos, com 16 horas de carga horária, e objetivou atender a necessidade de capacitação dos empregados lotados na Coordenação de Manutenção e elevar o conhecimento técnico, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados referentes à manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétrico e mecânico dos geradores dos VLT's.

O curso de Integração de Novos Empregados - ASO-Op. Estação, teve carga horária de 120 horas. O mesmo objetivou capacitar os 43 novos empregados contratados em novembro de 2017 no cargo de ASO-Op. Estação, sendo composto por diversos treinamentos realizados nas dependências da STU/NAT, bem como no SEST/SENAT, parceiro da CBTU. Os empregados foram treinados em Primeiros Socorros, Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais, Ergonomia, Relacionamento Interpessoal, Combate a Incêndio, Ergonomia, além de rotinas da empresa, como Uso de EPI's, REFER, Benefícios, História da Ferrovia, Sistemas Operacionais e Rotina da Operação de Estações.

STU/JOP

O treinamento in company sobre inovações no mundo do trabalho e no processo de trabalho decorrentes da lei 13.467/17 (reforma trabalhista) foi iniciado em 2017 e está previsto para finalizar em 2018. Os temas foram divididos em 10 módulos e são todos ministrados por juizes do trabalho ao público alvo formado por empregados das áreas jurídica, RH e administração.

STU/MAC

O Curso de Alta Performance foi realizado de 21 a 23/09/2017, com carga horária de 16h. Neste curso foram tratados temas referentes à liderança e gestão de alta performance, tendo como principal

objetivo desenvolver/aprimorar as habilidades dos coordenadores e gerentes nas atribuições das suas funções. Participaram deste curso 15 empregados.

4.1.6.1 - Indicadores de T&D

Unidades	Matrículas Treinadas				H/H			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Administração Central	429	1.269	641	477	10.153	28.338	6.473	6.287
Belo Horizonte	2.090	2.884	1.547	4.065	21.916	106.231	14.746	175.365
Recife	4.017	4.385	3.051	2.931	100.295	341.697	47.067	141.759
João Pessoa	60	292	409	276	1.685	6.089	6.675	6.856
Natal	167	720	208	719	6.858	9.727	2.737	6.735
Maceió	117	257	102	148	2.512	6.197	594	4.556
TOTAL	6.880	9.807	5.958	8.616	143.419	498.279	78.292	341.558

4.1.6.2 – Investimento de Custeio e Convênio com SENAI

Unidades	Investimento				
	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Central	588.524,21	352.975,00	229.540,50	105.319,00	254.389,40
Belo Horizonte	449.159,50	263.561,00	239.541,50	454.362,22	295.488,80
Recife	697.663,88	531.541,00	389.069,20	243.101,76	492.171,86
João Pessoa	69.170,64	51.940,00	88.625,00	62.392,50	77.414,00
Natal	106.392,50	119.696,00	133.873,00	97.508,17	106.920,50
Maceió	66.159,15	56.843,00	75.282,00	23.760,00	65.018,49
TOTAL	1.977.069,88	1.376.556,00	1.155.931,20	986.443,65	1.291.403,05

O recurso para ações vem sendo reduzido nos últimos anos, no entanto com criatividade da equipe de T&D e através de multiplicação do conhecimento e atividades de instrutoria interna temos tentado minimizar os impactos decorrentes. No entanto, a escassez de recursos impacta diretamente na formação dos gestores, treinamento especializado na temática metroferroviária e em gestão pública. Além disso, o projeto estratégico de Gestão do Conhecimento e a implementação de uma política de Gestão de Pessoas por Competências encontram seus maiores entraves nas limitações orçamentárias. Cabe ainda ressaltar o recente aumento do quadro e que os novos empregados demandam de conhecimentos específicos relativos à Administração Pública, projetos e o segmento metroferroviário, de modo que com o contingenciamento não tem as necessidades supridas totalmente, sendo apenas tratadas as emergências e temas ligados aos maiores riscos empresariais.

4.1.6.3 – Pagamento de Hora Aula

Administração Central

Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Meio e Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Janeiro
2	Meio	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Fevereiro
3	Meio e Fim	1	5	R\$10,00	R\$50,00	Março
4	Meio e Fim	1	5	R\$10,00	R\$50,00	Abril
5	Meio	1	15	R\$10,00	R\$150,00	Junho
6	Meio	3	20	R\$10,00	R\$200,00	Junho
7	Meio	1	2	R\$10,00	R\$20,00	Agosto
8	Meio	1	9	R\$10,00	R\$90,00	Agosto
9	Meio	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Setembro
10	Meio	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
11	Meio e Fim	1	5	R\$10,00	R\$50,00	Outubro
12	Meio e Fim	1	5	R\$10,00	R\$50,00	Outubro
Total:					R\$1.010,00	

STU-BH

Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Fim	1	6	R\$10,00	60	Janeiro
2	Fim	1	6	R\$10,00	60	Janeiro
3	Fim	1	12	R\$10,00	120	Janeiro
4	Fim	1	3	R\$10,00	30	Fevereiro
5	Fim	1	4	R\$10,00	40	Fevereiro
6	Fim	1	8	R\$10,00	80	Fevereiro
7	Fim	1	12	R\$10,00	120	Fevereiro
8	Fim	1	8	R\$10,00	80	Fevereiro
9	Fim	1	52	R\$10,00	520	Fevereiro
10	Fim	1	20	R\$10,00	200	Fevereiro
11	Fim	1	16	R\$10,00	160	Fevereiro
12	Fim	1	6	R\$10,00	60	Fevereiro
13	Fim	1	6	R\$10,00	60	Fevereiro
14	Fim	1	6	R\$10,00	60	Fevereiro
15	Meio	1	28	R\$10,00	280	Março
16	Fim	1	8	R\$10,00	80	Março
17	Fim	1	8	R\$10,00	80	Março
18	Fim	1	12	R\$10,00	120	Abril
19	Fim	1	12	R\$10,00	120	Abril
20	Fim	1	14	R\$10,00	140	Abril
21	Fim	1	14	R\$10,00	140	Abril

22	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
23	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
24	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
25	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
26	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
27	Fim	1	4	R\$10,00	40	Maio
28	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
29	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
30	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
31	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
32	Fim	1	0,5	R\$10,00	5	Maio
33	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
34	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
35	Fim	1	8	R\$10,00	80	Maio
36	Fim	1	24,5	R\$10,00	245	Maio
37	Fim	1	9	R\$10,00	90	Maio
38	Fim	1	9	R\$10,00	90	Maio
	Fim	1	48	R\$10,00	480	Maio
	Fim	1	4	R\$10,00	40	Maio
39	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
40	Fim	1	19	R\$10,00	190	Maio
41	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
42	Fim	1	19	R\$10,00	190	Maio
43	Fim	1	15	R\$10,00	150	Maio
44	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
45	Fim	1	22	R\$10,00	220	Maio
46	Fim	1	16	R\$10,00	160	Maio
47	Fim	1	2	R\$10,00	20	Maio
48	Fim	1	12	R\$10,00	120	Maio
49	Fim	1	6	R\$10,00	60	Maio
50	Fim	1	6	R\$10,00	60	Maio
51	Fim	1	12	R\$10,00	120	Maio
52	Fim	1	18	R\$10,00	180	Junho
53	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Junho
54	Fim	1	2	R\$10,00	20	Junho
55	Fim	1	5	R\$10,00	50	Junho
56	Fim	1	5	R\$10,00	50	Junho
57	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Junho
58	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Junho
59	Fim	1	23	R\$10,00	230	Junho
60	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Junho
61	Fim	1	2	R\$10,00	20	Junho
62	Fim	1	23	R\$10,00	230	Junho
63	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Junho

64	Fim	1	7	R\$10,00	70	Junho
65	Fim	1	34	R\$10,00	340	Junho
66	Fim	1	20	R\$10,00	200	Junho
67	Fim	1	2	R\$10,00	20	Junho
68	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Junho
69	Fim	1	5	R\$10,00	50	Junho
70	Fim	1	2	R\$10,00	20	Junho
71	Fim	1	2	R\$10,00	20	Junho
72	Fim	1	6	R\$10,00	60	Junho
73	Fim	1	2	R\$10,00	20	Julho
74	Fim	1	3	R\$10,00	30	Julho
75	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
76	Fim	1	2	R\$10,00	20	Julho
77	Fim	1	12	R\$10,00	120	Julho
78	Fim	1	36	R\$10,00	360	Julho
79	Fim	1	6	R\$10,00	60	Julho
80	Fim	1	62	R\$10,00	620	Julho
81	Fim	1	100	R\$10,00	1000	Julho
82	Fim	1	10	R\$10,00	100	Julho
83	Fim	1	59	R\$10,00	590	Julho
84	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
85	Fim	1	10	R\$10,00	100	Julho
86	Fim	1	96	R\$10,00	960	Julho
87	Fim	1	11	R\$10,00	110	Julho
88	Fim	1	13	R\$10,00	130	Julho
89	Fim	1	8	R\$10,00	80	Julho
90	Fim	1	30	R\$10,00	300	Julho
91	Fim	1	34	R\$10,00	340	Julho
92	Fim	1	25	R\$10,00	250	Julho
93	Fim	1	28,5	R\$10,00	285	Julho
94	Fim	1	37,5	R\$10,00	375	Julho
95	Fim	1	8	R\$10,00	80	Julho
96	Fim	1	5	R\$10,00	50	Julho
97	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
98	Fim	1	29,5	R\$10,00	295	Julho
99	Fim	1	2	R\$10,00	20	Julho
100	Fim	1	8	R\$10,00	80	Julho
101	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
102	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
103	Fim	1	4	R\$10,00	40	Julho
104	Fim	1	6	R\$10,00	60	Julho
105	Fim	1	3	R\$10,00	30	Julho
106	Fim	1	3	R\$10,00	30	Julho
107	Fim	1	36	R\$10,00	360	Agosto

108	Fim	1	16	R\$10,00	160	Agosto
109	Fim	1	4	R\$10,00	40	Agosto
110	Fim	1	1	R\$10,00	10	Agosto
111	Fim	1	8	R\$10,00	80	Agosto
112	Fim	1	8	R\$10,00	80	Agosto
113	Fim	1	42	R\$10,00	420	Agosto
114	Fim	1	12	R\$10,00	120	Agosto
115	Fim	1	18	R\$10,00	180	Agosto
116	Fim	1	54	R\$10,00	540	Agosto
117	Fim	1	28,5	R\$10,00	285	Agosto
118	Fim	1	3	R\$10,00	30	Agosto
119	Fim	1	28	R\$10,00	280	Agosto
120	Fim	1	2	R\$10,00	20	Agosto
121	Fim	1	38	R\$10,00	380	Agosto
122	Fim	1	28,5	R\$10,00	285	Agosto
123	Fim	1	6	R\$10,00	60	Agosto
124	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Agosto
125	Fim	1	29	R\$10,00	290	Agosto
126	Fim	1	3	R\$10,00	30	Agosto
127	Fim	1	1,5	R\$10,00	15	Agosto
128	Fim	1	3	R\$10,00	30	Agosto
129	Fim	1	3	R\$10,00	30	Agosto
130	Fim	1	4	R\$10,00	40	Agosto
131	Fim	1	7,5	R\$10,00	75	Agosto
132	Fim	1	6	R\$10,00	60	Agosto
133	Fim	1	23	R\$10,00	230	Agosto
134	Fim	1	29	R\$10,00	290	Agosto
135	Fim	1	9	R\$10,00	90	Agosto
136	Fim	1	7	R\$10,00	70	Agosto
137	Fim	1	14	R\$10,00	140	Agosto
138	Fim	1	8	R\$10,00	80	Agosto
139	Fim	1	32	R\$10,00	320	Agosto
140	Fim	1	6	R\$10,00	60	Agosto
141	Fim	1	16	R\$10,00	160	Setembro
142	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
143	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
144	Fim	1	18	R\$10,00	180	Setembro
145	Fim	1	30	R\$10,00	300	Setembro
146	Fim	1	24	R\$10,00	240	Setembro
147	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
148	Fim	1	48	R\$10,00	480	Setembro
149	Fim	1	29	R\$10,00	290	Setembro
150	Fim	1	57,5	R\$10,00	575	Setembro
151	Fim	1	7	R\$10,00	70	Setembro

152	Fim	1	26	R\$10,00	260	Setembro
153	Fim	1	42	R\$10,00	420	Setembro
154	Fim	1	13,5	R\$10,00	135	Setembro
155	Fim	1	64	R\$10,00	640	Setembro
156	Fim	1	38	R\$10,00	380	Setembro
157	Fim	1	10	R\$10,00	100	Setembro
158	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
159	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
160	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
161	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
162	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
163	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
164	Fim	1	13	R\$10,00	130	Setembro
165	Fim	1	30	R\$10,00	300	Setembro
166	Fim	1	41	R\$10,00	410	Setembro
167	Fim	1	26	R\$10,00	260	Setembro
168	Fim	1	15	R\$10,00	150	Setembro
169	Fim	1	8	R\$10,00	80	Setembro
170	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
171	Fim	1	8	R\$10,00	80	Setembro
172	Fim	1	26	R\$10,00	260	Setembro
173	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
174	Fim	1	27	R\$10,00	270	Setembro
175	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
176	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Setembro
177	Fim	1	0,5	R\$10,00	5	Setembro
178	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Setembro
179	Fim	1	5	R\$10,00	50	Setembro
180	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
181	Fim	1	5	R\$10,00	50	Setembro
182	Fim	1	3	R\$10,00	30	Setembro
183	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Setembro
184	Fim	1	4,5	R\$10,00	45	Setembro
185	Fim	1	30	R\$10,00	300	Setembro
186	Fim	1	54	R\$10,00	540	Setembro
187	Fim	1	3	R\$10,00	30	Setembro
188	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
189	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
190	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
191	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
192	Fim	1	2	R\$10,00	20	Setembro
193	Fim	1	28	R\$10,00	280	Setembro
194	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Setembro
195	Fim	1	42,5	R\$10,00	425	Setembro

196	Fim	1	12	R\$10,00	120	Setembro
197	Fim	1	44	R\$10,00	440	Setembro
198	Fim	1	5	R\$10,00	50	Setembro
199	Fim	1	15	R\$10,00	150	Setembro
200	Fim	1	19	R\$10,00	190	Setembro
201	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Setembro
202	Fim	1	4	R\$10,00	40	Setembro
203	Fim	1	2,5	R\$10,00	25	Setembro
204	Fim	1	4,5	R\$10,00	45	Setembro
205	Fim	1	14	R\$10,00	140	Setembro
206	Fim	1	28	R\$10,00	280	Setembro
207	Fim	1	28	R\$10,00	280	Setembro
208	Fim	1	0,5	R\$10,00	5	Novembro
209	Fim	1	7	R\$10,00	70	Novembro
210	Fim	1	31	R\$10,00	310	Novembro
211	Fim	1	8	R\$10,00	80	Novembro
212	Fim	1	11	R\$10,00	110	Novembro
213	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
214	Fim	1	3,5	R\$10,00	35	Novembro
215	Fim	1	7	R\$10,00	70	Novembro
216	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
217	Fim	1	4,5	R\$10,00	45	Novembro
218	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
219	Fim	1	6	R\$10,00	60	Novembro
220	Fim	1	22	R\$10,00	220	Novembro
221	Fim	1	10	R\$10,00	100	Novembro
222	Fim	1	17	R\$10,00	170	Novembro
223	Fim	1	20	R\$10,00	200	Novembro
224	Fim	1	48	R\$10,00	480	Novembro
225	Fim	1	3	R\$10,00	30	Novembro
226	Fim	1	2	R\$10,00	20	Novembro
227	Fim	1	6	R\$10,00	60	Novembro
228	Fim	1	2	R\$10,00	20	Novembro
229	Fim	1	44	R\$10,00	440	Novembro
230	Fim	1	21	R\$10,00	210	Novembro
231	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
232	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
233	Fim	1	36,5	R\$10,00	365	Novembro
234	Fim	1	36	R\$10,00	360	Novembro
235	Fim	1	3	R\$10,00	30	Novembro
236	Fim	1	3	R\$10,00	30	Novembro
237	Fim	1	29	R\$10,00	290	Novembro
238	Fim	1	4	R\$10,00	40	Novembro
239	Fim	1	13	R\$10,00	130	Novembro

240	Fim	1	4,5	R\$10,00	45	Novembro
241	Fim	1	5	R\$10,00	50	Novembro
242	Fim	1	5,5	R\$10,00	55	Novembro
243	Fim	1	5	R\$10,00	50	Novembro
244	Fim	1	8	R\$10,00	80	Novembro
245	Fim	1	15	R\$10,00	150	Novembro
246	Fim	1	19	R\$10,00	190	Novembro
247	Fim	1	14	R\$10,00	140	Novembro
248	Fim	1	12	R\$10,00	120	Novembro
249	Fim	1	8	R\$10,00	80	Novembro
250	Meio	1	9	R\$10,00	90	Novembro
251	Fim	1	40	R\$10,00	400	Novembro
252	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
253	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
254	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
255	Fim	1	7	R\$10,00	70	Dezembro
256	Fim	1	0,5	R\$10,00	5	Dezembro
257	Fim	1	16	R\$10,00	160	Dezembro
258	Fim	1	7	R\$10,00	70	Dezembro
259	Fim	1	6	R\$10,00	60	Dezembro
260	Fim	1	7	R\$10,00	70	Dezembro
261	Fim	1	2	R\$10,00	20	Dezembro
262	Fim	1	8	R\$10,00	80	Dezembro
263	Fim	1	2	R\$10,00	20	Dezembro
264	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
265	Fim	1	4	R\$10,00	40	Dezembro
266	Fim	1	4	R\$10,00	40	Dezembro
267	Fim	1	6	R\$10,00	60	Dezembro
268	Fim	1	8	R\$10,00	80	Dezembro
269	Fim	1	24	R\$10,00	240	Dezembro
270	Fim	1	21	R\$10,00	210	Dezembro
271	Fim	1	25	R\$10,00	250	Dezembro
272	Fim	1	18	R\$10,00	180	Dezembro
273	Fim	1	2	R\$10,00	20	Dezembro
274	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
275	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
276	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
277	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
278	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
279	Fim	1	3	R\$10,00	30	Dezembro
280	Fim	1	16	R\$10,00	160	Dezembro
281	Fim	1	16	R\$10,00	160	Dezembro
Total:					R\$38.105,00	

STU-REC

Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Fim	2	104	R\$10,00	R\$1.040,00	Janeiro
2	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Janeiro
3	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
4	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
5	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
6	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
7	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
8	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
9	Fim	2	8	R\$10,00	R\$80,00	Janeiro
10	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
11	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
12	Fim	2	16	R\$10,00	R\$160,00	Janeiro
13	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Fevereiro
14	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Fevereiro
15	Fim	1	140	R\$10,00	R\$1.400,00	Fevereiro
16	Fim	1	6	R\$10,00	R\$60,00	Fevereiro
17	Fim	1	6	R\$10,00	R\$60,00	Fevereiro
18	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Fevereiro
19	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Fevereiro
20	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Fevereiro
21	Fim	2	8	R\$10,00	R\$80,00	Fevereiro
22	Fim	3	24	R\$10,00	R\$240,00	Fevereiro
23	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Março
24	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Março
25	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Março
26	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Março
27	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Março
28	Fim	1	361	R\$10,00	R\$3.610,00	Março
29	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Março
30	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Março
31	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Março
32	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Março
33	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Março
34	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Abril
35	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Abril
36	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Abril
37	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Abril
38	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Abril

39	Fim	1	32	R\$10,00	320	Abril
40	Fim	1	7	R\$10,00	70	Abril
41	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Abril
42	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Abril
43	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Abril
44	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Abril
45	Fim	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Maio
46	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Maio
47	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Maio
48	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Maio
49	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Maio
50	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Maio
51	Fim	1	28	R\$10,00	R\$280,00	Maio
52	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Maio
53	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Maio
54	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Maio
55	Fim	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Maio
56	Fim	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Maio
57	Fim	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Maio
58	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Maio
59	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Maio
60	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Maio
61	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Maio
62	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Maio
63	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Maio
64	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Maio
65	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Maio
66	Fim	1	30	R\$10,00	R\$300,00	Maio
67	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Maio
68	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Maio
69	Fim	1	40	R\$10,00	R\$40,00	Maio
70	Fim	1	3	R\$10,00	R\$30,00	Junho
71	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Junho
72	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Junho
73	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Junho
74	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Junho
75	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Junho
76	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Junho
77	Fim	1	2	R\$10,00	R\$20,00	Junho
78	Fim	1	2	R\$10,00	R\$20,00	Junho
79	Fim	1	2	R\$10,00	R\$20,00	Junho
80	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Junho
81	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Junho
82	Fim	1	48	R\$10,00	R\$480,00	Junho

83	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Junho
84	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Junho
85	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Junho
86	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Junho
87	Fim	1	30	R\$10,00	R\$300,00	Junho
88	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Junho
89	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Junho
90	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Junho
91	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Julho
92	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Julho
93	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Julho
94	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Julho
95	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Julho
96	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Julho
97	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Julho
98	Fim	2	112	R\$10,00	R\$1.120,00	Julho
99	Fim	1	72	R\$10,00	R\$720,00	Julho
100	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Julho
101	Fim	1	30	R\$10,00	R\$300,00	Julho
102	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Julho
103	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Julho
104	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Julho
105	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Julho
106	Fim	1	64	R\$10,00	R\$640,00	Julho
107	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Julho
108	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
109	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
110	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
111	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Agosto
112	Fim	1	28	R\$10,00	R\$280,00	Agosto
113	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Agosto
114	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Agosto
115	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
116	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
117	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
118	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
119	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Agosto
120	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Agosto
121	Fim	1	271	R\$10,00	R\$2.710,00	Agosto
122	Fim	1	267	R\$10,00	R\$2.670,00	Agosto
123	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Agosto
124	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Agosto
125	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Agosto
126	Fim	1	30	R\$10,00	R\$300,00	Agosto

127	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Agosto
128	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Agosto
129	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Agosto
130	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
131	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
132	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
133	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
134	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
135	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
136	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
137	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
138	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
139	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
140	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Agosto
141	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Setembro
142	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
143	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
144	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
145	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
146	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Setembro
147	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Setembro
148	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Setembro
149	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
150	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Setembro
151	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Setembro
152	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Setembro
153	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
154	Fim	1	269	R\$10,00	R\$2.690,00	Setembro
155	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
156	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Setembro
157	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Setembro
158	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
159	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Setembro
160	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Setembro
161	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Setembro
162	Fim	1	90	R\$10,00	R\$900,00	Setembro
163	Fim	1	90	R\$10,00	R\$900,00	Setembro
164	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Outubro
165	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
166	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
167	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
168	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
169	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
170	Fim	1	64	R\$10,00	R\$640,00	Outubro

171	Fim	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Outubro
172	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
173	Fim	1	5	R\$10,00	R\$50,00	Outubro
174	Fim	1	150	R\$10,00	R\$1.500,00	Outubro
175	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
176	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Outubro
177	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
178	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
179	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
180	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Outubro
181	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Outubro
182	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Outubro
183	Fim	1	6	R\$10,00	R\$60,00	Outubro
184	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
185	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Outubro
186	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Outubro
187	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Outubro
188	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Outubro
189	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Outubro
190	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Outubro
191	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
192	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
193	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
194	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
195	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
196	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Novembro
197	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
198	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Novembro
199	Fim	2	372	R\$10,00	R\$3.720,00	Novembro
200	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Novembro
201	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Novembro
202	Fim	1	7	R\$10,00	R\$70,00	Novembro
203	Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Novembro
204	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
205	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
206	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
207	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
208	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
209	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
210	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
211	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
212	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
213	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
214	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro

215	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
216	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
217	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
218	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Novembro
219	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Novembro
220	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Dezembro
221	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Dezembro
222	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Dezembro
223	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Dezembro
224	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Dezembro
225	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Dezembro
226	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Dezembro
227	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Dezembro
228	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Dezembro
229	Fim	1	144	R\$10,00	R\$1.440,00	Dezembro
230	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Dezembro
231	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Dezembro
232	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Dezembro
233	Fim	1	148	R\$10,00	R\$1.480,00	Dezembro
Total:			6.706h	R\$63.740,00		

STU/NAT

Item	Abrangência	Quantidade De Instrutores	Hora Aula (H/A)	Valor Hora Aula	Valor Total	Ref.
1	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Maio
2	Meio	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Maio
3	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Junho
4	Meio	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Julho
5	Meio e Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Julho
6	Meio	1	12	R\$10,00	R\$120,00	Agosto
7	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Junho
8	Fim	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Junho
9	Meio e Fim	1	32	R\$10,00	R\$320,00	Agosto
10	Meio	1	2	R\$10,00	R\$20,00	Agosto
11	Meio	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Outubro
12	Meio e Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
13	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Outubro
14	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Outubro
15	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
16	Meio	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Outubro
17	Meio	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Outubro

18	Meio	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Novembro
19	Fim	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Novembro
20	Fim	1	8	R\$10,00	R\$80,00	Novembro
21	Fim	1	40	R\$10,00	R\$400,00	Novembro
22	Fim	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Novembro
23	Meio	1	4	R\$10,00	R\$40,00	Novembro
24	Fim	1	36	R\$10,00	R\$360,00	Dezembro
25	Fim	1	36	R\$10,00	R\$360,00	Dezembro
26	Fim	1	36	R\$10,00	R\$360,00	Dezembro
27	Meio	1	16	R\$10,00	R\$160,00	Novembro
28	Fim	1	24	R\$10,00	R\$240,00	Dezembro
Total:			566h		R\$5.260,00	

STU - JOP

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora aula	Valor Hora Aula	Valor total	Ref.
1	Meio	1	16h	R\$10,00	R\$160,00	Fevereiro
2	Fim	1	80h	R\$10,00	R\$800,00	Fev. / Mar.
3	Meio	1	8h	R\$10,00	R\$80,00	Maio
4	Fim	1	80h	R\$10,00	R\$800,00	Jun. / Jul.
5	Meio	2	20h	R\$10,00	R\$200,00	Julho
6	Fim	3	40h	R\$10,00	R\$400,00	Outubro
7	Fim	5	376h	R\$10,00	R\$3.760,00	Ago. a Nov.
Total:			620h		R\$6.200,00	

STU- MAC

Item	Abrangência	Quantidade de instrutores	Hora aula	Valor Hora Aula	Valor total	Ref.
1	Meio	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Abril
2	Meio	1	20	R\$10,00	R\$200,00	Maio
3	Meio e fim	1	84	R\$10,00	R\$840,00	Dezembro
			124h	TOTAL:	R\$1.240,00	

Ao total, na CBTU em todas suas 6 unidades, 564 instrutores aplicaram 11.897 horas aula, com um valor total de R\$115.555,00, em 2017.

4.2 – Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

4.2.1.1 - Estrutura de Controle e Gestão do Patrimônio no Âmbito da unidade

Administração Central

Gerência de Patrimônio + 06 Colaboradores;

- Dentre esses:

- 01 colaborador cuida do patrimônio físico móvel através de controle no Sistema "SISPRO" - Sistema de Controle Patrimonial - (registros, transferências, inventário, etc);

- 02 colaboradores cuidam do controle contábil do patrimônio através do Sistema "SISPRO" (Sistema de Controle Patrimonial) e "SIAFI" (Sistema Integrado de Administração Financeira);

- 01 colaborador cuida da secretaria e das documentações expedidas/recebidas que transitam pela área de patrimônio;

- 02 colaboradores produzem a movimentação, guarda física, transporte de bens, etc.

Obs.: Todas as ações estão baseadas em normas internas da Companhia sobre bens patrimoniais.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

Para o controle dos bens imóveis, utiliza as seguintes ferramentas:

- Listagem dos imóveis desapropriados por trecho;
- Plantas de projeto de implantação do trem metropolitano e planta de localização da Ficha de Desapropriação – FD;
- Arquivo documental de todas as desapropriações efetuadas;

OBS: Ressalta que o arquivo de documentos foi destruído pelo incêndio ocorrido em agosto de 2013 e segue o processo de reestruturação, na busca de documentos para recompor o banco de dados físico dos imóveis na gerência.

- Vigilância de todos os imóveis, incluindo os remanescentes da faixa de domínio, feita pela equipe da COSEP.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

A gestão de patrimônio, principalmente no que tange a áreas remanescentes, enfrenta serias dificuldades para organizar todo esse ativo, pois quando foi realizada a desapropriação não se cumpriu todas as etapas, ficando muitas áreas sem registro, sem documentos comprobatórios. Também não houve o remembramento, principalmente em áreas que foram construídas as estações.

Temos registros de casas que não existem mais, pois no local foram construídas estações. Para a devida adequação de todas essas áreas faz-se necessário um esforço conjunto entre **Desapropriação, GIOBR e GOPAT, GOJUR** haja vista, muitas informações estarem apenas na memória de funcionários que participaram de todo o processo. Em função de todas as dificuldades aqui apresentadas, faz-se necessário, também, a contratação de empresa especializada (despachante) para as devidas regularizações juntos aos órgãos competentes.

A Gerência Operacional de Patrimônio - GOPAT trabalha com quatro áreas de atuação distintas: Áreas Remanescentes, Mídia, Comercialização de Espaços e Controle de Bens Patrimoniais.

- No setor de **Áreas Remanescentes**, contamos com 4 (quatro) colaboradores;
- No setor de **Mídia**, contamos com 3 (três) colaboradores;
- No setor de **Comercialização**, contamos com 7 (sete) colaboradores;
- No setor de **Controle de Bens Patrimoniais**, contamos com 2 (dois) colaboradores

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

A gestão do patrimônio, nos últimos anos ficou a cargo da Gerência de Administração e Finanças (GIAFI), e mais recentemente passou essa responsabilidade para a Coordenação de Administração e Finanças (COAFI), conforme determina o Manual de Organização da STU/NAT. Os sistemas de registro do imobilizado físico e contábil, SISPRO E SIAFI, são mantidos atualizados.

Fonte: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

O controle e gerenciamento é feito através dos relatórios extraídos do SISPRO, além de documentos auxiliares, tais como carnês de IPTU, TCR, escrituras, plantas, etc.

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

A gestão do patrimônio da STU-MAC conta com os sistemas SISPRO e o SISMAT que são auxiliares no controle de patrimônio e material respectivamente.

O SISPRO registra os Bens com dados da sua aquisição, sua localização, e faz o cálculo da depreciação mensalmente, emite diversos relatórios. Os saldos são conciliados e a depreciação lançada no SIAFI mensalmente.

O SISMAT faz o controle da movimentação de entrada e saída de material de consumo do almoxarifado e emite diversos relatórios.

A STU-MAC contava com o cargo de Gerência de Administração e Finanças (Geafi) e funções de Núcleo e Grupo. A responsabilidade da gestão ficava ligeiramente dividida em um Núcleo de Contabilidade, um Núcleo de Material e Patrimônio e um Grupo de Almoxarifado. Após o último plano de carreira, o PEC, os núcleos e grupos desapareceram e a Geafi se tornou Coafi - Coordenadoria de Administração e Finanças concentrando a responsabilidade no cargo.

Comparando a estrutura organizacional da STU-MAC com a STU-REC, podemos observar que a nossa Coordenadoria de Administração e Finanças (Coafi) corresponde à Gerência Operacional Financeiro (Gofin) que subdivide-se em outras 4 (quatro) coordenadorias; há também uma Gerência

Operacional de Patrimônio e outra Gerência Operacional de Material que subdivide-se em 2 (duas) coordenadorias; que, por fim, esta Coafi demonstra-se sobrecarregada.

A infraestrutura patrimonial consiste em:

Linha férrea: cerca de 34,5km entre o bairro de Jaraguá em Maceió e o bairro de Lourenço de Albuquerque em Rio Largo;

8 (oito) Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs);

2 (dois) trens;

Sede administrativa (na estação Central);

Oficina de manutenção;

Centro de Controle Operacional (CCO);

3 (três) pontos comerciais (1 lanchonete alugada e 2 fechados);

5 (cinco) casas (4 alugadas e 1 fechada);

16 (dezesseis) estações de trem e bilheterias:

- | | |
|------|--------------------------|
| I | Jaraguá; |
| II | Centro; |
| III | Mercado; |
| IV | Bom Parto; |
| V | Mutange; |
| VI | Bebedouro; |
| VII | Sururu de Capote; |
| VIII | Fernão Velho; |
| IX | Goiabeira; |
| X | ABC; |
| XI | Rio Novo; |
| XII | Utinga; |
| XIII | Satuba; |
| XIV | Gustavo Paiva; |
| XV | Rio Largo; |
| XVI | Lourenço de Albuquerque. |

Fonte: STU-MAC

4.2.1.2 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Quantidade de Imóveis de Propriedade da União, de responsabilidade da UJ

Não houve alteração no quadro de imóveis das Superintendências, permanecendo inalterado o número registrado no SPIUnet:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	EXERCÍCIO 2017
UF: PERNAMBUCO	
Recife	9
Jaboatão dos guararapes	719
Camaragibe	52
TOTAL	780
UF: MINAS GERAIS	
Belo Horizonte	177
TOTAL	177
UF: RIO GRANDE DO NORTE	
Natal	19
Parnamirim	2
Extremoz	2
Ceará Mirim	3
TOTAL	26
UF: PARAÍBA	
João Pessoa	5
Bayeux	1
Cabedelo	7
Santa Rita	2
TOTAL	15
UF: ALAGOAS	
Maceió	17
Satuba	
Rio Largo	
TOTAL	17
UF: RIO DE JANEIRO	
Rio de Janeiro	1
TOTAL	1
TOTAL GERAL	1016

Fonte: GEPAT/GASER/DA

4.2.1.3 – Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso especial da União - SPIUnet

Em atendimento ao acórdão 1872/2015, informamos que, em reunião convocada pelo SPU, realizada em Brasília em 04 de junho de 2013, foi informado que as ações de responsabilidade da CBTU,

correspondentes aos itens A e C do Plano de Ação Interinstitucional, foram cumpridas. A partir desta etapa cumprida, os imóveis da Administração Central e das Unidades Regionais da CBTU estão sendo cadastrados no SPIUnet.

Algumas unidades administrativas estão com a totalidade de seus bens imóveis cadastrados, enquanto as demais tem parte cadastrada e parte em andamento, em virtude de dificuldades econômico-financeiras, de pessoal, regularização cartorial, atualização monetária, etc, que impediram, até o momento, sua conclusão.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Administração Central

O bem imóvel RIP 6001 03748.500-9, da CBTU, localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, está formalmente cedido à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por força de Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito, por 25 (vinte e cinco) anos, celebrado em 19 (dezenove) de março de 2012.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

QUANTO AOS BENS IMÓVEIS, NO TOCANTE ÀS ÁREAS REMANECENTES, ENUMERA:

- 1- Interface junto à COCNO – Coordenadoria Operacional Comercialização Não Operacional, obtendo informações referentes à parte comercial das áreas com TPU`s (Termo de Permissão de Uso), pois esta coordenação está subordinada à GOFIN, melhorando assim a fiscalização e o controle das áreas que têm permissão comercial. (Início/Final/Renovação/ e Distrato de TPU).
- 2- Interface junto à GOSEG no que diz respeito às ações de resgate das áreas invadidas.
- 3- Interface junto à GOJUR no que diz respeito às ações de reintegração de posse de nossas áreas remanescentes invadidas e desarquivamento dos processos de desapropriação para recomposição do acervo perdido no incêndio.
- 4- Interface junto à GIOBR para levantamento de engenharia e topografia para localização de imóveis, definição de áreas de domínio e remanescentes, imóveis totalmente desapropriados e parcialmente utilizados. Trabalho minucioso referente às regularizações das obras de arte, tais como: Estações, Oficinas, Viadutos etc., levantamento de quantitativos de projetos devidamente aprovados, averbações e Registros cartoriais.

QUANTO AO CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS

NO SETOR DE CONTROLE DE BENS IMÓVEIS:

Num total de 1.258 imóveis, 742 imóveis pertencem à RFFSA e 516 imóveis à CBTU.

516 imóveis da CBTU:

- 376 imóveis estão devidamente registrados (177 já foram cadastrados no sistema SPIUnet e 199 imóveis estão pendentes deste cadastro devido à dificuldade em identificá-los junto à SISPRO);

OBS: *Os 177 (cento e setenta e sete) imóveis que já estavam cadastrados no sistema SPIUnet, foram baixados e lançados no SIAFI, seguindo orientação da portaria nº 703/2014, onde o art Art. 9º dispõe:*

“Os bens imóveis de propriedade das empresas estatais federais dependentes deverão ser contabilizados direta e exclusivamente no SIAFI.

Parágrafo único. As unidades imobiliárias cadastradas no SPIUnet deverão ser baixadas deste e lançadas no SIAFI no prazo de um ano, a contar da data de publicação desta Portaria”.

- 59 imóveis referem-se às cartas de adjudicação pendentes de registro;
- 51 imóveis referentes aos acordos pendentes;
- 30 imóveis referentes aos processos em andamento.

742 imóveis da RFFSA:

- 414 imóveis estão pendentes de registro em nome da RFFSA;
- 26 imóveis referem-se às cartas de sentença devidamente registradas;
- 02 imóveis com processos em andamento;
- 300 imóveis referem-se às escrituras registradas em nome da RFFSA.

Grande parte das desapropriações dos imóveis em nome da CBTU se deu em data anterior ao “plano real” e, por essa razão, esses registros de imóveis, que embasam os lançamentos no SPIUnet, expressam valores indenizatórios em moedas anteriores, como cruzeiro e cruzado, fazendo-se necessário, portanto, a definição do índice para conversão das moedas e reavaliação dos imóveis para sua devida atualização.

A gestão dos imóveis ainda se encontra comprometida devido à perda do arquivo documental do patrimônio imobiliário da Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte no incêndio ocorrido em 2013, no 1º andar do edifício sede.

Vale ressaltar que todas as documentações (cartas de adjudicação, escrituras de desapropriações amigáveis) pendentes de regularização cartoriais, foram encaminhadas em 2012 a inventariança da RFFSA.

Passamos a detalhar informações referentes a situações de terrenos por trechos:

TRECHO CENTRAL - ELDORADO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 00
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 00
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 01
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 301 imóveis (Sendo que 98 Cartas de Sentença foram repassadas à Inventariança da RFFSA)
5. ACORDOS PENDENTES: 18
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 18 imóveis
7. PROCESSO EM ANDAMENTO RFFSA: 02
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 286 imóveis (Sendo que 82 Escrituras foram repassadas à Inventariança da RFFSA).

TRECHO CENTRAL/ SÃO GABIEL (MATADOURO)

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 194
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 95

3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 58
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 26 imóveis
5. ACORDOS PENDENTES: 13
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 08 imóveis
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 14 imóveis

TRECHO SÃO GABRIEL (MATADOURO) – VILARINHO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 02
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 85
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 00
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 00
5. ACORDOS PENDENTES: 20
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA : 00
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 00

TRECHO CALAFATE – BARREIRO

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 00
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 00
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 00
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 00
5. ACORDOS PENDENTES: 00
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA : 00
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 10
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 00

SOMATÓRIA DOS TRECHOS

1. CARTA DE ADJUDICAÇÃO REGISTRADA NOME DA CBTU: 196
2. ESCRITURA REGISTRADA CBTU: 180
3. CARTA DE ADJUDICAÇÃO PENDENTE DE REGISTRO CBTU: 59
4. CARTA DE SENTENÇA A REGISTRAR NOME DA RFFSA: 414
5. ACORDOS PENDENTES: 51
6. CARTA DE SENTENÇA REGISTRADA EM NOME DA RFFSA: 26
7. PROCESSO EM ANDAMENTO CBTU: 30 – (RFFSA: 02)
8. ESCRITURAS REGISTRADAS EM NOME DA RFFSA: 300

NO ANO DE 2017, efetuamos:

- Busca de cópias de documentos para a organização dos Arquivos;
- Abertura de Novas Pastas, conforme FD – Ficha de Desapropriação, devido ao incêndio no setor.
- Parceria junto a SPU/ Inventariança da RFFSA, com o intuito de obter cópias de documentos de imóveis, devido ao incêndio no setor.
- Trabalho em parceria COTOS, no sentido de atualização do SISPRO/ SIAFI.
- Informação nas Demandas Processuais. (Despachos)

É necessária a adequação do corpo técnico, qualitativa e quantitativamente, de modo a dar continuidade na organização do setor, como a complementação dos documentos dos terrenos. Todas as informações contidas neste relatório foram fruto de levantamentos, Mapas, Planilhas, documentos do nosso arquivo eletrônico.

Fonte: GOPAT/STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

- Cadastrados, em 2017, 780 imóveis, conforme endereço SPIUnet: <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/default.asp>.
- Efetuamos correções do cadastramento tanto quanto à conversão da moeda (valores dos imóveis cadastrados), quanto às correções de duplicidades.
- Os Bens imóveis que se encontram fora do patrimônio da STU-REC, ainda não tiveram seus registros regularizados por falta de Dotação Orçamentária para subsidiar e custear as ações de registro junto aos seus respectivos cartórios de imóveis. Salientamos que há outros imóveis que foram desapropriados em favor da CBTU, que ainda se encontram em nome de seus antigos proprietários, por falta de dotação orçamentária para efetuar os respectivos registros, bem como para custear a avaliação dessas áreas por uma empresa/escritório competente.

A relação abaixo contempla os imóveis a serem regularizados:

- RECIFE-COQUEIRAL – com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente = Patrimônio 1097384
- COQUEIRAL – JABOATÃO – com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1097395
- COQUEIRAL – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estações e Via permanente) – Patrimônio 1097401
- JOANA BEZERRA – LARGO DA PAZ – CAJUEIRO SECO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- CAJUEIRO SECO – CABO - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- CAJUEIRO SECO – RODOVIÁRIA - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente)
- BOA VIAGEM – EDGARD WERNECK - com todas as benfeitorias existentes (Estação e Via permanente) – Patrimônio 1240287
- ALÇAS NORTE E SUL DE ACESSO A SUAPE – para implantação do Veículo Leve sobre trilhos – VLT
- PÁTIOS – pátio Estação EDGARD WERNECK, Pátio e Almoxarifados de Boa Viagem (Edificações – patrimônio 1240287 e área), pátio de FERNANDINHO
- IMÓVEIS – regularização de todos os imóveis constantes das AGS, tais como a área do Edifício Operacional Administrativo – EOA/CCO e anexos (Pátios de Oficinas de Edgard Werneck) e demais estações com tombamento da RFFSA dos trechos já mencionados conforme relacionados nos itens acima
- FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Todos os imóveis em uso pela STU/NAT estão devidamente cadastrados no SPIUNET

Fonte: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

Todos os imóveis cadastrados no Sistema de Controle Patrimonial (SISPRO) da CBTU foram cadastrados no Sistema SPIUnet conforme dados disponibilizados no próprio SISPRO e também informações fornecidas pelo setor de engenharia (COACO). Há alguns imóveis que não constam no cadastro do SISPRO, portanto há essa impossibilidade de inclusão no SPIUnet, são exemplos disso: a casa de trolley, o castelo (alojamento) em Cabedelo e o antigo prédio da CFN em João Pessoa.

UG: 275079

N o	RIP	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	REGIME	CONSERV	VALOR IMÓVEL		
						VALOR HISTÓRICO	DATA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIAÇÃO
1	2175 00282.500-6	Est. de Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	NI	3	182.346,67	02/03/2015	202.116,41
2	2175 00284.500-7	Est. de Várzea Nova	Rua Coronel Mendes Ribeiro s/n	NI	3	59.792,33	02/03/2015	59.792,33
3	1937 00012.500-0	Est. de Bayeux	Rua Gustavo Maciel Monteiro s/n	NI	3	192.548,24	02/03/2015	192.521,24
4	2051 00273.500-3	Est. de Alto do Mateus	Rua Luiz Jacinto s/n	NI	1	170.571,37	02/03/2015	170.571,37
5	2051 00275.500-4	Est. de Ilha do Bispo	Av.Redenção 887	NI	3	69.679,56	02/03/2015	69.679,56
6	5051 00277.500-5	Est. de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	509.416,68	02/03/2015	509.416,68
7	2051 00279.500-6	Est. de Mandacaru	Rua São Pedro s/n	NI	3	125.621,36	02/03/2015	125.171,36
8	1965 00089.500-5	Est. de Poço	Rua Honório Patrício Santos s/n	NI	1	169.315,61	02/03/2015	169.315,61
9	1965 00091.500-6	Est. de Renascer	Rua Ambrosio Mianda Araújo s/n	NI	3	447.425,62	02/03/2015	447.425,62
10	1965 00095-500-8	Est. de Jacaré	Rua Dr. Jair Cunha Cavalcante s/n	NI	3	119.156,12	02/03/2015	119.156,12
11	1965 00093.500-7	Est. de Manguinhos	Rua Antônio Paulino Serrano s/n	NI	1	315.252,32	02/03/2015	315.252,32
12	1965 00097.500-9	Est. de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	181.360,54	02/03/2015	234.435,77
13	1965 00099.500-0	Almox. de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	63.456,06	02/03/2015	63.456,06
14	1965 00101-500-9	Oficina de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	18.132,71	02/03/2015	18.132,71
15		Alojamento Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	NI	NI	NI
16	2051 00281.500-7	Prédio Administrativo de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	286.949,23	02/03/2015	286.949,23
17		Pátio da Est. de Santa Rita	Praça Venancio Neiva, 158	NI	3	NI	NI	NI
18		Pátio da Est. de João Pessoa	Praça Napoleão Laureano 01	NI	3	NI	NI	NI
19		Pátio da Est. de Cabedelo	Rua Cleto Campelo s/n	NI	3	NI	NI	NI

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

No ano de 2015, todos os imóveis que estavam cadastrados no Sistema Patrimonial SISPRO, foram lançados no SPIUNET.

Alguns imóveis não foram cadastrados, pois, após questionamento à GEPAT, fomos orientados que, as estações que estavam na relação dos bens imóveis que acabaram não sendo transferidos para a CBTU, quando da separação patrimonial RFFSA - CBTU, em decorrência da 2ª AGE, e não estivessem lançadas no SIAFI nem no SISPRO, não podem ser consideradas no nosso ativo imobilizado.

Todavia, já existe um Grupo de Trabalho (GT) criado para resolver a questão legal dos registros desses imóveis visto que nenhum consta em nome da CBTU. Esse grupo também descobriu que alguns bens da extinta RFFSA teriam sido transferidos para o DNIT em face da lei 11.483/2007. Entretanto, o DNIT nunca respondeu o ofício da CBTU.

O processo evoluiu para a Coordenadoria de Manutenção (Coman) no intuito de providenciar plantas georeferenciadas dos imóveis (área construída, área total, terrenos limítrofes e seus proprietários) que ora estão sendo requisitadas nos cartórios.

Todas as medições dos imóveis da CBTU já foram feitas. Entretanto, está havendo dificuldade em contatar alguns proprietários dos imóveis vizinhos em alguns bairros como Rio Novo e ABC. Ato contínuo, o processo retorna para andamento dos trabalhos do GT.

Fonte: STU-MAC

4.2.1.4 – Ocorrência e atos de formalização de cessão de imóvel da União para terceiros

Administração Central

Conforme exposto no item anterior, no que diz respeito à Administração Central da CBTU, no Rio de Janeiro, não há a situação prevista de cessão de espaço físico em imóvel da União.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte

FONTES: GIAFI/COCNO

CBTU STU/BH	UTILIZAÇÃO PATRIMONIAL EVOLUÇÃO MENSAL DAS RECEITAS					ANO: 2017
MÊS	PERMISSÃO DE USO			PUBLICIDADE	JUROS E MULTAS	TOTAL
	TERRENOS /ESTAÇÕES	RESIDENC.	SUBTOTAL			
JANEIRO	376.755,99	1.029,03	377.785,02	98.292,00	1.084,86	477.161,88
FEVEREIRO	377.798,74	1.029,03	378.827,77	118.505,16	603,73	497.936,66
MARÇO	372.188,12	1.029,03	373.217,15	119.854,99	664,36	493.736,50
ABRIL	381.946,42	1.029,03	382.975,45	112.377,76	843,13	496.196,34
MAIO	378.880,00	743,27	379.624,04	145.115,17	1.040,98	525.780,19
JUNHO	393.171,35	1.029,03	394.200,38	118.219,47	1.165,67	513.585,52
JULHO	379.504,77	1.029,03	380.533,80	119.657,14	1.011,82	501.202,76
AGOSTO	382.065,13	743,27	382.808,40	118.184,69	1.042,84	502.035,93
SETEMBRO	392.174,98	743,27	392.918,25	140.552,33	1.484,34	534.954,92
OUTUBRO	378.880,77	743,27	379.624,04	168.527,78	1.040,98	549.192,80
NOVEMBRO	381.381,85	743,27	382.125,12	139.083,79	1.449,83	522.658,74
DEZEMBRO	367.838,21	743,27	368.581,48	117.380,95	1.097,20	487.059,63
TOTAL	4.562.586,33	10.633,80	4.573.220,90	1.515.751,23	12.529,74	6.101.501,87

Superintendência de Trens Urbanos de Recife

TERRENOS

LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA	VALOR
			m²	PRINC
RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	AEFN-ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS	CLUBE	173,42	500,00
RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	AMARO ALVES DA SILVA	MATERIAL CONSTRUÇÃO	173,42	940,00
CAVALEIRO	CASA COELHO LTDA.	ESTACIONAMENTO	866,61	1.200,00
ENTORNO ESTAÇÃO TEJIPIÓ	DJANIRA TEIXEIRA PONTES	PRESERVAÇÃO E GUARDA	173,42	60,00
RUA LINHA NOVA, S/Nº COQUEIRAL	EDVALDO VIEIRA DA COSTA	RECICLAGEM	173,42	243,90
RUA IMPERIAL, S/Nº SÃO JOSÉ	AUTARQUIA DE MANUT.E LIMP. URB.	RECICLAGEM	4.934,06	1.500,00
RUA JOSÉ NATÁRIO, S/Nº AREIAS	IGREJA BETEL CRISTÃ	OBRA SOCIAL	173,42	500,00
ESTAÇÃO CAVALEIRO – ENTORNO	J.A.FONSECA SUPERMERCADO LTDA.	ESTACIONAMENTO		1.100,00
ALTO DO CRISTO	JOSÉ BEZERRA DE LIMA	LANCHONETE	10,00	500,00

ENTORNO EST. ANTÔNIO FALCÃO	JOSÉ DANIEL DA SILVA	SEMENTEIRA	300,00	937,00
RUA STA TEREZINHA, S/Nº CAV.	JOSÉ GOMES FILHO	OFICINA ELETRO	80,00	125,78
ENTORNO ESTAÇÃO FLORIANO	JOSÉ VALMIR RAMOS DA CRUZ	BAR	12,00	100,58
CAVALEIRO	LADJANE LUCENA DA SILVA	ARMAZÉM CONSTRUÇÃO	1.138,00	1.600,00
ENTORNO DA EST. TEJIPIÓ	LINCOLN FREDERICO VIVEROS	SEMENTEIRA	9,00	940,00
RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	MANOEL CARLOS BUARQUE FILHO	OFICINA AUTOS	173,42	451,85
ESTAÇÃO MANGUEIRA	MANOEL GOMES COUTINHO	PRESERVAÇÃO E GUARDA	173,43	78,14
ENTORNO EST. CAJUEIRO SECO	MANOEL P. DA COSTA	TERRENO GUARDAR CARRO	181,79	234,53
ACESSO RODOVIÁRIO AO CMC	MICHEL COELHO DE M. PEREIRA	GARAGEM	609,73	300,00
RUA 15 DE NOVEMBRO, S/Nº - TEJIPIÓ	RICARDO ROGÉRIO DA SILVA	VENDA DE AREIA	221,00	940,00
ALTO DO CRISTO	ROBERTO RODRIGUES BARBOSA	ESTACIONAMENTO	1.628,00	940,00
ENT. EST. MONTES GUARARAPES	VANESSA MARIA DA DILVA	ESTACIONAMENTO	1285,17	1.347,77
AV. JOSÉ RUFINO, TEJIPIÓ	WLADIMIR ALEXANDRE DA SILVA BRAZ	OFICINA AUTOS	471,02	940,00

Outros

CBTU		UTILIZAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS - 2017				
STU-REC		ESTAÇÕES E OUTRAS EDIFICAÇÕES OPERACIONAIS				
TIPO	Nº/ANO	LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO	ÁREA m²	VALOR
						PRINC
TPU	013/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	AILTON DE FIGUEIREDO PINTO	LANCHONETE	9,00	940,00
ADU	006/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO – ENTORNO	ANA CRISTINA DOS SANTOS	ARTIGOS PRES	9,00	940,00
ADU	010/2007	ESTAÇÃO ENGENHO VELHO	ÂNGELA CRISTINA DA SILVA SANTOS	LANCHONETE	3,00	140,00
TPU	012/2000	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA- HALL	ANTONIO LOPES P. FILHO	BANCA DE REVISTA	9,00	800,00
TPU	012/1998	ESTAÇÃO JABOATÃO – ENTORNO	ARI DE ARRUDA CUNHA	LANCHONETE	9,00	940,00
ADU	053/2017	ESTAÇÃO CAVALEIRO	ATACADÃO COMÉRCIO DE CARNES	GALPÃO/DEPÓSITO	451,08	1.200,00

TPU	038/2011	EDIFÍCIO SEDE STU- REC – HALL	BANCO SANTANDER	BANCO	32,85	1.479,64
TPU	001/2012	CMC - CAVALEIRO	CAF BRASIL IND. E COM. S/A	ESCRITORIO	200	4.095,59
ADU	015/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	CLAUDIA AZEVEDO	BANCA DE REVISTA	9,00	400,00
ADU	058/2017	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	CLENIVALDO DOS SANTOS RIBEIRO	VENDA DE CARNE	33,00	1.500,00
ADU	002/2017	ESTAÇÃO TANCREDO NEVES	COMER.NAC. CARTÕES TELE.	VENDA DE CARTÕES	3,00	2.000,00
TPU	018/1997	ESTAÇÃO CAVALEIRO - ENTORNO	DAYSE OLIVEIRA DA SILVA	LANCHONETE	9,00	400,00
ADU	063/2017	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	DEBORAH KARINE DA S. CASTRO	BOMBONIERE	9,00	1.000,00
ADU	076/2017	ESTAÇÃO BARRO - HALL	DINÁ BEATRIZ DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	940,00
ADU	023/2017	ESTAÇÃO RECIFE – HALL	DONNA COXITA COM. LTDA.	LANCHONETE	5,00	1.300,00
TPU	013/2006	ESTAÇÃO CURADO – ENTORNO	EDILSON RICARDO DA SILVA	LANCHONETE	9,00	400,00
TPU	009/2006	ESTAÇÃO BARRO - ENTORNO	ELIENE MONTEIRO DA SILVA LIMA	LANCHONETE	9,00	940,00
ADU	012/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO	EMPRESA DONA MARIA	VENDA DE BOLOS	20,15	1.680,65
ADU	016/2016	ESTAÇÃO JABOATÃO – ENTORNO	ESLI SOUZA DE OLIVEIRA	LANCHES	3,00	150,00
ADU	008/2006	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - HALL	EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA	CARTÕES TELE	3,00	940,00
TPU	005/1996	ESTAÇÃO CAVALEIRO - HALL	FARMÁCIA EMIGRANTES LTDA	FARMÁCIA	250,00	1.200,00
ADU	004/2017	ESTAÇÃO RECIFE – ENTORNO	GIOVANNA ALVES DA COSTA LIMA	CHURROS	3,00	500,00
TPU	020/2007	ESTAÇÃO CAMARAGIBE	GISELDA DIAS DE SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	3,00	700,00
TPU	014/2008	ESTAÇÃO JABOATÃO	GISELDA DIAS DE SOUZA BORGES	BIJOUTERIAS	3,00	940,00
ADU	007/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO – HALL	GLAUCINEIDE JOSÉ DA SILVA	CONFECÇÃO	5,78	940,00
ADU	018/2016	ESTAÇÃO FLORIANO - ENTORNO	GRACILENE SANTOS DA SILVA	PIPOQUEIRA	3,00	300,00
ADU	005/2006	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	IEZO RORIZ ARAQUAN FILHO	SORVETE	3,00	940,00
ADU	005/2013	ESTAÇÃO CABO	IVANILDA LOPES DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	373,67
TPU	016/1999	ESTAÇÃO TEJIPIÓ – ENTORNO	JAILTON PAULO CLEMENTE	BANCA DE REVISTA	9,00	188,32
ADU	064/2017	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	JAIME RAFAEL DE OLIVEIRA DIAS	GRÁFICA RÁPIDA	6,00	940,00

TPU	006/2001	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA – HALL	JANDIRA DE LUNA BEZERRA	ARMARINHO	6,00	450,00
TPU	006/1995	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	JANETE SOUZA GUEDES	LANCHONETE	9,00	940,00
ADU	002/2007	ESTAÇÃO COQUEIRAL – HALL	JEAN RICARDO LUCENA LIPPO	BOMBONIERE	3,00	114,05
ADU	014/2016	ESTAÇÃO PONTEZINHA	JEREMIAS LEMOS DE SOUZA	VENDA ORTIFRUTI	10,00	500,00
ADU	014/2007	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	RASPA-RASPA	2,00	400,00
ADU	018/2008	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	JOÃO DE LIMA VIEIRA FILHO	CONCERTO CEL	4,00	1.092,70
TPU	032/1993	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	JOSÉ CARLOS MENDONÇA SANTOS	BANCA DE REVISTA	9,00	400,00
TPU	002/2004	ESTAÇÃO WERNECK – ENTORNO	JOSÉ COUTINHO PEREIRA	LANCHONETE	9,00	214,92
TPU	020/2002	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	ESTACIONAMENTO	1.625	3.800,00
ADU	020/2008	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	JOSÉ FRANCISCO P. DUTRA	LANCHONETE	9,00	901,69
TPU	005/1998	ESTAÇÃO CAVALEIRO - ENTORNO	JOSÉ MATIAS DE BRITO	CONCERTO ELET	65,00	250,00
TPU	004/2000	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	JOSÉ VALTER SATURNO	LANCHONETE	9,00	800,00
ADU	027/2010	ESTAÇÃO PONTEZINHA - ENTORNO	JOSEFA ALEXANDRE DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	200,00
TPU	017/2002	ESTAÇÃO WERNECK - ENTORNO	JOSEFA ANA DE OLIVEIRA	BOMBONIERE	2,00	19,54
ADU	010/2014	CMC – CAVALEIRO - HALL	JS REFEIÇÕES	REFEITÓRIO	173,91	366,60
TPU	002/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	LAFEPE S/A	FAMÁCIA	27,00	940,00
TPU	006/1998	ESTAÇÃO RECIFE - ENTORNO	LUÍZA ALVES DE SOUZA	LANCHONETE	9,00	727,92
ADU	018/2009	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	RELÓGIOS	3,00	940,00
ADU	083/2017	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	REC ARG CELULAR	3,00	940,00
ADU	016/2007	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	MARIA AVANEIDE DE MELO	VENDA RELÓGIOS	6,00	940,00
ADU	027/2017	EDF. SEDE STU-REC – ENTORNO CCO	MARIA DE FÁTIMA S. NASCIMENTO	LANCHONETE	9,00	600,00
ADU	077/2017	ESTAÇÃO JABOATÃO – HALL	MARIA DO CARMO DE LIMA SILVA	CARTÕES TELE	8,26	1.338,00

ADU	004/2010	ESTAÇÃO TEJIPIÓ - HALL	MARIA GORETTI DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	200,00
ADU	010/2008	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - HALL	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	BOLOS	3,00	940,00
ADU	009/2007	ESTAÇÃO JABOATÃO - HALL	MÔNICA PATRÍCIA DE LIMA	CONFECÇÃO	5,78	940,00
ADU	062/2017	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	PABLO NUNES MALAFAIA GOMES	VENDA DE COLCHÕES	9,00	940,00
ADU	007/2010	ESTAÇÃO PONTEZINHA - ENTORNO	PAULO LUIZ RODRIGUES	FRUTARIA	3,00	200,00
ADU	017/2016	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RAFAEL VITOR DA SILVA	VENDA DE BOLOS	3,00	500,00
ADU	003/2008	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	RICARDO PEREIRA . M. FILHO	CONS. CELULAR	4,00	1.092,71
ADU	074/2017	ESTAÇÃO PRAZERES	ROBERTO KELMANN PESSOA	BOMBONIERE	3,00	940,00
TPU	001/2004	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA	LANCHONETE	32,47	605,57
TPU	001/2006	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA 1-A	LANCHONETE	12,45	616,03
TPU	001/2006	ESTAÇÃO CAMARAGIBE - ENTORNO	RODOVIÁRIA METROPOLITANA 1-B	LANCHONETE	12,45	605,57
TPU	012/2006	ESTAÇÃO AFOGADOS - ENTORNO	ROGÉRIA CABRAL DO NASCIMENTO	GUARANÁ AMA	6,00	400,00
TPU	011/2006	ESTAÇÃO RECIFE - HALL	ROGÉRIA CABRAL DO NASCIMENTO	BOMBONIERE	3,00	600,00
ADU	021STU16	EDIFÍCIO SEDE STU-REC - HALL DEREH	SABOR DA ESTAÇÃO	REFEITÓRIO		9.368,12
TPU	072/2017	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	SEVERINO JOSÉ MARCULINO	LANCHONETE	9,00	400,00
TPU	010/2000	ESTAÇÃO ENG. VELHO - ENTORNO	SÔNIA MARREIRA HERCULANO	FITEIRO	9,00	100,00
ADU	009/2006	ESTAÇÃO STA LUZIA - ENTORNO	VALDÊNIA MARIA DA SILVA	BOMBONIERE	3,00	109,05
ADU	026/2017	ESTAÇÃO JABOATÃO - ENTORNO	VALÉRIA C. ANANIAS DE OLIVEIRA	MÁQ. DE SORVETES	3,00	600,00

Residências

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	
TIPO	Nº/ANO			VALOR
PDU	005/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 03	DANIEL GOMES DA SILVA	167,70
PDU	017/1985	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 01	CARLOS JOSÉ DA SILVA	230,05
PDU	003/2008	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 11	JOÃO MANOEL PEREIRA	131,49
PDU	022/1987	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 08	JEFERSON C. BARRETO	230,05

PDU	002/1994	RUA FALCÃO DE LACERDA, 462 TEIJIPIÓ	ANTÔNIO SOARES DA SILVA	255,66
PDU	001/2005	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 10	PAULO FERREIRA DA SILVA	212,69
PDU	002/1995	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 14	MARCOS DOS SANTOS SILVA	224,10
PDU	001/1997	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 12	JOSIEL CELESTINO DOS SANTOS	218,31
PDU	002/1998	RUA MANOEL CAETANO BOM, 07 CABO	ANTONIO CAETANO DA SILVA	191,74
PDU	012/1998	ALTO DO INGLÊS, 03 CABO	JOSÉ VICENTE CÂNDIDO FILHO	186,86
PDU	001/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 15	DALMO ADELINO DOS SANTOS	131,49
PDU	004/1986	RUA MANOEL CONRADO, 442 CASA 06	JOSÉ COELHO C. FILHO	212,69

FONTE: GOPAT/STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos de Natal

Locação de espaços nas estações STU-NAT

ESTAÇÃO/MÊS	AUTORIZATÁRIO	AUTORIZAÇÃO DE USO	TOTAL	CONTABILIZAÇÃO
NOVA NATAL (02)	CARLOS JOSÉ DA SILVA	AUT - 008/17 e 018/17	R\$ 1.490,15	Receita própria
EXTREMOZ (01)	EDILEUZA GOMES DA SILVA	AUT - 001/17 e 013/17	R\$ 1.857,00	Receita própria
EXTREMOZ (02)	ROMUALDO GOMES DA SILVA	AUT - 003/17 e 014/17	R\$ 479,10	Receita própria
EXTREMOZ (03)	ROMUALDO GOMES DA SILVA	AUT - 004/17 e 015/17	R\$ 273,60	Receita própria
EXTREMOZ (04)	JOÃO MARIA DE LIMA	AUT - 002/17 e 012/17	R\$ 323,37	Receita própria
EXTREMOZ (05)	EDVANDES CAETANO DE OLIVEIRA	AUT - 009/17 e 019/17	R\$ 1.254,01	Receita própria
EXTREMOZ (06)	MARIA VENIS BERNARDINO DE SOUZA	AUT - 010/17 e 020/17	R\$ 1.130,62	Receita própria
NATAL	DAMIÃO CABRAL DE LIMA	AUT - 005/17 e 016/17	R\$ 930,60	Receita própria
CEARÁ MIRIM	CENTRAL EÓLICA ALBUQUERQUE	AUT - 006/17 e 017/17	R\$ 3.219,77	Receita própria
TOTAL			R\$ 10.958,22	

FONTE: STU-NAT

Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa

Locação de espaços na STU-JOP

INSTR. CONTR.		LOCALIZAÇÃO	AUTORIZADO	OBJETO - COMPETÊNCIA	ÁREA	VALOR (R\$)				OBS.: PGTO
TIPO	Nº/ANO				m²	PRINCIPAL	JRS/MUL	TX. MANUT	PAGO	
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - jan/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$6,91	R\$789,93	25/01/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - fev/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$5,89	R\$788,91	21/02/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - mar/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$6,65	R\$789,67	24/03/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - abr/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$6,91	R\$789,93	25/04/2017
ADU	001/2017	Trem do forró (móvel)	Flávio Henrique de Miranda - ME	composição ferroviária - mai/17		R\$58.975,01	R\$-	R\$-	R\$58.975,01	22/05/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - mai/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$6,40	R\$789,42	23/05/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - jun/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$7,16	R\$790,18	26/06/2017
ADU	001/2017	Trem do forró (móvel)	Flávio Henrique de Miranda - ME	composição ferroviária - jun/17		R\$12.284,35	R\$-	R\$-	R\$12.284,35	30/06/2017
ADU	004/2016	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - jul/17	14,47m2	R\$767,67	R\$15,35	R\$6,91	R\$789,93	25/07/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - ago/17	14,47m2	R\$782,29	R\$15,65	R\$6,26	R\$804,20	22/08/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - set/17	14,47m2	R\$782,29	R\$15,65	R\$7,04	R\$804,98	25/09/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - out/17	14,47m2	R\$782,29	R\$15,65	R\$7,56	R\$782,29	27/10/2017
ADU	003/2017	Saguão do Prédio Administrativo	Imobiliária Imóveis DS LTDA-ME	serviços financeiros - out/17		R\$108,26			R\$108,26	30/10/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - out/17	14,47m2	R\$-	R\$-	R\$-	R\$23,22	30/10/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - nov/17	14,47m2	R\$782,29	R\$15,65	R\$7,56	R\$805,50	27/11/2017
ADU	004/2014	Subsolo Via Permanente	Sao Braz S/A Ind e Com de Alimentos	tubulação - dez/17		R\$417,54	R\$-	R\$-	R\$417,54	06/12/2017
ADU	002/2017	Anexo estação João Pessoa	José Arnaldo Andrade de Araújo	lanchonete - dez/17	14,47m2	R\$782,29	R\$15,65	R\$6,26	R\$804,20	22/12/2017
TOTAL ESTAÇÕES E OUTRAS EDIFICAÇÕES OPERACIONAIS						R\$81.070,30	R\$185,70	R\$81,51	R\$81.337,51	

Fonte: STU-JOP

Evolução mensal das Receitas Extra-Operacionais da STU/JOP em 2017

MÊS	COMERCIAL				PUBLICIDADE	JUROS/MULTAS	TOTAL
	TERRENOS	ESTAÇÕES	RESIDÊNCIAS	SUBTOTAL		OUTRAS TAXAS	GERAL
		E OUTRAS					
		EDIFIC. OPERAC.					
JANEIRO		R\$767,67		R\$767,67		R\$22,26	R\$789,93
FEVEREIRO		R\$767,67		R\$767,67		R\$21,24	R\$788,91
MARÇO		R\$767,66		R\$767,66		R\$22,01	R\$789,67
ABRIL		R\$767,67		R\$767,67		R\$22,26	R\$789,93
MAIO		R\$59.742,68		R\$59.742,68		R\$21,75	R\$59.764,43
JUNHO		R\$13.052,01		R\$13.052,01		R\$22,52	R\$13.074,53
JULHO		R\$767,67		R\$767,67		R\$22,26	R\$789,93
AGOSTO		R\$782,30		R\$782,30		R\$21,90	R\$804,20
SETEMBRO		R\$782,29		R\$782,29		R\$22,69	R\$804,98
OUTUBRO		R\$867,34		R\$867,34		R\$23,21	R\$890,55
NOVEMBRO		R\$782,29		R\$782,29		R\$23,21	R\$805,50
DEZEMBRO	R\$417,54	R\$782,29		R\$1.199,83		R\$21,90	R\$804,20
TOTAL	R\$417,54	R\$80.629,54	R\$ -	R\$81.047,08	R\$ -	R\$267,21	R\$80.896,76

Fonte: STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos de Maceió

Formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade

A forma de contabilização é por depósito na conta única da união, a utilização é para pagamento de despesas desta STU.
(Valores mensais)

NOME	LOCALIZAÇÃO	MODALIDADE	VALOR	PÊNDENCIAS	OBJETO
ROSA MARIA DOS SANTOS	ESTAÇÃO SATUBA	TPU - 005/00 COMERCIAL	R\$ 58,00		CARRINHO DE LANCHE NA ESTAÇÃO SATUBA
JOSEFA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	ESTAÇÃO MERCADO	TPU - 002/02 COMERCIAL	R\$ 48,00		CARRINHO DE LANCHE NA ESTAÇÃO MERCADO
IZAIAS ALVES DA SILVA	ESTAÇÃO SATUBA	TPU - 006/99 COMERCIAL	R\$ 58,00		CARRINHO DE LANCHE NA ESTAÇÃO SATUBA
ROBERVAL DA SILVA	TREM DIESEL e VLTS	TPU - 002/14 COMERCIAL	R\$ 20,00		COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM. NO INTERIOR DO VLT
MARINETE BALBINO DOS SANTOS	ESTAÇÃO MERCADO	TPU - 004/13 COMERCIAL	R\$ 48,00		CARRINHO DE LANCHE NA ESTAÇÃO MERCADO
BANDERANTES EXIBIDORA DE CARTAZES ALAGOANA LTDA	ESTAÇÃO MERCADO	TPU 001/07 - COMERCIAL	R\$ 845,00		PROPAGANDA POR OUTDOOR
PRISCILA MARIA VELOSO DA SILVA - MEI	ESTAÇÃO CENTRAL	CONCESSÃO 001/17 COMERCIAL	R\$ 1.100,00		ALUGUEL DA LANCHONETE NA ESTAÇÃO CENTRAL
DIMAS BEZERRA DOS SANTOS	VILA GOIABEIRA	TPU - 001/17 RESIDÊNCIA	R\$ 130,00		ALUGUEL DE CASA RESIDENCIAL
RAINNER MISTERDAM DA MOCA	VILA GOIABEIRA	TPU - 001/14 RESIDÊNCIA	R\$ 130,00		ALUGUEL DE CASA RESIDENCIAL
JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS	VILA GOIABEIRA	TPU - 003/01 RESIDÊNCIA	R\$ 127,00		ALUGUEL DE CASA RESIDENCIAL
STENIO SANTOS DE OLIVEIRA	VILA GOIABEIRA	TPU -008/02 RESIDÊNCIA	R\$ 116,00	Jul a Out/17	ALUGUEL DE CASA RESIDENCIAL
ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA	VILA GOIABEIRA	TPU - 006/00 RESIDÊNCIA	R\$ 137,00	Nov e Dez/17	ALUGUEL DE CASA RESIDENCIAL
OBS: Em caso de inadimplência, o setor responsável (COAFI) comunica a Administração para que haja uma oficialização das medidas a serem adotadas.					

FONTE: STU-MAC

4.2.1.5 – Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Administração Central

O imóvel localizado na Estrada Velha da Tijuca, 77, Usina, Rio de Janeiro, RJ, de propriedade da CBTU está cedido, através de “Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito”, no qual foram transferidas as responsabilidades por sua conservação, uso e administração à Secretaria do Patrimônio da União.

FONTE: GEPAT/GASER/DA

Quadro A.4.2.1.5.A – Despesas de manutenção – STU-BH

Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativos aos imóveis. APL- Ano 2017.					
PROC	APL	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
1472/16	001/16/ COACO	SERVIÇO - MURO DE VEDAÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO ENTRE A ESTAÇÃO GAMELEIRA E A CABINE DE PARALELISMO III	339039-21	2017NE000997	164.500,00
0137/17	001/2017/ GOSIP/ EDAP	RECUPERAÇÃO DO TELhado DO SAGUÃO, DESOBSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DOS TÚNEIS DE ACESSO DA ESTAÇÃO WALDOMIRO LOBO	339039-16	2017NE001279	81.757,39
0995/17	005/2017- GOSIP/EDAP	READEQUAÇÃO DE SALAS E FECHAMENTO DE ÁREAS DENTRO DO GALPÃO DA OFICINA DE MATERIAL RODANTE DO PATIO DE MANUTENÇÃO SÃO GABRIEL	339039-16	2017NE002007	118.150,00
0977/17	004/2017- GOSIP/EDAP	RECUPERAÇÃO DO TELhado DO SAGUÃO DE ENTRADA E DOS FECHAMENTOS LATERAIS, FRONTAL E FUNDO DA OFICINA DE TRENS DO PATIO DE MANUTENÇÃO SÃO GABRIEL.	339039-16	2017NE002010	106.699,00
1234/17	001/17-COSET	MANGUEIRAS E ESGUICHOS P/ HIDRANTES, ABRIGOS E VISORES DE EXTINTORES DE INCENDIO	339030-28	2017NE002122	28.404,99
1502/17		RECUPERAÇÃO DE CONTATOS DA CHAVE SECCIONADORA (EVITAR AQUECIMENTO / DERRETIMENTO DA LÂMINA - INVIABILIDADE DA OPERAÇÃO DA SUBSTAÇÃO.)	339030-26	2017NE003061	62.499,00
2096/17	0767-17-COGES	CABOS E FIOS ELÉTRICOS	339030-26	2017NE002246	5.421,00
2370/17		MATERIAL DE ILUMINAÇÃO	339030-26	2017NE002647	30.376,05
1960/17	1960/17-COELI	TRANSFORMADOR DE POTENCIAL EM 138 KV E TRANSFORMADOR DE CORRENTE EM 138 KV	339030-26	2017NE003062	56.770,00
2536/17		MATERIAL DE ILUMINAÇÃO	339030-26	2017NE002808	45.092,20
		DORMENTES DE COMPOSITO PLIMÉRICO	339030-54	2017NE002813	323.541,57
2632/17		LÂMPADAS, REATORES, SOQUETES E ACESSÓRIOS	339030-26	2017NE002842	5.230,00
		MADEIRAS, DIVISÓRIAS E ACESSÓRIOS	339030-24	2017NE002845	52.487,00
2633/17		MATERIAIS DE PROTEÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS	339030-26	2017NE002847	61.373,70
TOTAL					1.142.301,90

Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativos aos imóveis. APDI - Ano 2017.					
PROC	APDI	OBJETO	ND	Nº EMPENHO	VALOR "NE"
0195/17	02/17-GOSIP-EDAP	INSTALAÇÃO DE TACHÕES NOS ACESSOS AOS ESTACIONAMENTOS DO COO E PRÉDIO SEDE	339039-16	2017NE000325	4.200,00
0065/17	01.17/GOSIP-EDAP	PEÇAS PARA O ELEVADOR EL395846 DA ESTAÇÃO PRIMEIRO DE MAIO E PARA O EL395870 DA ESTAÇÃO VILARINHO	339030-24	2017NE000090	13.817,85
0030/17	001/COFEM/17	TELHAS PARA AS OFICINAS DO PATIO SÃO GABRIEL	339030-24	2017NE000140	3.918,00
1991/17	004/COFEM/2017	VALVULA DE EXPANSÃO PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	339030-25	2017NE000123	999,30
0382/17	03.17/GOSIP-EDAP	PEÇAS P/ ESCADAS ROLANTES ER2848 E ER2849 E ELEVADOR EL2841 DA ESTAÇÃO VILARINHO	339030-24	2017NE000553	51.944,09
0494/17	02/COMEP/17	MATÉRIA-PRIMA PARA CONFEÇÃO DE GRADE PARA ESTAÇÃO SÃO GABRIEL	339030-24	2017NE000523	1.538,86
0390/17	0390/17-GOSIP	MATERIAL ELETRÔNICO PARA AS TORRES DE ILUMINAÇÃO DO PÁTIO SÃO GABRIEL	339030-26	2017NE000588	3.469,60
0725/17	004/COMEP/2017	MATÉRIA-PRIMA PARA FABRICAÇÃO DE GRADE PARA ESTAÇÃO SÃO GABRIEL	339030-24	2017NE000802	1.475,50
0857/17	0857/17-COGES	MATERIAL ELÉTRICO	339030-26	2017NE001203	6.153,39
0773/17	0773/17-GOSIP	FECHADURAS	339030-24	2017NE001014	2.374,00
1225/17	04/17-GOSIP-EDAP	RECUPERAÇÃO DE MECANISMO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE PORTA DO ELEVADOR EL3039568	339039-16	2017NE001345	6.717,81
1299/17	05/17-GOSIP-EDAP	RECUPERAÇÃO DO ELEVADOR EL3039581-1 NA ESTAÇÃO VILARINHO	339039-16	2017NE001491	15.990,00
1198/17	02/17-COSET	INSTALAÇÃO DE PERSIANAS	339039-16	2017NE002501	3.756,00
1446/17	1446/17-COGES	AMORTECEDOR DE TRIPE DO BLOQUEIO DAS ESTAÇÕES	339030-25	2017NE001623	8.861,00
1546/17	04/17-COINF	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR-CONDICIONADO NA SALA DE SERVIDORES	339039-17	2017NE001661	360,00
1520/17	1520/17-COELI	CONTATOR PARA GERADOR ELÉTRICO DA ESTAÇÃO ELDORADO (UEL)	339030-26	2017NE001700	1.811,39
1651/17	COACO	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA DO PLANO DE GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - VISTORIA E ANÁLISE DE PROJETOS DAS EDIFICAÇÕES	339039-05	2017NE002362	3.928,75
1800/17	1800/17-COGES	GÁS REFRIGERANTE TETRAFLUORETANO PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	339030-04	2017NE002087	996,34
1961/17	1961/17-COGES	ADESIVO, MASSA DE CALAFETAR, MASTIQUE, SILICONE E FITA CREPE	339030-25	2017NE002355 2017NE002369 2017NE002371 2017NE002373 2017NE002462 2017NE002463	5.806,77
2136/17	2136/17-COGES	MATERIAL ELÉTRICO	339030-26	2017NE002637 2017NE002638	10.681,70
2039/17	07/17-GOSIP-EDAP	FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM, MONTAGEM E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR EL3039569-2 DA ESTAÇÃO CIDADE INDUSTRIAL	339039-16	2017NE002709	5.464,22
1689/17	06/17-GOSIP-EDAP	DESEMPENHO, AJUSTES E REGULAGENS DE COMPONENTES INTERNOS DA ESCADA ROLANTE EER041123-0 DA ESTAÇÃO CENTRAL	339039-16	2017NE002325	19.507,49
2248/17	002-2017/COACO	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DA ÁREA DO ESTACIONAMENTO DA RUA JACUI, DO EDIFÍCIO SEDE	339039-16	2017NE002533	15.997,00
2140/17	08/17-GOSIP	FABRICAÇÃO, DESMONTAGEM, MONTAGEM E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA O ELEVADOR EL3039568-4 DA ESTAÇÃO ELDORADO	339039-16	2017NE002712	10.846,62
2265/17	008/2017-COPEM	COMPONENTES PARA AMPLIAÇÃO DE CARGAS DO GERADOR DO PSG	339030-26	2017NE002761	2.670,00
2295/17	008/17-COINF	ORGANIZAÇÃO, LANÇAMENTO DE CABOS E ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS DO DATA CENTER	339039-27	2017NE002786	6.400,00
2129/17	2129/17-GOSIP	COMPONENTES PARA AR CONDICIONADO	339030-25	2017NE002699	1.589,00
2242/17	007/17-COINF	MATERIAL PARA REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA SALA DE SERVIDORES	339030-17	2017NE002667 2017NE002966 2017NE003058	3.703,80
2325/17	2325/17-COGES	TINTAS IMOBILIÁRIAS	339030-24	2017NE002664	3.845,74
2212/17	2212/17-COGES	GÁS FREON E DETERGENTE LÍQUIDO PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	339030-04 E 22	2017NE002698	3.867,80
2365/17	2365/17-COGES	PRESSOSTATOS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	339030-26	2017NE002812 2017NE003048	7.236,55
2336/17	2336/17-GOSIP	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSAS SEPTICAS	339039-16	2017NE002765	1.450,00
2449/17	2449/17-COGES	TERMOSTATO PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	339030-26	2017NE002734	1.727,55
2501/17	2501/17-COGES	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICO	339030-24	2017NE003094	13.713,80
2483/17	2483/17-COGES	AQUISIÇÃO DE ANEIS DE VEDAÇÃO, LINHA DE PESCA E PREGOS	339030-24	2017NE003086	1.940,35
2482/17	2482/17-COELI	CABOS DE COBRE PARA ATERRAMENTO NO PSG	339030-26	2017NE002932	7.120,00
2530/17	2530/17-GOSIP	BOMBAS PARA UCT (JOSÉ ANTÔNIO)	339030-24	2017NE003092	6.835,88
TOTAL					262.716,15

Fonte: GIPLA/STU-BH

Quadro A.4.2.1.5.B – Despesas de manutenção – STU-REC

DESPESAS COM BENS IMÓVEIS EM 2017.		
NATUREZA	DENOMINAÇÃO	VALOR (R\$)
3-33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	81.969,37
3-33903054	Material para manutenção e conservação de estradas e vias	32.446,17
	Subtotal – Materiais (1)	114.415,54
3-33903916	Manutenção e conservação de bens imóveis	466.373,79
3-33903921	Manutenção e conservação de estradas e vias	4.679.610,20
	Subtotal – Serviços (2)	5.145.983,99
	Total Custeio (3) = (1) + (2)	5.260.399,53
4-44905191	Obras em andamento	0,00
4-44905192	Instalações	11.948,35
	Total Capital (4)	11.948,35
	Total de despesas (3) + (4)	5.272.347,88

FONTE: SIAFI GERENCIAL EMITIDO PELO GECOC/GAFIN/DA E ENVIADO A COTOS/GIAFI/STU-REC.

Quadro A.4.2.1.5.C – Despesas de manutenção – STU-NAT

UG	RIP	LOCALIZAÇÃO	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
275066	1651.00060.500-8	Rua presidente Café Filho, 490	NI	2	186.543,83				144,96
275066	1651.00062.500-9	Avenida Lagoa Grande, 45	NI	5	154.516,99				17.504,09
275066	1651.00064.500-0	Avenida Massangana, 127	NI	5	17.247,36				2.218,10
275066	1671.00009.500-4	Rua Felipe Camarão, 151	NI	5	73.882,39				11.787,19
275066	1671.00011.500-5	Rua Comandante Manhães, 07	NI	5	26.037,77				1.325,04
275066	1761.00609.500-5	Rua Sampaio Correia, 257	NI	5	112.405,85				3.007,37
275066	1761.00611.500-6	Rua Siqueira Campos, 14	NI	5	38.105,17				633,00
275066	1761.00613.500-7	Rua Monte Calvo, 521	NI	5	208.855,40				1.023,01
275066	1761.00615.500-8	Rua Doutor Francisco Sá, 06	NI	5	430.595,39				1.451,22
275066	1761.00617.500-9	Avenida Cidade Praia, 205	NI	5	139.985,06				997,40
275066	1761.00620.500-5	Rua Assis Brasil, 132	NI	5	41.534,69				128,90
275066	1761.00622.500-6	Rua Jamboeiro, 05	NI	5	31.229,86				613,31
275066	1761.00624.500-7	Rua Retirolândia, 4045	NI	5	46.978,61				1.033,18
275066	1761.00626.500-8	Rua Cidade Praia, 205	NI	5	22.657,60				14.689,11

275066	1761.00628.500-9	Rua Sampaio Correia, 101	NI	5	18.377,49				719,61	
275066	1761.00630.500-0	Rua Cafarnaum, 01	NI	5	15.497,96				11.627,38	
275066	1761.00632.500-0	Rua vereador Pereira Pinto, 01	NI	5	129.245,03				1.108,99	
275066	1761.00634.500-1	Rua Sátiro Dias, 01	NI	5	32.963,81				321,89	
275066	1761.00636.500-2	Rua Sampaio Correia, 01		5	15.993,96				7.880,11	
275066	1761.00641.500-0	Praça Augusto Severo, 302			460.441,83				10.679,37	
275066	1761.00643.500-0	Praça Augusto Severo, 302			77.466,75				0	
275066	1761.00645.500-1	Praça Augusto Severo, 302			164.127,28				27.481,19	
275066	1761.00647.500-2		NI						0	
275066	1761.00649.500-3	Praça Augusto Severo, 302	NI		1.000.000,00				29.275,57	
275066	1779.00086.500-6	Rua RFFSA, 9999	NI	5	114.871,84				731,17	
275066	1779.00088.500-7	Avenida Dr. Luiz Antônio, 04	NI	4	12.001,30				1.054,79	
		Total								147.435,95
Fonte: STU-NAT										

Quadro A.4.2.1.5.D – Despesas de manutenção – STU-JOP

Local	Valor	Reforma ou Manutenção	Contrato
Est. Santa Rita	R\$7.949,19	Reforma	CTR 011/2016
Est. Várzea Nova	R\$6.630,36	Reforma	CTR 011/2016
Est. Bayeux	OBS 2	Reforma	CTR 011/2016
Est. Alto do Mateus	OBS 2	Reforma	CTR 011/2016
Est. Ilha do Bispo	OBS 1	-----	-----
Est. João Pessoa (Bilheteria)	R\$3.498,01	Reforma	CTR 007/2016
Est. João Pessoa (Administração)	R\$34.582,39	Reforma	CTR 007/2016
Est. João Pessoa (Galpão RH)	R\$19.220,09	Reforma	CTR 007/2016
Est. Mandacaru	R\$1.386,83	Reforma	CTR 006/2017
Est. Renascer	OBS 1	-----	-----
Est. Jacaré	R\$2.749,94	Reforma	CTR 006/2017
Est. Poço	R\$3.005,30	Reforma	CTR 006/2017
Est. Manguinhos	OBS 1	-----	-----
Est. Cabedelo	R\$5.668,25	Reforma	CTR 006/2017
Outros serviços	R\$28.297,81		CTR 007/2016, CTR 011/2016 e CTR 006/2017
Observações:			
OBS 1: Nas estações de Ilha do Bispo, Renascer e Manguinhos não houve investimentos em reformas e nem houve manutenções.			
OBS 2: Nas estações de Bayeux e Alto do Mateus, houve investimentos através do contrato 011/2016, porém esses valores foram glosados em decorrência de uma aplicação de multa na empresa contratada.			
OBS 3: CTR N°007/2016 - Pintura das fachadas da CBTU João Pessoa.			
OBS 4: CTR N°011/2016 - Reformas emergenciais nas estações da STU/JOP.			
OBS 5: CTR N°006/2017 - Reformas pontuais nas estações da STU/JOP.			
OBS 6: Outros serviços: gastos com administração local e serviços auxiliares (carga e descarga de entulho, placa de obra).			

Fonte: STU/JOP.

Quadro A.4.2.1.5.E – Despesas de manutenção – STU-MAC

ESTAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
LOURENÇO						1.132,90				1.083,72			2.216,62
RIO LARGO													-
GUSTAVO PAIVA		48,14					1.745,85		904,44				2.698,43
UTINGA			26,30										26,30
SATUBA													-
RIO NOVO													-
ABC							808,44						808,44
FERNÃO VELHO			92,78	67,58									160,36
GOIABEIRA													-
SURURU DE CAPOTE													-
BEBEDOURO			279,64				19,93						299,58
MUTANGE						97,08	124,50						221,58
BOM PARTO													-
MERCADO								535,32					535,32
SEDE	2.361,65	1.871,76	5.992,31	769,76	9.113,97	3.454,65	5.494,49	4.213,99		4.771,53	3.109,69	2.361,02	43.514,82
JARAGUÁ								30,00		576,02			606,02
													-
GERAL DE MATERIAL	2.361,65	1.919,90	6.391,03	837,34	9.113,97	4.684,63	8.193,21	4.779,31	904,44	6.431,27	3.109,69	2.361,02	51.087,46
MÃO DE OBRA	21.596,97	15.268,29	15.824,22	15.268,29	14.908,80	14.723,49	14.816,15	15.001,46	14.723,49	14.816,15	14.630,84	12.203,81	183.781,96
SERVIÇO	1.871,62	398,74	199,37	199,37	199,37	288,83	199,37	199,37	199,37	199,37	199,37	199,37	4.353,52
REAJUSTE	2.818,74	2.399,48	2.991,35	2.265,07	4.352,68	2.627,53	3.688,11	2.908,77	2.574,49	2.785,63	2.643,16	2.766,36	34.821,37
TOTAL DA NOTA	28.648,98	19.986,41	25.405,97	18.570,07	28.574,82	22.324,48	26.896,84	22.888,91	18.401,79	24.232,42	20.583,06	17.530,56	274.044,31

Todos os imóveis cadastrados no SIPUNET estão registrados no Ativo Imobilizado (SIAFI).

FONTE: STU-MAC

4.2.1.6 – Riscos relacionados à gestão dos Imóveis e controles para sua mitigação:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Conforme citado no item “ocorrência e os atos de formalização de cessão para terceiros”, o imóvel de propriedade da CBTU está sob a guarda da Secretaria do Patrimônio da União através do Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito por 25 (vinte e cinco) anos.

O Termo de Cessão Provisória de Uso Gratuito do Imóvel transferiu a responsabilidade por sua conservação à Secretaria do Patrimônio da União.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

A gestão dos imóveis ficaria comprometida com a destruição do arquivo documental do patrimônio imobiliário da STU/BH, a exemplo do incêndio ocorrido em 2013 na Gerência de Patrimônio – GOPAT.

Diante da necessidade de refazer o arquivo de documentos do patrimônio imobiliário da STU/BH, foi solicitado ao setor competente, por meio do memorando 127/13-GOPAT de 07 de outubro de 2013, o desarquivamento, junto à Justiça Federal, dos processos referentes a esses imóveis.

Outra medida importante é a conclusão dos lançamentos dos imóveis no Sistema SPIUnet.

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Os maiores riscos são as invasões de nossas áreas remanescentes, devido à falta de condição de fiscalização e proteção das áreas com equipes de segurança. Hoje essa fiscalização é feita por quatro empregados com a ajuda da segurança patrimonial, quando esta dispõe de viaturas para atender as demandas. A STU/REC vem pleiteando recursos orçamentários para mitigar estes riscos.

Fonte: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Os imóveis sob a responsabilidade da STU/NAT, estão todos em utilização, seja na área administrativa ou operacional da companhia, o que possibilita um constante acompanhamento e controle dos mesmos, evitando sua depredação e/ou ocupação indevida. Porém não possuímos os devidos registros cartoriais dos mesmos por se tratar de imóveis pertencentes a extinta RFFSA que até o momento não foram transferidos para a CBTU, constando na relação de imóveis a cargo do DNIT.

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Há alguns imóveis que necessitam de regularização contábil. São estes: a casa de trolley, o castelo (alojamento) em Cabedelo e o antigo prédio da CFN em João Pessoa, pois não constam no sistema de controle Patrimonial (SISPRO). E todos os imóveis de uso da Unidade Jurisdicional necessitam

de regularização cartorial. Há também a impossibilidade de contratarmos seguro deste imóveis, por conta da falta da regularização anteriormente citada, bem como pelas condições orçamentárias e financeiras que não comportariam tal necessidade.

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Risco de incêndio ou desastre natural. Após a conclusão do processo de registro dos imóveis, será avaliada a possibilidade de realizar seguro dos imóveis da STU/MAC.

Fonte: STU-MAC

4.2.2 - Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

A CBTU não ocupa bens imóveis locados de terceiros.

Fonte: GEPAT/GASER/DA

4.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 - Principais Sistemas de Informações

Quadro A.4.3.1.A - Principais Sistemas de Informação da Administração Central em 2017

Sistemas Próprios	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
Portal	Produção	Alta	Luciano Melo	Suzana Maria Malta Faria / GECIN	Site da CBTU e Intranet	Ferramenta de apresentação de informações e notícias da CBTU para a sociedade e para sua força de trabalho
Expresso	Produção	Alta	Alexander de Freitas Pinnock	Alexander de Freitas Pinnock / GETIN	Email Corporativo	
SISAF WEB	Produção	Alta	Luciana Cunha / Paulo Fernandes	Celestino Guimarães / GEFIN, Mônica Ramalho / GEFIC, Alexandra Marques / GAJUR	Controle de contratos	Cadastro e acompanhamento dos Pagamentos
SISGAR WEB	Produção	Alta	Luciana Cunha / Paulo Fernandes	Mônica Ramalho / GEFIC	Controle de garantias do contrato	Cadastro e acompanhamento das Garantias
Protocolo	Produção	Alta	Luciana Cunha / Paulo Fernandes	Ricardo Chipitelli / DA	Controle de andamento dos documentos	Cadastro e acompanhamento de Documentos e Processos
Resolução	Produção	Alta	Luciano Melo	Ricardo Chipitelli / DA	Controle e publicações das resoluções	Cadastro e Consultas das Resoluções
Pensão (Siapaf)	Produção	Alta	Francesco Molinaro	Antoniela Patricia Marques / GECOP	Pagamentos dos pensionistas	Cadastro e Pagamentos dos Pensionistas de Acidentes Ferroviários
SISAPLIC	Produção	Alta	Francesco Molinaro	Celestino Guimarães / GEFIN	Controle das aplicações financeiras	Consultas e Acompanhamentos das Aplicações Financeiras
Melhoria	Produção	Alta	Alexandre Bizet	Fernanda Abraão / GEDES	Sistema de Melhoria por Merecimento	Avaliação de desempenho e Progressão Salarial
Custos	Produção	Alta	Alexandre Bizet	Jorge Luiz / GECOC	Cálculo dos custos da CBTU	Cálculo dos Custos Operacionais e não Operacionais
Balancete	Produção	Alta	Alexandre Bizet	Jorge Luiz / GECOC	Situação contábil	Gerar a Situação contábil da CBTU
SISMAT WEB	Produção	Alta	Francesco Molinaro	Luiz Miniguelli / ALMOX	Sistema de Materiais	Acompanhamento de Entradas e Saídas de Materiais do Almoxarifado
SISAC (GLPI)	Produção	Média	Tiago Veloso	Alexander de Freitas Pinnock / GETIN	Abertura de Chamados	Abertura de chamados e integração com o inventário do OCS
CIC	Produção	Média	Alexander de Freitas Pinnock	Mônica Ramalho / GEFIC	Consulta Instrumentos Contratuais do SISAF	Facilita a visualização dos contratos pelos gestores
Monitoramento (Check_MK)	Produção	Alta	Tiago Veloso	Alexander Pinnock / GETIN	Monitoramento de infraestrutura de TIC	Monitoramento e alertas

Wiki de Documentação (DokuWiki)	Produção	Média	Tiago Veloso	Alexander Pinnock / GETIN	Documentação	Edição colaborativa de documentos técnicos e gerenciais
Piwik (Matomo)	Produção	Média	Tiago Veloso	Rodrigo Oliveira / CEPES	Análise de estatísticas de acesso a sistemas	Análise, alertas e relatórios
SIAUDI	Homologação	Baixa	Tiago Veloso	Ricardo Diniz / AUDIT	Informatizar processos de trabalho da Auditoria Interna	Elaborar PAINT, RAINTE e outros relatórios
UMAPAT	Produção	Baixa	Rodrigo Oliveira	Rafael Veras / GAJUR	Registrar os processos trabalhistas da CBTU	Registro, consulta e geração de relatórios
CustosObras	Projeto	Alta	Roberto Assakura	Valéria Xavier / GECOR	Gerar a Planilha de composição e precificação de obras padronizada para a CBTU.	
Material Rodante	Projeto	Média	Marcelo Aquino / Eraldo Junior	Sergio Lopes / GEMAR	Gerar a consolidação de informações sobre todos os componentes de material rodante na CBTU.	

Sistemas com Contratos Vigentes ou Finalizados	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
MENTORH	Vigente/Produção	Alta	OSM	Carlos Alberto Dias / GAREH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Gerar Folha de Pagamento da CBTU
SISPRO	Vigente / Produção	Alta	SISPRO	Jose Elder Valença Sena / GEPAT	Administração do Patrimônio da Empresa, através do Completo Controle Físico, Contábil e Gerencial dos Bens	Consultas e Acompanhamento de Bens Patrimoniais da CBTU
SISOB	Vigente/Produção	Alta	DATAPREV	Antoniela Patricia Marques / GECOP	Controle de Óbitos dos Pensionistas	Informação dos Óbitos dos Pensionistas
SISBACEN	Vigente/Produção	Alta	SERPRO	Celestino Guimarães / GEFIN	Conjunto de recursos de tecnologia da informação, interligados em rede, utilizado pelo Banco Central na condução de seus processos de trabalho.	Informações para Análise Econômicas
SIEG	Vigente/Produção	Alta	Vera Lucia / CECON	Jorge Luiz / GECOC	Baixar e guardar os arquivos eletrônicos de Notas Fiscais	Baixa e Guarda das notas fiscais eletrônicas de produtos por meio de webservices e certificado digital, emissão de relatórios
FortiMail	Vigente/Produção	Alta	Tiago Veloso / CEOPA	Alexander Pinnock / GETIN	Solução de segurança de e-mail	Antispam e antivírus de correio eletrônico
SIG	Encerrado / Produção	Alta	Não Há	Valéria Xavier / GECOR	Realizar o planejamento, acompanhamento e controle dos projetos de engenharia da empresa.	Organizar, controlar, disponibilizar, gerar informações gerenciais e oferecer aos gerenciadores de empreendimentos uma ferramenta de auxílio nas tarefas de acompanhamento dos progressos físico e financeiro, aplicação de recursos e cumprimento de metas.

Fonte: Administração Central

Quadro A.4.3.1.B - Principais Sistemas de Informação da STU/BH em 2017

Sistemas com Contratos Vigentes ou Finalizados	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
ERP TOTVS 11	Vigente/ Produção	Alta	TOTVS	COINF	Sistema integrado de gestão	Módulos implantados: compras, orçamento, contabilidade, materiais e manutenção industrial.
INFOMOV*	Vigente / Produção	Alta	Sistema Legado	GOMOV	Controle de horário de saída dos trens	Controle de horário de saída dos trens. Relatórios

*Sistema muito antigo e obsoleto, é necessária a sua atualização bem como de outros sistemas menores e de uso rotineiro.

Fonte: STU-BH adaptado AC

Quadro A.4.3.1.C - Principais Sistemas de Informação da STU/REC em 2017

Sistemas Próprios	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
CHB	Produção	Baixa	Osvaldo Nascimento	Anselmo COPIN	Pesquisa de bilhetes embarque e desembarque nas estações.	Controla os embarques e desembarques dos usuários nas estações.
SCO	Produção	Média	Osvaldo Nascimento	Vanice / COSOP	Controlar e acompanhar as ocorrências com (usuário, funcionário, etc), no âmbito da STU-REC.	Cadastro de diversos tipos de ocorrências (linha sul, linha centro, linha diesel), bilheteria, estação, contratada, encaminhamento, tipo, envolvido, natureza, etc. Relatórios(Com ocorrência policial, sem ocorrência policial, Dano ao patrimônio), novo gráfico. Criado novos campos no banco de dados (Classificação, Número do B.O, Rota de fuga, Característica do infrator, Tipo de Acesso, foram expandidas as informações de infrator, vítima e testemunha para poder ser digitado até 4 informações de cada item). Foram incluídas novas funções como: Liberar digitação, selecionar um número de títulos para relatórios.

PROTO	Produção	Média	Osvaldo Nascimento	STU-REC	Controlar e acompanhar tramitação de documentos nas áreas da STU-REC.	Cadastro de usuários, tipo de documentos, órgãos internos e externos, digitação de documentos, consultas e relatórios. Função de alterar o cadastro inicial (Acesso aos Administradores do sistema), visualizar dados do cadastro inicial.
RVE	Produção	Média	Osvaldo Nascimento	Rildo / COARC	Controlar a venda de bilhetes nas estações (linha sul, linha centro, linha diesel).	Cadastro de bilhetes, vale transporte, estações, empresas terceirizadas, consultas, relatórios (resumo financeiro, resumo por estação, caixa menor, bilhetes EMTU/CBTU).
SITRANS	Produção	Média	Osvaldo Nascimento	Oscar Viana / COSER	Controlar frota interna e externa de veículos da STU-REC.	Cadastro de veículos, componentes, componentes do veículo, tipo de pneus, situação dos pneus dos veículos, baterias, motor, fabricantes, motoristas, tipos de serviços, lubrificação, estabelecimentos, oficinas, acidentes, multas, revisões (periódicas, garantias), controle de MDM, controle de RDF, controle de BDV (emissão, defeitos do veículo), SVS (solicitação de veículos a serviço), consumo, manutenção, relatório de consumo por veículo, etc.
SVT	Produção	Média	Osvaldo Nascimento	Mônica Cantini / COASS	Controlar e acompanhar a distribuição de vale transporte dos funcionários das áreas da STU-REC, conforme escala de trabalho.	Cadastro de empregado, apontador, órgão, classe, escala, nível, tipo de vale, rubrica, exportação de arquivo txt para EMTU, digitação de AMO, geração de tabela de vale com desconto (ano/mês/órgão).
SCT	Produção	Baixa	Osvaldo Nascimento	Graça Muniz / CODES	Controlar e acompanhar os treinamentos efetuados pelos funcionários da STU-REC.	Cadastro de treinando, tipos de eventos, eventos, programa, fonte, tipo de despesa, cursos, instrutor, despesas, treinamento, etc. Relatórios e novas rotinas para importação dos cursos antes do ano 2000.
SCE	Produção	Baixa	Emanuel Souza	Graça Muniz / CODES	Controlar a vigência dos estágios concedidos pela STU-REC.	Cadastro do Estagiário, controle da vigência do estágio; Emissão de Relatórios diversos, entre outras.
SPV	Produção	Baixa	Áurea Teti	Vanice / COSOP	Controlar entrada e saída dos veículos no estacionamento interno da STU-REC.	Cadastro de empregados, cadastro de Veículos, Cadastro de Órgãos internos e externos; cadastro de entradas e saídas de veículos; Relatórios diversos; Geração de Código de barras para serem adesivados aos veículos dos empregados; entre outras.

SIPAG	Produção	Média	Áurea Teti	Rafael Toscano / COTES	Controlar os pagamentos a fornecedores que tiveram a retenção da Lei (IR + PIS + COFINS + CSL), gerando o demonstrativo de receita/retenção no final do exercício e envelopes com os dados dos fornecedores, para o envio. OBS: Será substituído pela funcionalidade do Protheus/Financeiro.	Cadastro de Fornecedores; Cadastro dos Títulos pagos e respectivas retenções; Emissão do Demonstrativo das Receitas e Retenções; Emissão dos Envelopes para envio dos demonstrativos; Emissão de Relatórios diversos; entre outras.
SPC	Produção	Baixa	Áurea Teti	Virgínia Aleixo / GOFIN	Controlar a cessão de Empregados da STU/REC e emitir as faturas de cobrança às diversas instituições públicas.	Cadastro de empregados cedidos; Cadastro dos Órgãos Externos; Controle de Cessões; Emissão de Faturas de Cobrança; entre outras.
OUVIDORIA	Produção	Média	Áurea Teti, Juliano Severino da Silva e Samuel de Sales Barbosa	Marcelo Nóbrega	Abertura de um canal de comunicação como nossos usuários, através do registro, avaliação, encaminhamento e resposta a manifestos dirigidos à CBTU/STU-REC, garantindo o sigilo e anonimato, quando solicitado.	Cadastro dos Manifestos pela Atendente ou Usuário via web; Classificação do Manifesto e Encaminhamento às áreas; Controle do Status do Manifesto; Controle do tempo de resposta; Emissão de e-mail respondendo ao manifestante; Relatórios estatísticos diversos; entre outras.
BILHETAGEM	Produção	Baixa	Écio Nobre, Juliano Severino da Silva e Samuel de Sales Barbosa	Sérgio Correia e Frederico Sena	Acompanhamento da quantidade de usuários do sistema metrô-Recife.	Controle de acesso dos usuários do sistema; Consulta do fluxo de passageiros por estação e intervalo de hora; Consulta de fluxo de usuários por bloqueio; Controle de definição dos bloqueios a serem contabilizados; Geração de gráficos estatísticos em tempo real.

Sistemas com Contratos Vigentes ou Finalizados	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
ERP-PROTHEUS / MÓDULO MANUTENÇÃO DE ATIVOS		Média	TOTVS	Sandra Holanda COPEM	Propiciar uma administração do processo de manutenção, integrado com a gestão de materiais, permitindo um controle efetivo de todos os insumos necessários para a sua execução, como itens de estoque, ferramentas e equipamentos, além de gerir a disponibilidade de mão de obra. Determinar os custos, os contabiliza e registra o histórico das manutenções.	Cadastro de Bens; Estrutura de um Bem; Controle das Manutenções Corretivas e Preventivas (serviço a um bem; previsão de parada do bem; insumos e checklist); Custos (insumos diversos, com mão de obra e materiais); Planejamento (elimina ordem de serviço repetidas; tempo execução de tarefas; log de problemas).
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE INSPEÇÃO DE ENTRADAS		Média	TOTVS	Tânia Santana	O módulo Inspeção de Entrada, é parte integrante do Quality Protheus - Sistema de Garantia da Qualidade - série 9000, é um produto voltado a dar subsídios ao processo de garantia da Qualidade, de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos nas normas ISO 9000.	Manter o cadastro de Ensaios a serem aplicados na inspeção dos produtos; Cadastro de não conformidades; Controle de entrada de materiais a serem inspecionados; plano de amostragem automático, de acordo com a NBR-5426, quando aplicável; gestão de não conformidades com diário de bordo e Pareto; emissão de relatórios para o departamento de compras sobre a situação

						de cada material e seus respectivos fornecedores; cálculo dos principais índices de qualidade (não conformidades, pontualidade, etc.) para avaliar a desempenho dos fornecedores.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE ESTOQUE/ CUSTOS		Média	TOTVS	Tânia Santana	Controle de materiais movimentados e armazenados pelas empresas, além do custo incorrido sobre o material.	Controle de valores e quantidades em estoque; Planilha de formação custo/preço de venda; Controle dos movimentos; Rastreabilidade; Custo médio/FIFO; On-line; Sequencial; Diário; Mensal; Real x Previsto; Custo de reposição em Moedas fortes; Projeção do consumo médio; Pesos; Tendência - Método estatístico de regressão linear; Classificação ABC com base no consumo e preço atual; Cálculo do lote econômico pela curva ABC; Cálculo do ponto de pedido; Cálculo do custo de reposição (padrão) por moeda; Rastreabilidade desde o recebimento até a produção; Controle de qualidade; Saldo por endereço; Capacidade de armazenamento; Custos em partes; Potência de lotes; Tratamento de variação cambial/reatualização de custos.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÃO		Média	TOTVS	Jairo Ferreira e Risolene Maria	Acompanhar e controlar as carteiras de compras, cotações, pedidos de compras, ordens de compra e o recebimento de materiais, permitindo a reposição dos estoques em tempo hábil.	Gera solicitação de compras; Gera e emite cotações aos fornecedores; Analisa as cotações; Gera automaticamente os pedidos de compras; Permite o controle de Alçada; Contrato de Parceria; Emite Relatórios de Solicitações, Pedidos e Ordem de compra; Integra-se com os módulos de Estoque/Custos, Faturamento Financeiro, PCP (Planejamento e Controle de Produção), Fiscal, Contabilidade e Contabilidade Gerencial.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO GESTÃO DE CONTRATOS		Média	TOTVS	Virgínia Aleixo e Graça Marinho	Gerenciar os contratos de compras e vendas que a empresa mantém com seus fornecedores e clientes, possibilitando controlar e acompanhar todos os processos de contratação de produtos e/ou serviços detalhando suas especificações.	Controla Valor de Contrato, Fornecedores, Clientes, Vigência, Data de Assinatura, Responsável, Objeto de Contrato, Cláusulas contratuais, Índices econômicos, Formas de reajustes, tipos de contratos, tipos de revisões de contratos, planilhas de contratos, Tipos de caução, Cadastramento de multas contratuais, Cadastramento e Manutenção das cauções (recebimento, troca, baixa e abatimento da caução), Seleção das condições de Pagamentos, cadastro de tipos de documentos, Cronogramas Físico e Financeiro do Contrato, Medições, revisão

						de Contratos (aditivos, reajustes, realinhamento, paralisação, reinício, alteração de cláusulas, etc.), Motivos de Paralisação de Contratos, Aprovação das revisões, Cronogramas Contábeis, entre outros.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO FINANCEIRO		Média	TOTVS	Rafael Toscano	É uma ferramenta administrativa que possibilita o acompanhamento dos Eventos Financeiros e Recursos de uma empresa.	Planejamento Financeiro das operações, por meio de orçamentos; acompanhamento dos eventos que resultam em entrada ou desembolsos de recursos, pelo uso do Fluxo de Caixa e que tem como finalidade permitir ao administrador, em tempo real, a tomada de decisões referentes à disponibilidade de caixa; Transparência nas operações, pela contabilização dos dados; Controle de títulos e valores, de clientes e de fornecedores; Administração dos registros de títulos a pagar e receber; comunicação bancária;
ERP-PROTHEUS / MÓDULO GED E WORKFLOW		Média	TOTVS	Sandra Araújo	Controlar documentos e processos, possibilitando o gerenciamento de diferentes formatos de arquivos, tais como relatórios, imagens, gráficos, vídeos, mantendo-os sempre atualizados com controle de versão e sem duplicidade.	Conta com os recursos visuais e interativos da Internet, promovendo o gerenciamento eletrônico de documentos (GED), a digitalização de documentos, a otimização dos processos de negócio (que podem ser iniciados automaticamente a partir de eventos ocorridos nos Sistemas de Gestão). Permite distribuição de conteúdos e processos com Portais Corporativos, além de auxiliar a Gestão da Qualidade, transformando processos em ativos, reduzindo custos operacionais, agregando inteligência às informações estratégicas.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE RELATÓRIO GERENCIAL		Média	TOTVS	Áurea Teti	O Protheus Report é um aplicativo do Sistema Protheus que permite ao usuário a criação de relatórios personalizáveis de forma prática, desenvolvendo seus próprios layouts.	A criação do relatório é realizada através de seções que serão impressas de uma determinada tabela ou tabelas relacionadas, podendo aplicar filtro para os registros. Seleciona-se em cada seção os campos que constarão no relatório, permitindo definir cores, estilos, tamanho, fontes, quebras, máscaras das células para cada seção, criação de totalizadores por seção e/ou grupos de campos, fórmulas e funções (soma, média, etc.), salvar as configurações e criar gráficos. Ativo em todos os módulos do Protheus. Permite exportar para arquivo texto, Excel e enviar por e-mail.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE LIVROS FISCAIS		Média	TOTVS	Clóvis Pacheco	O módulo de Livros Fiscais permite a emissão dos Livros Fiscais no regime especial via processamento eletrônico de dados, por meio magnético de armazenamento de dados, a	Registro de Entradas - Modelos P 1 e P 1A; Registro de Saídas - Modelos P 2 e P 2A; Registro das movimentações do Estoque (Kardex) - Modelo P 3; Registro de

					partir das Notas Fiscais de Compra (Entradas) e das Notas Fiscais de Saída (Saídas).	Inventário - Modelo P 7; Registro de Notas Fiscais de Serviço Prestados - Modelo 51; Apuração do IPI/ICMS - Modelos P 8 e P 9; Registro de notas Fiscais - Faturas de Serviços Prestados a Terceiros; registro de Emitentes - Modelo P 10; Tabela de Códigos de Mercadorias - Modelo P 11; Demonstrativo do Movimento Econômico e Fiscal - DMEF; Relação Trimestral de Vendas Interestaduais - Modelo P 12; DIPI - Demonstrativo de Imposto sobre Produtos Industrializados; DIPJ - declaração Econômica e Fiscal da Pessoa Jurídica; relação Trimestral; retenção ICMS; DIPAM; Registro de Armazéns Gerais; Relatório de Contribuição de Seguridade Social; GI-ICMS; CIAP; DNF- Demonstrativo de Notas Fiscais; Feração de arquivos em disquete para o regime especial; Simplicidade na digitação da Nota Fiscal; Manutenção direta ao livro (Acerto de Livros Fiscais); Recurso de reprocessamento dos movimentos do período; Integração com a Contabilidade Gerencial.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE CONTABILIDADE		Média	TOTVS	Áurea Teti	O módulo de Contabilidade do Protheus possui integração total com o s demais módulos do Protheus, cujas operações geram lançamentos contábeis (Estoque/Materiais, Faturamento, Financeiro, Ativo Fixo, Compras, entre outros), recebendo, validando e consolidando os dados e gerando os relatórios de controle da área.	Calendário contábil; Moedas; Configurações contábeis; Plano de contas; Visão gerencial; Centro de custos; Item contábil; Classe de valor; Lançamentos de Integração; Rastreia operações que geraram os lançamentos contábeis; Rateios; Consolidação dos lançamentos contábeis; Orçamentos; Intercompany; Apuração do resultado; Consultas; relatórios; Integração com Planilha Excel, entre outras.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO		Média	TOTVS	Sara Viegas e Ângela Grangeiro	Controlar o orçamento da Empresa, desde as previsões iniciais, as revisões, até a realização dos valores pelos lançamentos, possuindo integração com os módulos de Compras e Financeiro.	Cadastro do Plano de Ação, com dotação distribuída em Pis, Centro de Custo, Contas Contábeis e Fonte; Controle de Pré-empenho, Empenho e Liquidação; Realização de Reforços e Reduções em Pré-empenhos e Empenhos; Cubos Gerenciais; Integração com os módulos de Compras e Financeiro, efetuando o bloqueio de compras além da dotação permitida e vinculação de títulos a empenhos; Geração de relatórios de controle, entre outras.
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE AUDITORIA DO PROTHEUS		Baixa	TOTVS	Écio Nobre	O Audit-Trail permite monitorar acessos, inclusões, alterações e exclusões realizadas nas tabelas componentes do banco de dados do	Registro de acesso de usuários ao Sistema; Registro de Inclusão, Alteração e Exclusão em tabelas do Banco Protheus; Gera log; Permite consultas por tabela, usuário, data,

					Protheus, pelos usuários cadastrados no sistema.	etc.(Além desse módulo de auditoria, o sistema possui logs configuráveis em todas as tabelas de registro e de campo).
ERP-PROTHEUS / MÓDULO DE FATURAMENTO		Média	TOTVS	Ivan Gonzaga	Controlar a receita bruta proveniente da venda de mercadorias e serviços em geral. No caso da STU/REC, este módulo é responsável pelo registro (no Contas a Receber) das GRUs referentes às receitas de TPU/ADU; por emitir as notas de devolução de produtos ao fornecedor e controlar as vendas de sucata.	Emissão de documentos de saída; geração de receita; Controle de Notas diversas; Relacionamento com estoque; Relacionamento com distribuição; Relacionamento com departamento fiscal; Alimentação das estatísticas; Emissão de faturas/duplicatas; Geração de contas a receber; Controle de orçamentos; Emissão de nota fiscal eletrônica; carteira de pedidos; entre outras.
SBE - SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA		Alta	PRODATA	Rildo Monteiro	Controlar a venda dos bilhetes nas estações, seus bloqueios e validadores.	UCA - User Control Administrator - Cadastro e Personalização Comunicação V3LAN UCA - user Card Administrator MRC - Mercury Report Center SCM - Security Credit Manager UDP - Usage Data Process EOD - Equipment Operational Data V3LAN - MONITORAÇÃO - SAM CRASH
SOPHOS		Alta	SOPHOS	Marcelo Hazin	Prevenir, detectar e eliminar vírus de computador	Varredura em Tempo Real: - Arquivos - Internet Controles Sobre Usuários: - Controle de Periféricos - Controle de Aplicativos - Controle da Web - Prevenção Contra a Perda de Dados - Proteção Contra Adulterações Proteção em Tempo de Execução: - Detecção de Ransomware (CryptoGuard) - Navegação Segura - Mitigação de Exploração - Detecção de Tráfego Mal-intencionado - Detecção de Comportamento Mal-intencionado Controles no Computador: - Windows Firewall

Software Livre	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
GLPI		Média	Marcelo Hazin	Marcelo Hazin	Sistema de Abertura de Chamados.	Abertura de chamados e integração com o inventário (OCS)
OCS		Baixa	Dartson Peixoto	Dartson Peixoto	Sistema de Inventário.	Inventário de hardware e software das estações de trabalho.

Expresso		Alta	Gustavo Mendes	Gustavo Mendes	Sistema de Webmail.	Gerenciamento de e-mails, contas e listas de envio.
SAMBA 4		Alta	Marcelo Hazin	Marcelo Hazin	Compartilhamento de arquivos na rede.	Compartilhamento de arquivos e pastas.
AMANDA		Média	Ivanilson Cahú	Ivanilson Cahú	Sistema de backup de arquivos	Backup em fita magnética.
BACULA		Média	Ivanilson Cahú	Ivanilson Cahú	Sistema de backup de arquivos	Backup em HD para recuperação em tempo mínimo.
PFSense		Alta	Gustavo Mendes	Gustavo Mendes	Segurança da rede interna	Garantir a segurança na rede interna.

Fonte: STU-REC adaptado AC

Quadro A.4.3.1.D - Principais Sistemas de Informação da STU/NAT em 2017

Sistemas Próprios	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
Carteirinhas	Produção	Média	Vítor Alcântara	André Nakamura	Imprimir cartões de gratuidade	Gerência de pessoas com gratuidade, impressão de carteirinha de gratuidade

Software Livre	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
OcoMon (SAC)	Produção	Baixa	Vítor Alcântara	André Nakamura	Sistema de Abertura de Chamados	Abertura de chamados para área de informática; Disponibilizar a prioridade e fila de chamados para atendimento; Oferece relatórios qualificando os tipos de chamados.

Fonte: STU-NAT adaptado AC

Quadro A.4.3.1.E - Principais Sistemas de Informação da STU/JOP em 2017

Software Livre	Status	Criticidade	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Objetivos	Funcionalidades
GLPI	Produção	Média	Erisson S.; Michele P.	COPLA, COMAN, GIPEN	Gestão de chamados	Gerenciamento de demandas diárias
OCS Inventory	Produção	Média	Erisson S.; Michele P.	COPLA	Gestão dos hardwares	Gerencia os equipamentos ativos e inativos na rede
Open Fire + Spark	Produção	Média	Erisson S.; Michele P.	TODOS SETORES	Sistema de mensagens instantâneas	Comunicação interna
MediaWiki	Homologação	Alta	Erisson S.; Michele P.	Em testes	Gestão do conhecimento	Registro de rotinas para serem consultados por outros funcionários da área
Servidor de impressões	Homologação	Baixa	Erisson S.; Michele P.	Em testes	Controlar as impressões	Conhecer as demandas de impressão de cada setor
ZABBIX	Homologação	Média	Erisson S.; Francisco O.	Em testes	Monitoramento dos dispositivos de rede.	Gerenciar, visualizar e registrar eventos de rede, para aumentar disponibilidade.
Bacula	Produção	Alta	Erisson S.; Michele P.	TODOS SETORES	Serviço de backup automático	Evitar perda de informações, espelhando as informações constantemente

Fonte: STU/JOP

Quadro A.4.3.1.F - Principais Sistemas de Informação da STU/MAC em 2017

A STU utiliza os sistemas fornecidos pela Administração Central, não foram informados outros sistemas específicos para suportar seus processos de trabalho.

Fonte: STU-MAC adaptado AC

4.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC da CBTU está a cargo de finalizar a ação estratégica “Elaborar e implantar PDTIC com base no modelo do SISP” integrante do objetivo estratégico “Promover a gestão eficiente através de soluções integradas de TICs”, a fase de elaboração do PDTIC está prevista para se encerrar em 18/05/2018 e sua fase de acompanhamento no dia 30/12/2019. Esta gestão tem investido esforços em construir na CBTU as estruturas de governança necessárias para operacionalizar as boas práticas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no âmbito da CBTU, e suas Superintendências de Trens Urbanos, a fim de propor e validar as diretrizes estratégicas e planos de ações para mitigar os diversos problemas de TI da empresa. Complementarmente, estas proposições têm como objetivo assegurar que as metas e objetivos da área de TI estejam totalmente vinculados aos objetivos do negócio e às metas da Companhia expressos no seu Planejamento Estratégico Institucional - PEI.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC é produto do planejamento de cada setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação para atender as diretrizes estabelecidas no PDTIC. Como o mesmo ainda se encontra em elaboração ainda não há instrumentos formais aprovados pelo CTIC e os outros órgãos colegiados da Companhia. Porém as diversas atividades executadas pelos órgãos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Central são norteadas no mapa estratégico de TIC. Este mapa é produto de planejamento elaborado em conjunto com diversas áreas da companhia e, assim como o PETIC, tem como objetivo direcionar as ações de tecnologia de informação estrategicamente. Optou-se por utilizá-lo até que o PDTIC seja formalmente aprovado e estabeleça novas diretrizes mais adequadas à visão estratégica da CBTU. Abaixo, apresenta-se as 5 dimensões do Mapa Estratégico de TIC utilizado no decorrer do exercício de 2017.

Mapa Estratégico GETIN

MISSÃO

Prover soluções efetivas de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da CBTU.

VISÃO

Ser referência em soluções inovadoras, atuando de modo estratégico, padronizado e coeso no planejamento, projetos e implantação dos objetivos da CBTU.

Satisfação dos clientes

1. CLIENTES

1.1 Desenvolver soluções de apoio à tomada de decisão.

1.2 Fortalecer o relacionamento com a Alta Administração.

1.3 Promover a articulação entre as áreas e a Alta Administração.

1.4 Otimizar a utilização dos sistemas de telecomunicações da CBTU, ampliando a oferta de soluções de TIC.

1.5 Prover e gerir soluções para as atividades-fim da CBTU.

1.6 Ampliar a divulgação institucional das ações e projetos de TIC

Planejamento, gestão e resultados

2. PROCESSOS INTERNOS

2.1 Estabelecer e executar uma política de revisão e fiscalização do cumprimento das leis e normas internas de TIC.

2.2 Garantir a continuidade e o cumprimento dos planos estratégicos de TIC da CBTU

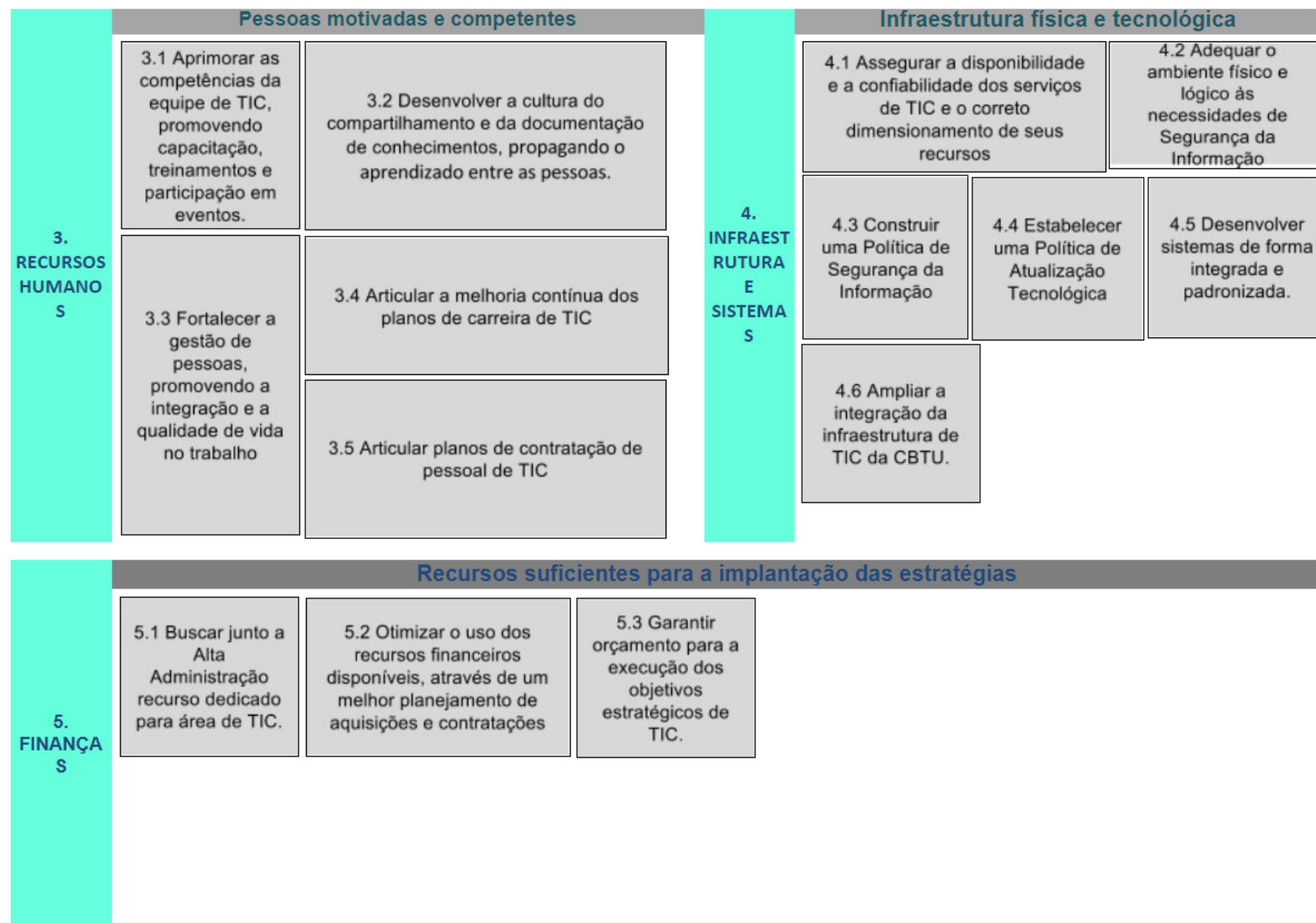
2.3 Aprimorar a gestão e a governança de TIC, buscando elevar o nível de maturidade organizacional.

2.4 Criar uma Central de Serviços unificada para todos os atendimentos de TIC

2.5 Assegurar transparência das ações e procedimentos de TIC.

2.6 Estruturar processos de prospecção e desenvolvimento de novos serviços e sistemas.

2.7 Buscar a padronização de procedimentos, contratações e sistemas internos



4.3.2.1 – Comitê de TI

A finalidade do órgão colegiado é definir a política de tecnologia da informação e comunicação da CBTU, bem como, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades necessárias para a implementação das estratégias e planos de TIC e cuidar das diretrizes da área de Tecnologia da Informação e Comunicação da Companhia. Em resumo, discute e aprova todas as demandas relevantes de tecnologia da informação e comunicação da CBTU no âmbito nacional.

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (originalmente instituído pela Resolução de Diretoria 06 de 26 de Julho de 2012, atualizada pela Resolução de Diretoria 04 de 11 de Julho de 2017) sua composição atualizada é formada pelos seguintes membros:

- Alexandre Herrnhuter (Coordenador)
- Alexander de Freitas Pinnock
- Tiago Nicola Veloso
- Edvaldo Chavier Araújo
- João Eudes de Amorim Galvão Junior
- Jackson Alvez de Viveiros
- Michele Cristina de Oliveira
- Erisson Soares Pinto
- Francisco das Chagas Pereira de Oliveira
- Flavio Roberto Petit Leitão
- Vitor Alcantara de Almeida
- Sandra Maria Farias de Araújo
- Edno Olímpio do Nascimento

No exercício de 2017 foram realizadas 6 reuniões por meio de vídeo conferência e foram decididas as composições dos membros da Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) e Comissão de Diagnóstico e Potencialidades de Integração de Software (CDPIS), bem como a aprovação do primeiro artefato da metodologia SISP de Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação - PDTIC.

4.3.2.2– Plano de Capacitação do Pessoal de TI

Administração Central

Cursos Planejados	Realizado?	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Comptia A+	Não		4	Presencial - 40 horas - Equipe: Atendimento - Nível: Básico
Instalando e Configurando o Windows 10 (20697-1)	Não		4	Presencial - 40 horas - Equipe: Atendimento - Nível: Intermediário
Implantando e Gerenciando o Windows 10 Usando Enterprise Services (20697-2)	Não		2	Presencial - 40 horas - Equipe: Atendimento - Nível: Avançado
Projeto e Instalação Profissional de Redes com Cabeamento Estruturado	Não		1	Presencial - 64 horas - Equipe: Atendimento - Nível: Avançado
Virtualização Avançada - VMware vSphere 6.0	Não		5	Presencial - 48 horas - Equipes: Infraestrutura e Monitoramento - Nível: Intermediário
VMware vSphere: Install, Configure, Manage [V6.5]	Não		3	Presencial - 40 horas - Equipe: Infraestrutura - Nível: Avançado
Programação PHP e MySQL	Sim	CAELUM	8	Presencial - 40 horas - Equipe: Atendimento - Nível: Básico ao Avançado
VBA Integral	Sim	PROENG	2	Presencial - 32 horas - Equipe de Desenvolvimento - Nível Básico e Médio

Fonte: Administração Central

Superintendência de Trens Urbanos - Belo Horizonte

Cursos Planejados	Realizado?	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
CSS3 com HTML	Sim	Treinar MG	4	Presencial - 32 horas
Engenheiro/Especialista em Segurança da Informação	Sim	Linux Force	1	EAD - 150 horas

Fonte: STU-BH adaptado AC

Superintendência de Trens Urbanos - Recife

Cursos Planejados	Realizado?	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Gestão e Fiscalização de Contratos, Conf. IN-05/2017	Sim	STU/REC - CODES	1	25h
Gestão de Resíduos Sólidos	Sim	FIEPE PE	1	16h
Seminário - Reforma Trabalhista	Sim	LEONARDO COELHO ADVOCACIA	2	16h
Termo de Referência	Sim	LICIDATA CURSOS LTDA	1	16h
Gestão de Riscos e Controle Interno	Sim	MINISTÉRIO DAS CIDADES	3	48h
Contratação Direta, Dispensa e Inexigibilidade	Sim	RECICLE TREINAMENTOS	1	16h
Reciclagem NR-10	Sim	STU/REC - CODES	9	144h
Rádio Digital	Sim	STU/REC - CODES	1	40h
Virada de Versão 11 Para Versão 12 - TOTVS	Sim	TOTVS NORDESTE SOFTWARE	7	56h
Reciclagem NR-20 Intermediário - Serviços c/Líquidos Inflamáveis	Sim	TREINANDOS	1	16h
Pós-Graduação em Gestão de Negócios	Sim	SEST - SENAT	1	225h

Fonte: STU-REC

Superintendência de Trens Urbanos - Natal

Cursos Planejados	Realizado?	EMPRESA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE TREINANDOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Curso de Elaboração do Termo de Referência em TI	Sim	R A F ACONSULT EVENTOS EIRELI - ME	4	80
Curso de Gestão e Fiscalização de Contr. Administrativos	Sim	R A F ACONSULT EVENTOS EIRELI - ME	2	40

Palestra Motivacional - 365 oportunidades	Sim	F E M CAVALCANTI ME	4	8
Palestra Empreendedorismo - Programa Pré Aposentadoria	Sim	SEBRAE	1	1
Curso de CIPA	Sim	SENAI	1	20
Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos / Contratos de obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública	Sim	R A F ACONSULT EVENTOS EIRELI - ME	2	48
Gestão de Documentos Públicos	Sim	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1	24

Fonte: STU-NAT adaptado AC (Contem dados de cursos iniciados em 2016 e finalizados em 2017)

Superintendência de Trens Urbanos - João Pessoa

Não foram executados treinamentos no Ano de 2017 pela área de informática.

Fonte: STU-JOP adaptado AC

Superintendência de Trens Urbanos - Maceió

Não foram executados treinamentos no Ano de 2017 pela área de informática.

Fonte: STU-MAC

4.3.2.3 - Força de Trabalho

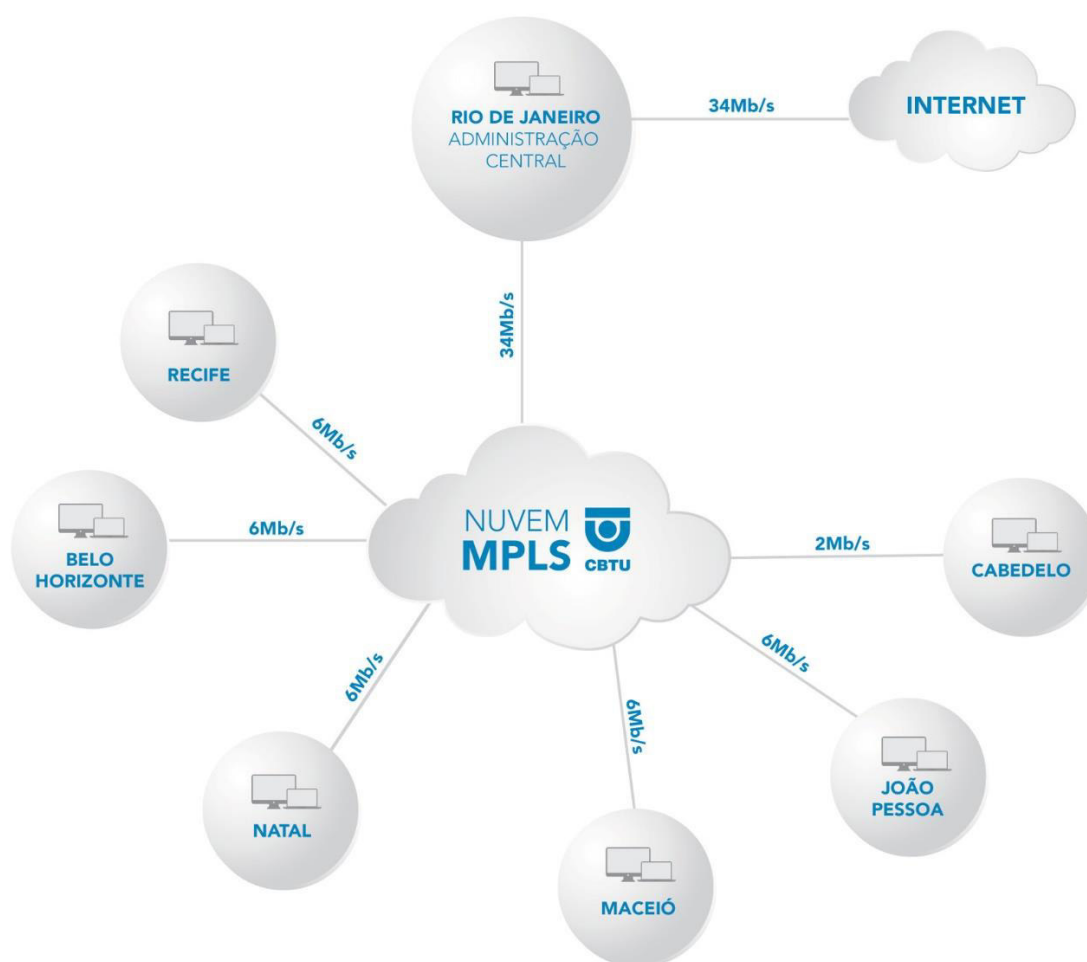
Unidade	Analista de Gestao - Administrador	Analista de Gestao - Tecnologia da Informacao	Analista de Gestao - Tecnologia da Informacao - Sistema Unico	Analista Tecnico - Engenheiro Civil	Assistente de Manutencao - Sistemas e Equipamentos Metroferroviarios	Assistente Tecnico	Tecnico de Gestao - Administracao	Tecnico de Gestao - informatica	Tecnico de Gestao - Sistema Unico	Cargo de Confiança	Estagiários	Total Geral
AC	1	7		1	1		2	12		2		26
BH		1				1	1	2			3	8
JOP								3				3
MAC		1							1			2
NAT		3						2			1	6
REC			2	1				19			4	26
Total Geral	1	12	2	2	1	1	3	38	1	2	8	71

Fonte: MENTORH adaptado AC

4.3.2.4 – Processo de Gerenciamento de Serviços de TI

TELECOMUNICAÇÕES

O Serviço de comunicação de dados e a infraestrutura de telecomunicações da Companhia é servido pela Administração Central. O serviço é referente ao Contrato nº 002/2015 DA (prorrogado em 2016, com nova vigência em 25/06/2017), proveniente do Pregão Eletrônico nº 010 2015/GALIC-AC/CBTU e Processo Administrativo nº PROT. 16859/2014. A ilustração abaixo apresenta os circuitos contratados e as velocidades praticadas.



4.3.2.5 - Projetos de TIC desenvolvidos no período, resultados esperados, alinhamento com o planejamento estratégico e planejamento de TIC, valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

Abaixo são listados os itens, divididos por unidade, referentes a contratações alinhadas com os itens do Mapeamento Estratégico apresentado no item “4.3.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação”. Sua correta classificação e alinhamento com a estratégia dependem da implantação de instrumentos de governança que ainda estão em elaboração, a saber: PDTIC e Processo de Software e do atendimento das determinações da Resolução CGPAR nº 11, de 10 de maio de 2016.

Após a implantação dos mesmos, todas as novas contratações devem obrigatoriamente considerar o alinhamento a estratégia da empresa (PEI) e ao Planejamento específico da TI (PETIC) por meio de um processo formal de apresentação da demanda (Processo de Software), inclusão e priorização de necessidades constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC.

Administração Central

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo no contrato	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
CTR-0008/2014-DA	SERV.DE MANUTENÇÃO DA CENTAL TELEFÔNICA SIEMENS HIPATH 4000, ENVOLVENDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, SUPORTE TÉCNICO, MÓDULO REMOTO, SFTWARE DE TARIFAÇÃO GTC,CORREIO DE VOZ E APARELHO TELEFÔNICOS DIGITAIS	16-06-2014 Prorrogação 16-06-2018	11.111.383/0001-91	A.A. BELO FILHO M.E.	R\$ 72.799,20	R\$ 16682,15
CTR-0014/2017-DA	PRESTACÃO DE SERVIÇOS MÓVEL PESSOAL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA POR MEIO DE TERMINAIS MÓVEIS E INTERNET BANDA LARGA, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CBTU	24-10-2017 Término 24-10-2019	02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S. A (VIVO)	R\$ R\$ 223.975,20	R\$ -
CTR-0005/2016-DP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL ENTRE A REDE DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COMUTADA (STFC) E A CENTRAL TELEFÔNICA SIEMENS HIPATH 400 DA AC	22-08-2016 Prorrogação 22-08-2018	40.432.544/0706-09	CLARO S.A.	R\$ 604.840,00	R\$136.089,90
CTR-0006/2015-DA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE REPROGRAFIA COM CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, TODOS OS SUPRIMENTOS.	03-07-2015 Prorrogação 02-07-2018	04.530.781/0001-87	ZIULEO COPY COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME	R\$ 4.287.528,00	R\$310.955,85

ADS-0001/2016-GETIN	CONTRATAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA	08-12-2016 Término 08-12-2017	20.947.407/0001-38	SIEG SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA EPP	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
CTR-0017/2013-DA	SERV. DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, C/ FORNECIMENTO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA, DE EQUIPAMENTO BLADE DELL INSTALADO NA ADM.CENTRAL DA CBTU.	19-11-2013 Prorrogação 18-11-2018	32.578.387/0001-54	UNITECH RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 372.990,00	R\$80.814,50
CTR-0002/2015-DA	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO PROTOCOLO IP/MPLS COM ACESSO A INTERNET, INCLUINDO HARDWER NECESSÁRIO PARA COMUNICAÇÃO ENTRE A ADM. CENTRAL, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA CBTU.	26-06-2015 Prorrogação 25-06-2018	40.432.544/0706-09	CLARO S.A.	R\$ 2.009.966,40	R\$589.336,59
CTR-0009/2017-DA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÓBITOS EM ARQUIVO ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO PELA CBTU.	10-04-2017 Término 10-04-2021	42.422.253/0001-01	DATAPREV - EMPR. TEC. INFOR. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 281.612,64	R\$52.802,37
CTR-0014/2015-DA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CONTÍNUA DO SISTEMA MENTORH-SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS DA CBTU.	28-12-2015 Prorrogação 29-12-2018	88.633.680/0002-02	OSM CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	R\$ 1.289.607,42	R\$429.512,50
ADS-0004/2017-GETIN	MANUTENÇÃO DE DOIS EQUIPAMENTOS RISC INCLUINDO PEÇAS, MÃO DE OBRA E SUPORTE AO SISTEMA OPERACIONAL: MODELO DO RISC: 7025-F40, N. DE SÉRIE: 26-08186 - MODELO DO RISC: 7028-6E4, N. DE SÉRIE: 10-B02F.	01-11-2017 Término 01-11-2018	32.578.387/0001-54	UNITECH RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 13.932,00	R\$ 1.161,00
CTR-0013/2017-DA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SISTEMA DE PATRIMÔNIO,DESENVOLVIDOS E OPERACIONALIZADOS NAS VERSÕES SISPROV4.1 IMPLANTANDO EM TODAS REGIONAIS DA CBTU.	09-10-2017 Término 09-10-2018	87.252.045/0001-31	SISPRO S/A SERVICO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO	R\$ 22.377,72	R\$3.729,62
ADS-0005/2017-GETIN	SERVIÇOS DE CONSULTORIA CMS JOOMLA DE 29/09/2017 À 21/11/2017. PAGAR EM 15 DIAS CONFORME TERMO REF.	28-08-2017 Término 28-08-2018	10.250.701/0001-32	ESTÚDIO SITE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 15.375,00	R\$2.562,50
CTR-0008/2016-DP	FORNECIMENTO DE 72 COMPUTADORES DELL OPTIPLEX 7040SFF, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS, PACOTE OFFICE E GARANTIA DE 60 MESES	30-12-2016 Término 28-02-2017	03.263.975/0001-09	SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	R\$ 359.280,00	R\$ 359.280,00
CTR-0010/2016-DP	FORNECIMENTO DE UMA LICENÇA DO SOFTWARE VMWARE VCENTER SERVER 5 STANDARD, 4 LICENÇAS DO SOFTWARE VMWARE VCENTER	30-12-2016 Término 30-12-2019	10.646.995/0001-16	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA	R\$ 212.271,22	R\$ 212.271,22

	STANDARD - 24X7 E BANCO DE HORAS DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ATÉ O MÁXIMO DE 24H					
CTR-0007/2016-DP	FORNECIMENTO DE 02 SERVIDORES DELL POWEREDGE BLADE M630	30-12-2016 Término 27-02-2017	94.316.916/0003-60	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
CTR-0020/2016-DP	FORNECIMENTO DE 3 PROJETORES MULTIMÍDIA EPSON - MODELO POWERLITE X29 + ADAPTADOR WIRELESS + 36 MESES ON SITE, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA	30-12-2016 Término 30-12-2017	02.213.325/0001-88	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES	R\$ 8.880,00	R\$ 8.880,00
ADS-0002/2016-GETIN	SUPORTE OURO PARA O SOFTWARE SCRIPTCASE VERSÃO 8.1	30-12-2016 Término 01-02-2017	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.	R\$ 2.760,00	R\$ 2.760,00
OC-0011/2016-GETIN	ATUALIZAÇÃO DO SCRIPTCASE POR UM PERÍODO DE UM ANO PARA 06 LICENÇAS	30-12-2016 Término 30-12-2017	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.	R\$ 19.800,00	R\$ 19.800,00
OC-0006/2016-GETIN	AQUISIÇÃO DE 145 MONITORES HP LED DE 21.5"	30-12-2016 Término 17-02-2017	22.086.683/0003-46	HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIP ELETRONICO	R\$ 100.050,00	R\$ 100.050,00
OC-0005/2016-GETIN	AQUISIÇÃO DAS LICENÇAS DE ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE ZWCAD PARA A VERSÃO 2017 E RESPECTIVO SUPORTE TÉCNICO PELO PERÍODO DE 12 MESES, INCLUSIVE ATUALIZAÇÃO PARA NOVAS VERSÕES.	30-12-2016 Término 30-12-2017	08.175.591/0001-40	TOTAL CAD COMERCIO E SERV. EM INFORMATICA LTDA ME.	R\$ 13.920,00	R\$ 13.920,00
OC-0008/2016-GETIN	AQUISIÇÃO DE DISCO RÍGIDO, MOUSE ÓPTICO E FONTE ATX DE 500W.	30-12-2016 Término 10-02-2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	R\$ 32.222,00	R\$ 32.222,00
OC-0010/2016-GETIN	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SIMILARES (AQUISIÇÃO DE 51 PENTES DE MEMORIA RAM DE 4 GB E 10 GRAVADORES EXTERNOS DE DVD).	30-12-2016 Término 15-04-2017	04.567.265/0001-27	SCORPION INFORMATICA LTDA	R\$ 7.440,59	R\$ 7.440,59
OC-0012/2016-GETIN	AQUISIÇÃO DE 40 PLACAS MÃES E 30 PROCESSADORES	30-12-2016 Término 10-02-2017	10.335.363/0001-31	PUHL INFORMATICA LTDA ME	R\$ 26.760,00	R\$ 26.760,00

Fonte: SISAF Web, Consulta de Instrumentos Contratuais - Administração Central

Além dos contratos listados acima foram firmados instrumentos contratuais no final de 2017 para aquisição de: HDs externos, cabos de rede, renovação do suporte para o sistema de banco de dados Oracle, notebook, suporte ouro do Scriptcase, licenças e suporte da plataforma analítica (BI) Qlik Sense e peças de reposição para as estações de trabalho da CBTU AC.

Durante o ano de 2017 outras atividades relevantes foram concluídas, como: instalação do equipamento de armazenamento (storage) VNX-5500 com 44TB de capacidade, assim como do novo no-break Lacerda de 30kVA que está fornecendo sustentação a todo o CPD da AC.

Superintendência de Trens Urbanos Belo Horizonte

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo no contrato	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
019/16	Prestação de serviços de disponibilização de link de acesso a internet com IP fixo.	08/2016 a 08/2017	07.295.419/0001-67	LUP TELECOMUNICAÇÕES	R\$12.888,00	R\$9.666,00
008/17	Prestação de serviço de implantação, instalação e suporte de 500 licenças de uso de antivírus corporativo.	05/2017 a 05/2018	07.716.261/0001-51	Brinfor Soluções em TI LTDA-ME	R\$13.815,00	R\$13.815,00
038/14	Contratação de serviços de informática de análise de processo ERP TOTVS/Datasul, EMS 2.06, EMS 5.06, BI, ECM, Totvs 11 e Progress, compreendendo a execução dos serviços de Migração para TOTVS 11, horas técnicas e ações para melhoria de processos, conforme especificações do ANEXO II.	10/2014 A 10/2016	08.346.641/0001-04	DOIT CONSULTORIA LTDA	R\$301.000,00	R\$76.249,73
022/15	Contratação de suporte técnico especializado para apoiar a equipe interna na manutenção adequada e segura do funcionamento da estrutura der servidores da rede da CBTU/STU-BH.	10/2015 A 10/2016	08.850.978/0001-54	CITIS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$14.400,00	R\$1.200,00

033/13	Contratação de serviço de impressão de documentos para a STU/BH, pelo período de 12 meses com assistência técnica e manutenção corretiva, preventiva e especializada, reposição de peças e insumos (exceto papel), de acordo com as especificações e demais detalhes consignados do Termo de Referência - Anexo II	12/2013 a 12/2018	25.809.195/0001-46	TECNOSYS INFORMÁTICA LTDA	R\$189.319,84	R\$41.436,72
013/14	Prestação de serviço de suporte e cessão de direitos de uso de software EMS TOTVS, conforme termo de referência - anexo I	06/2014 A 06/2018	53.113.791/0001-22	TOTVS S.A.	R\$1.354.829,96	R\$283.541,84
001/2017	Aquisição de Solução completa de segurança em forma de appliance para rede interna da CBTU STU/BH, incluindo implantação e suporte técnico.	04/2017 a 04/2020	08.775.564/0001-08	NET & CO COMÉRCIO E SERVIÇO EM INFORMATICA LTDA	R\$86.570,00	R\$79.970,00

017/2017	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de implantação de sistema de ponto eletrônico biométrico, bem como, fornecer o suporte técnico, integração entre sistemas de folha e escala da CBTU/STU-BH, treinamento e ativação do software conforme descrito no item 6 - Especificações Técnicas do Serviço constante no Termo de Referência	09/2017 a 09/2018	05.541.928/0001-05	A PONTO RÁPIDO EIRELLI	R\$15.988,00	R\$ -
019/2017	Contratação de empresa para prestação de serviço de natureza continuada de instalação e disponibilização de link dedicado para servir como redundância do link de acesso à internet atual, com fornecimento de ip fixo.	09/2017 a 09/2018	10.625.917/0001-35	STEMME TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	R\$18.900,00	R\$ -

Fonte: STU-BH

Superintendência de Trens Urbanos - Recife

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
035/2015	Prestação de serviços de IP dedicado e exclusivo a INTERNET de 20Mbps.	28/08/2018 2º TERMO ADITIVO	03.423.730/0001-93	SMART TELECOMUNICAÇÕES	30.000,00	30.000,00
011/2015	Prestação de serviço especializado em gerenciamento, segurança e configuração em	18/05/2018 2º TERMO ADITIVO	13.662.758/0001-37	INFORVIA CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME	73.299,96	73.299,96

	servidores com sistema operacional Windows e Linux.					
005/2017	Serviço de manutenção preventiva/corretiva em 52 impressoras Brothers	19/03/2018	12.006.372/0001-04	CÓPIA RÁPIDA SERVIÇOS GRÁFICOS E PAPELARIA	70.000,00	44.564,08
001/2017	Atualização tecnológica e suporte técnico de em 6 licenças de uso do software Scriptcase.	31/12/2017	04.095.869/0001-18	NETMAKE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	16.800,00	16.800,00
083/2015	Suporte DBA para banco de dados ORACLE	22/12/2017 2º TERMO ADITIVO	05.050.074/0001-56	ILEGRA - IMMEDIATE CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	40.090,04	38.582,50
073/2016	Atualização de licenças de software e suporte ao banco de dados Oracle versão 11g.	29/12/2017	59.456.277/0001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	113.518,68	104.058,79
002/2017	Suporte e assistência técnica de hardware	31/01/2018	61.797.924/0002-36	HP DO BRASIL	96.402,00	86.761,80
003/2017	Manutenção das licenças de uso do sistema de gestão Protheus	28/02/2018	53.113.791/0001-22	TOTVS S.A	472.713,60	393.928,00
037/2017	Suporte a operação de sistema automático de bilhetagem eletrônica e manutenção do software SABE Prodata	19/11/2018	05.535.694/0001-85	PRODATA	342.997,92	57.166,32

Outras informações complementares foram prestadas pela STU-Recife

PARQUE COMPUTACIONAL DA STU-REC

A tabela abaixo apresenta um resumo da infraestrutura de hardware da Superintendência de Trens Urbanos de Recife.

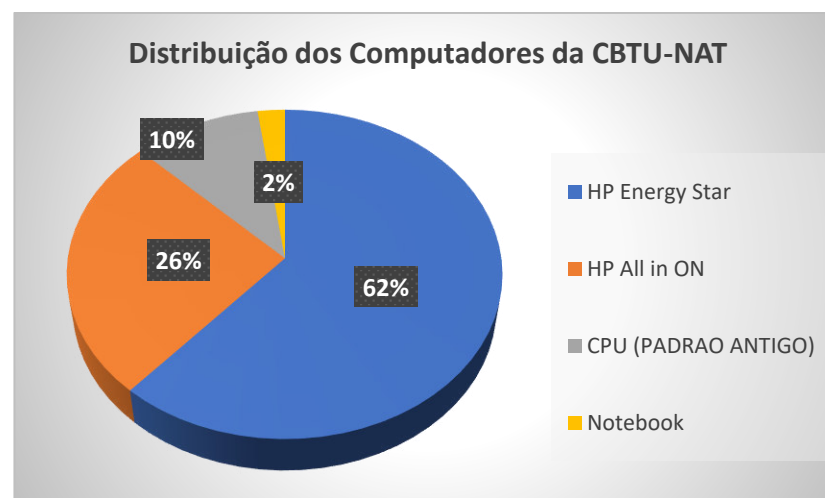
HARDWARE	QUANTIDADE
Switch / Roteadores	147
Conversores D-Link	14
Access Point	24
Appliance de Firewall	2
Servidores Físicos	30
Storage	6
Micros Administrativos	597
Micros Operacionais	98
Notebook	78
Impressoras	110
Plotter	4
Scanner	10

Superintendência de Trens Urbanos - Natal

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
Ordem de Serviço com a Vivo 6217	Fornecimento de link para acesso à internet e pontos de TV a cabo	08/2016 a 08/2017	02.558.157/0001-62	Global Village Telecom S/A	R\$ 18.000,00	
ADESÃO RP 005/16*	Aluguel de multifuncionais	02/2017 a 02/2019	40.938.508/0001-50	Maq-Larem Maquinas Moveis e Equipamentos Ltda	R\$ 81.550,08	

Outras informações complementares foram prestadas pela STU-Natal

Com relação a computadores, temos um total de 135 Desktops e Notebooks, descritos abaixo:

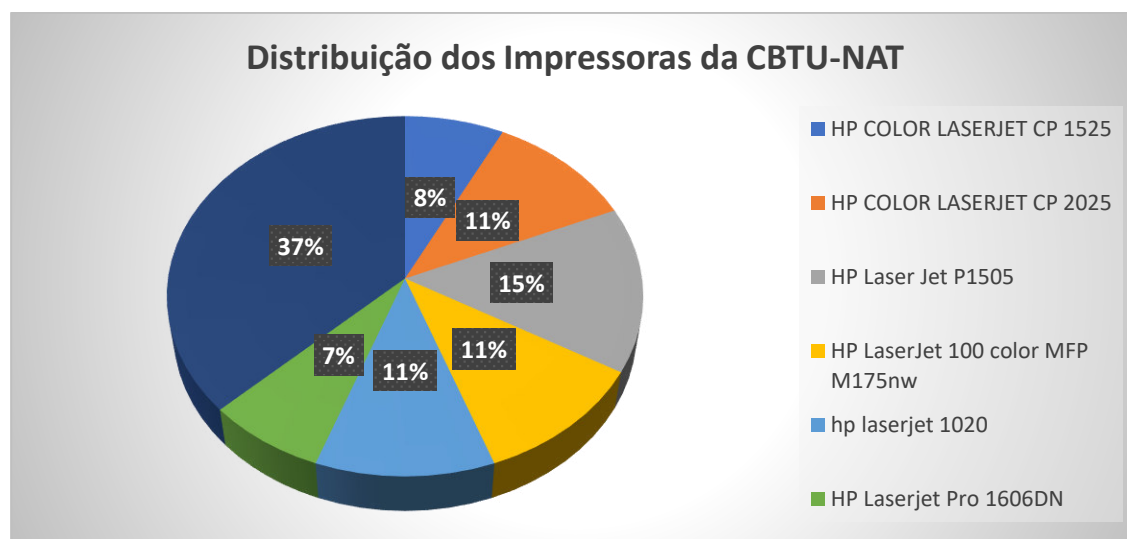


	Modelo	Quantidade	Observação
Computadores	HP Energy Star	83	Foi observado que, há diferentes sistemas operacionais nas estações
	HP All in ON	35	

	CPU (PADRAO ANTIGO)	14	de trabalho e algumas máquinas obsoletas no parque.
	Notebook	3	

135

Com relação a impressoras e multifuncionais, devido ao contrato de aluguel de impressoras, não realizamos nenhuma compra ou descarte de impressora, se mantendo os valores do ano anterior.



Impressoras	Modelo	Quantidade	Observação
	HP COLOR LASERJET CP 1525	2	Foi observado que, boa parte das impressoras estão precisando de manutenção e há poucas máquinas disponíveis para a demanda da companhia.
	HP COLOR LASERJET CP 2025	3	
	HP Laser Jet P1505	4	
	HP LaserJet 100 color MFP M175nw	3	
	hp laserjet 1020	3	
	HP Laserjet Pro 1606DN	2	
	SAMSUNG SCX-3405W	10	

		27	
--	--	----	--

Por último, com relação a Servidores, possuímos os seguintes modelos e quantidades em funcionamento:

	Modelo	Quantidade	Observação
Servidores	HP Proliant ML350 G6	1	Os servidores ML30 G9 são utilizados para sistemas de radiocomunicação entre os trens, enquanto os demais são utilizados para armazenamento e processamento de dados assim como servidores web e de banco de dados.
	HP Proliant ML350p G8	1	
	HP Proliant ML350p G8	1	
	HP Proliant ML350 G9	2	
	HP Proliant ML30 G9	2	

Também foram realizadas compras de equipamentos e suprimentos de informática, cuja entrega foi postergada à 2018. A descrição dos equipamentos e suprimentos comprados foram:

QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO
20	Unid	CARREGADOR DE PILHAS - Carregador, com proteção contra curto-circuito 110/220V; Display Indicador de carga; Capacidade 4 pilhas AA/AAA Ni-MH, com canais independentes; Saída de Carga AA 2500mA e AAA 900mA; Referência Carregador De Pilha Sony Bcg-34Hh4en. Garantia de 1ano
30	Cartela c/ 4	PILHA AA - Tempo de recarga ~3h; Capacidade 2500mAh; Tipo AA Ni-MH Cycle-Energy recarregável; Saída de carga 1.2 V; Referencia Sony Original Nimh 2500mah. Caixa com 4 unidades. Garantia de 3 meses
50	Cartela c/ 4	PILHA AAA - Tempo de recarga ~7h; Capacidade 900mAh; Tipo AAA Ni-MH Cycle-Energy recarregável; Saída de carga 1.2 V; Referencia Sony Original 900 mAh. Caixa com 2 unidades Garantia de 3 meses
30	Cartela c/5	Pilha moeda 3V - Tamanho Cr2025
10	Unid	EXTENSAO ELETRICA COBRE - Bivolt contendo 6 Tomadas com entrada novo padrão, comprimento do cabo mínimo 1.5
25	Unid	CABO DE FORÇA - Cabo de força tripolar; Novo Padrão Brasileiro; Tamanho Min 1,80m
1	Unid	Dock Station para HD Sata 2.5/3.5 - Com Hot-Swap e Plug-and-Play, permite Backup, clonagem de HDs sem necessidade de PC, compatível com Discos 2.5´ e 3.5´ SATA I, II e III e IDE, Conexão com PC Via USB, voltagem de entrada 110 ~ 240 V ac, Compatibilidade: Windows 2000/ XP(32/64-bit)/ Server 2003(32/64-bit)/ Vista(32/64-bit)/ 7(32/64-bit)/ Server 2008 R2, Mac OS X, e Linux, 6 meses de garantia.
5	Unid	FONTE REAL - Voltagem de entrada 90 ~ 264 VAC; Frequência de entrada 47 ~ 63 Hz; Conectores MB20+4 PIN X 1, CPU12V4+4 PIN X 1, PCI-E 6+2PIN X 2, SATA X 6, 4PIN Periféricos X 3, 4PIN Floppy X 1; Referência Cooler Master, modelo RS500-ACAAB1-WO. Garantia 12 meses
25	Unid	TECLADO USB - Padrão ABNT c/ Conexão USB; Quantidade de teclas 107; Comprimento max. do cabo 1.5 m; Referência Teclado Microsoft Padrão Wired 200 USB Black JWD-00001. Garantia 12 meses, com indicadores Caps Lock e Num Lock e Padrão de cor Preto.

25	Unid	Pen Drive 32gb - 32GB, Conectividade com USB 3.0, compatível com a versão anterior do USB 2.0, Leitura: 40 MB/s, Gravação: 10MB/s, Compatibilidade: Windows 8 / 7 / Vista / XP / Mac OS X v.10.6.x ou superior / Linux v.2.6.x ou superior. Marca/Modelo de referência: Kingston/DT100G3
30	Unid	MOUSE PARA COMPUTADORES - Com Interface USB; Referência: Microsoft JUD-00001. Garantia 12 meses, de cor preto
50	Unid	CONECTOR RJ 45 - Cat5e 8 Vias; Material Plástico e Metal; Transparente; Tipo do Cabo U/UTP; Contato Elétrico de 8 vias com banho em ouro. Garantia de 3 meses.
1	Caixa	CABO DE REDE - CAT.5e. Caixa c/ 305m. Referência Furukawa
30	Unid	CONECTOR DE REDE Rj45 FEMEA - Categoria CAT5e U/UTP, disponível em pinagem T568A/B. Referência: Furukawa
100	Unid	Patch Cord - 3 metros, cat5e
3	Unid	MULTÍMETRO DIGITAL - Interface de Display LCD DE 3 ½ e indicação de bateria fraca, bateria 9V, com componentes: bateria e pontas de teste. Referência: DT 830B
3	Unid	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO - Não corrosivo, para limpeza de componentes eletrônicos, frasco de 1 litro. Validade 1 ano.

Superintendência de Trens Urbanos - João Pessoa

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo no contrato	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
CTR-0001/2015 /STU-JOP	Serviço de copiadora - fornecimento de solução de impressão com acesso via rede.	02/03/2016 a 01/03/2017	40.938.508/001-50	MAQ-LAREM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	8.640,00	8.599,66

Fonte: SISAF Web, Consulta de Instrumentos Contratuais - STU-JOP

Superintendência de Trens Urbanos - Maceió

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2017
			CNPJ	Denominação		
0009/2013	Manutenção Preventiva e Corretiva de Computadores.	27/06/2013 a 27/06/2018	08.646.817/0001-43	VÓRTICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME	R\$ 181.259,90	R\$ 25.485,17
0010/2015	Contratação de empresa especializada em locação de Máquinas Fotocopiadoras	19/08/2015 a 19/08/2018	07.932.161/0001-62	BRAZLINK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 22.320,00	R\$6.200,00
0018/2015	Serviço de Recargas de Cartuchos Pretos e Coloridos	16/11/2015 a 16/11/2018	06.007.909/0001-58	MARIA DAS NEVES GALDINO-ME	R\$ 50.514,58	R\$6.308,60

0029/2016	Contratação de empresa especializada Telefonia Móvel e Dados	Não consegui verificar a vigência deste contrato	04.206.050/0001-80	TIM CELULAR S.A.	R\$ 117.993,60	R\$ 37.554,77
-----------	---	---	--------------------	------------------	-------------------	---------------

Fonte: SISAF Web, Consulta de Instrumentos Contratuais - STU-MAC

4.3.3 – Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas

Este subitem do Relatório de Gestão – “Ações Relacionadas à Recuperação e Modernização dos Sistemas”, dentro do item Gestão da Tecnologia da Informação, no capítulo ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO não se refere, no caso da CBTU, a sistemas informatizados ou de tecnologia da informação, e sim, a recuperação e modernização de seus sistemas metroferroviários.

No exercício de 2015, o Relatório de Gestão da CBTU apresentou, apenas para cumprir o atendimento ao item, uma tabela com os valores da proposta orçamentária da CBTU, apresentada em 2014 ao MCidades, os valores do PLOA 2015, os valores da LOA 2015, incluindo todas as alterações ocorridas no exercício, o limite orçamentário para movimentação e empenho disponibilizado, os empenhos realizados e o saldo, ao final do exercício, para cada uma das ações de resultado primário 3 (PAC) e 2 (não PAC).

As realizações de cada uma dessas ações, no exercício de 2015, foram descritas no item 6.3.3 do Relatório de Gestão, que tratou dos Macroprocessos Finalísticos.

As instruções para elaboração do Relatório de Gestão de 2016 novamente incluíram este subitem na estrutura do documento. Mantendo a coerência com o exercício de 2015, em 2016 as ações de recuperação e modernização dos sistemas foram detalhadas no capítulo 1.6 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.

Para o exercício de 2017, o item permaneceu nas instruções e orientações do e-Contas. Será mantida a sistemática adotada, apresentando as ações de recuperação e modernização dos sistemas metroferroviários no capítulo 1.6 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS deste Relatório.

Reiteramos a solicitação para que a permanência deste item seja reavaliada, não sendo considerado na estrutura do Relatório de Gestão de 2018.

FONTE: GAPLO/DP

4.4 – Gestão Ambiental e Sustentabilidade

4.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

A CBTU ainda não tem uma política nacional de sustentabilidade ambiental definida. Há os Procedimentos Ambientais 01 a 17 (RDA nº 501 a 517/2013), que definem conceitos e metodologias sobre a gestão de resíduos e contratações sustentáveis, além das normas, resoluções e leis brasileiras sobre o tema.

No caso da superintendência de João Pessoa, ela possui também Programa de Consumo Sustentável de Água e Energia e Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Na superintendência de Recife, estabeleceu-se, em 25/02/2016, por meio da Resolução 116/2016, sua Política de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social, proposta pelo Grupo de Trabalho constituído pela Resolução RRE 210/2015 e adequada à norma ISO 14.001. Atualmente, são desenvolvidos trabalhos para divulgação da mesma junto aos funcionários.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

Ainda não participa, porém, em algumas superintendências, foi iniciado o levantamento necessário para adesão à A3P, com o intuito de realizá-la localmente em 2018.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

Na Administração Central (AC) e nas superintendências de trens urbanos de Belo Horizonte, João Pessoa, Natal e Maceió, ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

Na superintendência de Recife, há a separação dos resíduos recicláveis descartados. Os resíduos da estação Recife já são destinados à COOPAGRES - Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis, como parte integrante do projeto piloto “Metrô sem lixo”. Esta destinação ainda é realizada de maneira informal até que seja formalizada de acordo com o decreto 5.940/06.

Na Administração Central, além do termo de compromisso com a cooperativa, também se reutilizam os papéis na confecção de blocos de rascunho.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

De maneira geral, as unidades da CBTU estão em processo de adequação à referida legislação, e ao Procedimento Ambiental nº08-N Licitação e Contratação Sustentável, publicado através da RDA nº508-2013 de 25/11/2013.

Na Administração Central, este procedimento está em fase de implementação e depende da convocação do Engenheiro Ambiental aprovado no concurso de 2014.

Em João Pessoa e Maceió, os processos de licitação são encaminhados ao setor de Engenharia Ambiental para revisão e adequação de acordo com os critérios de sustentabilidade, seguindo o referido Procedimento Ambiental.

Na superintendência de Maceió, segue-se, ainda, a Instrução Normativa MPOG 01/2010. É atualmente exigido o Cadastro Técnico Federal (CTF), realizado juntamente ao IBAMA, bem como o devido licenciamento das atividades (seja na esfera estadual ou municipal) em processos referentes a aquisições e contratações. Exige-se que as empresas contratadas realizem sua própria gestão de resíduos, quando esta geração estiver ligada intrinsecamente ao serviço realizado (por exemplo, a gestão de resíduos sólidos da construção civil em atividades de construção e manutenção predial).

Em Recife, os setores são orientados a entrar em contato com o setor de meio ambiente durante a elaboração do Termo de Referência para a contratação de serviços cujas atividades sejam potencialmente poluidoras, para que sejam solicitados documentos específicos, como: Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA; Licença de Operação junto ao órgão ambiental competente; autorizações e alvarás específicos para a atividade desempenhada. Na aquisição de produtos químicos, é solicitada a documentação (FISPQ) do produto, como forma de conhecimento de seus impactos ambientais associados.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/20 12:

Ainda não possui.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

A CBTU ainda não tem um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estruturado, mas vem, desde 2013, realizando ações que fazem parte do processo da estruturação deste Sistema. Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento de um SGA sólido é a falta de profissionais especializados: a Administração Central e a superintendência de Belo Horizonte não possuem engenheiro ambiental em seus respectivos quadros de empregados, e cada uma das demais superintendências conta com apenas um, totalizando apenas 04 engenheiros ambientais na Companhia como um todo – e nenhum técnico ambiental. Como exemplo, podemos citar que a superintendência de Recife possui aproximadamente 1800 funcionários, 38 estações, 71 km de extensão de linhas, duas unidades administrativas, 04 oficinas de trens e apenas um profissional de meio ambiente, sem apoio administrativo nem operacional. Em outubro de 2017, a Administração Central enviou memorando à área de Recursos Humanos, solicitando urgência na convocação do engenheiro ambiental aprovado no concurso de 2014.

Devido ao fato de os membros do Comitê serem voluntários, à exceção dos engenheiros ambientais, o conhecimento adquirido por cada um se deve a um esforço pessoal e seu tempo é dividido com suas atribuições nas respectivas gerências de origem, o que é insuficiente para suprir as necessidades da CBTU.

Além disso, a área ambiental tem também dificuldade em levantar recursos e se inserir no planejamento anual orçamentário da empresa, ficando a captação dos recursos necessários a cargo do esforço pessoal de cada membro em sua própria área ou junto a outras áreas relacionadas.

Dessa forma, a escassez de recursos humanos e financeiros impõe o estabelecimento de prazos extremamente longos para ações simples. Muitas vezes as atividades que envolvem a gestão ambiental esbarram na burocracia ou falta de interesse de outras áreas, e o setor ambiental é responsabilizado por campanhas relacionadas à saúde, que não deveriam ser de sua atribuição.

Na Administração Central, uma questão importante é a necessidade de realizar obras de manutenção no prédio em relação à questão da água, para coibir vazamentos e desperdícios. Contudo, o edifício não pertence à Companhia e outros órgãos dividem o mesmo prédio, o que torna difícil levantar recursos e a resolução dos problemas.

Em João Pessoa, ainda não há tratamento de efluentes da lavagem de trens e peças e local adequado para armazenamento de resíduos perigosos e não perigosos. Também não se conseguiu realizar leilão para desfazimento de sucata e bens inservíveis que muitas vezes ficam armazenados a céu aberto, atraindo vetores de doenças.

Em Maceió, há deficiências no tocante à logística dos resíduos, como transporte, segregação, pesagem e despacho de material (não há pessoal dedicado para tal, sendo necessária a articulação/disponibilização prévia de efetivo de outros setores para auxiliar o Engenheiro Ambiental na realização de tais tarefas – processo esse muitas vezes dificultado, por diversas razões), além de falta de espaço adequado para o armazenamento temporário de resíduos (há expectativa de construção de depósito no futuro próximo). Deve-se destacar a carência de treinamento específico, seja voltado ao pessoal ligado à operação/manutenção (tópicos de minimização na geração de resíduos, segregação adequada, aspectos organizacionais) ou aos colaboradores administrativos/gerenciais (notadamente licenciamento).

Breve histórico

Em 2013, a CBTU implantou e estruturou o Sistema de Gestão de Resíduos – SGR, composto de Comitê Nacional e Comitês Regionais, em todas as suas unidades administrativas.

No final de 2013, foram desenvolvidos e aprovados 17 Procedimentos Ambientais – PA, de âmbito nacional. São instrumentos normativos e de informação e registro para a condução do Sistema de Gestão de Resíduos da CBTU.

Em 2014, foi realizado o Programa de Treinamento Nacional, Capacitação e Desenvolvimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos, em todas as Unidades Administrativas da CBTU, com carga horária de 24h, para cerca de 110 empregados.

Nesse mesmo ano, iniciou-se a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Recicláveis – PGRS em todas as unidades da CBTU. Porém, algumas unidades não conseguiram finalizar o Plano rapidamente, devido à falta de pessoal devidamente capacitado e habilitado.

Ainda em 2014, também foi iniciada a implantação da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos na CBTU, atendendo ao Decreto 5.940/2006. Atualmente, a Administração Central e todas as cinco Superintendências de Trens Urbanos (João Pessoa, Natal, Belo Horizonte, Maceió e Recife) já realizam a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

No final de 2014, houve a determinação, por meio de resolução do Diretor-Presidente, de que os Termos de Referência para licitação de serviços de limpeza, conservação e higienização, assim como seus respectivos contratos, tenham cláusulas considerando a legislação ambiental vigente – federal, estadual e municipal (da localidade da unidade administrativa da CBTU).

Em 2015, com a admissão, por meio de concurso público, de alguns poucos engenheiros ambientais – para as unidades de Recife, João Pessoa, Natal e Maceió – e outros profissionais interessados na área ambiental, quase todos os Comitês foram reformulados, à exceção do de Belo Horizonte, que não recebeu concursados. Atualmente, a Administração Central e a superintendência de BH promovem ações isoladas, porém, para uma efetiva implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, é extremamente necessária a contratação de profissionais da área ou consultoria permanente para dar apoio e executar as medidas junto à CBTU.

Além disso, as unidades da CBTU realizam, sempre que possível, atividades de educação ambiental junto às comunidades lindeiras e aos empregados, como ações de estímulo ao consumo consciente, além da Semana do Meio Ambiente em conjunto com a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPATMA).

Em 2017, os Comitês de Gestão de Resíduos foram oficialmente renomeados Comitês de Sustentabilidade, uma vez que, na prática, se envolvem em diversos outros assuntos de interesse ambiental.

Neste mesmo ano, a superintendência de João Pessoa conseguiu implantar sistema de tratamento de efluentes no Posto de Abastecimento.

Ainda em 2017, foi finalizado e protocolado um Termo de Referência para a contratação de uma empresa especializada para a elaboração do PGRS da superintendência de Belo Horizonte. O termo se encontra na área de planejamento da empresa e a contratação aguarda disponibilidade de verba.

FONTE: COMITÊ NACIONAL DO SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

5.1 - Canais de Acesso do Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi implementado na CBTU em 16 de Maio de 2012, com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, nº 12.527. O acesso por parte do cidadão às informações produzidas pela CBTU contribui para aumentar a eficiência do Poder Público, diminuir a corrupção a medida que eleva a participação social no controle dos gastos e investimentos públicos.

O serviço prestado através do SIC é um direito do cidadão e um dever do Estado, portanto a CBTU segue a orientação dos órgãos de controle do poder público no sentido de tratar todas as informações produzidas e custodiadas no âmbito da companhia como sendo públicas, portanto o acesso a qualquer cidadão é livre, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas.

Tendo isto em vista, nota-se que esse canal de comunicação com o cidadão possui objetivos claros e bem definidos, diferenciando-se dos demais canais de comunicação (não são pedidos de informação: denúncias, desabafos, reclamações e elogios).

O atendimento é disponibilizado de forma presencial em cada uma das unidades e através da internet de forma centralizada pela Administração Central, localizada no Rio de Janeiro. O canal utilizado para atender ao público pela internet é desenvolvido e mantido pelo CGU, sendo seu objetivo organizar e facilitar o procedimento de acesso à informação tanto para o cidadão quanto para a Administração Pública. Até mesmo os pedidos que forem feitos pessoalmente por meio dos SICs (Serviços de Informação ao Cidadão), instalados fisicamente em todos os locais onde a CBTU atua ou possui representantes, devem ser registrados no sistema.

O e-SIC permite que qualquer pessoa - física ou jurídica - encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o cumprimento do prazo de resposta; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações.

Informações complementares

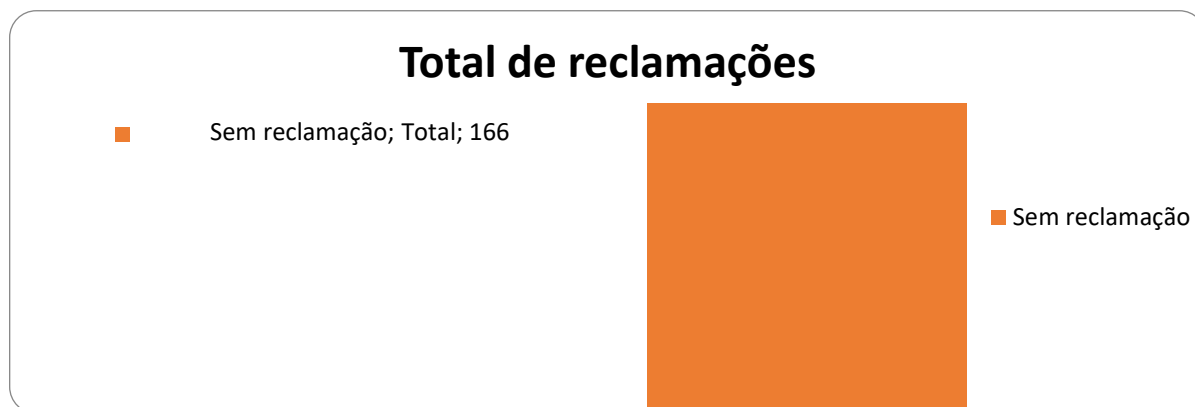
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Os quadros e gráficos abaixo representam a consolidação de todos os atendimentos feitos no ano de 2017 através do E-SIC:

Quadro A.5.1 – Pedidos de Informações x Recursos apresentados

Quantidade total de pedidos	166
Pedidos que não apresentaram recursos	152
Recursos dirigidos à Autoridade de monitoramento da LAI (1ª Instância)	14
Recursos dirigidos ao Presidente da empresa (2ª Instância)	4
Recursos dirigidos à CGU (3ª Instância)	1
Recursos dirigidos à CMRI	0
Solicitação reencaminhada	1
Total de perguntas	417
Total de solicitantes	119

Gráfico – Ocorrência de reclamações



Dos cento e sessenta e seis pedidos, nenhum foi alvo de reclamação.

O prazo médio para resposta foi de 9,25 dias úteis, ou seja, nove dias e seis horas. Considerando a complexidade do processo de localização do responsável por cada resposta, produção da informação e adaptação do conteúdo à linguagem adequada ao cidadão, o gestor do e-SIC da CBTU considera um bom tempo de resposta, mas que deve ser melhorado.

Quanto ao grau de incidência dos assuntos, verificou-se que cerca da metade das solicitações eram dirigidas ao setor responsável por pessoas, e a quarta parte dessas reclamações era direcionada ao monitoramento de licitações e compras, muitas vezes solicitando cópias de contratos e parte dos processos licitatórios.

O e-SIC trabalha junto aos órgãos da empresa para disponibilizar esses tipos de dados, mais frequentemente perguntados, através do conceito de transparência ativa, pois acredita que atenderá aos seus usuários com mais rapidez, eficiência e transparência.

Fonte: SIC CBTU

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

SAC – Serviço de Atendimento ao Usuário

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE		
CANAL	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES	DEMANDAS ATENDIDAS
Contato telefônico (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizado através do telefone (31) 3250-3901.	732	732
Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados através do e-mail (falemetrobh@cbtu.gov.br ou pelo site www.metrobh.gov.br)	612	612
Contatos (solicitação de informação, reclamações, sugestões e elogios) realizados por meio de	367	367

formulários de sugestão depositados em caixas de sugestões nas estações.		
--	--	--

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE		
CANAL	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES	DEMANDAS ATENDIDAS
Mensagens eletrônicas encaminhadas através do SIC da CBTU ao STU/BH.	27	27

Informações complementares:

Atendimento SAC

	Ligações / 2017			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Jan	0	52	102	0
Fev	0	22	78	0
Mar	0	27	25	0
Abr	1	26	21	0
Mai	1	27	29	0
Jun	0	19	147	0
Jul	1	27	21	0
Ago	0	11	54	0
Set	1	121	65	1
Out	5	36	20	0
Nov	0	17	23	0
Dez	0	13	26	0
Total	9	398	611	1

	Cartas / 2017			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Jan	1	16	17	0
Fev	2	14	6	1
Mar	1	15	6	1
Abr	3	10	25	0
Mai	4	8	34	0
Jun	4	29	6	2
Jul	5	18	0	2
Ago	9	32	4	3
Set	9	100	6	3
Out	5	18	0	0
Nov	16	54	17	1
Dez	2	46	6	1
Total	61	360	127	14

	E-mails / 2017			
	Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
Jan	5	39	6	1
Fev	1	12	12	1
Mar	5	5	39	0
Abr	3	15	8	0
Mai	3	27	4	0
Jun	16	28	32	2
Jul	8	23	24	1
Ago	1	18	21	1
Set	1	349	46	5
Out	4	47	36	0
Nov	5	63	17	0
Dez	4	44	20	1
Total	56	670	265	12

Total / 2017			
Sugestões	Reclamações	Informações	Elogios
126	1428	1003	27

Atendimento SIC - 2017

REGISTROS DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Mês	Quantidade	Assunto
Jan	5	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Concurso Público.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Fev	2	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Concurso Público.
Mar	1	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Abr	2	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Mai	2	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Jun	2	Investimentos no sistema.
		Investimentos no sistema.
Jul	1	Informações sobre falhas envolvendo a frota de trens.
Ago	3	Informações sobre a frota de trens da STU-BH.

		Informações sobre os gastos e custo da operação da STU-BH
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
Set	3	Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Solicitação de cópia do plano de extensão da linha de metrô com o organograma de obras previstas pela companhia e os respectivos prazos de execução e orçamentos.
		Solicitação de dados sobre o consumo elétrico do metrô de Belo Horizonte no período um ano.
Out	4	Solicitação de acesso a informação para o quantitativo de estações na CBTU/STU-BH que possuem bicicletários integrados às estações.
		Solicitação cópias de processos licitatórios para processos de prestação de serviços na área de mecânica.
		Acesso a informação sobre quantitativo de funcionários na área de operação/estações da STU-BH.
		Solicitação acesso a informação sobre: quantitativo de funcionários efetivos e terceirizados; valor total da folha de pagamento; valor que a CBTU paga de energia elétrica por mês em média; quantitativo de passageiros transportados em média; o valor da tarifa; a CBTU/STU-BH opera com lucro ou déficit.
Nov	1	Solicitação de acesso a informação sobre a frota de trens da STU-BH.
Dez	1	Informação sobre contratos para prestação de serviços de inspeção trilhos e rodeiros de trens.
Total	27	

Fonte: STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Canais de Acesso ao Cidadão.

- **OUVIDORIA:** Área responsável para receber manifestações do público do tipo: Solicitações de informações, reclamações, sugestões, elogios e denúncias, por meio das linhas diretas (81) 2102.8580 e 2102.8556.

Visando facilitar o acesso à ouvidoria, telefones ponto a ponto foram distribuídos nas estações: Recife, Joana Bezerra, Afogados, Barro, Cavaleiro, Jaboatão, Rodoviária, Cosme e Damião, Camaragibe, Largo da Paz, Tancredo Neves, Aeroporto, Prazeres e Cajueiro Seco.

E-mail: ouvidoria-rec@cbtu.gov.br

- **ATENDIMENTO PRESENCIAL:** Em funcionamento no edifício administrativo da CBTU-STU/REC, localizado na Rua José Natário, 478 – Areias – Recife/PE, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.
- **SIC – Serviço de Informação ao Cidadão:** Posto avançado no edifício administrativo da CBTU-STU/REC, localizado na Rua José Natário, 478 – Areias – Recife/PE, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta feira.
- **SITE:** www.cbtu.gov.br
- **FACEBOOK:** www.facebook.com/cbturarecife

Em 2017 foram registradas 292 manifestações todas respondidas.

Registro de dados gerenciais.

DEMANDAS REGISTRADAS	
Denúncias	0
Sugestões	1
Solicitações	20
Reclamações	271
Elogios	0
Informações	0
TOTAL	292

Das reclamações: 40% - Ar condicionado do trem quebrado; 8% - Elevador quebrado e 9% - Escada rolante quebrada.

Possíveis alterações dos procedimentos adotados.

O novo sistema informatizado foi colocado em teste a partir de junho 2017, os dados anteriores a esta data foram perdidos, portanto os dados apresentados são de junho a dezembro de 2017

Cronograma de procedimentos a serem implementados em exercícios futuros.

Reuniões mensais com o corpo gerencial.

FONTE: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Canais de comunicação disponibilizados pela STU-NAT à população:

- **Presencial:** Realizado na sede administrativa da Companhia das 8h às 12h e 13h às 17h de segunda à sexta, no qual o cidadão dispõe de formulário onde pode Elogiar, Sugerir ou Reclamar.
- **Correspondência:** Através do envio carta para o endereço da Companhia no endereço Praça Augusto Severo nº 302 – Cep: 59012-380 – Ribeira – Natal – RN.
- **Telefone:** (84) 3221-3355 - Segunda à Sexta das 7h às 19h e Sábados das 7h às 13h.
- **Internet:** - *Site da Companhia:* www.cbtu.gov.br
- **E-mail:** stunat@cbtu.gov.br
- **Facebook:** www.facebook.com/cbtunatal
- **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) presencial:** O Serviço de Informação ao Cidadão permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio presencial de segunda a sexta-feira, de 8 horas às 12 horas e de 13 horas às 17 horas na sede da Companhia, pelo telefone 3221-3355 –Ramal 2207 ou pela internet no site da CBTU e e-mail sic@cbtu.gov.br.
- **Estações e Trens:** Nas estações e composições de trens existem painéis com informações sobre o sistema, regulamento do usuário, tarifa, condutas para viagens seguras e canais para o contato com a CBTU. Há ainda, a distribuição de material impresso com todas as informações acima citadas.

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Canais de Acesso de João Pessoa

Telefones

Ouvidoria – (83) 98880-3834

Estação João Pessoa/Administração – (83) 3241-4240

Estação Cabedelo – (83) 3228-4399

Estação Santa Rita – (83) 3229-1682

Estação Mandacarú – (83) 3224-9756

Correio eletrônico:

Imprensa – imprensajp@cbtu.gov.br

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) é um canal de acesso às informações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), garantido por Lei - a Lei de Acesso a Informação (LAI - Lei 12.527/2011), que supri as deficiências de informação dos cidadãos sobre a CBTU. Os dados estatísticos das demandas são elaborados pelo SIC/AC que detém todas as solicitações feitas no exercício passado pelas Unidades e pela própria Administração Central. Todas as demandas das Superintendências (JOP, REC, MAC, NAT e BH) são repassadas às áreas responsáveis e à AC no momento do recebimento das mesmas, bem como, as respostas. A maioria das demandas são solicitações de informação sobre contratos, aditivos e quadro de funcionário com suas respectivas funções, que se acredita serem utilizadas por concursados em ações judiciais. Os procedimentos seguidos pela CBTU estão dispostos na LAI.

Todas as solicitações feitas a este SIC CBTU João Pessoa foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela legislação, isentando a Companhia de qualquer punição por falta ou atraso nas respostas.

Quadro X – Solicitações de informações através da Ouvidoria da STU/JOP em 2017

Ouvidoria					
	Sugestões	Informações	Reclamações	Elogios	Total
Telefone	1	2	13	1	17
Presenciais	2	3	15	2	22
Total	3	5	28	3	39

Fonte: STU/JOP.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Atualmente, além de solicitar informação pessoalmente ou por telefone (dados que não foram contabilizados no exercício de 2017), o cidadão/usuário conta com os seguintes canais de acesso a informação: Mídias sociais (Facebook e Instagram) e E-mail (e-SIC e e-OUV).

Facebook

- Quantidade de informações solicitadas no ano: 72
- Quantidade de informações respondidas: 64
- Quantidade de informações não respondidas: 8
- Tempo médio de resposta: 24 horas
- Quantidade de reclamações no ano: 70
- Reclamações por assuntos mais relevantes:
Grade horária, volume da buzina no novo trecho, poucas viagens trecho Maceió – Lourenço, feriados, atraso das obras.

Instagram

- Quantidade de informações solicitadas no ano: 3
- Quantidade de informações respondidas: 3
- Quantidade de informações não respondidas: 0
- Tempo médio de resposta: 24 horas
- Quantidade de reclamações no ano: 42
- Reclamações por assuntos mais relevantes:
Retirada do grafite do VLT e buzina alta no novo trecho.

e-SIC

Recebimento	Assunto	Resposta
13/01/17	Relação dos Engenheiros Civis contratados.	18/01/17
31/01/17	Fluxo de passageiros por estação mensal em 2016.	24/02/17
20/02/17	Convocação do candidato para a vaga de ANG – Tecnologia de Informação.	13/03/17

18/05/17	Informações sobre os engenheiros elétricos que atuam na STU MAC.	06/06/17
12/07/17	Ocorrências referentes a falhas nos trens desde 1993.	11/08/17
17/08/17	Número de passageiros anual de 2004 a 2014.	28/08/17
22/08/17	Quantidade de contadores lotados na CBTU Maceió.	30/08/17
20/09/17	Andamento do projeto VLT Maceió.	02/10/17
26/09/17	Demanda de usuários.	03/10/17
06/10/17	Processos licitatórios e vencedores – prestação de serviços na área de mecânica, 2014 a diante.	19/10/17
22/11/17	Início da operação dos TUE.	27/11/17

Para o exercício de 2018, as solicitações e reclamações feitas por telefone serão devidamente registradas, bem como já está em análise a possibilidade de utilizar o WhatsApp como mais um canal de acesso a informação para os usuários.

Fonte: STU-MAC

5.2 - Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, através do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, com vistas a prover, sistematicamente, informações sobre as formas de acesso aos serviços prestados pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, e evidenciar o seu comprometimento na prestação eficiente desses serviços, imprimindo à gestão pública um cunho empreendedor focado em resultados, que atenda plenamente às exigências da sociedade.

https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/cartaservicoscidadao_cbtu2016.pdf

Fonte: GAGOV/P

5.3 - Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

1. A pesquisa

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários é realizada pela CBTU-BH por meio de “Pesquisa de perfil, hábitos de viagem e satisfação dos clientes da Companhia”. A execução desta ação é feita a contratação de empresa especializada para obtenção dos dados, com objetivo de garantir a imparcialidade das informações quanto à avaliação dos serviços prestados.

A realização do levantamento constitui subsídio imprescindível para o planejamento estratégico e para o aprimoramento gerencial e técnico dos sistemas que envolvem o atendimento ao público, uma vez que permite a identificação dos hábitos de viagem e das características do público que utiliza o metrô de Belo Horizonte.

Os dados coletados são fundamentais para justificar futuros investimentos, identificar necessidades de melhorias e definir locais e horários mais adequados para realização de eventos. A definição do público do sistema de trens urbanos na Superintendência de Belo Horizonte também contribui para a venda de espaços publicitários, ao definir qual o perfil de pessoas que transitam em cada estação do sistema e também para o desenvolvimento de estratégias de aumento da demanda de usuários.

É importante pontuar que os dados levantados pelos canais do Atendimento ao Usuário permitem levantamentos dos contatos realizados pelos passageiros com a CBTU. No entanto, não possibilitam a compilação de dados relacionados à satisfação do cliente e aos hábitos de viagem, sendo imprescindível a realização de trabalho específico, por meio da Pesquisa de Perfil e Satisfação do Cliente da CBTU-BH.

2. Últimos levantamentos

Nos últimos anos, a CBTU-BH contratou duas pesquisas, sendo uma em 2011 e outra em 2014, visando definir uma periodicidade para medição da satisfação, perfil e 35 hábitos de viagens dos passageiros. No planejamento da Companhia, o objetivo é a realização de pesquisas a cada dois anos, com intuito de manter as informações atualizadas e de aferir a satisfação do cliente quanto ao serviço da CBTU. Apesar desta previsão, devido às restrições orçamentárias vividas pela Superintendência, nos últimos anos, a execução de novo levantamento foi adiada, não sendo promovida em 2016 e em 2017.

Neste contexto, houve a priorização da destinação de recursos que foram direcionados ao custeio das atividades relacionadas, diretamente, ao transporte de pessoas. Ou seja, as demandas e contratos voltados a atender à operação e à manutenção do sistema tiveram prioridade em relação a outras áreas da empresa por estarem ligados à circulação dos trens do metrô de Belo Horizonte. Desta forma, houve a necessidade de adiar a contratação da pesquisa, em detrimento de ações ligadas à atividade-fim da Companhia, mas sem diminuir a importância da realização do levantamento.

3. Novo contrato

Consciente do conteúdo fundamental gerado por este levantamento, no final de 2017, a CBTU-BH realizou o Pregão Eletrônico nº 071/2017 para “Contratação de serviço de empresa especializada para realização de pesquisa junto ao usuário do metrô da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – Superintendência de Trens Urbanos De Belo Horizonte - CBTU-STU/BH”. A licitação foi promovida com sucesso, tendo a participação de seis empresas.

Atualmente, o processo encontra-se em fase de conclusão para contratação de empresa que prestará o serviço à Companhia, promovendo a atualização dos dados referentes ao perfil, hábitos de viagem e satisfação do cliente da CBTU-BH.

A perspectiva é que a coleta de dados aconteça a partir de março de 2018, quando a demanda do sistema volta aos seus números típicos, ou seja, fora do período de férias.

Sendo assim, ainda no primeiro semestre de 2018, a CBTU-BH realizará nova pesquisa e terá dados atualizados para embasar estratégias e ações a serem desenvolvidas.

Fonte: STU-BH

As pesquisas de perfil e satisfação do usuário são fundamentais para nos dizer se estamos no caminho certo, onde podemos melhorar, permitir o direcionamento mais adequado dos esforços, destino mais eficaz dos recursos, dentre outros. Nas pesquisas são obtidos dados e informações imprescindíveis para os trabalhos desenvolvidos na área de planejamento.

Procurou-se manter a maioria dos critérios de avaliação da pesquisa de 2010 para permitir o acompanhamento de sua evolução.

A última pesquisa de perfil e satisfação realizada da STU/REC foi em 2010, desde então, não foram mais realizadas em função dos constantes contingenciamentos orçamentários.

Salientamos que, sem a participação de colaboradores de diversas áreas da empresa, a pesquisa 2017, nas linhas Centro e Sul, não teria sido realizada. Desde já, registramos nossos agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização da mesma.

A pesquisa foi realizada no dia 16 de agosto de 2017, por se tratar de um dia típico, das 6h às 10h30, nas estações Recife, Joana Bezerra, Afogados, Barro, Jaboatão, Camaragibe, Prazeres, Aeroporto e Cajueiro Seco. Estas estações foram escolhidas em função de suas demandas. Participaram das entrevistas 21 (vinte e um) colaboradores internos.

A área de planejamento pretende dar continuidade à realização das pesquisas de perfil e satisfação e procurará estender o universo pesquisado visando permitir a extração de resultados direcionados a pontos de maior interesse. É importante que não se descarte a possibilidade de contratação de empresas especializadas para execução das pesquisas no Metrô, pois novas técnicas e ferramentas são desenvolvidas e aplicadas na obtenção de resultados mais consistentes e fidedignos.

A avaliação geral da pesquisa indica que os serviços prestados pelo Metrô está num nível RAZOÁVEL, com média 5,86 para as estações e 5,67 para os trens, todavia alguns pontos merecem atenção. O aspecto SEGURANÇA foi apontado como o principal fator que necessita uma atenção especial, devendo ser tratado como uma prioridade na empresa. A situação dos arredores das estações foi apontada como RUIM, sugere-se parcerias com as prefeituras e Governo do Estado visando mitigar os problemas de iluminação, melhorar as condições físicas das ruas e calçadas, e propiciar ambientes mais seguros nos entornos.

Quanto aos ambulantes no sistema, a maioria dos passageiros são contra (63%) e dos que são favoráveis, muitos apresentam ressalvas.

Como parte do processo, realizamos um levantamento de críticas e sugestões com os colaboradores internos que participaram das entrevistas, tendo como objetivo, buscar melhorias para as próximas. Dentre as sugestões, destacamos:

- Informar aos nossos clientes com maior antecedência quanto à realização da pesquisa, inclusive divulgando o formulário que será utilizado;
- Criar questões que avaliem as integrações com o SEI; e
- Realizar a pesquisa em outros turnos.

A tabulação dos dados da pesquisa encontra-se a disposição de todos na GIPLA – Gerência de Regional I – Planejamento.

Fonte: STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2017

Fonte: STU-NAT

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

Em 30 de Agosto de 2017 foi editada a Resolução nº 100/2017 da Superintendência de Trens Urbanos de João Pessoa, que constituiu Grupo de Trabalho para aplicação da pesquisa de satisfação por 8 funcionários próprios. Para se obter um nível de confiança de 95%, e erro amostral de 5%, a amostra mínima é de 365 entrevistados. Já para um nível de confiança de 99% e erro amostral de 5%, a amostra mínima é de 606 entrevistados. A meta estabelecida para o mínimo foi de 400 entrevistas a ser divididas por 8 entrevistadores. Foram entrevistados no total 432 passageiros entre os dias 27/09/2017 e 07/11/2017.

Síntese dos resultados

- **Origens principais:**
 - Santa Rita (2 estações): 22% dos passageiros;
 - Bayeux (1 estação): 9% dos passageiros;
 - João Pessoa (4 estações): 34% dos passageiros;
 - Cabedelo (5 estações): 36% dos passageiros.
- **Destinos principais:** estações João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux.
- 32% dos passageiros **se deslocam mais de 1km** para chegar à estação ou após sair da mesma. Destes, 42% (ou seja, 13,4% de todo o universo da pesquisa) o fazem a pé, enquanto os 52% restantes (18,6% do todo o universo da pesquisa) utilizam algum meio motorizado (passageiros integrados intermodais).
- **Idade e escolaridade:** 56% dos passageiros tem até 39 anos, e 80% tem até 49 anos; 42% estudou até Ensino Médio Completo, e 66% estudou até o Ensino Fundamental Completo.
- **Ocupação:** as principais situações dos passageiros quanto a ocupação são Empregado (31%), Desempregado (17%), Autônomo (17%) e Servidor Público ou Militar (10%).
- **Deficiências:** 11% de dos passageiros declaram possuir, eles próprios ou algum familiar, capacidade de mobilidade reduzida, dos quais apenas 36% declararam que a CBTU não atendia tal deficiência.
- **Rendas:** 56% dos passageiros ou seus familiares recebem Bolsa Família; 40% recebem até 1 Salário Mínimo, 55% recebem menos de 2 Salários Mínimos, e 80% recebem menos de 3 Salários Mínimos. A Renda Média *per capita* é de R\$ 519,61.
- **Motivos de deslocamento:** 58% utilizam para trabalho, 34% utilizam para lazer, e 20% utilizam para compras. Os que utilizam para trabalho usam nos primeiros e últimos horários.
- **Vai e volta de trem:** apenas 16% dos passageiros não vão e voltam de trem, principalmente por causa do intervalo muito longo entre trens, ou por conta da operação dos trens já haver sido encerrada ao final do seu expediente.
- **Razões para andar de trem:** Preço (69%); Rapidez (46%); e, Conforto (31%).
- **Itens a serem melhorados:** Violência (60%); Intervalo entre trens (19%).
- **Tratamento pelos funcionários da CBTU:** 96% dos passageiros se consideram bem tratados pelos funcionários.
- **Notas médias:** 9,2 para o VLT, 6,0 para a Locomotiva, 6,9 para as estações e 6,9 como nota geral.
- **Segurança:** 57% se sentem inseguros ou muito inseguros dentro dos VLT/Locomotiva; enquanto 59% se sentem inseguros ou muito inseguros dentro das estações.
- **Preço máximo:** 92% dos passageiros aceitariam pagar até R\$ 1,00 de passagem.
- **Sugestões espontâneas mais expressivas:** “Condiciona aumento da passagem a melhorias na segurança”; “Proposta de campanha ‘deixem as pessoas saírem do Trem antes de entrarem’”; “Sugestão de treinamento para seguranças da CBTU para saberem se

comunicar com baderneiros durante uma crise, sem ter que recorrer a violência”; “Pede para aceitar Passe Legal/Vale Transporte”.

Recomendações

- Atentar para o fato de que 18,6% dos passageiros do trem já fazem integração intermodal sem qualquer tipo de vantagem concedida pelo trem ou demais modais para tal. Observar a potencialidade de aumento de passageiros transportados, supondo a **aceitação do “Passe Legal” e/ou “Vale Transporte”** dentro dos trens, sem qualquer desconto tarifário, tendo vista que R\$ 0,50 de tarifa não permite descontos adicionais.
- Observar o fato dos passageiros com renda e emprego utilizarem o trem, principalmente, **nas primeiras e últimas viagens, devendo-se priorizar a pontualidade e regularidade** do serviço nesses horários.
- Diante do fato de 16% dos passageiros não irem ou voltarem de trem por conta do *headway* ser longo, ou do horário de encerramento da operação, sugere-se a busca de soluções para **otimização da grade horária**. Não apenas para atender a demanda de tais passageiros, mas também pelo fato do trem ser um modal de alta capacidade, com potencial de transformar-se em modal troncal da região conturbada de João Pessoa.
- Tentar melhorar o **sentimento de insegurança geral dos passageiros** com maior presença dos seguranças metroferroviários dentro das estações e nos VLT/Locomotivas.
- Se for do interesse dessa Superintendência, levantar o fato de 92% dos passageiros aceitariam pagar até R\$ 1,00 como mais um argumento favorável pelo reajuste da tarifa, pois tal reajuste pode **levar a um aumento da arrecadação em até 84%**. Um reajuste de tarifa pode ser considerado como uma melhor forma de justificar financeiramente a existência desta STU sem impactar significativamente nos orçamentos familiares dos passageiros

Fonte: STU-JOP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

Não foi realizada pesquisa pela Unidade no exercício de 2017

Fonte: STU-MAC

5.4 - Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

A CBTU mantém um portal na Internet no endereço www.cbtu.gov.br, cujas informações sobre a sua atuação são:

Dados institucionais, Organogramas, Agenda dos Diretores, Quem é Quem e Dados dos Empregados:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu>

Relatórios de Gestão, encaminhados anualmente ao Tribunal de Contas da União e Relatórios Mensais de Atividades:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/relatorios>

Planos de Ação Anual das Superintendências Regionais:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/planos-de-acao>

Balanços Anuais:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/relatorios/auditoria/balanco>

Licitações:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/licitacoes>

O acesso às informações específicas de cada um dos cinco sistemas que opera (Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió) se dá através dos seguintes endereços:

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/belo-horizonte>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/recife>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/natal>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/joao-pessoa>

<http://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/maceio>

Fonte: GAPLO/DP

5.5 - Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

Nos itens 1.6 - Macroprocessos Finalísticos e 2.3.1.4 – Análise Situacional, está descrita com detalhes a evolução das ações para Acessibilidade da CBTU no exercício de 2017.

Apesar do orçamento aprovado para a CBTU não ter contemplado especificamente a Ação 15.453.2048.14TS – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió à Acessibilidade Universal, todas as intervenções necessárias e realizadas foram executadas levando em conta os quesitos de Acessibilidade.

Fonte: GAPLO/DP

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 – Desempenho Financeiro no Exercício

A CBTU no exercício de 2017 enfrentou alguns problemas que não comprometeram a sua situação financeira, conforme descrito a seguir:

1. PAC

As transferências de recursos do PAC ocorreram obedecendo o contido na IN N° 17 de 17 de junho de 2016 que "dispõe sobre a liberação dos recursos financeiros do PAC", possibilitando uma maior organização dos repasses e execução dos pagamentos. Cabe ressaltar que foram repassadas a totalidade dos recursos solicitados no ano.

2. LIMITES FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS

Os limites disponibilizados nas fontes do tesouro e própria (anexos I e II) ocorreram de forma aceitável fazendo frente ao orçamento disponibilizado executado e aos restos a pagar, os repasses de recursos foram atendidos sem atrasos significativos.

3. PENHORAS JUDICIAIS

As penhoras judiciais são as que trazem as mais graves consequências para a empresa.

No exercício de 2017 foram penhorados R\$ 92.949,9 mil, sendo R\$ 36.949,9 mil de processos trabalhistas/cíveis e R\$ 56.000,0 mil a favor da REFER.

As penhoras feitas em nossa receita, decorrentes de processos trabalhistas/cíveis transitados em julgados e não pagos, ficam aguardando o recebimento dos respectivos recursos para possibilitar a reposição da receita. Oportuno registrar que o processo de levantamento da documentação, lançamento no sistema PROCESS do MCID e a análise e disponibilização do orçamento, pode levar em até 180 dias, gerando distorções entre a execução orçamentária e a financeira.

As penhoras para a REFER (vide nota explicativa nas Demonstrações Contábeis) não são atendidas pelo MPOG sob alegação que o processo está na AGU e, enquanto não houver manifestação quanto à renegociação da dívida, não haverá reposição dos valores penhorados.

Considerando as últimas determinações judiciais, o volume a ser penhorado em 2018 deverá ser da ordem de R\$ 72 milhões, o que vai comprometer de forma significativa a disponibilidade de caixa da Companhia.

6.1.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

a – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.6.1.1.A – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS									
CNPJ: 42357483/0001-26					UG/GESTÃO: 275068				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	003/2010/DT	03231999/0001-78	53.000.000,00		0,00	53.000.000,00	31/12/2012	31/12/2015	8
5	001-2008/DT	04474819/0001-41	47.900.000,00		0,00	40.000.000,00	30/12/2008	31/03/2018	1
5	002-2008/DT	01171480/0001-60	11.000.000,00	10.400.000,00	0,00	10.000.000,00	30/12/2008	30/11/2016	6
5	001-2013/DT	02003575/0001-93	94.251.597,53	5.000.000,00	13.206.089,80	94.251.597,53	27/06/2013	31/12/2018	1
5	001-2014/DT	02003575/0001-93	150.000.000,00	41.800.000,00	9.044.582,39	86.744.582,39	19/09/2014	31/12/2018	1
TOTAIS			356.151.597,53	57.200.000,00	22.250.672,19	283.996.179,92			
<div><div><div>LEGENDA</div><div>Modalidade:</div><div><div>1 - Convênio</div><div>2 - Contrato de Repasse</div><div>3 - Termo de Cooperação</div><div>4 - Termo de Compromisso</div></div></div><div><div>Situação da Transferência:</div><div><div>1 - Adimplente</div><div>2 - Inadimplente</div><div>3 - Inadimplência Suspensa</div><div>4 - Concluído</div><div>5 - Excluído</div><div>6 - Rescindido</div><div>7 - Arquivado</div><div>8 - Prestação de Contas em Complementação</div></div></div></div>									

Quadro A.6.1.1.B – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: COMPAHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS						
CNPJ: 42357483/0001-26				UG/GESTÃO: 275068		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso				22.250.672,19	17.089.327,81	107.700.000,00
Totais				22.250.672,19	17.089.327,81	107.700.000,00

Quadro A.6.1.1.C – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Unidade Concedente				
Nome: COMPAHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS				
CNPJ: 42357483/0001-26		UG/GESTÃO: 275068		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2017	Contas Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	0,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	-	
2016	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	30.314.504,74	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado		
2015	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	220.729.060,14	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado		
Anteriores a 2015	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte:CECIN/GAFIN/DA/CBTU				

Quadro A.6.1.1.D - Visão Geral da análise das prestações de contas

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS					
CNPJ: 42357483/0001-26			UG/GESTÃO: 275068		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2017	Quantidade de contas prestadas			0	
	Com prazo de análise ainda não vencido	contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	-	
	Com prazo de análise vencido	contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
			Contas NÃO analisadas	Quantidade	1
Montante repassado (R\$)				53.000.000,00	
2016	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
		Montante repassado (R\$)	0		
2015	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
		Montante repassado	0		
Exercícios anteriores a 2015	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0		
		Montante repassado	0		

Fonte: CECIN/GAFIN/DA/CBTU

b – Análise crítica

TERMO DE COMPROMISSO 001/2013

O Termo de Compromisso TC 001/2013, para as obras na Linha Sul do Metrô de Fortaleza, tem por fonte de recursos os saldos decorrentes do extinto Convênio 007-2005/DT. Seu amparo legal é a Lei 11.578 de 26/11/2007, de transferência obrigatória para obras do PAC e seu monitoramento é feito exclusivamente através do SISPA.

O valor é de R\$99.251.597,53, dos quais R\$5.000.000,00 são de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará e sua vigência, após o TA nº02 é 31/12/18.

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GECOD.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo, na íntegra, os termos contidos nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso previa as seguintes transferências de recursos:

Em 2013 – R\$33.956.179,92

Em 2014 – R\$60.295.417,61

1ª REMESSA DE R\$33.956.179,92

Dos R\$33.956.179,92 previstos para liberação em 2013, só ocorreu a transferência dos R\$7.121.069,00 da LOA 2013.

Em 31/07/2013 a CBTU cadastrou no SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento) o pedido de crédito Suplementar da parcela restante, de R\$26.835.111,00, prevista para 2013 no Termo de Compromisso.

Em 13/12/2013 foi publicado no DOU Decreto de 12/12/2013 onde são abertos, no Orçamento Fiscal da União, os recursos solicitados.

Em 13/12/2013 a CBTU empenhou o suplemento previsto para o exercício de 2013, sua liberação, porém, não ocorreu até 31/12/2013, tornando-se então Resto a Pagar.

A liberação e transferência do complemento da 1ª remessa, no valor de R\$26.835.111,00 para Fortaleza, deu-se em 21/02/14 como RAP 2013.

Em 20/01/2014 foi aprovada a LOA 2014 no valor de R\$138.000.000,00 sendo: R\$60.295.417,61 para o Termo de Compromisso nº 001/2013 e R\$77.704.582,39 para o Termo de Compromisso nº 001/2014 que será abordado em outro documento

2ª REMESSA DE R\$60.295.417,61

Em 18/05/2015 foi assinado o TA nº 01 e o repasse dos R\$60.295.417,61 foi reprogramado da seguinte forma:

1ª Remessa A – R\$14.003.362,91 (de Ago/14 a Jan/15)

2ª Remessa B – R\$15.996.637,09 (de Jan/15 a Ago/15)

3ª Remessa – R\$16.000.000,00 (de Ago/15 a Dez/15)

4ª Remessa – R\$14.295.417,61 (de Jan/16 a Dez/16)

Os R\$14.003.362,91 foram repassados em 07/01/2015 e os R\$15.996.637,09 foram repassados em 14/01/2015 como RAP 2014.

De fevereiro/15 até novembro/16 (22 meses), em virtude de contingenciamentos, não foram realizadas remessas.

Em 15/12/2016 foi assinado TA nº 02 e o repasse dos R\$30.295.417,61 restantes foi novamente reprogramado, da seguinte forma:

3ª REMESSA – R\$30.295.417,61 (DE JAN/16 A DEZ/18)

Em 29/12/2016 foram repassados R\$17.089.327,81 como RAP 2014.

Em 26/12/2017 foram repassados R\$13.206.089,80 referentes ao saldo existente de RAP 2014. Com este repasse, foram encerradas todas as remessas previstas no Termo de Compromisso 001/2013.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2017.

A única transferência de recursos efetuada em 2017 foi o repasse de R\$13.206.089,80 em 26 dezembro, referente ao saldo existente de RAP 2014 e já comentado anteriormente.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2017, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

O Termo de Compromisso 001/2013 prevê os seguintes Investimentos:

R\$94.251.297,53 por parte da União e

R\$5.000.000,00 como contrapartida do Governo do Estado do Ceará.

Até o início de dezembro/2017 já tinha sido repassado, pela União, o montante de R\$81.045.507,73 e o Governo do Estado do Ceará já havia aplicado toda a sua contrapartida no montante de R\$5.000.000,00.

Todas as Prestações de Contas apresentadas já foram aprovadas pela GECOD e pela GEFIN, e a última Prestação de Contas apresentada foi a de nº 16, referente aos gastos até setembro de 2017. Esta PC apresentava um saldo em aplicações Financeiras de R\$686.942,05.

Cumpramos ressaltar que devido às restrições orçamentárias a conta corrente ficou zerada ao longo de todo o segundo semestre de 2016 e para evitar a paralisação ou pagamento de multa por atraso das obras já contratadas, o Governo do Estado do Ceará repassou R\$12.111.905,02 ao METROFOR ao longo do segundo semestre de 2016 até a UNIÃO repassar, em 29/12/2016, o montante de R\$17.089.327,81. Tendo em vista que desde Julho/2016 o Governo do Estado do Ceará já havia aplicado toda a sua contrapartida no Termo de Compromisso, o METROFOR solicitou à CBTU, e esta concordou, com a restituição deste valor mediante a comprovação financeira deste montante, o que foi feito na Prestação de Contas nº 15, realizada em julho/2017 e já aprovada pela GECOD e pela GEFIN.

O acompanhamento mensal do GECOD é feito a partir das informações prestadas, principalmente, pelas empresas responsáveis pela fiscalização dos serviços.

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias.

5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerenciais. Uma das empresas faz a fiscalização das obras civis; a outra faz a fiscalização dos sistemas de energia e subestações, eletrificação da via, equipamentos de oficina e material rodante; e uma terceira faz o gerenciamento de toda a obra, incluindo a parte financeira (prestação de contas) e controle dos contratos.

Quanto à periodicidade das visitas técnicas “in loco” por parte do gestor e fiscal da CBTU, elas ficam limitadas às disponibilidades orçamentárias da empresa.

6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Até o início de dezembro/2017 já tinha sido repassado, pela União, o montante de R\$81.045.507,73 e o Governo do Estado do Ceará já havia aplicado toda a sua contrapartida no montante de R\$5.000.000,00; além disso, já havia sido aplicado R\$1.612.889,44 referente aos rendimentos das aplicações financeiras, que foram utilizadas quando a conta corrente ficou zerada por falta de repasse da UNIÃO, e já tendo o METROFOR aplicado toda a sua contrapartida.

Cumpraressaltar que todo este montante já foi comprovado ao longo das 16 Prestações de Contas já apresentadas.

Em 2018 o Termo de Compromisso deverá chegar ao seu final, em virtude do repasse em 26/12/2017 dos R\$13.206.089,80 (RAP 2014) restantes.

Fonte: DT

TERMO DE COMPROMISSO 001/2014

O Termo de Compromisso TC 001/2014, assinado em 19/09/14 visa a conclusão das obras na Linha Sul do Metrô de Fortaleza e também é amparado, juridicamente, pela Lei 11.578 de transferência obrigatória para as obras do PAC e seu monitoramento também se dá através do SISPAC.

Seu valor é de R\$191.800.000,00, dos quais R\$150.000.000,00 de responsabilidade da União e R\$41.800.000,00 do Governo do Estado do Ceará e sua vigência é até 31/12/2018.

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso gerido por este GEFOR.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

A CBTU vem cumprindo, na íntegra, o contido nos artigos dos Decretos supracitados.

O Termo de Compromisso prevê as seguintes transferências de recursos:

1ª Remessa - R\$77.700.000,00 (Set/14 a Jun/15)

2ª Remessa - R\$30.000.000,00 (Jun/15 a Dez/15)

3ª Remessa - R\$22.300.000,00 (Jan/16 a Jun/16)

4ª Remessa - R\$20.000.000,00 (Jul/16 a Dez/17)

Em Janeiro/2014 foi aprovada a LOA 2014 no valor de R\$138.000.000,00 sendo: R\$77.704.582,39 para o Termo de Compromisso nº 001/2014 e R\$60.295.417,61 para o Termo de Compromisso nº 001/2013 que será abordado em outro documento.

1ª REMESSA DE R\$77.700.000,00

O valor integral da primeira remessa só ocorreu em Janeiro/2015 como RAP 2014, ou seja, um ano após a aprovação da LOA, e ainda sobrou R\$4.582,39 de RAP 2014 para ser repassado posteriormente.

2ª REMESSA DE R\$30.000.000,00

Em virtude de contingenciamentos não ocorreu nenhum repasse entre fevereiro/2015 e novembro/2017 (34 meses).

Em 2017 a CBTU possuía uma LOA de 137 milhões (exclusiva para seus sistemas) que foi reduzida para somente R\$33 milhões. Posteriormente, foi acrescentado mais R\$7 milhões em novembro, totalizando R\$40 milhões.

Como a CBTU não tinha como contratar obras e serviços até o final no ano, o saldo existente de LOA de R\$9,04 milhões foi remanejado em dezembro para o projeto de Fortaleza.

Sendo assim, em 26/12/2017 foram liberados os seguintes valores:

R\$9.040.000,00 - remanejamento da LOA 2017

R\$4.582,39 - RAP 2014

Cumpramos ressaltar que, quando da liberação dos R\$9.040.000,00 feita em dez/17, o saldo na conta corrente estava praticamente zerado desde maio/17 (7 meses) e já havia medições aguardando recursos para pagamento no valor de aproximadamente R\$27 milhões.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2017.

A única transferência de recursos efetuada em 2017 foi o repasse de R\$9.044.582,39, em 26 dezembro, já comentado anteriormente.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2017, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Todas as Prestações de Contas apresentadas já foram aprovadas pela GECOD e pela GEFIN, e a última Prestação de Contas apresentada foi a de nº 17, referente aos gastos até setembro de 2017. Esta PC apresentava um saldo em conta de R\$17.407,66.

Até a Prestação de Contas nº 17 já havia sido aplicado e comprovado o montante de R\$100.945.462,75 assim discriminados:

R\$77.700.000,00 com recursos da União;

R\$13.152.388,98 com recursos das aplicações financeiras;

R\$10.093.073,77 com recursos do METROFOR.

O valor total a ser repassado no TC 001/2014 é de R\$150 milhões e até 31/12/2017 já havia sido repassado R\$86.744.582,39, restando, assim, R\$63.255.417,61 a serem repassados até 31/12/2018 quando se encerra o referido Termo de Compromisso.

Cumpramos ressaltar que em março/2017 a CBTU foi surpreendida com a exclusão do TC 001/2014 do programa PAC, e com isso não se pode mais atualizar a Planilha do SISPAC com uma previsão orçamentária para o exercício de 2017 ou para exercícios futuros.

Cabe aqui destacar que para aprovação dos R\$9.040.000,00 o MCid exigiu que na Planilha do SISPAC fosse excluído o saldo de orçamento a conquistar, ou seja, R\$63.255.417,61.

O Diretor Técnico da CBTU e o Diretor de Implantação do METROFOR estiveram no MCid e obtiveram a promessa de recolocarem o TC 001/2014 no programa do PAC, e assim recuperarem os R\$63.255.417,61. Sendo assim, é de extrema urgência ter uma solução para o repasse do saldo do TC 001/2014.

Quanto à adequação dos materiais e dos recursos humanos necessários, limitamo-nos às disponibilidades orçamentárias.

5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para o acompanhamento diário das obras foram contratadas três empresas que emitem, com regularidade, relatórios técnicos e gerencias. Uma das empresas faz a fiscalização das obras civis; a outra faz a fiscalização dos sistemas de energia e subestações, eletrificação da via, equipamentos de oficina e material rodante; e uma terceira faz o gerenciamento de toda a obra, incluindo a parte financeira (prestação de contas) e controle dos contratos.

Quanto a periodicidade das visitas técnicas “in loco” por parte do gestor e fiscal da CBTU, elas ficam limitadas às disponibilidades orçamentárias da empresa.

6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Até o início de dezembro/2017 já tinha sido comprovada a aplicação de R\$77.700.000,00 com recursos da União e o Governo do Estado do Ceará já havia aplicado o montante de R\$10.093.073,77; além disso, já havia sido aplicado R\$13.152.388,98 referente aos rendimentos das aplicações financeiras que foram utilizadas quando a Conta Corrente ficou zerada por cerca de 7 meses por falta de repasse da UNIÃO.

Cumprir destacar que, de acordo com o cronograma do TC 001/2014, o início do compromisso da aplicação da contrapartida pelo METROFOR só estava prevista após a UNIÃO liberar a 2ª remessa no valor de R\$30.000.000,00, o que até agora não ocorreu. Como já comentado, foi repassado apenas parte dos R\$30 milhões no final de dezembro/17, ou seja, R\$9,04 milhões.

Fonte: DT

CONVÊNIO Nº 0003/2010/DT

O Convênio 0003/2010/DT foi assinado em 05/10/10 entre a CBTU e a CTS (Companhia de Transporte de Salvador), posteriormente denominada CTB (Companhia de Transporte do Estado da Bahia). Este Convênio teve como objetivo a recuperação total da Ponte São João, compreendendo o reforço da infra e da meso estruturas e substituição da superestrutura metálica da referida ponte. O valor global para a execução deste Convênio foi de R\$53.000.000,00 e teve sua vigência até 31/12/2015, sendo já finalizado e os serviços entregues em sua totalidade.

1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Não aplicável.

2) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

Não aplicável.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2017.

Não aplicável.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2017, quanto á eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Em 23/01/2013, em obediência a decisão judicial demandada à CTB, foi realizado pela mesma um saque indevido na conta de aplicação no valor de R\$295.255,61, sendo devolvido para a conta no dia 22/12/2014, 23 meses após a retirada. O valor foi, primeiramente, restituído sem os devidos juros e correção monetária, conforme determina a cláusula décima terceira do instrumento contratual. Para corrigir esta questão, A CTB emitiu uma nova GRU no valor de R\$35.762,42.

Em 07/11/2017, foi solicitada a complementação da prestação de contas pelo SICONV para que a CTB apresentasse a GRU e a memória de cálculo deste valor devolvido à União. Em 12/01/2018, a CTB reencaminhou a prestação de contas à CBTU, anexando a GRU e a memória de cálculo correspondente eliminando a pendência apontada na mesma.

5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Todo o processo de acompanhamento foi realizado pela CBTU com recursos próprios e limitados à sua capacidade financeira, uma vez que o Convênio não destinava recursos para amparar os custos de gerenciamento, fiscalização e deslocamentos dos funcionários da CBTU para exercer as atividades para as quais fora designada no próprio Convênio.

Primeiramente, a CTB contratou uma empresa local especializada em supervisão que passou a emitir relatórios de acompanhamento para a CTB, que os encaminhava para conhecimento da CBTU. Paralelamente, ocorreram reuniões técnicas de avaliação do andamento dos serviços no local das obras em Salvador e na CBTU, no Rio de Janeiro, sempre que o deslocamento se mostrava necessário por razões técnicas ou de gerenciamento.

Posteriormente, por falta de recursos suficientes, a CTB passou ela própria a fiscalizar a execução dos serviços, mantendo as reuniões com a CBTU, apesar de mais espaçadas. Esta solução foi resultado da falta de disponibilidade de recursos que deveriam ser aportados pela União na CBTU, visando manter o processo de supervisão e deslocamentos mais frequentes de técnicos para inspeções conjuntas com os técnicos da CTB.

6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

A descentralização de ações do projeto permite maior agilidade de todo o processo, desde que sejam disponibilizados recursos compatíveis não só com o cronograma de execução física das obras, como também com os recursos necessários ao processo de gerenciamento e supervisão. Vale ressaltar que a CTS/CTB e a CBTU são empresas operadoras de seus sistemas, portanto, com seus quadros dimensionados e voltados prioritariamente para atividades de operação e manutenção. A execução de obras novas de grande e médio porte exigem equipes de gerenciamento e supervisão especializadas, dedicadas durante a execução das obras, não sendo produtivo manter esta equipe após a conclusão dessas obras.

Assim, é recomendável que se contrate, sob gestão e orientação das empresas, equipes especializadas, multimodais, que atuem sob a coordenação geral do projeto da Concedente e da Conveniente. Os custos deste serviço e dos deslocamentos dos envolvidos na gestão e fiscalização do objeto do Convênio devem estar garantidos dentro do escopo do projeto.

O mesmo ocorre por parte do Concedente, no caso a CBTU, que é a responsável pela certificação da execução física e financeira do projeto pela Conveniente e da correta utilização dos recursos nos itens previamente determinados. Como a CBTU não possui pessoal próprio fora de suas unidades de operação, como, por exemplo, é o caso de Salvador, é igualmente

necessário que tenha o auxílio local de uma equipe reduzida e independente da Conveniente, especializada em inspeção e gerenciamento, voltada para o convênio e para a fiscalização da execução das obras, dos contratos e da aplicação dos recursos disponibilizados, tendo por base as obrigações dos convênios e/ou Termos de Compromissos. Esta equipe deve ser ligada diretamente à gestão e fiscalização da CBTU, responsável pelo Convênio ou Termo de Compromisso que venha a ser assinado.

Contudo, as atividades da CBTU de fiscalização são custeadas pelo seu próprio orçamento geral, gerando despesas de viagens aos locais das obras, por conta do objeto dos Convênios e Termos de Compromissos, por muitas vezes não dimensionados previamente em seu orçamento e, mesmo quando orçado, sofrendo cortes que dificultam o trabalho de gerenciamento e fiscalização planejado.

Portanto, para evitar esta situação prejudicial ao processo de gerenciamento e fiscalização, propomos que no item de identificação de recursos para as ações de gerenciamento e fiscalização de execução dos Convênios e Termos de Compromissos sejam identificados recursos destinados não só para a atividade da Conveniente como também para a Concedente, garantindo o recurso necessário para a correta execução dos serviços que estão sendo atribuídos à Concedente CBTU, podendo, assim, responder com maior presteza e confiabilidade aos órgão de fiscalização da União.

Fonte: DT

TERMO DE COMPROMISSO 001/2008

Termo de Compromisso firmado entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco representado pela Secretaria das Cidades. Transferência de recursos orçamentários e financeiros da União por intermédio da CBTU para a execução de obras e serviços relacionados à construção de seis terminais de integração e do sistema viário no entorno dos terminais e estações.

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Os recursos financeiros foram transferidos em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente. Todos os recursos foram consumidos por pagamentos referentes à execução do objeto do Termo de Compromisso. Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso 001/2008.

2. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

Não houve transferência no exercício. As transferências foram realizadas em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente.

3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2017.

Não houve transferência no exercício. As transferências foram realizadas em 23/01/2009 e 16/05/2011 nos valores de R\$ 10.000.000,00 e 30.000.000,00, respectivamente.

4. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2017, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Após a celebração do TA06, que definiu critérios para utilização de preços SINAPI na análise de prestação de contas, a Secretaria das Cidades/PE iniciou a revisão da prestação de contas, de forma a adequá-las aos comentários feitos pela análise da fiscalização da CBTU. Devido a contenção de despesas e carência de mão de obra, por parte da Secretaria das Cidades/PE, ela ainda não concluiu a revisão e adequação da prestação de contas.

Em agosto/2016, próximo do término da vigência Termo de Compromisso, a Secretaria das Cidades/PE solicitou prorrogação de prazo, sendo celebrado o Termo Aditivo nº 07, estendendo sua vigência até 31/03/2017.

Em 30/03/2017 foi assinado o Termo Aditivo nº 08, prorrogando o prazo do Termo para 30/09/2017. Em 29/09/2017, foi assinado o 9º Termo Aditivo, prorrogando o prazo do Termo para 31/03/2018, devido a definições e a finalização dos ajustes de preço à tabela SINAPI e o processo de prestação de contas.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para gerenciamento e fiscalização da aplicação dos recursos foi designado um Gestor alocado na CBTU/AC e um Fiscal na STU/REC. O Gestor alocado na CBTU/AC facilita o acesso à Diretoria e conta, ainda, com suporte das áreas técnicas, financeira e jurídica. O Fiscal alocado na STU/REC tem facilidade de acesso à execução do objeto, realizando a fiscalização in loco.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Após solicitação e justificativas apresentadas pela Secretaria das Cidades/PE, o Termo de Compromisso 001/2008 foi aditado, mantendo sua vigência e legalidade, sendo assim, a Prestação de Contas Final do Termo de Compromisso está sendo apresentada na época determinada pela legislação pertinente.

TERMO DE COMPROMISSO 002/2008

Termo de Compromisso firmado entre a CBTU e o Governo do Estado de Pernambuco representado pela Secretaria de Transportes com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER/PE. Transferência de recursos orçamentários e financeiros da União por intermédio da CBTU para a elaboração do Projeto e Construção do Complexo da 9ª Travessa, composto das obras: viaduto rodoviário sobre a linha férrea na 9ª Travessa; encontros e acessos do viaduto; viário do entorno/acesso ao Terminal de Cajueiro Seco e célula rodoviária na Rua Luiz Rigueira.

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

O único repasse de recursos financeiros foi realizado em 27/01/2009 no valor de R\$ 10.000.000,00. Em face desse valor não ter sido utilizado, em 07/06/2016 foi devolvido aos cofres da União o montante de R\$ 15.548.655,87, referente ao valor transferido, acrescido de rendimentos auferidos até a referida data. Não existem situações de inadimplência no que tange ao Termo de Compromisso 002/2008.

2. Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere.

Não houve transferência no exercício. A única transferência no valor de R\$ 10.000.000,00 foi realizada em 27/01/2009.

3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2017.

Não houve transferência no exercício. A única transferência no valor de R\$ 10.000.000,00 foi realizada em 27/01/2009.

4. Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2017, quanto à eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e matérias para tanto.

Em 27/10/2015 a CBTU recebeu o ofício nº 1105/2015-PR, do DER/PE, solicitando celebrar aditivo de prazo ao Termo de Compromisso 002/2008.

Através de Carta nº 010-2015/GEREC/DT, datada de 19/11/2015 e Carta nº 011-2015/GEREC/DT, datada de 01/12/2015, a CBTU, com concordância do Ministério das Cidades, informou ao DER/PE e à Secretaria de Transportes/PE, respectivamente, a intenção de não aditar mais prazo ao Termo de Compromisso. Nas referidas Cartas a CBTU solicitou a concordância quanto à celebração de rescisão amigável, o encaminhamento da prestação de contas final, e a devolução dos recursos liberados não utilizados na consecução do objeto, incluindo os correspondentes rendimentos de aplicação financeira.

Após o encaminhamento, pelo DER/PE, de prestação de contas incompleta, e reiteradas cobranças da CBTU, sem que o DER/PE apresentasse solução para o problema, em março/2016 a CBTU inscreveu o DER/PE no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

No mês de junho/2016 o DER/PE encaminhou algumas documentações complementares e restituiu aos cofres da União, em 07/06/2016, o valor de R\$ 15.548.655,87 referentes aos recursos transferidos e não utilizados acrescidos dos respectivos rendimentos. Isso permitiu à CBTU proceder à baixa do registro no CADIN do DER/PE

O DER/PE ainda não sanou todas as pendências da prestação de contas a qual se encontra em aberto, gerando demandas da CBTU ao DER/PE para finalizar o processo.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Para gerenciamento e fiscalização da aplicação dos recursos foi designado um Gestor alocado na CBTU/AC e um Fiscal na STU/REC. O Gestor alocado na CBTU/AC facilita o acesso à Diretoria e conta, ainda, com suporte das áreas técnicas, financeira e jurídica. O Fiscal alocado na STU/REC tem facilidade de acesso à execução do objeto, realizando a fiscalização in loco.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizado das políticas públicas a cargo da UJ.

Foi realizado um repasse financeiro em 27/01/2009 no valor de R\$ 10.000.000,00, sendo devolvido aos cofres da União o montante de R\$ 15.548.655,87, em 07/06/2016, referente ao valor transferido, acrescido de rendimentos auferidos até a referida data.

Fonte: DT

6.1.2 - Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da CBTU, como sociedade de economia mista, estão suportadas por notas explicativas que evidenciam as contas mais relevantes.

No exercício de 2017 apurou um prejuízo de R\$ 149.063 mil, 65,76% inferior ao de 2016, tendo como relevante os ajustes das provisões para contingências e os encargos financeiros da dívida com a REFER.

Na composição da demonstração de resultados as principais rubricas que determinam os resultados negativos são o resultado financeiro, a depreciação do imobilizado e as sentenças judiciais (ajuste das provisões para contingências).

A principal consequência do resultado está na relação do passivo com o patrimônio líquido, caso não haja uma reversão das expectativas com relação a dívida com a REFER, bem como a capitalização dos recursos para aumento de capital, que é atualizado monetariamente pela SELIC, afetando negativamente o resultado. A tendência é que em 2018 o patrimônio líquido permaneça negativo, ou seja, com o passivo a descoberto, da mesma forma prevista e realizada em 2017.

Fonte: GAFIN/DA

6.2 – Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica. A CBTU segue a Lei 6.404/76

Fonte: GAFIN/DA

6.3 – Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

Coordenadoria Técnica de Contabilidade e Custos, subordinada à Gerência Técnica de Contabilidade e Custos, da Gerência Geral de Gestão Financeira, da Diretoria de Administração e Finanças;

- b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

Superintendências Regionais de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió;

- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

A CBTU não utiliza o SIC. Possuímos sistema de custos próprio, que utiliza as informações dos seus sistemas internos de pessoal e material, bem como extraídas manualmente do SIAFI;

- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

Utilização do TESOIRO GERENCIAL e SIAFI operacional, agregado com informações dos sistemas internos;

- e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

Elaboração de estudos tarifários, previsão de receitas, custos operacionais de manutenção e administrativos;

- f) relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Relatórios de taxas de cobertura, tarifa efetiva, custo operacional e total.

Fonte: GAFIN/DA

6.4 – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 e Notas Explicativas

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

ATIVO

	2017	2016
CIRCULANTE		
Disponibilidades - Nota 03	46.838.725,57	28.424.737,88
Contas a Receber - Nota 04	79.313.028,15	77.469.246,68
Adiantamento de Férias	3.019.238,13	2.864.231,19
Almoxarifados	36.451.547,13	34.553.782,75
Depósitos Judiciais - Nota 05	271.726.348,31	204.774.957,76
Despesas Antecipadas	6.041,69	74.869,93
	<u>437.354.928,98</u>	<u>348.161.826,19</u>
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 05	120.422.976,58	111.179.049,24
Depósitos Especiais - Nota 06	158.293.471,93	152.871.360,41
Impostos a Recuperar - Nota 07	37.838.546,30	35.868.827,47
Aplicação em Títulos do Tesouro	-	372,97
	<u>316.554.994,81</u>	<u>299.919.610,09</u>
IMOBILIZADO - Nota 08	3.949.813.526,29	3.938.093.208,57
DIFERIDO - Nota 09	4.850.468,34	5.931.391,02
INTANGÍVEL	4.930.078,03	4.213.117,03
	<u>3.959.594.072,66</u>	<u>3.948.237.716,62</u>
	<u>4.276.149.067,47</u>	<u>4.248.157.326,71</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>4.713.503.996,45</u>	<u>4.596.319.152,90</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

PASSIVO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	6.977.020,21	15.015.297,53
Encargos de Financiamentos	2.895.404,05	2.565.597,13
Fundação REFER - Nota 10	3.019.684.718,14	2.680.668.393,65
Provisão para Férias	38.135.581,51	35.806.120,48
Provisão para Contingências - Nota 11	968.237.544,31	1.197.489.114,08
Obrigações a Pagar	5.892.383,82	7.670.254,12
Depósitos e Consignações	2.842.919,05	3.110.637,11
Recursos Fiscais e Previdenciários	585.465,49	644.163,85
	<u>4.045.251.036,58</u>	<u>3.942.969.577,95</u>
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos - Nota 12	185.111.532,83	182.375.150,13
Receita Diferida - Nota 13	2.279.999,25	2.469.999,25
Recursos para Futuro Aumento de Capital - Nota 14	1.033.979.552,14	855.365.217,14
	<u>1.221.371.084,22</u>	<u>1.040.210.366,52</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 15		
Capital Social Realizado	5.404.110.329,15	5.404.110.329,15
Reserva de Capital	2.266.923,14	2.266.923,14
Reserva de Reavaliação de Bens	3.656.564,02	4.151.331,22
Prejuízos Acumulados	(5.963.151.940,66)	(5.797.389.375,08)
	<u>(553.118.124,35)</u>	<u>(386.860.791,57)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>4.713.503.996,45</u>	<u>4.596.319.152,90</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS
 Diretor de Administração e Finanças


JOSÉ MARQUES DE LIMA
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA BRUTA		
Transportes Ferroviários	160.124.140,87	157.714.073,06
Aluguéis e Arrendamentos	7.297.416,55	6.133.554,80
	<u>167.421.557,42</u>	<u>163.847.627,86</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços	(729.418,99)	(592.582,56)
	<u>166.692.138,43</u>	<u>163.255.045,30</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 16	(716.118.731,91)	(708.152.095,51)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	<u>(549.426.593,48)</u>	<u>(544.897.050,21)</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Subvenções para Custeio	931.964.974,07	851.116.610,91
Gerais e Administrativas	(125.885.381,05)	(116.466.115,80)
Depreciações e Amortizações	(80.351.500,91)	(81.674.861,89)
Sentenças Judiciais	(123.412.689,99)	(136.741.410,47)
Provisões Diversas	229.251.569,77	138.584.073,01
Reversão de Receitas Diferidas	190.000,00	190.000,00
	<u>831.756.971,89</u>	<u>655.008.295,76</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>282.330.378,41</u>	<u>110.111.245,55</u>
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 17		
Receita Financeira	7.765.177,31	71.936.029,54
Despesa Financeira	(438.428.607,35)	(617.360.535,29)
	<u>(430.663.430,04)</u>	<u>(545.424.505,75)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(148.333.051,63)</u>	<u>(435.313.260,20)</u>
Resultado da Baixa de Bens	(729.893,37)	(59.592,85)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(149.062.945,00)</u>	<u>(435.372.853,05)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS
 Diretor de Administração e Finanças


JOSÉ MARQUES DE LIMA
 Diretor-Presidente

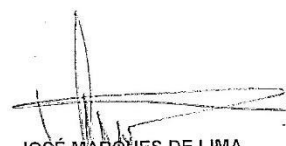
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social Realizado	Recursos Especiais	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.404.110	2.267	4.646	(5.362.511)	-	48.512
Aumento do Capital Social						-
Realização de Reservas			(495)	495		-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(435.373)		(435.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.404.110	2.267	4.151	(5.797.389)	-	(386.861)
Aumento do Capital Social						-
Realização de Reservas			(495)	495		-
Ajustes de Exercícios Anteriores				(17.194)		(17.194)
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(149.063)		(149.063)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.404.110</u>	<u>2.267</u>	<u>3.656</u>	<u>(5.963.151)</u>	<u>-</u>	<u>(553.118)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS
 Diretor de Administração e Finanças


JOSÉ MARQUES DE LIMA
 Diretor-Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
CNPJ - 42.357.483/0001/26 - INSC. EST. - 82.879.781
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 MÉTODO INDIRETO
(Em Milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(149.063)	(435.373)
AJUSTES POR:	265.224	457.391
Variação Cambial e Monetária	83.880	90.388
Depreciações e Amortizações	80.352	81.544
Encargos - REFER	339.016	449.104
Baixa de Bens	730	60
Reversão de Receitas e Reservas	(190)	(190)
Ajuste de Provisão para Contingências	(229.252)	(138.584)
Depósitos Judiciais	(9.244)	(24.868)
Créditos a Recuperar	(68)	(63)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE ATIVOS	87.973	9.079
Contas a Receber	19.038	2.765
Almoxarifados	1.898	(9.947)
Depósitos Judiciais	66.951	16.749
Adiantamentos de Férias	155	(185)
Outros Ativos Circulantes	(69)	(303)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	(7.483)	(58.561)
Fornecedores e Empreiteiros	(8.038)	(52.695)
Encargos de Financiamentos	330	(2.294)
Provisão para Férias	2.329	4.149
Outras Contas a Pagar	(2.104)	(7.721)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.705	(45.623)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(92.438)	(58.518)
Imobilizado	(91.721)	(58.468)
Intangível	(717)	(50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	90.147	99.912
Recursos para Futuro Aumento de Capital	90.147	99.912
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	18.414	(4.229)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.414	(4.229)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	28.425	32.654
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	46.839	28.425

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
 Contador
 CRC-RJ 062.918


RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS
 Diretor de Administração e Finanças


JOSÉ MARQUES DE LIMA
 Diretor-Presidente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – ATIVIDADES:

1) De acordo com o Estatuto Social, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU tem como objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o Impairment dos seus ativos, considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, indicavam que os ativos da CBTU estavam subavaliados, que demandaria processo de reavaliação de ativos.

Considerando que o CPC, através do ICPC-10, tornou facultativa a reavaliação de ativos neste caso, e que a empresa não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, optou pela não reavaliação dos ativos e também pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

a) Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

b) Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

c) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

d) Almojarifados

Os estoques mantidos nos almojarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado.

e) Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE:

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Transito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

Composição do saldo:

		2017		2016
Caixa		63		63
Conta Única do Tesouro Nacional		24.769		23.896
Valores em Trânsito		2.577		3.265
Aplicações Financeiras		19.430		1.201
		46.839		28.425

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER:

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido

critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Os gestores da CBTU e Inventariança da RFFSA desde 2013 buscam o equacionamento das pendências em questão, para viabilizar o encontro de contas entre as empresas, não sendo possível ainda sua conclusão face às divergências na apuração dos valores envolvidos.

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

O aumento do saldo em 2017 deve-se ao fato do Consórcio não estar efetuando os repasses dos valores da CBTU.

Existem dois processos judiciais em curso, o primeiro cobrando os valores não repassados até 2016 e o segundo dos valores de 2017, decorrente do não cumprimento do Termo de Confissão de Dívida, que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação Criminal contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros - Urbana, no Ministério Público Federal.

Créditos por Danos ou Perdas – o saldo desta rubrica foi baixado pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT, baseado no Art. 23, Inciso II da Lei Nº 8.443 de 1992, combinando com o subitem 2.1.1 do Capítulo 2 da Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais – da Sétima Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que tem como entendimento que o crédito a receber deve ser reconhecido como ativo apenas quando da expedição de decisão definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU, devendo os valores apurados e pendentes de julgamento serem registrados em Contas de Controle como Ativos Contingentes, conforme Comunica Nº 2018/0243689 de 08/02/2018 – CCONT.

Em contrapartida do lançamento com a conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores, refletindo no Patrimônio Líquido.

Composição do saldo:

	2017	2016
RFFSA	14.660	14.660
Prestação de Serviços	1.610	2.912
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	740	835
Créditos em Liquidação	69.846	49.610
Créditos por Danos ou Perdas	0	16.995
	87.579	85.735
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.266)	(8.266)
Total	79.313	77.469

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS:

- a) **Ativo Circulante** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Em 31 de dezembro de 2017, a situação das Penhoras judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

	2017				2016			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	138.564	61.442	4.769	204.775	118.243	64.866	4.916	188.025
Penhoras do Exercício	68.203	23.400	284	91.887	47.945	9.279	272	57.496
Recuperação de Penhoras	(23.312)	(1.619)	(5)	(24.936)	(27.624)	(12.703)	(419)	(40.746)
Saldo do Exercício	183.455	83.223	5.048	271.726	138.564	61.442	4.769	204.775

- b) **Ativo Realizável a Longo Prazo** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação e penhoras judiciais, que são recursos apreendidos pela justiça das contas correntes da CBTU no período de 1996 a 1999, antes do ingresso efetivo na conta única do Tesouro.

A Gerência Geral Jurídica da CBTU vem realizando trabalhos permanentes, objetivando depurar e identificar todos os valores constantes nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2017, a situação dos depósitos judiciais da Empresa pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO:

	2017	2016
Processos identificados – em andamento	119.277	110.033
Processos a serem identificados/regularizados	1.146	1.146
	120.423	111.179

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS:

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo, na rubrica de financiamento interno.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR:

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	2017	2016
Terrenos	-	370.660	369.560
Edificações	1,25 a 2,00	637.384	638.076
Instalações	2,00 a 3,33	823.525	785.612
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.070.047	1.051.972
Veículos	20	693	11.153
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	61.134	57.374
Outras Imobilizações Tangíveis	10	29.988	28.652
Imobilizações em Andamento	-	1.630.131	1.592.901
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	452.527	447.925
		5.076.089	4.983.225
Depreciações Acumuladas		(1.126.275)	(1.045.132)
	Total:	3.949.814	3.938.093

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Neste exercício a CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser cindido para a CPTM, que informou que realizará o inventário de todos os bens para uma futura proposta que considere as depreciações dos mesmos.

Quanto aos investimentos no sistema do Rio de Janeiro, a área jurídica da CBTU foi instada a notificar as empresas envolvidas para se manifestarem, objetivando dar prosseguimento ao processo.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue:

		2017	2016
Sistema de Belo Horizonte		71.169	96.959
Sistema de Recife		124.739	115.095
Sistema do Rio de Janeiro		651.804	651.804
Sistema de São Paulo		554.388	554.388
Outras Obras		228.031	174.655
Subtotal:		1.630.131	1.592.901
Correção Monetária – Lei 8.200/91		32.810	32.810
Total:		1.662.941	1.625.711

NOTA 09 – DIFERIDO:

Está representado por despesas de consultoria, vinculadas aos projetos Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD de Recife e Belo Horizonte.

Utilizando a faculdade prevista na Lei nº 11.941 de 27/05/2009 a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa amortização.

NOTA 10 – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL–REFER:

A CBTU, a partir de 17 de fevereiro de 2000, deixou de ser co-patrocinadora e passou a ser patrocinadora da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa e financeira, cujo objetivo principal é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes. Tal modificação ocorreu devido à segregação da parcela patrimonial e das obrigações relativas à CBTU, quando da quebra de solidariedade do Plano de Benefício até então existente, do qual participavam as instituições: Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, CBTU, Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e REFER. Atualmente o plano é de contribuição variável.

Tendo em vista as medidas sugeridas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 1, de 14 de fevereiro de 1997, para a redução de déficit potencial da REFER, e as autorizações concedidas pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes e Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi efetuado o registro do valor estimado como devido à REFER decorrente da redução da taxa de contribuição de 11,61% para 9,48% no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1996, bem como daquela decorrente dos reflexos financeiros motivados pela redução da base de contribuição determinada pela Lei 8.020, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 606, de 20 de julho de 1992, resultando na celebração do Contrato nº 030/REFER/2000 de 01/12/2000, de confissão de dívida.

Paralelamente foi celebrado o Instrumento Particular de Direitos e Obrigações, de 08/02/2001, referente à cobertura do déficit atuarial decorrente da migração do Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida.

Destaca-se que ambos os instrumentos estabeleceram como vencimento da primeira parcela de pagamento a data de 31 de janeiro de 2003.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a CBTU não obteve os recursos orçamentários para cumprir o acordado, tendo a REFER ajuizado ação de execução de Dívida na 28ª Vara Civil da Comarca do Rio de Janeiro, relativa ao CRT. 030/2000.

Em 31/03/2004, foi celebrado o Aditivo n.º 01/04 ao Instrumento Particular de Direitos e Obrigações de 08/02/2001, e, no que se refere ao Instrumento N.º 30/2000, foi celebrado Acordo Judicial repactuando valores e datas, passando ter vencimentos mensais a partir de 31/01/2005.

A REFER efetuou a cobrança da dívida renegociada que, por força do previsto no Artigo 62 do Decreto 4942/03, de 30/12/03 – Parágrafos 1º e 2º, sem o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Patrocinadora, a Fundação fica obrigada a proceder à execução judicial a dívida que resultaram nos seguintes processos:

a) Processo 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo n.º 2007.001.120653-9), em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, referente à execução de título extrajudicial – Instrumento Particular de Direitos e Obrigações assinado em 08/02/2001 (Reserva a Amortizar pela conversão do Plano de Benefício Definido para a modalidade de Contribuição Definida)

b) Processo 0009659-44.2012.4.02.5101 (antigo n.º 2004.001.12106-3), em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ referente à execução de título executivo extrajudicial – Instrumento n.º 30/REFER/2000 (Diferença de 2,13% das contribuições devidas de janeiro/85 a dezembro/96 e reflexos da Lei 8020/90).

As Leis Orçamentárias de 2006 a 2017 não contemplaram recursos para honrar o compromisso, apesar de terem constado nas Propostas Orçamentárias da CBTU encaminhadas ao Ministério das Cidades.

No exercício de 2006, a CBTU pagou R\$ 79.700 mil da dívida do Processo n.º 0011716-80.2004.8.19.001, naquela altura em trâmite junto a Justiça Estadual, com recursos de Restos a pagar de sentenças judiciais do exercício de 2005 e R\$ 2.845 mil do processo n.º 2005.001.051793-3 com recursos de sentenças judiciais do exercício de 2006, processo este julgado extinto, com decisão transitada em julgado.

No ano de 2007, foi constituído o Processo n.º 0123840-98.2007.8.19.001 (antigo n.º 2007.001.120653-9) perante a Justiça Estadual do RJ, para cobrança do saldo remanescente.

No exercício de 2007, a CBTU pagou R\$ 2.716 mil da dívida do Processo 0009659-44.2012.4.02.5101, atualmente em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ e R\$ 16.361 mil da dívida do Processo 0123840-98.2007.8.19.001, em trâmite na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ ambos com recursos de sentenças do exercício.

Nos exercícios de 2008 a 2017, a CBTU pagou R\$ 209.173 mil, através de penhora da receita dos processos n.º 0009659-44.2012.4.02.5101 e n.º 0123840-98.2007.8.19.001.

Em nova determinação judicial, em 2015 a penhora passou de 7% para 12% da receita da bilheteria, sendo posteriormente reformada para um valor fixo mensal de R\$ 6.745.201,23 (seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte três centavos) referente ao processo n.º 0009659-44.2012.4.02.5101 e 5% da receita de bilheteria referente ao processo n.º 0123840-98.2007.8.19.001.

Em 19/12/2016, foi realizada audiência de conciliação entre a CBTU, a Advocacia Geral da União – AGU e a REFER, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Segunda Região – TRF 2ª, e nessa oportunidade foi acordado, nos dois processos, que a CBTU realizasse depósitos que totalizassem R\$ 4 Milhões mensais nos meses de janeiro, fevereiro e março e de R\$ 5 milhões mensais de abril a dezembro de 2017. Diante desse cenário, em 11 de janeiro de 2017 o juízo monocrático da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ despachou determinando que o cartório anotasse no sistema processual a suspensão do andamento do feito até 20 de abril de 2017 e o TRF 2ª expediu certidão, em 23 de janeiro de 2017, suspendendo igualmente o feito. Em novo acordo entre as partes,

ficou estabelecido o valor de R\$ 6 milhões mensais para o exercício de 2018, mantendo os processos suspensos até fevereiro de 2019.

Em paralelo aos processos judiciais retro citados, foram instaurados, no âmbito da Advocacia Geral da União – AGU, dois processos administrativos que visam sanear a dívida com a REEFR: processos NUP(s): 80000.032804/2010-97 e 03500.000267/2008-10.

Tais processos administrativos encontram-se em permanente evolução, por meio de impulsos dados pela CBTU no sentido de sensibilizar as autoridades envolvidas, os executivos do Ministério das Cidades, do Tesouro ou do Planejamento e ainda, os Advogados da União que tratam do tema no âmbito da AGU, a fim comum de solucionar definitivamente a questão, já que a perpetuação do caso é por demais oneroso para a Companhia.

Assim, no âmbito do processo administrativo NUP: 03500.000267/2008-10, em atendimento a Carta emitida pelo Diretor-Presidente da CBTU em 11/07/2017, a DIRETORIA DO DEPARTAMENTO ELEITORAL E DE ESTUDOS JURIDOCOS /PGU, manifestou-se no sentido de que àquele órgão vem adotando medidas no sentido de apurar, com base no interesse público da União e tendo em vista o equilíbrio atuarial dos Planos de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU e de suas desmembradas (CPTM, CENTRAL, METROFOR, CTS e RIOTRILHOS), todos administrados pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (REFER), o valor efetivamente devido pela CBTU à REFER.

A CBTU de forma conservadora, mantém o valor contabilizado de acordo com o registrado pela REFER.

A CBTU é uma Empresa Estatal Federal de Economia Mista e, portanto, não está sujeita à Lei de Falências (11.101/2005, Art. 2º). Dessa forma, caso venha a ser condenada ao pagamento de dívida com a REFER, em valores que seja incapaz de honrar com recursos próprios sem prejuízo de sua operação, caberá à União, como sua controladora, arcar com o passivo diretamente ou prover recursos adicionais ao orçamento da Empresa para essa finalidade.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Diferença da taxa de contribuição e os Reflexos Financeiros da Lei nº 8020/90.	2.919.223	2.585.763
Reserva a Amortizar	100.462	94.905
	3.019.685	2.680.668

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais movidas contra a empresa em conformidade com a legislação societária e o pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25).

Conforme informação da Área Jurídica, a grande variação entre os Riscos Prováveis e os Riscos Possíveis de 2017 em relação a 2016, foi decorrente do grande fluxo de ações que tramitaram na Justiça e da implantação de um novo sistema de aferição de riscos o GEPARF – Guia de Esquematização de Processos e Aferição de Riscos Fiscais, com o objetivo de estabelecer metodologia de aferição das demandas jurídicas contra a CBTU, sendo sua implantação considerada relevante para melhor adequar as estimativas a nova realidade, estabelecendo critérios objetivos e transparentes.

No que tange aos riscos, os prováveis são registrados e os possíveis apenas evidenciados, conforme demonstrado abaixo:

	2017		2016	
	PROVÁVEIS	POSSÍVEIS	PROVÁVEIS	POSSÍVEIS
Trabalhistas	303.586	257.238	933.007	41.951
Cíveis	296.437	50.086	135.884	37.735
Previdenciários	87.501	23.553	90.453	6.620
Tributários	280.714	2873	38.145	2302
Total:	968.238	333.750	1.197.489	88.608

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS:

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024.

Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

NOTA 13 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 14 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL:

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016	2015	2014	2013	TOTAL
Investimentos	90.147	99.912	162.793	86.227	261.135	700.214
SELIC Acumulada	3.310	20.643	52.754	44.028	213.031	333.766
	93.457	120.555	215.547	130.255	474.166	1.033.980

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Capital Social

O capital social totalmente integralizado está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

	2017		2016	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO
União	18.645.502.652.415	99,9999	18.645.502.652.415	99,9999
Outros	1.063	0,0001	1.063	0,0001
	18.645.502.653.478	100,0000	18.645.502.653.478	100,0000

Reserva de Reavaliação

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto)

Os crescentes Prejuízos dos últimos exercícios são decorrentes principalmente dos encargos da dívida com a REFER e dos Ajustes das Provisões para Contingências, que vêm diminuindo o Patrimônio Líquido da empresa. Culminando neste exercício com o Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 553.118 mil.

		2017	2016
Patrimônio Líquido Negativo		553.118	386.861

Outro fator relevante é a intempestividade da capitalização dos Recursos para Futuro Aumento de Capital. Caso já tivessem sido capitalizados os investimentos de 2013 a 2016 com suas respectivas correções até 31/12/2016, no montante de R\$ 855.365 mil, registrado na Rubrica de mesmo nome no Passivo Não Circulante, o Patrimônio Líquido seria positivo no valor de R\$ 302.247 mil.

		2017	2016
Patrimônio Líquido Positivo		302.247	358.864

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Segue abaixo o demonstrativo de Custos dos Serviços Prestados no exercício de 2017.

		2017	2016
Pessoal e Encargos		501.008	504.029
Concessionárias		53.282	48.216
Serviços de Terceiros		146.975	140.488
Materiais		14.854	15.419
Total:		716.119	708.152

NOTA 17 – RESULTADO FINANCEIRO:

Segue abaixo o demonstrativo de Receitas e Despesas Financeiras:

Receitas Financeiras	2017	2016
Varição Monetária de Tributos a Recuperar	1.902	2.280
Varição Cambial Depósito Especial	5.422	69.370
Juros de Aplicações Financeiras	380	192
Outras	61	94
Sub-Total	7.765	71.936
Despesas Financeiras	2017	2016
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	339.017	449.105
Varição Cambial e Encargos de Financiamentos	10.919	66.558
Varição Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	88.467	101.471
Outras	26	227
Sub-Total	438.429	617.361
Total	430.664	545.425

NOTA 18 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS:

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2017 a maior e a menor remuneração mensal pagas aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 37.962,37 e R\$ 1.610,16, respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 25.704,67 e R\$ 22.351,89, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 6.561,05 e aos dirigentes foi de R\$ 23.190,09.

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS
Diretor de Administração e Finanças

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador CRC-RJ 062.918

6.5 – Demonstrativo Específico sobre Subsídios e Resultado Operacional

6.5.1 - Demonstrativo do Subsídio por Sistema

Foi considerada como subsídio a parcela do orçamento atendida com recursos do Tesouro, nas ações orçamentárias de custeio: Funcionamento dos Sistemas, Administração da Unidade, Capacitação de Recursos Humanos, Publicidade de Utilidade Pública, Pagamento de Pessoal Ativo da União, Benefícios (Aux. Transporte, Aux. Funeral e Natalidade, Assist. Médico Odontológica, Exames Periódicos, Aux. Alimentação e Assist. Pré-Escolar), Contribuição para Previdência Privada – REFER, Sentenças Judiciais (Cíveis e Trabalhistas), Pensões Decorrentes de Legislação Especial, Depósitos Recursais; e de Investimento (PAC e não PAC). Foram consideradas as fontes 100, 144, 250, 280, e 300.

Os dados foram compilados por Administração da Unidade e Superintendências Regionais. Ao final, está apresentada uma planilha consolidando o resultado da CBTU

Fonte: GEORC/GAPLO – TESOIRO GERENCIAL

Quadro A.6.5.1.A – Subsídio - Administração Central

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	6.394.266,05	6.393.938,76
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	552.462,01	552.462,01
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	72.752.979,80	71.849.319,59
0283	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	2	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA	0144	10.265.932,00	8.197.839,41
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	25.421.235,72	25.421.152,76
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	240.319,58	240.319,58
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100		
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	3	DESPESAS COM BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISOES JUDICIAIS	0100	23.387.700,00	23.387.700,00
09IX	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA EXTINCAO DA REDE FE	3	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA EXTINCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA	0100		520.298,98
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - DESPESAS DIVERSAS	0100		59.540,64
			ADMINISTRACAO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DO DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS E DE GESTAO DE FOLHA DE PAGAMENTO - DEPEX	0100		74.907,88
			ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0100	18.661.412,00	14.395.964,79
				0281	88.000,00	15.480,00
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	1.867.693,69	1.866.871,42
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	53.673,62	53.673,62
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	95.027,16	84.409,33
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	854.393,03	854.393,03
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT	3	AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	0100	45.500.000,00	45.500.000,00
2674	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO E SUAS AUTAR	3	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0188		729.521,56
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	856.006,41	644.040,13
				0281		
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	271.220,60	248.979,40
				0281	12.700,00	5.410,00
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA	0100	1.975.408,00	1.705.194,77
			MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL	0100	1.344.929,73	1.075.000,00
			MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO	0100	4.312.554,63	4.100.470,89
			IMPLANTACAO DO TRECHO SUL DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - CE	0100	9.040.000,00	9.040.000,00
			MODERNIZACAO E RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	0100	9.881.367,47	9.881.367,47
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0100	65.000,00	63.366,54
Total					233.894.281,50	226.961.622,56
RECETA PROPRIA					0250 0280	
SUBSIDIOS					0100 0281 0144 0188	223.527.649,50 20.890,00 8.197.839,41 729.521,56
Total					233.894.281,50	226.961.622,56

Quadro A.6.5.1.B – Subsídio - Belo Horizonte

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

Ação Governo	Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	19.750.006,54
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.663.899,81
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	139.363.678,44
0022	SENTENÇAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENÇAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	5.232.805,71
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.522.492,46
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100	11.203,38
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	5.208.724,61
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	37.443,65
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	353.496,88
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	384.349,05
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	61.030.311,58
				0250	42.048.061,31
				0281	120.000,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	85.760,50
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	262.847,80
				0281	23.311,00
				0681	9.933,00
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE	0100	2.396.134,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	340.500,00
				0250	258.844,02
5176	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS	4	EMENDA DE BANCADA	0100	
Total				282.103.803,74	281.807.919,39
RECEITA PROPRIA				0250	42.306.905,33
				0280	42.293.158,68
SUBSIDIOS				0100	239.643.654,41
				0281	143.311,00
				0681	9.933,00
Total				282.103.803,74	281.807.919,39

Quadro A.6.5.1.C – Subsídio - Recife

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	52.554.876,28	52.554.876,28
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.640.824,84	2.640.824,84
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	260.773.636,58	259.703.942,42
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.681.823,57	2.681.823,57
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	765.167,03	765.167,03
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100	3.734,46	3.734,46
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	9.462.530,93	9.462.530,93
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	206.926,00	206.926,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	581.568,96	572.468,96
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	146.307,33	146.307,33
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	69.851.337,85	69.782.454,23
				0250	30.047.063,49	26.691.208,01
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	12.620,00	12.620,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	215.807,37	199.617,37
				0281	178.888,99	178.888,99
				0681	113.665,50	113.665,50
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	0100	7.031.717,24	7.031.717,24
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	275.204,75	275.204,75
				0250	131.138,83	127.403,09
Total					437.674.840,00	433.151.381,00
RECEITA PROPRIA				0250 0280	30.178.202,32	26.818.611,10
SUBSIDIOS				0100 0281 0681	407.204.083,19 178.888,99 113.665,50	406.040.215,41 178.888,99 113.665,50
Total					437.674.840,00	433.151.381,00

Quadro A.6.5.1.D – Subsídio - Natal

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

SUPERINTENDENCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL						
Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	2.346.898,33	2.346.898,33
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	235.284,42	235.284,42
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	20.382.870,33	20.361.201,62
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	965.288,92	965.288,92
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	7.109,70	7.109,70
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100	0,00	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	868.537,84	868.537,84
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	22.600,00	22.560,90
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	61.637,02	61.190,18
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	14.962,40	14.962,40
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	10.227.566,00	10.227.566,00
				0250	1.745.000,00	1.745.000,00
				0281	14.000,00	14.000,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	98.400,00	90.412,45
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	95.620,50	90.920,50
				0281	5.000,00	5.000,00
				0681	11.000,00	11.000,00
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	127.500,00	123.334,47
Total					37.229.275,46	37.190.267,73
RECEITA PROPRIA				0250	1.745.000,00	1.745.000,00
				0280		
SUBSIDIOS				0100	35.454.275,46	35.415.267,73
				0281	19.000,00	19.000,00
				0681	11.000,00	11.000,00
Total					37.229.275,46	37.190.267,73

Quadro A.6.5.1.E – Subsídio - João Pessoa

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

SUPERINTENDENCIA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA						
Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORÇAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	6.237.617,52	6.237.617,52
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	193.700,10	193.700,10
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	18.415.756,93	18.415.756,93
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	640.759,80	640.759,80
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	1.468,43	1.468,43
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100	3.734,46	3.734,46
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	717.412,22	717.412,22
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100	14.750,00	14.750,00
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	72.780,98	71.888,38
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	20.633,43	20.633,43
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	8.415.015,16	8.165.247,35
				0250	363.120,40	177.648,48
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	91.229,03	90.765,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	74.250,00	72.914,00
				0681	5.000,00	4.500,00
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA	0100	26.821,97	26.821,97
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	0100	129.295,25	129.283,36
				0250	10.017,15	
Total					35.433.362,83	34.984.901,43
RECEITA PROPRIA				0250 0280	373.137,55	177.648,48
SUBSIDIOS				0100 0281 0681	35.055.225,28 5.000,00	34.802.752,95 4.500,00
Total					35.433.362,83	34.984.901,43

Quadro A.6.5.1.F – Subsídio - Maceió

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIO

SUPERINTENDENCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIO						
Ação Governo		Grupo Despesa	Plano Orçamentário	Fonte SOF	PROVISAO RECEBIDA	DESPESA ORCAMENTARIA DO EXERCICIO
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	1	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	4.729.606,69	4.729.606,69
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	261.628,62	261.628,62
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	0100	21.358.148,30	21.336.984,60
0022	SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	3	SENTENCAS JUDICIAIS DE EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	301.986,16	301.986,16
			DEPOSITOS RECURSAIS DEVIDOS POR EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	0100	44.253,72	44.253,72
00M1	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA	3	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0100		
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	0100	896.846,20	896.846,20
			EXAMES PERIODICOS - CIVIS	0100		
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS	3	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0100	71.784,00	71.783,07
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA	3	AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	0100	4.950,76	4.950,76
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	12.595.791,00	12.595.791,00
				0250	721.000,00	721.000,00
				0281	40.000,00	40.000,00
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	3	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	0100	31.335,00	31.335,00
6438	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS U	3	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	0100	58.250,00	57.803,49
				0681	10.000,00	7.215,00
10SS	APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	4	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO	0100	2.302.275,89	2.294.750,89
2843	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	4	FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS	0100	127.500,00	127.500,00
Total					43.555.356,34	43.523.435,20
RECEITA PROPRIA				0250	721.000,00	721.000,00
				0280		
SUBSIDIOS				0100	42.784.356,34	42.755.220,20
				0281	40.000,00	40.000,00
				0681	10.000,00	7.215,00
Total					43.555.356,34	43.523.435,20

Quadro A.6.5.1.G – Subsídio - Consolidado

Total		1.069.890.919,87	1.057.619.527,31
RECEITA PROPRIA	0250	75.324.245,20	71.755.418,26
	0280		
SUBSIDIOS	0100	983.669.244,18	976.425.447,59
	0281	481.899,99	365.589,99
	0681	149.598,50	145.710,50
	0144	10.265.932,00	8.197.839,41
	0188		729.521,56
Total		1.069.890.919,87	1.057.619.527,31

6.5.2 - Demonstrativo do Resultado Operacional por Sistema e agregado (Receita Total – Custo Total)

Unidade	Receita Total (R\$)	Custo Total (R\$)	Déficit Operacional (R\$)
BELO HORIZONTE	98.064.719,00	261.015.602,00	- 162.950.883,00
RECIFE	66.556.550,00	379.445.718,00	- 312.889.168,00
NATAL	1.686.257,00	34.077.654,00	- 32.391.397,00
JOÃO PESSOA	1.027.890,00	28.864.560,00	- 27.836.670,00
MACEIÓ	647.473,00	35.964.824,00	- 35.317.351,00
TOTAL	167.982.889,00	739.368.358,00	- 571.385.469,00

Fonte: GAPLO/DP (Banco de Dados)

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 - Tratamento de Determinações do TCU

Os seguintes acórdãos demandaram à CBTU no exercício de 2017 determinações e recomendações:

750/17– TCU - Plenário	Monitoramento das determinações e recomendações expedidas nas obras de construção do metrô de Salvador/BA (linha 1), conduzidas pela Companhia de Transporte de Salvador - CTS com recursos repassados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU; Pedido de reexame interposto pelo Consórcio Metrosal, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Andrade Gutierrez e Siemens, e pela CBTU, em face de decisão exarada na apreciação do monitoramento das obras de implantação do sistema metroviário da cidade de Salvador/BA.	Determinação	
2672/17– TCU - Plenário	Auditoria em licitações e contratos da CBTU; Auditoria de conformidade realizada em contrato que teve como objeto a aquisição de 10 trens unidades elétricas (TUEs), cada veículo constituído de quatro carros, em bitola larga, movidos a tração elétrica, para o fornecimento à Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte (STU/BH).	Ciência e Determinação	
1393/17– TCU - Plenário	L&C Aquisições logísticas Soluções de telecomunicações contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica, eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um Sistema de Monitoramento Eletrônico (SME) Concorrência Nº 005/2016/GALIC/CBTU-AC R\$ 12.985.145,35 Estimado.	Ciência e Determinação	

Após reuniões internas identificamos as áreas responsáveis nas implementações das medidas indicadas que terão conforme estabelecido no acórdãos, diferentes prazos conclusão e apresentação dos trabalhos.

A CBTU mantém dois empregados da área de Auditoria como Procuradores da Companhia para acompanhamento dos processos, através de controles informatizados.

Relacionamos a seguir, os processos da CBTU vigentes no TCU.

7.1.1 - Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento

A seguir estão relacionados os 29 processos em que a CBTU consta como Unidade Jurisdicionada junto ao Tribunal de Contas da União, bem como a relação de Acórdãos emitidos em 2017, valendo ressaltar que até 31/12/2017, inexistiu qualquer pendência de atendimento por parte da CBTU para com o Tribunal de Contas da União.

Todos os Acórdãos que determinavam ações da companhia foram atendidos tempestivamente.

PROCESSO	ASSUNTO
TC 012.829/2003-0 - SECEX - ALAGOAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS - Referente ao exercício 2002 da STU-MAC
TC 002.588/2009-0 - SEINFRAHID	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Possíveis irregularidades nas obras de construção do Metrô de Salvador-BA (Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo)
TC 003.896/2009-2 - SECEX - BAHIA	MONITORAMENTO - Possíveis irregularidades nas obras de construção do Metrô de Salvador-BA (Monitoramento processo TC 007.162/2006-0)
TC 009.514/2010-4 - SECEX - ALAGOAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício de 2005 - Of 8217
TC 012.778/2010-9 - SECEX - ALAGOAS	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na STU-MAC
TC 017.184/2010-0 - SECEX - ALAGOAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS - Apartado constituído em cumprimento ao Acórdão nº 3.261/2010 - 1ªC. (Apreciação das Contas dos Gestores da STU-MAC, relativas ao exercício de 2007)
TC 003.643/2012-3 - SECEX - ALAGOAS	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Proveniente do Acórdão nº 649/2012-2 2ª C sobre possíveis irregularidades na STU-MAC
TC 008.523/2012-6 - SEINFRAHID	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Apartado constituído em cumprimento do item 9.6 do Acórdão 2.450/2009 - TCU-P METROFOR
TC 028.499/2012-3 - SEINFRAHID	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Autuada em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 1.861/2012 - TCU-P, Contrato 10/04 (SA-12), que ensejou a determinação de retenção cautelar de 7.5% do valor do contrato
TC 001.084/2013-5 - SECEX - ESTATAIS RJ	REPRESENTAÇÃO - Possíveis irregularidades na licitação sob o RDC nº 004/2012-GALIC/AC, cujo objeto é fornecimento e instalação de vidros blindados nas bilheterias da STU-BH
TC 003.120/2013-9 - SECEX - ESTATAIS RJ	REPRESENTAÇÃO - Possível transposição de cargos sem prévia aprovação em Concurso Público
TC 009.891/2013-7 - SECEX - ALAGOAS	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Contra José Lucio M. Jesus e Clodomir B. de Albuquerque e outros relativo a irregularidades na STU-MAC
TC 013.515/2013-6 - SELOG	REPRESENTAÇÃO - Revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da folha de pagamento para alguns setores da economia
TC 021.103/2013-5 - SECEX - ESTATAIS RJ	RELATÓRIOS DE LEVANTAMENTO - Gerar conhecimento e mapear áreas de negócio, programas e processos de trabalho da CBTU que representem potenciais áreas de risco da entidade em relação a seus objetivos estratégicos e de controle
TC 007.463/2014-6 - SECEX - BAHIA	REPRESENTAÇÃO - Metrô de Salvador. Possível descumprimento ite 9.1.1 do Acórdão TCU nº 2.369/2006 - Plenário. Perda de eficácia das Garantias Contratuais
TC 014.050/2014-5 - SEFIP - Confidencialidade=sigilo	Atos de Admissão de Pessoal
TC 014.051/2014-1 - SEFIP - Confidencialidade=sigilo	Atos de Admissão de Pessoal
TC 014.053/2014-4 - SEFIP - Confidencialidade=sigilo	Atos de Admissão de Pessoal
TC 014.054/2014-0 - SEFIP - Confidencialidade=sigilo	Atos de Admissão de Pessoal
TC 016.127/2014-5 - SECEX - ALAGOAS	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Proveniente do Acórdão 2.817/2014 - 1ª C (010.799/2010-9) para apurar irregularidades na contratação de empresas e certames licitatórios ocorridos na STU-MAC
TC 018.361/2015-3 - SECEX ESTATAIS RJ	RELATÓRIO DE AUDITORIA - Auditoria em Licitações e Contratos
TC 026.359/2015-4 - SECEX ESTATAIS RJ	PRESTAÇÃO DE CONTAS - Ordinária da CBTU relativa ao exercício financeiro de 2014
TC 008.127/2016-6 - SEFTI	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO - Governança TI - Ciclo 2016
TC 028.410-2016-5 - SEINFRAURB	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Tomada de Contas Especial da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô/DF
TC 001.802/2017-8 - SEINFRAURBANA	REPRESENTAÇÃO - Informações no tocante aos processos de aquisições/modernização de material rodante relativo aos sistemas de BH, NAT, JOP e MAC
TC 015.016/2017-0 - SELOG	REPRESENTAÇÃO - L&C-Aquisições Logísticas Soluções de Telecomunicações Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um Sistema de Monitoramento Eletrônico (SME). Concorrência nº 005/2016/GALIC/CBTU-AC R\$12.985.145,35
TC 016.950/2017-8 - SEFIP	RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO - 3º Ciclo da fiscalização da folha de pagamento dos órgãos/entidades dos três poderes, do MPU e do TCU
TC 017.245/2017-6 - SECEX ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO Confidencialidade=sigiloso	RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO - Coletar dados sobre Governança e Gestão das organizações
TC 002.378/2018-3 - SEINFRAURBANA	AÇÃO DE CONTROLE - Auditoria em processos de aquisição e contratação de trens (material rodante) pela CBTU

Acórdãos do TCU proferidos no exercício de 2017			
ACÓRDÃO Nº	ASSUNTO DA DEMANDA	DELIBERAÇÃO	OBS
2891/17-TCU-Plenário	Prestação de Contas - Exercício de 2002. Embargos de declaração interpostos contra decisão que retificou por inexatidão material acórdão condenatório dos ora recorrentes	Ciência	
1071/17-TCU-Plenário	Prestação de Contas - Exercício de 2002. Recursos de reconsideração opostos por diversos responsáveis contra decisão que julgou irregulares suas contas ordinárias referentes ao exercício de 2002 da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, com imputação de débito e multa	Ciência	
0750/17-TCU-Plenário	Monitoramento das determinações e recomendações expedidas nas obras de construção do metrô de Salvador/BA (linha 1), conduzidas pela Companhia de Transporte de Salvador - CTS, com recursos repassados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Pedido de reexame interposto pelo Consórcio Metrosal, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens, e pela CBTU, em face de decisão exarada na apreciação do monitoramento das obras de implantação do sistema metroviário da cidade de Salvador/BA	Determinação	
1533/17-TCU-Plenário	Monitoramento das determinações e recomendações expedidas nas obras de construção do metrô de Salvador/BA (linha 1), conduzidas pela Companhia de Transporte de Salvador - CTS, com recursos repassados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	Ciência	
2656/17-TCU-Plenário	OF-8217-2006 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005; Recurso de reconsideração interposto contra decisão por meio da qual os responsáveis tiveram suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito, e aplicação de multa e pena de inabilitação, em razão de irregularidades em diversos contratos firmados no órgão	Ciência	
2831/17-TCU-Plenário	Apartado constituído em cumprimento ao Acórdão nº 3261/2010-1ª Câmara, alínea A - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, Exercício de 2007	-	"a"
1956/17-TCU-Plenário	Representação - Assunto: Unidade técnica. Metrô de Salvador. Possível descumprimento item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 2369/2006-Plenário; Representação de unidade técnica em virtude de notícia encaminhada pela Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB, acerca de possível descumprimento determinação decisão do TCU	-	"b"
2672/17-TCU-Plenário	Auditoria em licitações e contratos da CBTU; Auditoria de conformidade realizada em contrato que teve como objeto a aquisição de 10 trens unidades elétricas (TUEs), cada veículo constituído de quatro carros, em bitola larga, movidas a tração elétrica para o fornecimento à Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte (STU/BH)	Ciência e Determinação	
3199/17-TCU-1ª Câmara	Prestação de Contas Ordinária da Companhia Brasileira de Trens Urbanos relativa ao Exercício Financeiro de 2014	-	"c"
0882/17-TCU-Plenário	Levantamento de Governança de TI - Ciclo 2016; Relatório de Levantamento de Auditoria realizado com o objetivo de acompanhar a situação de governança de tecnologia de informação na administração pública federal, em atendimento ao subitem 9.4.3 do Acórdão 2308/2010 - Plenário	Ciência	
1393/17-TCU-Plenário	L&C - Aquisições logísticas - Soluções de telecomunicações - contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica, eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um Sistema de Monitoramento Eletrônico (SME) - Concorrência nº 005/2016/GALIC/CBTU-AC - R\$12.985.145,35 - Estimado	Ciência e Determinação	
2514/17-TCU-Plenário	L&C - Aquisições logísticas - Soluções de telecomunicações - contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia elétrica, eletrônica e informática para fornecimento e implantação de um Sistema de Monitoramento Eletrônico (SME) - Concorrência nº 005/2016/GALIC/CBTU-AC - R\$12.985.145,35 - Estimado	Ciência	
"a" - Retificação por inexatidão material do Acórdão 3030/2016 - Plenário			
"b" - Processo envolvendo a Companhia de Transportes de Salvador - CTS			
"c" - Prorroga por 120 (cento e vinte) dias o prazo estabelecido à CBTU para o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1.2 do Acórdão 7572/2016-TCU - 1ª Câmara			

7.2 - Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A CBTU mantém monitoramento das recomendações emitidas pela CGU através Plano de Providências Permanente.

Dados da Recomendação			Achados de Controle (N)			
ID	Categorias	Texto	Tipo	Constatação	UF/Município	Texto
5402	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Recomendamos à CBTU que oriente à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR a adotar providências para que sejam sustados os pagamentos à contratada Bom Sinal - Indústria e Comércio Ltda, até que seja procedido o cálculo dos valores que majoraram a proposta e resultaram em contratação por valor superior ao que seria apurado em coonformidade com o Edital. Tão logo sejam apurados os valores majorados na proposta, deve ser convocada a empresa contratada para repactuação do contrato a fim de que os valores "a maior" sejam compensados nas parcelas a serem pagas, ou ainda, proceder à cobrança administrativa e judicial, caso não sejam mais possíveis tais compensações.	Constatação do Ativa	12	CE/Fortaleza	Aceitação de proposta de venda dos VLTs com cálculo que incluiu valores de PIS e COFINS não previstos pelos termos do Edital e com apuração duplicada de ICMS.
52417	Recomendações Estruturantes	Elaborar um plano de atuação, compatível com os recursos disponíveis na CBTU, com o objetivo final de proceder ao cadastramento de todos os bens imóveis próprios de responsabilidade da empresa e locados de	Constatação do Ativa	25	RJ/Rio de Janeiro	Ausência de cadastramento, no SPIUNET, de 850 bens imóveis próprios de responsabilidade da CBTU.

		terceiros no sistema SPIUNET, definindo as providências que serão adotadas, os responsáveis e os prazos previstos, dando início ao arrolamento dos bens e à regularização da respectiva documentação cartorial.				
52421	Recomendações Estruturantes	Criar e executar periodicamente uma rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UJ, de modo a mitigar o risco de desperdício e de não atendimento de forma tempestiva e efetiva dos pleitos da unidade com relação ao desenvolvimento/manutenção de soluções em TI.	Constatação do Ativa	31	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/006 - Fragilidades na área de TI da CBTU.
52422	Recomendações Estruturantes	Estabelecer e formalizar uma metodologia de desenvolvimento de sistemas de modo a mitigar a ocorrência de problemas em sua manutenção.	Constatação do Ativa	31	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/006 - Fragilidades na área de TI da CBTU.
52456	Recomendações Estruturantes	Implantar rotina para identificação e monitoramento constantes dos processos críticos, bem como dos riscos, de origem interna e externa, envolvidos nos processos estratégicos da UJ, adotando as devidas medidas para mitigá-los.	Constatação do Ativa	32	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/007 - Fragilidades no sistema de controle interno da CBTU no que se refere à Avaliação de Risco e Monitoramento.
74776	Outras recomendações em geral.	Elaborar um PDTI e mantê-lo atualizado.	Constatação do Ativa	31	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/006 - Fragilidades na área de TI da CBTU.
74778	Outras recomendações em geral.	Criar um Comitê Gestor da Segurança da Informação de modo a mitigar a ocorrência de ações ineficazes, descoordenadas e sem alinhamento com o negócio.	Constatação do Ativa	31	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/006 - Fragilidades na área de TI da CBTU.

74780	Outras recomendações em geral.	Monitorar constantemente o sistema de controle interno da CBTU e a avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo, objetivando sua própria melhoria.	Constatação do Ativa	32	RJ/Rio de Janeiro	NOTA DE AUDITORIA 201203941/007 - Fragilidades no sistema de controle interno da CBTU no que se refere à Avaliação de Risco e Monitoramento.
116443	Outras recomendações em geral.	Diante do exposto, reiteramos a recomendação anterior encaminhada à CBTU por meio da NT n.º 803/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 09/04/2010, para que reveja o projeto, analisando alternativas de modal de transporte mais adequadas, consentâneas com o interesse público e que não tragam os danos potenciais ao erário do projeto examinado.	Constatação do Ativa	41	RJ/Rio de Janeiro	Inviabilidade técnica e econômico-financeira do Projeto de Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, tração diesel, no Sistema de Trens Urbanos de Maceió em face da demanda insuficiente e dos elevados custos de implantação e de manutenção/operação, o que, conforme estudo da própria CBTU, deverá causar um prejuízo de R\$294,5 milhões ao Tesouro Público ao longo do projeto.
143749	Outras recomendações em geral.	Que a CBTU elabore um projeto para o núcleo de correção contendo a estrutura organizacional e física necessárias, as suas atribuições e responsabilidades, culminando em um plano de ação determinando prazos e responsabilidades para a efetiva implantação do núcleo com o posterior cadastramento dos processos administrativos pendentes bem como o atendimento das recomendações pendentes do Relatório e Inspeção Correccional 01/2010.	Constatação do Ativa	6	RJ/Rio de Janeiro	Falta de estrutura adequada na área de correção e ausência de utilização do sistema CGUPAD pela CBTU.

143750	Recomendações Estruturantes	Estabelecer procedimento que defina o fluxo de informações a ser seguido no fornecimento de subsídios pelas áreas responsáveis ao escritório de advocacia contratado pela CBTU para patrocinar suas causas, estabelecendo formas, instrumentos, responsabilidades e prazos, com vistas a permitir a adequada defesa nas ações em que a empresa figura como ré.	Constatação do Ativa	31	RJ/Rio de Janeiro	Fragilidades nos argumentos de defesa utilizados pelo escritório de advocacia contratado para patrocinar as causas da CBTU.
--------	-----------------------------	--	----------------------	----	-------------------	---

A CBTU mantém dois empregados da área de Auditoria da Companhia preparados para realizar acompanhamento dos processos, através de controles informatizados.

7.3 – Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Superintendência Regional de Trens Urbanos de Recife:

I) **Desaparecimento de malote referente à venda de bilhetes na estação Cabo no dia 10/10/16 no valor de R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais)**, conforme relatado no memorando nº 242/COESU/2016 (protocolo nº 29674/16). Foi instaurada a Sindicância nº 11.2017.6 (RRE 276/2017) para apuração das devidas responsabilidades.

II) **Numerário subtraído em assalto na estação Ipiranga - IPI no valor de 236,35 (duzentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos) (boletim de ocorrência nº 15E0102004327) ocorrido no dia 20/08/15** (MEMO 044/COARC/2017 - PROT 22010/17). Foi instaurada a Sindicância nº 16.2017.6 (RRE 399/2017) para apuração das devidas responsabilidades.

III) **Numerário subtraído em assalto na estação Tancredo Neves – NEV no valor de R\$ 1023,50 (um mil e vinte e três reais e cinquenta centavos) (boletim de ocorrência nº 11E0097016537) ocorrido no dia 10/12/11** MEMO 043/COARC/2017 - PROT 21995/17). Foi instaurada a Sindicância nº 17.2017.6 (RRE nº 400/2017) para apuração das devidas responsabilidades.

IV) **Desaparecimento do malote nº 25726100 no valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais, na estação Joana Bezerra em 23/11/2015**, conforme relatado no memorando nº 049/COARC/2017 de 13/09/2017 sob protocolo nº 22751/2017. Foi instaurada a Sindicância nº 18.2017.6 (RRE nº 432/2017) para apuração das devidas responsabilidades.

V) **Desaparecimento do malote nº 12946541, no valor de R\$ 757,20 (setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) na estação coqueiral em 20/11/2015**, conforme relatado no memorando nº 048/COARC/2017 de 12/09/2017 sob protocolo nº 22750/2017. Foi instaurada a Sindicância nº 20.2017.6 (RRE nº 434/2017) para apuração das devidas responsabilidades.

Superintendência Regional de João Pessoa:

VI) Houve Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 01. 2017.3, instaurado pela RJP nº 031, de 09 de fevereiro de 2017, tendo por objeto a apuração de responsabilidades funcionais por parte do empregado Francisco Hércules de Oliveira quanto à condenação subsidiária da CBTU nos autos do processo trabalhista nº 0055400-11.2014.5.13.0005, ajuizado por prestadora de serviços terceirizados. O prejuízo apurado foi da ordem de **R\$10 mil**, consistente no depósito efetuado pela Companhia para fins de interposição de recurso ordinário, já levantado pela reclamante em fase de cumprimento de sentença.

Dessa forma, ocorreu formalização de Termo de Compromisso de Adequação Funcional – TCAF para fins de restituição dos valores desembolsados pela Companhia, tendo o empregado arguido promovido o pagamento integral do montante acordo no termo, levando à declaração de extinção do processo por meio da RJP nº 126, de 07 de novembro de 2017.

Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte:

VII) Constatou-se quebra de caixa no valor de **R\$190,00**, tendo sido instaurada Sindicância para apuração das devidas responsabilidades, processo 1124/2016.

VIII) Quebra de pantógrafo do TUE, custo estimado em **R\$25.100,00**. Instaurada sindicância e posterior PAD. Processo 1109/16.

IX) Furto em cofre de estação, valor estimado em **R\$11.000,00**. Sindicância concluída e PAD em andamento. Processo 0871/17.

X) Acidente envolvendo TUE 29 e rede aérea, custo total estimado em **2.2 milhões**. Processo em andamento. Processo 0210/17.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomada de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000,00	Prazo > 10 anos	Outros casos *	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000,00	Remetidas ao TCU
	9	0	1	0	0	0	0

* A tomada de contas não foi instaurada, até a presente data, haja vista que a apuração do valor que decorreu do dano não foi concluída.

Fonte: GAGOV

7.4 – Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8666/93

Todas as Unidades da CBTU obedecem o que determina o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993. Os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços seguem a ordem cronológica, conforme registro no sistema interno “SISAFweb”, sistema próprio da CBTU para os processos de pagamento.

FONTE: GAFIN/DA (Gerência Geral de Gestão Financeira) e GIAFI/STU (Gerência Regional de Administração e Finanças)

7.5 – Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Em 18/03/16, através da RPR nº 079, foi constituído Grupo de Trabalho – GT na AC, determinando que as Superintendências de Trens Urbanos constituíssem grupo de trabalho local, visando à compilação das informações solicitadas pelo órgão de controle, junto aos gestores locais, com a elaboração de um relatório conclusivo.

Este trabalho teve como base o levantamento realizado em janeiro de 2015, através do Grupo de Trabalho constituído pela RPR 134-2014, de 19/09/2014, cujo relatório final gerou uma *planilha* compilada com as informações disponibilizadas nos documentos apresentados pela GAJUR, pelos membros do GT-Desoneração das Superintendências Regionais e pelos gestores da Administração Central.

Esta *planilha*, referente a cada Unidade, foi reencaminhada às Superintendências para as seguintes providências:

- Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, em conformidade com o art. 7º da Lei 12.546/2011, cuja redação foi alterada pela Lei 13.161/2015 e regulamentada pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, cuja redação foi alterada pelo Decreto 7.877, de 27/12/12, atentando para os efeitos retroativos de início da desoneração, mencionadas na legislação;

- b) Demonstração da obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, de acordo com o art. 7º, da Lei 12.546/2011, cuja redação foi alterada pela Lei 13.161/2015, e regulamentada pelo art. 2º, do decreto 7.828/2012, cuja redação foi alterada pelo Decreto 7.877, de 27/12/2012;
- c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Porém, diante da suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 – TCU, reafirmada pela AUDIT em 26/01/17, o trabalho encontra-se parado aguardando decisão definitiva.

FONTE: GAJUR